

Neste número:

- Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento
- Análise do território de identidade Sertão do São Francisco (BA) via metodologia de integração em ambiente SIG
- O Rio São Francisco: geografia e poder na formação da identidade nacional brasileira no Século XIX
- Desterritorialização sob as águas de sobradinho: ganhos e desenganos
- Culturas regionais no rio são francisco: perspectivas de análise do samba de véio
- Educação no Vale do São Francisco
- Histórias, contos, lendas e tradições das comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco
- Desenvolvimento Regional e Energias Renováveis no vale do rio São Francisco, Bahia – Primeiro Ato: municípios de Barra e Xique-Xique
- Ação pastoral no semiárido nordestino
- (Des) caminhos da pesca artesanal no Submédio São Francisco
- A gastronomia como marca identitária da cultura sanfranciscana
- Ribeirinhos de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE): um olhar sobre a riqueza do artesanato local

REVISTA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

RdE

revista _____
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ano XII • Edição Especial • Dezembro de 2010 • Salvador, BA



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano

INDEXAÇÃO

A Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE é indexada por:

- GeoDados: Indexador de Geografia e Ciências Sociais < <http://www.geodados.uem.br> >
- Universidad Nacional Autónoma de México CLASE Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades: < <http://www.dgbiblio.unam.mx> >

A RDE foi classificada pelo **QUALIS** da CAPES como **B2** pelas áreas de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (área do Programa responsável pela sua edição) e Arquitetura e Urbanismo.

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional,
conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

FICHA CATALOGRÁFICA

RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. – Ano 1, n.1, (nov.1998).
– Salvador: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2 / Universidade Salvador, 1998.

v.: 30 cm.

Semestral

ISSN 1516-1684

Ano I, n. 1 (nov. 1988); Ano I, n. 2 (jun. 1999); Ano 2, n. 3 (jan. 2000);
Ano 3 n. 4 (jul. 2001); Ano 3, n. 5 (dez. 2001); Ano 4, n. 6 (jul. 2002);
Ano 4, n. 7 (dez. 2002); Ano 5, n. 8 (jul. 2003); Ano 6, n. 9 (jan. 2004);
Ano 6, n. 10 (jul. 2004); Ano 7, n. 11 (jan. 2005); Ano 7, n. 12 (jul. 2005);
Ano 8, n. 13 (jan. 2006); Ano 8, n. 14 (jul. 2006); Ano 9, n. 15 (jan 2007);
Ano 9, n.16 (dez. 2007). Ano 10, n. 17 (jan. 2008). Ano 10, n.18 (jul. 2008);
Ano 11, n. 19 (jan. 2009); Ano 11, n. 20 (jul. 2009). Ano 12, n. 21 (jul. 2010);
Ano 12, ed. esp. (dez. 2010).

ISSN eletrônico 2178-8022

1. Economia – Periódicos. II. UNIFACS – Universidade Salvador.

UNIFACS.

CDD 330

Pede-se permuta
On demande l'échange
We ask for exchange
Pede-se canje
Si rischiede lo scambo
Mann bitted um austausch

EXPEDIENTE

REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Revista de Desenvolvimento Econômico é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS.

Universidade Salvador – UNIFACS
Laureate International Universities

Presidente

Marcelo Henrik

Chanceler

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

Reitora

Márcia Pereira Fernandes de Barros

Pró-reitor de Graduação

Adriano Lima Barbosa Miranda

Pró-reitor de Pesquisa, Extensão e Inovação

Luiz Antônio Magalhães Pontes

Coordenador de Projetos de Pesquisa e

Coordenador de Extensão e Inovação

José Mascarenhas Bisneto

Diretora Acadêmica de Planejamento

Maria das Graças Sodré Fraga Maia

Diretor Acadêmico da Pós Graduação Stricto Sensu

Manoel Joaquim Fernandes de Barros

Diretora da Pós Graduação Lato Sensu

Maria Ângela Costa Lino

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Regional e Urbano-PPDRU

Prof. Alcides dos Santos Caldas

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alcides Caldas

Profª Dra. Bárbara-Christine Nentwig Silva

Profª Dra. Debora Cordeiro Braga

Prof. Dr. Benny Kramer Costa

Prof. Dr. José Manoel G. Gândara

Prof. Dr. Luiz Gonzaga G. Trigo

Prof. Dr. Fernando C. Pedrão

Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Prof. Dr. Pedro Vasconcelos

Profª Dra. Regina Celeste de Almeida Souza

Profª Dra. Rosélia Piquet

Prof. Dr. Rossine Cruz

Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Prof. Dr. Tomás Albuquerque Lapa

Profª Vera Lúcia Nascimento Brito

Prof. Victor Gradin

Editor

Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Editoração Eletrônica

Nexodoc Consultoria em Tecnologia da Informação LTDA.

Capa e Editoração Gráfica

Raimundo Cardoso

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. É vedada a reprodução integral de artigos sem a formal autorização da redação.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Alameda das Espátodias, 915 - Caminho das Árvores,
Salvador, Bahia, CEP 41820-460 - Tel.: 71-3273-8557
E-MAIL: rde@unifacs.br – dantasle@uol.com.br



Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU

EDITORIAL

Opará era um rio-mar para as tribos Pankararu, Atikum, Kimbiwa, Truka, Kiriri, Tuxa e Pankarare cujos territórios eram cortados pelas suas águas que desciam mil e duzentos metros da Serra da Canastra nas Minas Gerais e se uniam ao oceano Atlântico no litoral de Sergipe e Alagoas depois de percorrer aproximadamente 429 léguas, basicamente de sertão.

Os invasores portugueses denominaram-no de São Francisco, outros carinhosamente de Velho Chico, e os patriotas de Rio da Integração Nacional, por cruzar do Sul ao Norte/Nordeste, cinco estados da federação e ter servido de caminho para as boiadas e os saqueadores dos nossos tesouros geológicos.

A RDE dedica-lhe neste número uma edição especial organizada pela Professora Doutora Regina Celeste de Souza, geógrafa e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Salvador/Laureate.

Os doze artigos que compõem a edição estudam a cultura, identidade e o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas buscando a socialização do conhecimento produzido, promovendo o aprofundamento do debate sobre os temas estudados, focalizando questões pertinentes ao ribeirinho, tendo em vista as mudanças ocorridas nos últimos sessenta anos, possibilitando um importante intercâmbio de informações.

Abre a edição as professoras Regina Celeste e Alba Ramos que relatam a conclusão da pesquisa realizada ao longo do rio, entre Barra e Petrolina, com o enfoque na religiosidade, gastronomia, artesanato, educação, energias alternativas, agronegócio, atividade turística, elementos importantes para a compreensão do processo de desenvolvimento local e regional. Em seguida, Marcia Aparecida Procopio da Silva Scheer e Denise Silva Magalhães, analisam a vulnerabilidade e as perspectivas de sustentabilidade do Território de Identidade Sertão do São Francisco (BA) por meio de uma metodologia de integração em ambiente SIG, a partir de indicadores ambientais, sociais, econômicos e político/institucionais, visando apresentar alternativas que contribuam para a compreensão desses problemas, formulando diagnósticos que tornem possível a adoção de ações efetivas. O terceiro artigo é da autoria de Elizabeth W. Kiddy, professora de História no Albright College, Reading, Pennsylvania, EUA. Segundo afirma, ela examina os caminhos que tornaram o Rio São Francisco um depósito de sonhos e desejos da elite brasileira durante o século XIX e que culminou na realização do próprio destino manifesto, o de *grandeza*, o qual, com o título *Rio da Integração Nacional* viria a se consolidar nas primeiras décadas do século XX. Segundo a autora: “na raiz do desejo de “domar” o Rio São Francisco estava a vontade de criar e articular o significado da identidade nacional brasileira”. O quarto artigo é de Edecarlos Mendes e Guiomar Inez Germani discute as consequências espaciais da construção da Barragem de Sobradinho para as populações deslocadas da área, mais especificamente no município de Remanso - BA. Por seu turno, no quinto texto, Natalia Coimbra de Sá e Regina Celeste de Almeida Souza, discutem a necessidade de se pensar o desenvolvimento das comunidades no contexto contemporâneo através de uma abordagem cultural. Maria das Graças Sodré Fraga Maia, no sexto artigo, levanta informações sobre a escolaridade da população do Vale do São Francisco, principalmente em relação aos municípios de Barra, Xique-Xique, Juazeiro e Petrolina, buscando relacionar esses dados com a renda, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dentre outros, sugerindo o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional e para a mobilização da responsabilidade social do empresário local e regional. O sétimo artigo é de Debora Safira Andrade que apresenta as lendas, tradições e histórias que povoam o imaginário da população que vive às margens do rio São Francisco. No oitavo texto Maria Cândida Arrais de Miranda Mousinho aborda a questão do desenvolvimento no âmbito da inserção de novas tecnologias na área de energias renováveis nos municípios de Xique-Xique e Barra. Segue-lhe Veralúcia Alcantara Borges dos Santos, que no nono artigo trata da ação pastoral no semiárido nordestino, a partir da construção da Barragem de Sobradinho. O décimo texto é de Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira e Jackeline Maria Souza que investigam as representações sociais dos pescadores e seus filhos em relação à pesca artesanal no Rio São Francisco e as perspectivas de continuidade da atividade como profissão. O décimo - primeiro texto, de Patrícia Guerra Azevedo, demonstra como os hábitos alimentares podem ser considerados patrimônio imaterial de um povo. Exemplificando como o bode assado e o surubim em diversas modalidades, hoje tão divulgados em restaurantes do país, são marcas identitárias da região. Fechando a edição Chelly Costa Souza, Naira Brandão, Daniel Carlos P. de Oliveira e Bruno Freitas Neiva, analisam a produção artesanal das cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

Tenham uma boa leitura

Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola
EDITOR

SUMÁRIO

- 5 RIO SÃO FRANCISCO: CULTURA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO
REGINA CELESTE DE A. SOUZA, ALBA REGINA NEVES RAMOS
- 14 ANÁLISE DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (BA) VIA
METODOLOGIA DE INTEGRAÇÃO EM AMBIENTE SIG
MARCIA APARECIDA PROCOPIO DA SILVA SCHEER, DENISE SILVA MAGALHÃES
- 22 O RIO SÃO FRANCISCO: GEOGRAFIA E PODER NA FORMAÇÃO DA IDENTI-
DADE NACIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XIX
ELIZABETH W. KIDDY
- 30 DESTERRITORIALIZAÇÃO SOB AS ÁGUAS DE SOBRADINHO: GANHOS E DESENGANOS
EDCARLOS MENDES, GUIOMAR INEZ GERMANI
- 40 CULTURAS REGIONAIS NO RIO SÃO FRANCISCO: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DO SAM-
BA DE VÉIO
NATALIA COIMBRA DE SÁ, REGINA CELESTE DE ALMEIDA SOUZA
- 47 EDUCAÇÃO NO VALE DO SÃO FRANCISCO
MARIA DAS GRAÇAS SODRÉ FRAGA MAIA
- 58 HISTÓRIAS, CONTOS, LENDAS E TRADIÇÕES DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO
SÃO FRANCISCO
DEBORA SAFIRA ANDRADE
- 68 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ENERGIAS RENOVÁVEIS NO VALE DO RIO SÃO
FRANCISCO, BAHIA – PRIMEIRO ATO: MUNICÍPIOS DE BARRA E XIQUE-XIQUE
MARIA CÂNDIDA ARRAIS DE MIRANDA MOUSINHO
- 77 AÇÃO PASTORAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO
VERALUCIA ALCANTARA BORGES DOS SANTOS
- 86 (DES) CAMINHOS DA PESCA ARTESANAL NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO
LÚCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA, JACKELINE MARIA SOUZA
- 91 A GASTRONOMIA COMO MARCA IDENTITÁRIA DA CULTURA SANFRANCISCANA
PATRÍCIA GUERRA AZEVEDO
- 99 RIBEIRINHOS DE JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE): UM OLHAR SOBRE A RIQUEZA
DO ARTESANATO LOCAL
CHELLY COSTA SOUZA, NAIRA BRANDÃO, DANIEL CARLOS P. DE OLIVEIRA E BRUNO FREITAS NEIVA

RIO SÃO FRANCISCO: CULTURA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO

REGINA CELESTE DE A. SOUZA¹
ALBA REGINA NEVES RAMOS²

Resumo

O artigo resulta de pesquisa realizada no Vale Sanfranciscano – municípios de Juazeiro/Petrolina – Barra/Xique-Xique área complexa com grandes mudanças, ocorridas sobretudo nos últimos sessenta anos, que afetaram a população ribeirinha. Com o enfoque na religiosidade, gastronomia, artesanato, educação, energias alternativas, agronegócio, atividade turística, importante para compreender o processo de desenvolvimento, foram destacadas as consequências socioambientais, as desigualdades socioeconômicas e vida cotidiana da população ribeirinha desterritorializada do “Velho Chico”. O município de Barra pode ser considerado o espaço mais tradicional dos quatro selecionados. A população barrense cultua o passado, as tradições, tem a forte liderança da Igreja Católica, através da Diocese, a mais antiga na área estudada, e preocupação com o desenvolvimento sustentável, com a transmissão dos saberes às gerações mais jovens, além do amor às artes e a qualidade do que é produzido, o que fortalece a identidade sertaneja.

Palavras-chave: Cultura; Identidade; Desenvolvimento; Ribeirinhos.

Abstract

Such a work has been made in Vale Sanfranciscano which is a town belonged to Juazeiro/ Petrolina – Barra/ Xique-Xique (a complex area with large changes) which has the aim of identifying the changes which have been occurred in the last sixty years

which affected the “ribeirinha” population. It has been focused on religiosity, gastronomy, artistic technique, education, alternatives energies, business on agriculture, touristy activity which have been important in order to comprehend the process of development. It has been put in destak the surrounding and social consequences as well as economical and social disparities and “ribeirinha” population day-by-day which has lost “Velho Chico”. The town of Barra might be considered the most traditional space of all. Such a town valorizes the past, traditions (with a strong influence of the Catholic Church through Diocese which has been the most ancient studied area) as well as a larger ecological awareness and preoccupation with the sustainable development in order to transmit the knowledge to younger people, the love to the arts and the

quality of what has been produced in order to fortify the sertão identity.

Keywords: Culture; Identity; Development; “ribeirinhos”.

JEL: O1; O10; O15

1 Introdução

O presente artigo resulta de um estudo realizado no Vale Sanfranciscano – municípios de Juazeiro/Petrolina – Barra/Xique-Xique durante dois anos, a partir de um Convênio de Cooperação Técnica assinado em novembro de 2008 entre a Unifacs, o Albright College (EUA) e o Programa Companheiros das Américas – Comitê Bahia/Pennsylvania, com o objetivo de analisar as mudanças que ocorreram na área, nos últimos sessenta anos e que afetaram a população ribeirinha, sua cultura e identidade³.

¹ Doutora em Geografia — Profª Titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs. Líder do grupo de Pesquisas em Turismo e Meio Ambiente — GPTURIS. E-mail: regina.souza@unifacs.br

² Doutora em Sociologia – Profª Titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs. Membro do Grupo de Pesquisas em Turismo e Meio Ambiente. E-mail: arnr@ufba.br

³ A equipe foi constituída dos seguintes membros: **Coordenadores:** Regina Celeste de A. Souza - PPDRU - Unifacs/Companheiros das Américas, Elizabeth Kiddy – Albright College / Companheiros das Américas, Alcides dos Santos Caldas – PPDRU/Unifacs; **Professores pesquisadores:** Alba Regina Ramos (Doutora em Sociologia), Alcides dos Santos Caldas (Doutor em Geografia), Elizabeth Kiddy (PhD em Estudos Latinoamericanos), Maria das Graças Fraga Maia (Doutora em Geografia), Regina Celeste de A. Souza (Doutora em Geografia); **Pesquisadores:** Maria Cândida Arrais de Miranda Mousinho (Mestre em Análise Regional e Voluntária Companheiros das Américas), Veralucia Alcântara Borges dos Santos (Mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano/Bolsista CNPq/Voluntária Companheiros das Américas); **Bolsistas de IC:** Naira Brandão Silvério (Graduanda em Turismo da Universidade Salvador/Bolsista Fapesb), Patrícia Guerra Azevedo (Bolsista Companheiros das Américas / Graduanda em Gastronomia – Centro Universitário da Bahia - FIB) e Bruno Neiva, graduando em Economia, Bolsista IC/FAPESB.

A estruturação deste texto apoiou-se em três pontos fundamentais, quais sejam: a bacia do São Francisco, com suas características principais, inserindo-a no panorama hídrico nacional; o objeto de estudo e o referencial teórico que o sustentou; o recorte espacial, justificando-se a escolha dos quatro municípios que foram estudados; por fim, as mudanças ocorridas no século XX, a partir da construção da Barragem do Sobradinho, na década de 1970, a qual trouxe grandes impactos socioeconômicos e ambientais para a área estudada. Destaca-se igualmente a introdução da agricultura irrigada e do agronegócio que provocaram uma sensível mudança cultural no ambiente da Caatinga, trazendo novas técnicas agrícolas, novas pesquisas, novos moradores, novos valores e hábitos, distintas religiões, novas relações de trabalho. Mostraram igualmente relevantes o papel social da Igreja Católica, através das Pastorais, a oferta de novos cursos profissionalizantes, a criação de universidades, novos meios de transporte e de comunicação com outros povos. Em suma, uma nova consciência das possibilidades de convivência no Semiárido.

2 A Bacia do Rio São Francisco: características principais e inserção no panorama hídrico nacional

No contexto nacional, a Bacia do Rio São Francisco, com uma área de 640.000 km², é considerada a terceira maior bacia brasileira, onde se localizam 504 municípios e vivem aproximadamente 13 milhões de habitantes.

Trata-se de bacia que se constitui a partir do Planalto Central Brasileiro, tal como parte da Bacia Amazônica e da Bacia do Paraná/Paraguai sob a influência de um grande ecossistema, o bioma Cerrado, verdadeira caixa d'água do país, visto que possui grande quantidade de nascentes.

Outros biomas, além do Cerrado, são também encontrados nesta bacia,

“
Esses três biomas apresentam-se, atualmente, com níveis variados de degradação e algumas áreas de transição ou de tensão ecológica.
”

como a Caatinga, caracterizando o médio e submédio cursos (foco deste estudo) e a Mata Atlântica, na sua parte litorânea próximo à foz. Este último é ocupado desde os primórdios da colonização portuguesa, como atestam numerosos canaviais ainda em operação e ruínas de antigos engenhos de açúcar ainda visíveis na paisagem atual, bem como belas cidades coloniais, como Penedo ou Piranhas, no Estado de Alagoas localizadas às margens do São Francisco. Esses três biomas apresentam-se, atualmente, com níveis variados de degradação e algumas áreas de transição ou de tensão ecológica.

O São Francisco, principal rio desta bacia e que lhe dá o nome, tem uma extensão de 2.700 km, percorridos inteiramente no território nacional, cortando 5 Estados brasileiros — Minas Gerais, onde nasce na Serra da Canastra, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe —, tangencia Goiás e o Distrito Federal, desaguardo no Oceano Atlântico, com uma vazão média de 3.800 m³/s. Pelo fato de atravessar mais de um Estado da Federação, é classificado como rio federal. Convém também ressaltar que 85% da bacia sanfranciscana correspondem a áreas de Minas Gerais e da Bahia e que os 15% restantes são distribuídos entre os demais estados cortados pelo rio.

O São Francisco é um típico rio de planalto, com várias quedas

d'água ao longo de seu curso, dentre as quais a Cachoeira de Paulo Afonso, a mais famosa e durante tanto tempo a mais exuberante, hoje completamente descaracterizada, devido aos barramentos. O volume de água produzido por essas quedas possibilitou o aproveitamento econômico com a geração de energia elétrica que abastece toda a Região Nordeste. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em dados publicados pelo Senado Federal em 2002, através da Comissão de Acompanhamento do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco, o potencial elétrico estimado na Bacia do São Francisco é de 13.670 MW, 10.433 dos quais já estão efetivados, por meio das usinas em operação, o que corresponde a 76% do potencial. Por outro lado, o fato de ser rio de planalto constituiu um fator limitante para a navegação interna, apresentando condições de navegabilidade em apenas dois trechos: o de Pirapora até Juazeiro, num total de 1.371 km, e o de Piranhas (Alagoas) até a Foz, perfazendo mais de 208 km. Por causa do processo de assoreamento que se verifica atualmente no rio, a navegação foi praticamente desativada e os trechos navegáveis sem dificuldade tornaram-se cada vez mais reduzidos.

Dentre os afluentes do São Francisco merecem destaque aqueles da margem esquerda, originários de regiões de planalto: o Carinhanha, o Corrente, o Grande e o Preto, todos permanentes, com fortes sinais de assoreamento e poluição, devido à ocupação maciça com soja e outros cereais que destrói muitas de suas nascentes. Os afluentes da margem direita, como o Santo Onofre, o Paramirim, o Verde e o Salitre, são temporários, permanecendo durante grande parte do ano com vazões mínimas ou simplesmente secos, devido ao baixo índice pluviométrico da região. Todos são rios de regime pluvial. Este último, o Rio Salitre, já passou por diversas fases de aproveitamento econômico, tendo papel decisivo como área piloto

“ *O Vale do São Francisco foi explorado desde o início da colonização portuguesa a partir de sua foz e logo algumas cidades foram erguidas, como Penedo, em Alagoas, a 30 km do Oceano Atlântico.* ”

da agricultura irrigada nos anos 1980, sendo igualmente palco de conflitos pelo uso da água, com oscilações no desempenho da agricultura irrigada ai implantada; encontra-se novamente com uma grande expectativa em relação ao projeto conhecido como “Salitrão”, que será implantado.

A variedade de vegetação encontrada no Vale do São Francisco é decorrente dos fatores climáticos e ambientais como um todo. Tendo em vista que a maior parte deste vale está inserida no Clima SemiÁrido e dentro do Bioma Caatinga (parte do Médio e Submédio cursos), destaca-se o ambiente conhecido como Sertão, com elevadas temperaturas (em torno de 30°C) ao longo do ano e baixos índices pluviométricos, inferiores a 650 mm anuais, estes concentrados em poucos meses.

3 Área de estudo e referencial teórico

A área de estudo é complexa e diversificada, em acelerado processo de transformação. O foco, no presente texto, voltou-se para as mudanças ocorridas nos últimos 60 anos, tendo em vista que as ocorridas no século XIX estão sendo estudadas pela professora Elizabeth Kiddy, membro da equipe. Inicialmente a pesquisa estava direcionada para o Vale Sanfranciscano na Bahia, num

total de 27 municípios, uma visão macro importante para a análise de alguns indicadores como: distribuição da população, densidade demográfica, IDH, IDE e PIB, dentre outros.

Este espaço tem muitas peculiaridades que poderiam ser traduzidas em “diversos vales” dentro do próprio Vale do São Francisco, em consequência das várias ocupações do território, seja através da pecuária extensiva, da agricultura de vazante, da ocupação de certas localidades, que se transformaram em portos fluviais, da pesca artesanal, das barragens e da agricultura irrigada, ou a pesca em tanques com espécies exógenas. Trata-se de uma área dispersamente povoada, sendo que os municípios em geral dispõem de população em torno de 20 a 30.000 habitantes, exceção feita a Casa Nova, Paulo Afonso, Juazeiro e Petrolina (os dois últimos com mais de 200.000 habitantes, cada). Como os territórios municipais são muito extensos, nota-se uma densidade demográfica ainda mais diluída, em torno de 10 habitantes por km², destacando-se Juazeiro, Petrolina e Paulo Afonso com mais de 60 habitantes por km².

O Vale do São Francisco foi explorado desde o início da colonização portuguesa a partir de sua foz e logo algumas cidades foram erguidas, como Penedo, em Alagoas, a 30 km do Oceano Atlântico. A cidade de Barra data do século XVIII e praticamente é a primeira no território baiano às margens do São Francisco, seguida de Paratinga. Juazeiro é do século XIX, bem como Petrolina e Xique-Xique, dentre outras. Após estes períodos de ocupação, verifica-se no século XX um acelerado processo de desmembramentos, com vários municípios que se emanciparam. Este movimento foi especialmente decorrente da implantação das barragens de Sobradinho, do Complexo Paulo Afonso e Xingó.

Os ajustes, para a definição da área de estudo, mostraram-se inevitáveis, razão pela qual, a partir de

várias discussões e viagens exploratórias foram selecionados quatro municípios como representativos da temática a ser estudada: Juazeiro, Barra e Xique-Xique, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco. Partiu-se do pressuposto de que houve nessa área uma grande ruptura entre as atividades tradicionais do vale, com a implantação da Barragem de Sobradinho e a introdução da agricultura irrigada, o que provocou grandes repercussões na vida dos ribeirinhos.

O estudo foi baseado em revisão bibliográfica e levantamento de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas três viagens a Juazeiro / Petrolina / Casa Nova / Sobradinho; três viagens a Barra / Xique-Xique e duas a Penedo. Realizaram-se reuniões semanais com o grupo, dois seminários internos, dois workshops, sendo o último em Juazeiro.

O processo de ocupação em foco vem suscitando o interesse de muitos estudiosos, investidores e técnicos do governo. Retomar os trabalhos de Halfeld e Theodoro Sampaio realizados no século XIX foi fundamental para se conhecer essa dinâmica de ocupação do vale. Como este se insere atualmente na economia globalizada, tendo em vista a complexidade e as desigualdades socioeconômicas, culturais e políticas, poder-se-ia citar Milton Santos (2007), segundo o qual “o espaço geográfico é a acumulação desigual de tempos”, bem como referir o paradigma da complexidade de Morin (2000), que não dissocia o sujeito do objeto, posto que emerge da comunicação entre as ciências.

O território, visto como um espaço delimitado, apropriado, mostra-se como objeto complexo, onde se estabelecem as redes de poder e de dominação. É no território que se materializam as relações sociais, culturais, econômicas, ambientais, enfim, todas as relações sociedade-natureza e onde efetivamente se dá a construção histórica da identidade do povo que nele vive.

Milton Santos (2007) ressalta que o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território, portanto, é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

No caso específico do Vale Sanfranciscano, pode-se observar, historicamente, como esse território foi apropriado por particulares desde o início da colonização portuguesa, através da Casa da Torre e dos Guedes de Brito, que ampliaram a área doada pela Coroa, com anexação das terras indígenas. Os povos indígenas que aí habitavam anteriormente foram empurrados para outras áreas, expulsos de seu território original, que foi apropriado pelos novos habitantes. Hoje, o que se observa é o seguinte: uma larga concentração de terras que foi apropriada pelo grande capital; o poder institucional sobre o território, exercido pelos organismos oficiais que o controlam: a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF e a população ribeirinha totalmente submissa a esse poder.

Rogério Haesbaert (2004), em seu trabalho sobre desterritorialização, salienta que o conceito de território é muito amplo e tem sido apreendido por várias áreas do conhecimento, podendo agrupá-las em três vertentes básicas: política, cultural, econômica. Com relação ao conceito de identidade ou identidade territorial, Haesbaert enfatiza-a na discussão sobre identidade social a indissociabilidade das dimensões individual, subjetiva e social. Toda identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas.

“
A grande quantidade de pessoas ligadas ao movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e espalhadas por diversas áreas é proveniente igualmente deste período.
”

Neste sentido, assinala-se a importância da geografia cultural e socioantropológica para compreensão da identidade do Vale do São Francisco. Por isso procurou-se associar o conceito de desterritorialização ao processo vivenciado pelas populações desalojadas pelas barragens e que perderam o sentimento de pertencimento em relação aos novos espaços que lhes foram atribuídos, sentindo-se, dessa forma, sem chão.

Quanto ao conceito de identidade, de acordo com Stuart Hall (2003), trata-se de algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência desde o nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. A identidade permanece sempre incompleta, está sempre em “processo”, sempre sendo formada.

4 As grandes mudanças do Século XX decorrentes da Barragem de Sobradinho e da agricultura irrigada

No século XX, o governo federal utilizando como estratégia de regularização do regime fluvial, das grandes cheias do São Francisco, construiu diversas barragens que tinham igualmente a função de geração de energia elétrica. A de Três Marias foi a primeira construída, em 1915, direcionada para o abastecimento da

população urbana e da indústria nascente na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Complexo de Paulo Afonso, com as diversas barragens que aí foram instaladas, a partir dos anos 1950, para a geração de eletricidade, veio a ser bastante significativo para o crescimento da Região Nordeste. A de Sobradinho, construída nos anos 1970 e inaugurada em 1978, tornou-se um imenso lago artificial, com um potencial para geração de energia elétrica em torno de 1.050,0 MW, o que representa um décimo de todo o potencial da bacia.

A construção desse empreendimento causou um impacto socioeconômico e ambiental sem precedentes na área estudada. A inundação de quatro cidades — Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé — e muitas vilas provocou o deslocamento de mais de 70.000 pessoas, sendo que parte dessa população foi direcionada para as novas cidades construídas e uma grande parcela redistribuída para outras áreas distantes, como as agrovilas de Serra do Ramalho (a 800 quilômetros de distância de Sobradinho) e tantas outras. A desestruturação familiar, o aumento do alcoolismo, da prostituição e tráfico de drogas fizeram parte dessas mudanças.

A grande quantidade de pessoas ligadas ao movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e espalhadas por diversas áreas é proveniente igualmente deste período. O que pode ser constatado é que as enchentes foram controladas, mas a um custo social imensurável.

Por outro lado, foi implantada na região a agricultura irrigada, introduziram-se novas culturas, como a manga, o melão, melancia, uva, cebola, tomate; foram criados órgãos administrativos, como a Chesf e a Codevasf, já referidos, além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a qual desenvolveu uma série de pesquisas na região.

Deve ser ainda ressaltado o trabalho do Centro de Pesquisa do Tró-

pico Semiárido (CPTSA), instituição francesa que teve importante atuação nesta área.

A convergência de todas essas ações resultou no que pode ser considerado como uma “revolução verde”, pelo grande impacto que se verificou na Caatinga. Moacir Ferraz, agrônomo aposentado da Codevasf, em entrevista concedida em julho de 2009, em Juazeiro, assinala:

[...] a partir da agricultura irrigada foi aberto um crédito agrícola ao produtor, pelo Banco do Brasil, implantação da mecanização do solo e manejo em curva de nível. Mas, o maior problema foi transformar o homem da caatinga, que cuida de boi e de bode à solta em agricultor, utilizando o crédito bancário, tendo que respeitar a legislação trabalhista, aprender a comercializar através de cooperativas, utilizar técnicas de pulverização, manejo do solo etc. Não foi fácil essa capacitação, sendo que muitos não aceitavam os ensinamentos e os boicotavam para não entregar a produção às cooperativas (ED, 2009).

Os reflexos dessa nova atividade se fizeram imediatamente sentir no espaço urbano: as cidades de Juazeiro e Petrolina tornam-se cada vez mais competitivas e atualmente complementares, constituindo-se num pólo que se consolida e comanda a região com as novas atividades decorrentes da agricultura irrigada. Desenvolveu-se a produção de vinhos, com a vinda de grupos de empresários do agronegócio do Sul do Brasil, da Serra Gaúcha e de São Paulo, e de outras partes do mundo: japoneses, franceses, espanhóis, introduzindo novas tecnologias. Na educação, a necessidade de capacitação da mão-de-obra direciona-se para o ensino médio, tecnológico e superior: instalam-se a Uneb (Universidade do Estado da Bahia), a Escola de Agronomia, a Univasf (Universidade Federal do Vale do São Francisco), mais recentemente, e várias outras instituições de nível superior, públicas e privadas. A instalação do Cefet (Centro Federal de Educação

Tecnológica) e a oferta de vários cursos de graduação, notadamente os de Agronomia, Ciências, Medicina, Turismo, Gastronomia, Enologia, e cursos de educação à distância. Nesse contexto de novas oportunidades, destaca-se a empresa Ouro Verde/Miolo que tem motivado a criação de vários cursos. Trata-se de empresa, com longa experiência no campo da vitivinicultura na Serra Gaúcha – a Miolo; atualmente, possui 150 ha plantados de uvas para a produção do vinho, prevendo-se para o ano de 2012 um crescimento de 267% na área cultivada que deverá passar para 400 ha. A vinícola terá capacidade para produzir até 2012 um total de 3 milhões de litros/ano de vinhos finos e 2 milhões de litros de espumantes. E ainda: 5 milhões de litros/ano de vinhos finos para Brandy, através do Sistema Espanhol Soleiras.

Seguindo a política nacional adotada no país a partir da década de 1960, foi priorizado na região o transporte rodoviário. A construção da ponte sobre o Rio São Francisco entre Juazeiro e Petrolina veio a estimular as relações entre estas duas cidades e todo o seu entorno e facilitar as comunicações Nordeste / Sudeste. Com a implantação do transporte aéreo, o aeroporto de Petrolina, nos últimos anos, passou por adaptações para receber grandes aeronaves, tipo jumbo e efetuar a exportação de frutas como a manga, o melão e o mamão, principalmente para a Europa e os EUA. O ferroviário que já vinha em processo de decadência foi praticamente extinto, só restando o transporte de carga. Quanto ao transporte fluvial, foi durante algumas décadas, representativo para a região, mas entrou paulatinamente em decadência, sobretudo devido ao assoreamento do rio.

Por outro lado, as mudanças são visíveis no âmbito da agricultura, que passou de agricultura familiar, de subsistência, para a agricultura irrigada em grandes espaços, modificando o cinza da caatinga em verde permanente (SOUZA; CALDAS,

“... dependem muitas vezes de carros-pipa para o consumo de água, quando o “Velho Chico” corre muito próximo, em questão de metros ou a poucos quilômetros de distância, pois a água foi privatizada.”

2008). Os conflitos pela posse da terra, verificados logo após a construção da barragem de Sobradinho, principalmente, ainda perduram. Muitas indenizações que deveriam ser feitas pela Chesf não se concretizaram até os dias atuais e é considerável o número de assentamentos de trabalhadores sem-terra, nas adjacências de cidades como Casa Nova, Paulo Afonso e Barro Vermelho. Pode-se observar que muitos ribeirinhos ou “beiradeiros”, como eles se autodenominam, dependem muitas vezes de carros-pipa para o consumo de água, quando o “Velho Chico” corre muito próximo, em questão de metros ou a poucos quilômetros de distância, pois a água foi privatizada. Houve grande mudança no regime fundiário com tendência à concentração de terras e problemas de contaminação do solo e da água por agrotóxicos.

É fato que a importância do São Francisco torna-se cada vez maior, sobretudo com a demanda da água para o agronegócio. Este cenário se reproduzirá certamente com o grande projeto de irrigação “Baixio de Irecê”, para os municípios de Barra e Xique-Xique, com potencial de irrigação para 60.000 ha, conforme explicou um engenheiro da Codevasf, responsável pelas obras, em Xique-Xique.

Se, por um lado, a irrigação vem significando um grande retorno eco-

“ Não se pode omitir igualmente o grande debate que se apresenta entre os programas de Revitalização da Bacia, e o da Transposição do São Francisco, ambos encetados pelo governo federal. ”

nômico para o Semiárido do Submédio São Francisco, por outro, as fazendas estão cada vez produzindo mais frutas e consumindo mais água, configurando-se um problema que suscita muita discussão, a escassez da água, o que reproduz um cenário igualmente verificado em muitas regiões do planeta. Não se aprofundará a questão da mudança climática em nível global, com suas repercussões sobre a região, mas não se pode deixar de mencionar essa grande preocupação com a água, uma vez que o rio, de tão barrado, desmatado e sugado pela irrigação, está cada dia diminuindo a sua vazão, provocando um processo de assoreamento que praticamente inviabilizou a navegação fluvial, a não ser que se investissem maciças recursos para dragá-lo, além de provocar a diminuição da pesca artesanal, que aí era intensamente praticada pelos ribeirinhos.

Não se pode omitir igualmente o grande debate que se apresenta entre os programas de Revitalização da Bacia, e o da Transposição do São Francisco, ambos encetados pelo governo federal. Segundo vários pareceres técnicos, como os do geógrafo Aziz A'b Saber, do engenheiro Manoel Bonfim, da promotora Luciana Khoury, dentre outros, o Projeto de Transposição do rio não atenderá às populações ribeirinhas,

como propala o discurso oficial, mas sim ao agro ou ao hidronegócio.

Todos os pontos críticos aqui abordados mereceriam mais aprofundamento; no entanto, excederiam os limites do presente artigo. Na pesquisa focalizou-se temas, como o artesanato, a religiosidade, a gastronomia, a educação, a energia, que estão sendo contemplados em outros artigos desta publicação. Observou-se a existência de diversas mudanças que estão ocorrendo na área, tanto em nível comportamental, de valores e hábitos alimentares quanto outras concernentes a nova visão do Semiárido, com a chegada de moradores de outros Estados da Federação e até de outros países.

Notou-se que o ribeirinho do São Francisco continua sendo religioso sempre arraigado a suas tradições, a seus mitos e ritos. O aparecimento de novos credos, sobretudo as religiões evangélicas, fez com que se perdesse um pouco de alguns rituais católicos; mas, na essência, há uma forte religiosidade nos municípios da área estudada. Pode-se observar a devoção aos santos padroeiros das diversas cidades e as rezas e procissões de fiéis a implorarem chuva.

Pessoas entrevistadas falaram sobre os penitentes, grupos de homens que se autoflagelam nas procissões noturnas realizadas durante a Semana Santa, bem como as rezadeiras de almas, que também saem em procissão orando e cantando no mesmo período. São fatos recorrentes nos municípios baianos de Juazeiro, Barra e Xique-Xique. Estas manifestações religiosas tradicionais, como Nego D'água, Carrancas, Minhocão, estão ligadas à crença nas almas, nos espíritos dos mortos, constituindo parte dos mistérios que envolvem o Rio São Francisco.

A relação do ribeirinho com o Rio São Francisco é assim uma manifestação de fé, verificada nas procissões fluviais, realizadas no dia 4 de outubro, consagrado a São Francisco. Há, também, rituais de preces de pescadores antes de partir para a pesca,

quando esta demanda muitos dias e é praticada fora do perímetro urbano onde residem (conforme se constatou em Barra e em Xique-Xique), bem como os rituais das lavadeiras, que antes de começar a sua lida diária, fazem muitas orações de agradecimento voltadas para o rio. Observa-se o caráter simbólico do rio enquanto dádiva de Deus: o rio é o pai e a mãe; é aquele que dá o sustento aos ribeirinhos e por eles é carinhosamente chamado de “Velho Chico”, “Chicão”. É também conhecido como Rio dos Currais ou Rio da Unidade Nacional.

Deve ser ressaltado, ainda, que desde o início da colonização portuguesa no Brasil e da ocupação do Vale Sanfranciscano, com a pecuária extensiva, foi expressivo o papel evangelizador da Igreja Católica, seja através da catequese do índio ou na tentativa de conversão do escravo ou do alforriado. A construção de capelas e templos por todo o vale se constituiu numa presença marcante da Igreja Católica, que, durante vários séculos, dominou sozinha tal situação. A partir do século XIX vê-se claramente uma ocupação mais sistemática do espaço, com a implantação das dioceses, provocando uma certa hierarquização urbana. A cidade que abriga um bispado, ou seja, a sede da diocese, tem maior destaque socioeconômico, atrai alguns serviços e equipamentos e ganha mais prestígio, devido a essa nova condição. Além disso, sob a jurisdição de uma diocese, há uma grande quantidade de paróquias, igrejas menores e capelas traduzindo-se essa hierarquia urbana em uma especialização do ponto de vista religioso, onde se observa igualmente um trabalho social muito importante, através das pastorais. Essa temática foi bem explorada na dissertação de mestrado de Veralucia Alcântara Borges dos Santos, intitulada: “Rio São Francisco: água, religiosidade e resistência” (2010).

Outro fator de identidade da área estudada é a gastronomia, cujo sustentáculo é o bode, sobretudo na

modalidade de bode assado. A culinária regional redescoberta das particularidades locais, ora preparada com simplicidade, ora com toques sofisticados, é um novo filão no mercado internacional e não poderia ser diferente nestas cidades sertanejas, totalmente inseridas no processo de globalização. Vem ganhando, pois, importância a culinária nordestina: peixes, em especial o surubim⁴, com molho de maracujá, defumado, grelhado ou em moqueca, carne de bode e mais recentemente a carne de cordeiro, o beiju (servido agora como tira-gosto), a rapadura, o feijão verde e a farinha de mandioca, em diversas modalidades (tapioca, puba). Produzidos em Juazeiro e em outras cidades próximas, como Uauá e Curaçá, encontram-se doces em pasta e sucos de frutas do sertão, geléias de umbu e maracujá do mato, e mel, que têm sido beneficiados e comercializados por uma cooperativa de mulheres, a Copercuc, que, em Curaçá, Uauá e Canudos, exporta esses produtos para a França, Holanda, Itália, onde têm grande aceitação, conforme Souza; Caldas (2008). Na região de Barra, o uso do fruto do buriti, no preparo de doces, sorvetes e em pratos salgados é bastante difundido, por causa do alto valor protéico desse alimento.

Novidade na culinária é a utilização das espécies de peixes, como o tucunaré, o curimatã e a tilápia, introduzidos depois da construção da Barragem de Sobradinho e que estão sendo consumidos pelas populações locais. No município de Barra o consumo se verifica sobretudo em casas de idosos ou na merenda escolar⁵. Estas espécies são exógenas e, segundo alguns entrevistados, extremamente predadoras, dizimando muitas espécies regionais, o que traz revolta para os pescadores.

Notou-se igualmente a difusão de inúmeras pizzarias, nas quatro cidades estudadas, o que vem implicando no maior consumo de lenha, a qual é retirada da caatinga, além de muitos restaurantes de comida a quilo. Ainda deve se ressaltar a gran-

de quantidade de frutas e legumes que foram introduzidos no Vale a partir da agricultura irrigada: o melão, a melancia, a manga, o coco, a uva, a cebola, o alho, dentre muitos outros, provocando mudança de hábitos alimentares, aparecimento de novos pratos, novas associações etc. Só para exemplificar, o Bodódromo, em Petrolina centro gastronômico foi construído nos anos 1980, com o objetivo de valorizar a carne de bode, sobretudo o bode assado como prato típico da região. O Bodódromo tem pouco a pouco modificado o seu cardápio introduzindo o “cordeiro”, mais tenro e de sabor mais suave, que parece agradar mais o paladar dos novos moradores. O vinho, que está sendo produzido na região, já é um atrativo, e concorre com bebidas como a cerveja e a cachaça; a nova cultura do vinho é responsável pelo aparecimento de novos cursos de especialização ou de nível médio para garçom ou para enólogos e, como seus desdobramentos, presencia-se o surgimento de cursos de Turismo e a proposta de roteiros temáticos como a “Rota da uva e do vinho”, que proporcionam visitas organizadas às vinícolas da região (Garziera, Miolo, dentre outras).

Quanto ao artesanato desenvolvido na região, ainda que de grande expressividade enquanto manifestação cultural, não se tem efetivamente melhorado as condições de vida da grande maioria dos artesãos locais. O trabalho é variado, havendo uma recorrência da cerâmica utilitária nos quatro municípios estudados e, praticamente, em todo o Vale.

Destaca-se em qualidade a cerâmica utilitária e decorativa de Barra, onde há um elevado nível de organização dos artesãos em cooperativas especialmente a Cooperativa Nossa Senhora de Fátima ou a Associação das Mulheres Artesãs, que

“ A atividade é bastante difundida pelo município ou concentrada nas áreas conhecidas como Brejos e também na sede municipal. Trabalha-se igualmente com o couro e com cabaças, sendo tudo produzido com muito esmero e qualidade. ”

muito contribuiu para esse movimento de mudança, consolidação da identidade e o reconhecimento dentro e fora do país teve inicialmente o apoio da Igreja Católica. Também constatou-se que alguns mestres, como Gérard, estão preocupados com a formação de jovens profissionais, mantendo no seu ateliê um bom número de aprendizes, transmitindo o conhecimento de geração para geração.

Além dos trabalhos em barro, o município de Barra preocupa-se com a diversidade de materiais usados no artesanato, como, por exemplo, os bonecos confeccionados em palha de bananeira ou em palhas de buriti, representando personagens da família. A atividade é bastante difundida pelo município ou concentrada nas áreas conhecidas como Brejos e também na sede municipal. Trabalha-se igualmente com o couro e com cabaças, sendo tudo produzido com muito esmero e qualidade. Os artesãos barreenses participam frequentemente de exposições e feiras,

⁴ Embora seja o mais apreciado, é também aquele que está escasseando em quantidade e diminuindo de tamanho. Segundo depoimentos locais, este fato vem ocorrendo em toda a área depois da construção das barragens.

⁵ Várias informações retiradas de Relatórios de Viagem de Patrícia Guerra sobre a Gastronomia Regional.

em Salvador, Recife e em várias outras cidades, e alguns deles são conhecidos mundialmente, através de suas peças. As de Gérard, especialmente as imagens de Nossa Senhora da Conceição são comercializadas para a França, Alemanha e outros países; são imagens que possuem um traço marcante nos véus e detalhes de roupas esvoaçantes que dão um toque místico, de rara beleza e suavidade ao trabalho⁶.

Com relação às carrancas – um ícone do Vale Sanfranciscano e da navegação fluvial –, elas foram originalmente produzidas em madeira, a umburana, e perderam com o tempo a sua simbologia, sua característica básica de assombrar as pessoas, de afastar maus olhados e maus presságios na navegação fluvial, sobretudo com a eliminação das embarcações a vapor e a decadência deste meio de transporte. Houve mestres que se notabilizaram em confeccionar belos exemplares de carrancas, como Guarany e Ana das Carrancas, sendo que esta última tem uma história de vida marcante, pois fazia as suas peças de barro e com os olhos vazados, em homenagem a seu marido, que era cego.

Estes artesãos foram muito prestigiados quando vivos. Para Ana das Carrancas, criou-se – gerenciado por sua filha, também artesã – um memorial em Petrolina, cidade onde ela residia. As carrancas são ainda produzidas em madeira, diversificando-se, porém, o material utilizado: além da madeira e do barro, elas são ainda feitas de mármore, material muito encontrado em Juazeiro, e de pedra-sabão. Seu tamanho, porém, diminuiu, pois a produção atualmente é voltada para o mercado do turismo, em forma de *souvenirs*, valorizando-se o pequeno formato, que diminui o preço e facilita o transporte. É o que se pode constatar no Atelier do Artesão (equipamento criado e mantido pela prefeitura de Petrolina, para concentrar os artistas, que assim criam e comercializam seus produtos em um só lugar).

“ O Vale Sanfranciscano é, na prática, considerado uma área federal, independentemente de seu conteúdo social, de seus habitantes. O exemplo mais recente é o do projeto, em curso, de transposição de suas águas, contra o qual se mobilizaram...” ”

Os grandes mestres, como Roque Santeiro, que produziu durante toda sua vida imagens de santos, daí o apelido, hoje diversificou a sua produção, criando imagens que tratam de situações do cotidiano, como o parto, o descanso dos velhos e crianças brincando etc. O mestre Pedro Queimado, que reside em Juazeiro e tem ateliê em sua própria casa, trabalha com a madeira umburana sob encomenda, este grande artista confecciona carrancas em qualquer tamanho e com excelente padrão de qualidade. Não poderia ser omitido o nome de Cizaltino Brito, artesão juazeirense, que se pre ocupa em resgatar a história da navegação fluvial, reproduzindo em tamanho reduzido e com muita sensibilidade os vapores que navegavam no São Francisco, inclusive introduzindo instalação elétrica e bonecos de plástico, representando a tripulação e os passageiros. Um outro artesão com quem se manteve contato foi Milton Cão, de Xique-Xique, que se especializou em produzir imagens de

pescadores em madeira. Sua marca é divulgada em diversos espaços: em praças públicas, no Parque Aquático, como decoração de hotéis e pousadas e de casas comerciais e particulares, existe sempre uma escultura do pescador. Há, todavia, um traço comum que liga todos estes artistas: é o sentimento religioso, a crença em um Ente superior que os guia e os inspira em suas criações.

5 Conclusão

Com o estudo realizado no Vale Sanfranciscano, municípios de Juazeiro / Petrolina, Barra e Xique-Xique, constatou-se a grande complexidade que caracteriza a área, tendo em vista as transformações pelas quais tem passado nas últimas quatro décadas.

Os grandes empreendimentos resultantes de políticas públicas sempre se caracterizaram por serem decisões que vêm do Poder Executivo Central sem a participação da população local. Foi assim ao longo da história: período anterior, durante e posterior ao regime militar [1964-1985]. O Vale Sanfranciscano é, na prática, considerado uma área federal, independentemente de seu conteúdo social, de seus habitantes. O exemplo mais recente é o do projeto, em curso, de transposição de suas águas, contra o qual se mobilizaram o Comitê da Bacia, diversas pastoraes, grupos indígenas, quilombolas, diversos pesquisadores, políticos e outros segmentos da sociedade. Todas essas vozes foram contrárias a este projeto e favoráveis a um outro, mais significativo para a Bacia do São Francisco, qual seja, o projeto de revitalização, de longo prazo, na tentativa de reverter a situação de insustentabilidade em que se encontra o rio. Todavia, cumpre assinalar que as obras dessa transposição vêm sendo executadas de forma arbitrária, e em ritmo acelerado, contra o posicionamento da população ribeirinha e de seus representantes.

⁶ Retiradas informações dos Relatórios de Viagem de Naira Brandão sobre o Artesanato no Vale.

“ *Trata-se de um mundo no qual as populações ribeirinhas estão vivendo os seus infortúnios, seus dilemas, suas dificuldades e contradições sustentadas por um discurso hegemônico que vem justificando as tragédias...* ”

Por outro lado, o represamento das águas do São Francisco na imensa barragem que é o Lago de Sobradinho, possibilitou a geração de energia e mesmo as facilidades efêmeras para a navegação fluvial, mas, é evidente que as desigualdades se ampliaram com a concentração de terra e da renda, aspectos que não podem ser minimizados, tendo em vista que até os dias atuais ficaram muitas pendências com relação às indenizações das populações que foram desalojadas por esse empreendimento.

Outro aspecto significativo é a introdução da agricultura irrigada, que produziu, de acordo com determinados grupos, os “novos sertões” tanto com a mudança na paisagem, nos desafios para a população local, quanto no enfrentamento de novas técnicas agrícolas, na necessidade de capacitação e nos problemas ocorridos com o desconhecimento dessas técnicas, como a poluição dos rios e riscos para a saúde da população, decorrentes do uso de inseticidas e agrotóxicos. Mas sabe-se que quarenta, cinquenta anos depois o espaço geográfico continua com todos esses contrastes: mudanças drásticas, impactantes e outras que se processam no cotidiano.

As significativas diferenças que o local faz persistir dentro desse processo de globalização financeira são dissimuladas nesse jogo entre local e global, numa suposta forma de universalização do consumo. Mas o que ocorre é a transformação da coisa pública, das praças, das festas, da vida cotidiana, do saber tradicional, do artesanato. Modifica-se a “paisagem” das pequenas cidades, rompem-se laços de solidariedade, privatiza-se o espaço público, prioriza-se o interesse do grande capital.

A tendência à inovação e institucionalização das práticas culturais, que impulsionam, cada vez mais, os “empreendedores” das culturas locais a se alinharem aos critérios ditados pelas políticas culturais globalizadas, cria novas sociabilidades sustentadas pela matriz do discurso da livre iniciativa dos indivíduos. A cultura local é transformada numa mercadoria, como outra qualquer, institucionalizada e integrada ao sistema econômico dominante. Surgem os intermediários que determinam, de acordo com os interesses daqueles que são os donos das marcas, formas de produzir e de comercializar os produtos.

Trata-se de um mundo no qual as populações ribeirinhas estão vivendo os seus infortúnios, seus dilemas, suas dificuldades e contradições sustentadas por um discurso hegemônico que vem justificando as tragédias como de ordem natural ou como problemas técnicos e a concentração de poder e riqueza como uma decorrência natural deste suposto desenvolvimento, materializando esta área como um espaço dual e complexo.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda, RATTS, Alecsandro (Orgs.) **Geografia: leituras culturais**. JP Ratts. Goiânia: Alternativa, 2003.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Populações ribeirinhas do Baixo São Francisco**. Rio

de Janeiro: Ministério de Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1961.

CORREA, Roberto Lobato. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.

MOREIRA, Elisabet Gonçalves. **Carancas do sertão: signos de ontem e de hoje**. Petrolina: Sesc, 2006.

MOREIRA, Gilvander Luis Moreira (org). **Dom Cappio: rio e povo**. Centro de Estudos Bíblicos. São Leopoldo (RS). 2008.

MORIN, E. **Educação e complexidade: Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Maria da Conceição de Almeida, Edgard Assis de Carvalho (org). Tradução de Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez; 2000.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio de São Francisco: trechos de um Diário de Viagem e a Chapada Diamantina**. Escolas Profissionais Salesianas, 1905. Salvador: Institutos Geográficos e Históricos da Bahia, 1998 (fac-símile da 1. ed.).

SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.

SENADO FEDERAL. Comissão de Acompanhamento de Revitalização do Rio São Francisco. **Relatório Final**. Brasília, DF. 2002.

SOUZA, R.C.A.; CALDAS, A.S. **Viagem ao São Francisco**. Salvador: Unifacs, 2008.

ANÁLISE DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (BA) VIA METODOLOGIA DE INTEGRAÇÃO EM AMBIENTE SIG

MARCIA APARECIDA PROCOPIO DA SILVA SCHEER¹
DENISE SILVA MAGALHÃES²

Resumo

A Pesquisa em andamento tem o objetivo de analisar a vulnerabilidade e as perspectivas de sustentabilidade do Território de Identidade Sertão do São Francisco (BA) por meio de uma metodologia de integração em ambiente SIG, a partir de indicadores ambientais, sociais, econômicos e político/institucionais, visando apresentar alternativas que contribuam para a compreensão desses problemas, formulando diagnósticos positivos que impulsionem ações efetivas. Os materiais utilizados são: dados primários, secundários (IBGE, SEI, PRONAF) e imagens de satélite. Deve-se destacar a importância da realização deste tipo de pesquisa na região, cujo perfil agrícola dá suporte a realidades distintas: a produção de frutas para exportação e outros produtos agrícolas destinados à indústria; a produção familiar e de subsistência que sofrem diretamente com as adversidades locais e, também, pela atual discussão sobre o uso racional da água no país e a Transposição do rio São Francisco. A abordagem metodológica desta pesquisa será quali-quantitativa e como resultado espera-se obter um banco de dados integrado, em SIG, para a realização de análises e correlações sobre o território de estudo.

São previstos como produtos a elaboração de uma metodologia de continuidade do estudo, a caracterização dos sistemas produtivos, o mapeamento das áreas que sofrem com a escassez hídrica, entre outros.

Palavras-chave: Território de Identidade; Agricultura Familiar; Agronegócio. Transposição.

Abstract

This on going Research has as its objective to analyze the vulnerability and sustainability perspectives of the *Sertão do São Francisco (BA)* Identity Territory via integration methodology in GIS environment, based on environmental, social, economical and institutional/political indicators, aiming at presenting some alternatives for the best comprehension of these problems, thus formulating positive diagnosis which may impel effective actions. The adopted base materials are: primary and secondary data (IBGE, SEI, PRONAF) and satellite imagery. The importance of such a research in that re-

gion, in which the agricultural profile supports distinct realities, must be emphasized: the fruit production for export and other agricultural products for industrialization, the familiar and subsistence production, which directly suffers with local adversities, plus the current general discussion on the rational water use, and the São Francisco River Transposition. This research's methodological approach shall be qualitative and the expected result is the elaboration of an integrated data bank in a GIS, to permit the realization of analysis and correlations of the study territory. The elaboration of a methodology for the permanence of this study, the characterization of productive systems and the water shortage areas mapping are among the previewed products of this research.

Keywords: Identity Territory; Familiar Agriculture; Agrobusiness Transposition.

JEL: O4; O44

¹ Doutora em Geografia, Professora Adjunto I do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: maproco@ufba.br.

² Mestra em Análise Regional, Professora Assistente III do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: denisemagal@yahoo.com.br.

1 Introdução

O presente artigo divulga a pesquisa intitulada “*Geoprocessamento como estratégia de investigação do espaço geográfico: uma abordagem socioambiental aplicada ao Território de Identidade Sertão do São Francisco (BA), 2004 a 2006*” desenvolvida no Laboratório de Estudos Ambientais e Gestão do Território (LEAGET) do Mestrado em Geografia/Departamento de Geografia/IGEO/UFBA e os resultados até então obtidos.

Nas últimas décadas, o meio ambiente tem sofrido intensas mudanças influenciadas pela ação do homem através de impactos de diferentes naturezas. No setor agrícola, uma das principais problemáticas é obter alto índice de produtividade, visando suprir o mercado e, ao mesmo tempo, garantir a produção de alimentos à maioria da população.

Acompanhando esta tendência, o cenário brasileiro está dividido em dois modelos distintos de desenvolvimento agrícola. O primeiro reforçado pelo processo produtivo implementado, desde 1960, com a “Revolução Verde”, voltado à mecanização da agricultura e ao agronegócio. O segundo visa fortalecer a agricultura familiar e a construção de um novo projeto de desenvolvimento rural, o qual tende a se articular em torno da agroecologia.

Mais particularmente, pode-se dizer que o campo baiano guarda heranças de latifúndios dos tempos da aristocracia escravocrata com uma alta concentração fundiária, e que, desde o início da década de 1990, tem sofrido um profundo processo de transformação produtiva, tecnológica, espacial e sócio-estrutural, caracterizando-se por diferenças entre os dois modelos de desenvolvimento rural vividos.

Incluída mais de 60% de área no trópico semi-árido, o Estado da Bahia está sujeito às irregularidades nas precipitações pluviométricas anuais, caracterizando-se pela extrema variabilidade tempo-espacial.

Este fato repercute na atividade agrícola regional, com grandes impactos na qualidade de vida das comunidades. Aliado à adversidade climática, as práticas agrícolas inadequadas, a concentração da propriedade da terra, o acesso ao uso produtivo da água, altos índices de pobreza, exclusão social, são exemplos da fragilidade socioambiental de extensas áreas do semi-árido baiano, com graves conseqüências para a economia local.

Preocupado com esta situação, o Governo Federal implantou, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, no sentido de minimizar as diversidades entre os agricultores familiares do ponto de vista econômico e social, o Estado implantou o Seguro da Agricultura Familiar.

Frente às mudanças sofridas no meio rural do Estado, nos últimos anos, especificamente na área componente ao Território, torna-se relevante a presente pesquisa onde se investiga o comportamento dos elementos envolvidos no processo de produção da agricultura – fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais – principalmente por se tratar de uma região cujas vulnerabilidades naturais e humanas fazem com que os impactos sofridos sejam cada vez maiores e, muitas vezes, irreversíveis.

Este artigo está organizado em duas seções. A primeira ressalta: a pesquisa; a problemática e questionamentos sobre a região; objetivos e necessidades da pesquisa; a metodologia adotada e etapas de trabalho; o referencial teórico-

metodológico; os resultados já obtidos; a relevância do estudo na academia; e sua originalidade.

A segunda seção enfoca os resultados dos trabalhos de campo; o trabalho apresentado em simpósio; a pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); a execução da base cartográfica para o Território; e perspectivas quanto a um novo mapeamento do Estado da Bahia.

Nas considerações finais ressaltam-se os trabalhos de campo que permitiram evidenciar as diversidades e contradições da região e a degradação de um dos mais importantes rios brasileiros - o São Francisco.

2 A pesquisa

A Pesquisa³ em desenvolvimento desde meados de 2008, conta com a participação de vários professores pesquisadores do Departamento de Geografia da UFBA, professores colaboradores, aluno bolsista e alunos voluntários do curso.

A proposta da pesquisa foi formulada conforme preocupação dos pesquisadores, em inserir regiões agrícolas do Estado da Bahia que sofrem com a escassez hídrica, nos mercados nacionais e internacionais. Para tal, optou-se pelo estudo do Território de Identidade Sertão do São Francisco (BA)⁴ (Figura 1), composto pelos municípios de Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá, ao Norte do Estado, região problemática por apresentar altos índices de semi-aridez e relevantes questões socioeconômicas e culturais.

³ Coordenada pela Profa. Dra. Marcia Aparecida da Silva Scheer.

⁴ Os Territórios de Identidade da Bahia foram implantados pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2005, por meio de uma metodologia de integração em ambiente SIG, a partir de indicadores ambientais, sociais, econômicos e político-institucionais, visando apresentar alternativas que contribuam para a compreensão desses problemas formulando, assim, diagnósticos positivos que impulsionem ações para sua resolução. (SCHEER *et al.*, 2008).

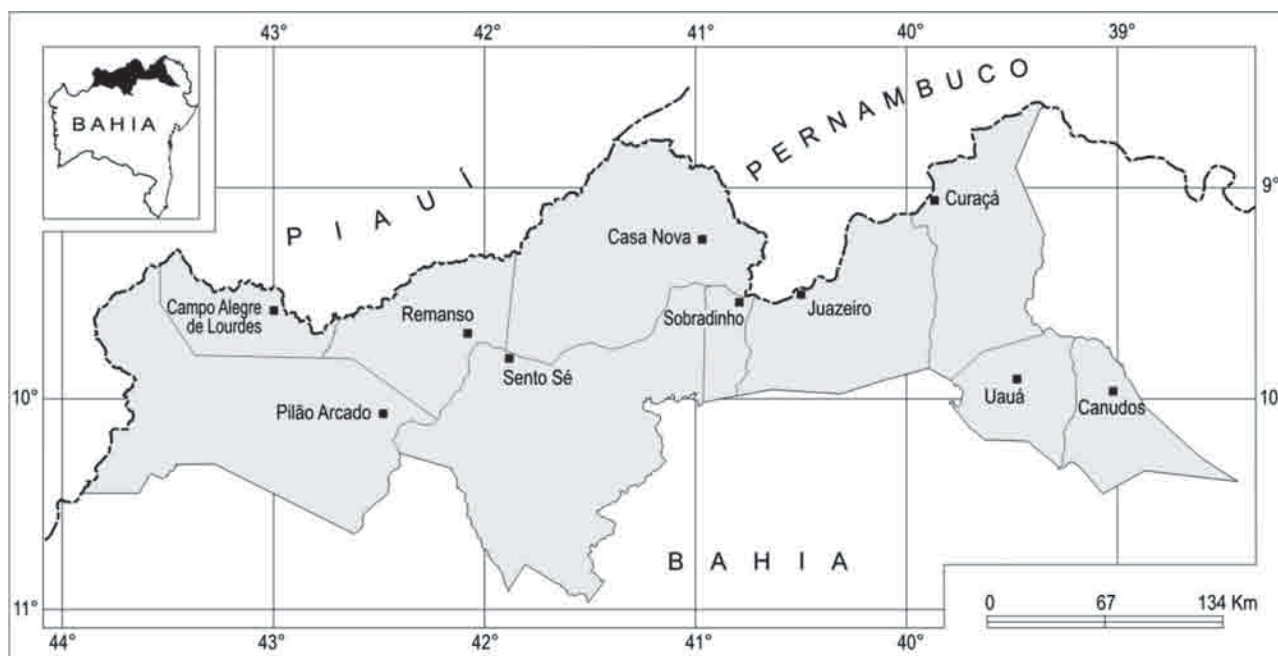


Figura 1: Território de Identidade Sertão do São Francisco.

Fonte: SEI/SEPLAN, 2010.

A partir das hipóteses de trabalho e do amadurecimento da concepção inicial da pesquisa, foram identificadas várias questões que serão respondidas com a utilização de ferramentas de Geoprocessamento, incluindo os Sistemas de Informações Geográficas (SIG). A finalidade de investigação deste Território, no período de 2004 a 2006, foi propiciar o embasamento científico necessário para apresentar alternativas no sentido de contribuir para a compreensão dos impactos sofridos neste espaço geográfico, a fim de formular diagnósticos positivos que impulsionem ações para sua resolução.

Para tanto, segundo Scheer *et al.* (2008) seria necessário: criar Banco de Dados de Atributos com informações municipais de produção agrícola e dados de distribuição de verbas do PRONAF, nos anos de 2004, 2005 e 2006; a partir das imagens de satélite SPOT 4 – *Vegetation*, montar mosaicos mensais, sazonais e anuais, destacando os períodos de escassez hídrica para todo o Estado da Bahia; fazer um recorte do território de es-

tudo e mapear o comportamento da escassez hídrica, no período de 2004 a 2006; elaborar Banco de Dados Espacial a partir dos mapeamentos realizados na pesquisa e outros; unificar e correlacionar os Bancos de Dados em ambiente SIG; gerar produtos cartográficos, gráficos, tabelas e textos sobre os resultados; e inferir sobre possíveis soluções para minimizar os impactos vividos na região. Objetivou-se, ainda, implementar um novo espaço para outros estudos e pesquisas similares, junto aos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da UFBA.

A metodologia adotada para a pesquisa partiu de um estudo realizado no Grupo de Segurança Alimentar da *European Commission Joint Research Centre (JRC)*, sediada na Itália, que tem como intermediário o Prof. Dr. Jansle Vieira Rocha, da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da UNICAMP – SP. O professor participou do grupo e entusiasta da metodologia de integração aplicada nos estudos, a trouxe para o Brasil com o objetivo de difundi-la

e adaptá-la à realidade brasileira, mais especificamente em área onde o risco da seca é evidente, sendo este o caso do Território de Identidade Sertão do São Francisco. De forma que foi relevante esta colaboração entre a FEAGRI/UNICAMP e os grupos de pesquisa do IGEO/UFBA, que permitiu a realização da presente pesquisa.

Como dito, a pesquisa visa integrar metodologias - validadas por diversos autores - com integração dos dados do meio físico e indicadores socioeconômicos do Território. A abordagem metodológica é quali-quantitativa e para o seu desenvolvimento se faz necessária a utilização de diferentes tipos de dados: imagens de satélite SPOT 4 – *Vegetation* disponibilizadas pela Universidade Estadual de Campinas - SP; Produção Agrícola Municipal (PAM); Distribuição de Verbas; além dos dados do meio físico e referenciais bibliográficos quanto aos diferentes temas abordados.

O procedimento metodológico foi dividido em três etapas de trabalho:

“**Releva-se a importância acadêmica da pesquisa, onde a equipe de alunos da UFBA tem a oportunidade de aprofundar os estudos sobre Geoprocessamento, SIG, e a originalidade do projeto que parte de uma nova abordagem metodológica...**”

Inicialmente procedeu-se a coleta e tratamento de dados estatísticos, suas análises e correlações. Nesta fase, verificou-se os cultivos produzidos e os destinados à alimentação da população dos municípios; os produtos para exportação; e de que forma a PRONAF está auxiliando o desenvolvimento rural regional.

A seguir, procedeu-se a análise geocológica do território através de revisão de referencial teórico, de documentos cartográficos e dos dados de temperatura e precipitação pluviométrica; o tratamento digital e interpretação das imagens orbitais, auxiliado pelo resultado do *Normalized Difference Vegetation Index (NDVI)*⁵, nas quais seriam identificadas as áreas que sofrem com a escassez hídrica; o agrupamento das imagens orbitais, em mosaicos mensais, sazonais e anuais para monitorar o comportamento das evidências de seca na região e inferir sobre possíveis consequências. Ainda nesta etapa, elaboração da base cartográfica para o Território em estudo.

Por fim previstas a unificação/integração dos Bancos de Dados, compostos de mapas temáticos realizados na pesquisa e de outros referentes à região, além do material coletado nos trabalhos de campo e entrevistas; analisadas as transformações ocorridas na prática agrícola em áreas com constantes eventos de secas, relacionando-os com os dados do PAM⁶ (IBGE) e do PRONAF.

O referencial teórico-metodológico teve como base estudos de Raffestin (1993), Silva e Silva (2003) e Santos (2006) na análise do território; Drew (1986) e Christofolletti (1999) nos estudos dos sistemas ambientais; Ayyar (1969) e Gerardi e Silva (1981) quanto às técnicas de classificação estatística; Novo (1988) e Crosta (1999) no tratamento das imagens orbitais; e Burrough (1986) e Assad e Sano (1993) quanto ao SIG.

Espera-se com os resultados gerados na pesquisa: detectar/analisar o comportamento da produção agrícola nos municípios; levantar os diferentes tipos de impactos, através das correlações entre as análises geocológicas, dados censitários de produção agrícola e distribuição de verbas do PRONAF, no triênio 2004-2006; responder às indagações levantadas pelos pesquisadores; e gerar subsídios científicos que auxiliarão no processo de planejamento regional objetivando minimizar impactos – gerais, científicos, ambientais, de viés econômico e social - sofridos no território.

Releva-se a importância acadêmica da pesquisa, onde a equipe de alunos da UFBA tem a oportunidade de aprofundar os estudos sobre Geoprocessamento, SIG, e a origina-

lidade do projeto que parte de uma nova abordagem metodológica que procura suprir carências de estudos aplicados ao semi-árido, no caso do Território de Identidade Sertão do São Francisco (BA).

3 Resultados preliminares obtidos

3.1 Os trabalhos de campo

Realizou-se na Região do Vale do São Francisco, de 11 a 14/11/2009, o primeiro trabalho de campo com Profa. Noeli Pertile e alunos da disciplina Geografia Humana II do Curso de Geografia da UFBA, originando relatório publicado na Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 173 – 185. Florianópolis, junho de 2010.

O segundo realizado de 3 a 5/3/2010 pela Profa. Marcia Scheer na oportunidade da participação no Encontro Nacional de Enfrentamento à Desertificação (ENED), promovido pelo Governo Federal.

O terceiro trabalho de campo foi feito pelas professoras Marcia Scheer e Denise Magalhães na oportunidade do *II Workshop Rio São Francisco – Cultura, Identidade e Desenvolvimento: um olhar do ribeirão sobre as mudanças no seu modo de vida*, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) – Campus Juazeiro/BA, de 3 a 06/08/2010, sob a realização da Universidade Salvador (UNIFACS), em parceria com outras instituições.

Durante as três etapas de trabalho de campo foram visitados: a Embrapa Semi-Árido (Centro Eco-Regional), em Petrolina - PE; a Fazenda Ouro Verde (Vinícola Miolo),

⁵ O NDVI é um dos índices mais utilizados nos dias atuais para diversos tipos de análise da vegetação e na estimativa da produção agrícola com relações entre a precipitação e a temperatura, contribuindo com os estudos ambientais. (SCHEER, *et al.*, 2008).

⁶ O PAM abrange 13 produtos entre três gêneros alimentícios necessários à alimentação básica. Sua utilização na pesquisa se deve: a relevância dos produtos na dieta alimentar da população; à importância econômica da produção agrícola nos municípios que levam a diferentes destinações industriais; e à importância social na medida em que a segurança alimentar é um direito que deve ser garantido a todo o cidadão. (SCHEER *et al.*, 2008).

em Casa Nova - BA; a Barragem de Sobradinho e escritório da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em Sobradinho e no município de Juazeiro - BA: o Mercado do Produtor, na cidade; a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF); as Agroindústrias do Vale do São Francisco (AGROVALE); a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Juazeiro; e o Instituto Regional de Pequenos Agricultores Apropriados (IRPAA).

A missão da Embrapa Semi-Árido - o mais importante centro de pesquisa agropecuária da região - é desenvolver e transferir tecnologias para as empresas e pequenos agricultores, mas com foco no agronegócio.

O que ratifica tal situação é o fato de que os empresários, latifundiários, podem financiar pesquisas da Embrapa [...], mas os pequenos produtores [...] acabam ficando a margem do processo produtivo e, muitas vezes, sem condições de produzir até mesmo para o próprio consumo. (VAZ; PERTILE; LIMA, 2009).

O discurso da Embrapa é voltado para o favorecimento das grandes plantações destinadas à exportação de frutas do vale do São Francisco. De maneira que a empresa subsidia projetos que utilizam a irrigação, incluindo: o controle biológico (devido às exigências dos países importadores); a produção de mudas de uvas para mesa, sem sementes, e uvas para vinhos; o melhoramento de sementes para a produção de culturas exógenas; e a agricultura orgânica com cultivos de manga, melão e cebola. Já na agricultura de sequeiro⁷, o projeto da Embrapa é a barragem de lençol freático, sendo este um dos poucos projetos desenvolvidos para a pequena agricultura. Observa-se, entretanto, um foco no agronegócio, pois conforme palestra ministrada por técnico da Embrapa Semi-Árido

é *"lamentável que tal técnica não possa se ajustar para as grandes propriedades"*. (VAZ; PERTILE; LIMA, 2009).

Segundo os autores, a chegada de grandes produtores (a exemplo da Vinícola Miolo, no município de Casa Nova) modificou a configuração espacial da região, pois as áreas antes dominadas por pequenos produtores foram modificadas em razão do novo sistema produtivo de cultivo da uva. Desse modo, a região vem se destacando pela produção de vinhos jovens e de reserva, vinhos aromáticos, leves e frutados e os principais cultivares são utilizados para vinhos tintos, brancos, espumantes e rosados.

Uma trilha ecológica com placas indicativas das espécies do bioma da caatinga foi feita pela Embrapa Semi-Árido. Por ocasião da visita técnica, e de acordo com a estação seca, as referidas espécies apresentavam-se conforme seu significado em tupi guarani, uma *"mata branca"*, aspecto este da maioria das árvores da caatinga no período citado.

Os projetos de irrigação da CODEVASF, como o Salitre e o Maniçoba, disseminam a idéia de que o Vale do São Francisco é o *"El Dourado"*⁸, visto que, em meio à seca foi possível os grandes cultivos de frutas. Observa-se que a grande quantidade de água extraída do rio São Francisco por estes projetos de irrigação, aliada ao consumo humano e industrial, leva a dados como a redução da vazão do rio em 40% em 40 anos. (VAZ; PERTILE; LIMA, 2009). Segundo os autores, fica somente no discurso da CODEVASF o conceito de desenvolvimento sustentável.

Criado para atender ao pequeno produtor, o Mercado Produtor de Juazeiro surgiu no entroncamento da saída da cidade, a partir de uma concentração natural dos trabalha-

dores rurais provenientes do Projeto Salitre e Tourão, hoje considerado o maior entreposto de hortifrutigranjeiros e também o maior em movimentação financeira do Norte e Nordeste do Brasil, ocupando o 4º lugar no *ranking*.

Segundo o seu diretor, Sr. Nivaldo Martins, e nossa visão da paisagem (um mosaico desorganizado de pessoas e hortifrutigranjeiros em box's, no chão, em caminhões ou carroças puxadas a burro), o Mercado é mais sucateado que outras Centrais de Abastecimento (CEASAS). Com 7,8 ha de área, o espaço já é pequeno e enorme quantidade de comerciantes e caminhões ficam ao seu redor. Além desse problema administrativo enfrentado no entreposto, destacam-se outros como: proposição de alternativas para o uso da tração animal por carrinhos, política esta que objetiva uma melhor higiene do local, além de não sujeitar os animais ao trabalho excessivo e maus tratos; a questão dos atravessadores/produtores; os vícios dos comerciantes nordestinos; problemas na arrecadação e inadimplências que dificultam a manutenção e melhoria do Mercado; e a falta de consciência ambiental dos que lá trabalham. Segundo o Sr. Nivaldo há muito a se fazer e os exemplos disto são os projetos de reaproveitamento para composto orgânico que desenvolvem com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Observam Vaz; Pertile e Lima (2009) que neste entreposto, havia crianças trabalhando a encher sacas de melão, sendo surpreendente constatar que as autoridades locais negligenciam a exploração do trabalho infantil no Mercado.

O Lago de Sobradinho - o segundo maior artificial do mundo em espelho d'água - inundou mais de 4.000 km² de áreas agrícolas e de pe-

⁷ Técnica agrícola de plantar em áreas onde a pluviosidade é reduzida e sem a utilização de métodos artificiais de irrigação. (VAZ; PERTILE; LIMA, 2009).

⁸ Chamar o Vale do São Francisco de El Dourado, em alusão a lenda indígena sul-americana, faz referência ao sucesso econômico vivido pela região. (VAZ; PERTILE; LIMA, 2009).

cuária na região, afetando mais os municípios de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado que tiveram suas sedes transferidas.

[o] realocamento populacional se deu através da expulsão violenta principalmente dos moradores das áreas rurais, na sua maioria camponeses pobres, que viviam nas barrancas do rio cultivando os solos aluviais das ilhas e margens do rio, pescando e criando animais. (BOMFIM, 1999, não paginado).

Relata o autor a forma dramática como os camponeses foram expulsos de suas terras, sem direito a quase nada, a não ser irrisórias indenizações o que se constituiu em grande injustiça social. De acordo com Caldas (2006) a reação de muitos atingidos que se negavam a deixar suas terras ou emigrar aos grandes centros urbanos do país foi a de reinstalarem-se nas margens do Lago, sendo empregada a violência, pelo comando da Polícia Militar, para desalojá-los.

A CHESF cumpriu à força o seu objetivo de produzir energia para as regiões Norte e Nordeste do país, mas a um elevado custo social, prejudicando parte da população, que até hoje não conseguiu reencontrar seu espaço e seu modo de viver. (CALDAS, 2006, p. 117).

As Agroindústrias do Vale do São Francisco S.A. (AGROVALE), situadas do município de Juazeiro, grande empresa monocultora da cana-de-açúcar com 36.745,42 ha de área, é uma das maiores produtoras de açúcar do Nordeste do país. Sua base de produção está, também, voltada para a produção de energia, álcool e composto orgânico, sendo a água totalmente captada do rio São Francisco e seus afluentes.

Fatores físicos locais, como a topografia plana e o solo de massapé, favorecem o cultivo da cana garantindo sua produtividade, ainda que o processo do corte seja manual, com queimadas. Os impactos provocados ao meio ambiente local, segundo os

“*Pode-se verificar que alguns municípios da região, nos decorrentes trinta anos, apresentaram queda da população rural, sendo o caso de Casa Nova, Remanso e Sento Sé. Em Pilão Arcado a população rural praticamente se manteve.*”

entrevistados, são minimizados pela AGROVALE que promove a arborização, recomposição da mata ciliar e reflorestamento de áreas na empresa. Tais ações podem ser observadas no mapa de Uso da Terra, em escala 1:70.000, fornecido pela empresa, que além de ser valioso material cartográfico de consulta para a nossa pesquisa, permite estabelecer comparativos com o “verdadeiro uso” verificado nas imagens de satélites.

A idéia do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), localizado em Juazeiro, é: “*viver no semi-árido é aprender a conviver com o clima*”. Na área de 30 ha, da ONG, são produzidos produtos orgânicos que não tem preço diferenciado no mercado se comparado aos produtos com agrotóxicos. O Instituto conta com a colaboração da Embrapa. (VAZ; PERTILE; LIMA, 2009).

3.2 I Simpósio Sobre Cidades Médias e Pequenas da Bahia

Por ocasião do I Simpósio Sobre Cidades Médias e Pequenas da Bahia - IGEO/UFBA de 23 a 29/11/2009, foi apresentado o estudo “*Sertão do São Francisco: mesmo Território e diferentes identidades, 1970 a 2007*” pelo aluno

de graduação Thiago de Aquino Pires, orientado pela Profa. Marcia Scheer. Teve como objetivo analisar o crescimento urbano, entre 1970 a 2000, dos dez municípios componentes do Território, onde se observou um significativo crescimento da taxa de população urbana. Destacava-se Juazeiro que, como grande pólo econômico da região, praticamente quadruplicou, no período, sua população total. Neste contexto, procurou-se verificar se o aumento/redução populacional das áreas urbanas/rurais está relacionado com o desempenho ou não da atividade agrícola.

Pode-se verificar que alguns municípios da região, nos decorrentes trinta anos, apresentaram queda da população rural, sendo o caso de Casa Nova, Remanso e Sento Sé. Em Pilão Arcado a população rural praticamente se manteve. Entretanto, a população urbana em todos os 10 municípios da região sempre ascendeu, no período.

Esta constatação retrata a situação vivenciada no Brasil, ainda sob a égide do Regime Militar, de um rápido e expressivo processo de urbanização acompanhado com os intensos fluxos migratórios, sobretudo a migração rural-urbana, que colaboraram para o crescimento populacional de muitas cidades do país. Aliada à estrutura fundiária, caracterizada pela concentração de terras nas mãos de alguns grandes produtores, e introdução da mecanização, o homem do campo migrava para as cidades em busca de melhores condições de vida.

3.3 A pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Foi realizado pelo aluno voluntário Thiago de Aquino Pires, no Projeto do PIBIC 2008/2009, um recorte da área de estudo das 86 imagens SPOT 4 – *Vegetation*, do triênio 2004 a 2006. Referentes ao ano de 2004, foram processadas e manipuladas 12 imagens (uma para cada 10 dias). O tratamento digital e interpretação



Figura 2: Território de Identidade Sertão do São Francisco, a partir dos recortes das Imagens SPOT 4 – Vegetation.

Fonte: Imagens SPOT 4 – Vegetation, 2004.

das imagens orbitais, auxiliado pelo índice NDVI, permitem a identificação dos locais que sofrem com escassez hídrica. (Figura 2).

Os recortes das imagens SPOT 4 – Vegetation representam o Território de Identidade Sertão do São Francisco no ano de 2004: mês de março sem escassez hídrica e em novembro com escassez hídrica.

Segundo tipologia climática proposta por Thorntwaite & Matther – média Pluviométrica de 1943 a 1983 e Temperatura média referente ao período de 1961 a 1990 – aplicada ao Estado da Bahia em decorrência do conhecimento da realidade da área, o clima da região é classificado como Tropical Semi-Árido, com forte tendência à semi-aridez em função da extrema irregularidade das chuvas ao longo do ano, com totais anuais inferiores a 750mm (nenhum excedente hídrico, megatérmico, evapotranspiração potencial >1.140mm, com chuvas de primavera/verão). De forma geral, as temperaturas médias compensadas anuais das sedes municipais registram elevadas temperaturas (24° a 26°C), intenso índice de evaporação ao longo do ano e índice hídrico anual variando entre -20 e -40%. (SEI, 1998).

3.4 Execução da base cartográfica

Sob a coordenação da Profa. Denise Magalhães, alunos voluntários da graduação em Geografia elaboraram a base cartográfica para o Território Sertão do São Francisco, sendo obtida na Superintendência de Estu-

dos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em meio digital, as folhas topográficas do mapeamento sistemático⁹ e folhas planimétricas¹⁰, na escala de 1:100.000. Com este mapeamento, em Sistema ArcGis, foi possível realizar a compilação com seleção dos *layers* de hidrografia, hipsografia, localidades, limites interestaduais e rede viária. Para atualização, a base será georreferenciada com as imagens Landsat 5 e editada para representação digital e gráfica, objetivando posterior análise da região.

A dificuldade de elaboração da base cartográfica se deve ao fato de, até então, existir defasagem do mapeamento sistemático, na escala de 1:100.000, para o Estado da Bahia que data das décadas de 70 e 80. Daí a necessidade da sua atualização através das imagens de satélites. Importante mencionar que, por conta da relevância da modernização cartográfica, o Governo do Estado da Bahia, desde julho de 2007, decidiu investir no projeto de *Atualização da Cartografia Sistemática*, através da SEI, com recobrimento cartográfico em escalas maiores, a exemplo de 1:50.000 para a região do Semi-árido.

do. Os produtos representam enorme avanço na qualidade do acervo cartográfico e coloca a Bahia em posição de vanguarda no Brasil, proporcionando instrumentos de subsídio imprescindíveis para o planejamento e gestão do seu território.

4 Considerações finais

A despeito das dificuldades encontradas no decorrer desse estudo, considera-se de extrema importância os resultados até então obtidos. Neste contexto, relevam-se as etapas de trabalho vencidas, principalmente os trabalhos de campo que permitiram: uma primeira análise da região estudada; estabelecimento de contatos importantes para uma posterior coleta de dados; e aplicação de questionários, para uma caracterização da região segundo indicadores ambientais e econômicos, na opinião dos entrevistados.

Integrante do Semi-Árido brasileiro, o Território de Identidade Sertão do São Francisco configura-se como uma região marcada por conflitos pela posse de terra e pela introdução de novas técnicas e tecnologias em sistemas de irrigação em razão das condições climáticas,

⁹ Efetuado pelos órgãos responsáveis pela cartografia nacional: Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria do Serviço Geográfico (DSG) do Ministério do Exército e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em convênio com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), durante as décadas de 70 a 80.

¹⁰ Referente ao “vazio cartográfico” do mapeamento sistemático/topográfico do estado da Bahia, na escala de 1:100.000, foram elaboradas oito folhas planimétricas, a partir de um convênio SEI/IBGE.

passando uma imagem de que o desenvolvimento só será possível através da mudança com os grandes projetos de irrigação. Em contrapartida, existem projetos que se preocupam mais em “conviver com o semi-árido” e não transformá-lo através de ações daquela natureza. (VAZ; PERTILE; LIMA, 2009).

Segundo os autores acima referenciados, ficam evidenciadas na região: a situação agrária; as diversidades e contradições; a luta constante entre o pequeno e o grande proprietário, pela manutenção do seu modo de vida ou pela ampliação deste; a semelhança entre os discursos da Embrapa e da CODEVASF no tocante aos destinatários dos projetos sendo, mais uma vez, os grandes produtores; e a degradação de um dos mais importantes rios brasileiros – o São Francisco.

Em todos os empreendimentos visitados os seus representantes foram questionados sobre a transposição do Rio e os projetos de irrigação. Lamenta-se o fato de possuírem profissionais das áreas de engenharia, agronomia e geografia (como é o caso da AGROVALE) que avaliam os impactos ambientais de seus projetos, mas que não possuem a devida consciência ambiental quanto à questão. As respostas indicam que um projeto “tem que ser aprovado primeiramente pela Agência Nacional de Águas (ANA)”, que “a transposição é inevitável”, que o “impacto é muito pequeno”, eximindo aqueles da responsabilidade. Este não sendo o caso da Engenheira Agrônoma da Embrapa Semi-Árido que declarou, em palestra, ser “a favor da transposição”.

Entretanto, sentimo-nos acalentados em perceber que, na região, existem pessoas que atuam de forma obstinada com a questão sobre a transposição do rio São Francisco, em diversos segmentos da sociedade. Este é o caso da promotora Luciana Khoury que demonstrou em palestra proferida durante o *II Workshop Rio São Francisco* as ações que têm sido implementadas no

sentido de minimizar as obras da transposição. Do Sr. João Lopes de Sousa, ribeirinho que conviveu 90 anos com o rio São Francisco, ficaram registrados emocionantes posicionamentos contra a transposição do rio: “Até hoje só vi agressão ao São Francisco”; “Qual a água que temos pra dar?”; “Para servir a quem?”; “O rio não precisa de transposição, precisa *desen-tulhar*”. Quando se referia à foz do rio, fez importante observação: “O Rio São Francisco não cai mais dentro do mar. O mar cai dentro do São Francisco”.

Com relação às obras iniciadas de transposição, e ao percentual de 35% que foi feito até hoje, Roberto Malvezzi, representante da Diocese de Juazeiro, questiona: “A obra vai em frente?”. Ao que concordamos com a menção: “Quem criou a obra, criou uma contradição que não tem saída”.

Referências

ASSAD, E. D.; SANO, E. E. Sistema. **Sistema de informações geográficas:** aplicações na agricultura. Brasília: EMBRAPA, 1993.

AYYAR, N. P. **Crop regions of Madhya Pradesh – a study in methodology.** Geographical Review of India, v. 31, n. 1, p. 1 – 19. Calcuta, 1969.

BOMFIM, J. D. **Movimentos sociais de trabalhadores no rio São Francisco.** Scripta Nova Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788], n. 45 (30), 1 de agosto de 1999.

BURROUGH, P. **Principles of geographical information systems for Land Resources Assessment.** OXFORD: New York, 1986.

CALDAS, A. S. **Globalização em territórios periféricos:** os sistemas produtivos rurais da Bahia e da Galícia. Salvador: UNIFACS, 2006. 274 p. : il.

CHRISTOFOLLETI, A. **Modelagem de sistemas ambientais.** São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

CROSTA, A. P. **Processamento digital de imagens de sensoriamento remoto.** Campinas: UNICAMP, 1992.

DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente.** Tradução de João Alves dos Santos. São Paulo: Difel, 1986.

GERARDI, L. H.; SILVA, B. **Quantificação em Geografia.** São Paulo: Difel, 1981.

NOVO, E. M. L. M. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações.** São Paulo: Edgard Blucher, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

SILVA, S. C. B. M.; SILVA, B. C. N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia.** 1 ed. Salvador: Mestrado em Geografia da UFBA, 2003. v. 1. 182 p.

SCHEER, M. A. P. S. *et al.* **Geoprocessamento como estratégia de investigação do espaço geográfico:** uma abordagem socioambiental aplicada ao Território de Identidade Sertão do São Francisco (BA), 2004 a 2006. 2008. 12 f. Projeto de Pesquisa (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia/ Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Análise dos atributos climáticos do estado da Bahia.** Salvador: SEI, 1998. 85 p. (Série Estudos e Pesquisas, 38).

VAZ, C. B. N.; PERTILE, N.; LIMA, U. D. S. Relatório de campo no vale do São Francisco: vivendo do ou vivendo com o semi-árido. **Revista Discen-te Expressões Geográficas,** Florianópolis, nº 06, ano VI, p. 173 – 185, junho de 2010.

O RIO SÃO FRANCISCO: GEOGRAFIA E PODER NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

ELIZABETH W. KIDDY¹

Resumo

Neste artigo examino os caminhos que tornaram o Rio São Francisco um depósito de sonhos e desejos da elite brasileira durante o século XIX e que culminou na realização do próprio destino manifesto, o de *grandeza*. Com o título “Rio da Integração Nacional” que viria a se consolidar nas primeiras décadas do século XX, na raiz do desejo de “domar” o Rio São Francisco estava a vontade de criar e articular o significado da identidade nacional brasileira. A identidade nacional é construída a partir de forte base de imaginação e expansão territorial – sonhos e terra. Mais do que ser simplesmente uma página estática onde o processo da história é projetado, o espaço territorial e o entendimento do próprio espaço, tem desempenhado papel importante nos caminhos que a história se revela. Uma importante parte da equação, de qualquer maneira, e uma que só recentemente tem sido considerada pela história é o controle e administração dos recursos hídricos. Gostaria de sugerir que os projetos do final do século XX – hidroelétricas, irrigação, e a própria transposição do rio – que são entendidos como um novo contexto, são projetos que permeiam o imaginário do governo central brasileiro, desde o princípio da nação.

Palavras-chave: Rio São Francisco; Identidade nacional; Território.

Abstract

In this paper I examine the ways that the São Francisco became the repository of the dreams and desires of the nineteenth century Brazilian elite to fulfill the nation's own manifest destiny, that of *grandeza*. As the title “River of National Unity” would come to express in the first decades of the twentieth century, at the root of the desire to tame the São Francisco was the urge to create and articulate the meaning of Brazilian national identity. National identity is built on the amazingly strong foundations of imagination and territorial expanse – dreams and dirt. Rather than being simply a static page on which the processes of history are projected, territorial space and the understanding of that space has played an active role in the ways that national histories unfold. An important part of the equation, however, and one that has only recently entered the historiography is the control over and management of water resources. I would like to suggest that the projects of the late twentieth century – hydroelectric, irrigation, and the transposition of

the river – must be understood in its context of being just the most recent in a line of projects that the central government has dreamed for the São Francisco River since the earliest days of the nation.

Keywords: São Francisco River; National Identity; Territory.

JEL: R1; R11

Há décadas que o governo nacional brasileiro se interessou em promover projetos ao longo do rio São Francisco com o fim de desenvolver economicamente o país e unir a nação. O mais recente desses planos, sem dúvida, é atualmente a transposição. Com o projeto de transposição o governo planejou, a despeito das muitas vezes em oposição, e agora está realizando um plano ambicioso e controverso em que uma série de canais carregará a água do rio São Francisco até o polígono semi-árido do Nordeste. Os que apoiam o plano dizem que os canais serão utilizados para trazer água às pessoas que moram nas áreas mais vulneráveis a seca. Os críticos sugerem que a água transposta irrigará as grandes fazendas e o agronegócio.

¹ Doutora em Estudos Latinoamericanos, Professora de história no Albright College, Reading, Pennsylvania, EUA. E-mail: ekiddy@alb.edu

Não obstante a urgência dos debates, os planos atuais para melhorar a natureza, e por extensão a nação, através da modificação do rio São Francisco, estes debates representam somente a mais recente tentativa numa história de projetos semelhantes, que começaram antes da Independência do Brasil. Por exemplo, em 1807 o desembargador da Bahia, João Rodrigues de Brito, opinou que o rio São Francisco fosse interrompido à partir da cachoeira de Paulo Afonso, que “não parecia difícil sangrar o rio mais acima, e separar dele um braço que tomasse outra direção” (SILVA 1847). Em outras palavras, sugeriu cortar um canal acima da cachoeira, até a beira do mar, para que os produtos agropecuários pudessem ser transportados mais facilmente aos mercados das grandes cidades no litoral. Em 1818, no reinado do Dom João VI, a idéia se desenvolvia para a construção de canais para levar água do São Francisco até o Ceará. Uns cinquenta anos depois, em 1873, o deputado Alencar Araripe proclamou que “Quem lança os olhos para a carta geográfica do nosso país reconhece que este rio destinava-se a ir depor as suas águas em paragens mui diversas daquelas onde foi findar o seu curso”.² A canalização se tornou um dos muitos planos recomendados para as águas do rio São Francisco e da sua bacia, enquanto os deputados e senadores voltavam seus olhos para o vasto sertão e depositavam seus sonhos nas margens daquele rio, ao longo do século dezanove.

Como o título *o rio da unidade nacional* expressará nas primeiras décadas do século vinte, o desejo a civilizar o São Francisco veio de um impulso de criar e articular o significado da identidade nacional (CARDOSO, 1979). Identidade nacional, como nos lembra o (ANDERSON, 1991), está construída na base da imaginação. Além da imaginação, porém, qualquer nação não existiria sem território. Historiadores estão explorando cada dia mais o concei-

“ Neste texto examino as diversas maneiras em que o São Francisco se tornou o repositório dos sonhos e desejos da elite brasileira oitocentista a cumprir o seu próprio destino manifesto, o de grandeza. ”

to do espaço na história, especificamente a importância crítica de entender como uma nação lida com seu próprio território. Em vez de ser uma página estática em que o processo da história está projetado, o espaço territorial desempenha uma parte importantíssima nas histórias nacionais. Se o ato de mapear e descrever um espaço nacional era (e é) fundamentalmente sobre o poder do estado sobre seu território, o desejo de controlar os recursos hídricos traz um elemento fundamental na busca e consolidação deste poder através da racionalização e manipulação do espaço nacional.³

Conceituando o seu território como um corpo da nação, as elites brasileiras do século dezanove imaginavam os rios como veias, com o potencial de unir o território brasileiro e possibilitar a circulação de bens e informação do coração até as partes mais remotas do país. O Brasil é rico em recursos hídricos, e es-

tudiosos do século dezanove escreveram, planejaram, e pensaram muito sobre todos os mais importantes rios. O rio mais estudado e sonhado neste século foi o rio São Francisco. Já, em 1870, o geólogo Charles Frederick (HARTT, 1870), que participou da expedição Thayer na década de 1860, comentou que “nenhum rio no Brasil tem sido tão estudado e mapeado tão cuidadosamente quanto o rio São Francisco e o seu afluente, o rio das Velhas.” Foi visto como o rio com o potencial que poderia cumprir o destino de *grandeza*, que ficou latente no vasto território do Brasil. O rio São Francisco cumpriria este destino por servir como uma parte de um grande círculo de comunicação e transporte, com o rio ligado ao litoral com a ferrovia. O transporte traria produtos agropecuários até as cidades litorâneas e carregaria civilização ao sertão.⁴

Neste texto examino as diversas maneiras em que o São Francisco se tornou o repositório dos sonhos e desejos da elite brasileira oitocentista a cumprir o seu próprio *destino manifesto*, o de grandeza. Gostaria de sugerir que o projeto atual fosse entendido como o mais recente, numa longa história dos projetos sonhados e realizados pelo estado brasileiro para o rio São Francisco.

Na viagem para assumir o posto do governador do Pernambuco, depois de servir como governador de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro viajou duzentos quilômetros do rio São Francisco, e escreveu seus pensamentos e observações numa carta longa ao rei, em 1805 (MONTENEGRO, 1805). Montenegro enfocou sua atenção na falta de lei na região, e na administração completamente corrupta, que, a seu ver, deixou a porta aberta para os cangaceiros tomarem o controle. Ele oferece muitos exemplos de grupos de cangaceiros atacando cida-

² ANAIS da Câmara dos Snrs. Deputados, 17 de maio de 1873.

³ Veja, por exemplo, BLACKBOURN (2006) e WORSTER (1985).

⁴ Veja o trabalho de SCOTT (1998).

dãos, dentro das próprias casas sem consequências. Ele descreveu um caso em que

“um homem foi atacado de dia dentro da sua própria casa por um bando de fascínoras, os quais depois de o matarem, arrastaram o cadáver para a rua e sentado sobre ele, o chefe desta quadrilha fez a barba que tinha jurado não tornar a fazer, enquanto não executasse aquela vingança” (MONTENEGRO 1805).

Montenegro opinou que deveria criar-se uma só comarca, que incluiria o médio São Francisco inteiro. Ele não toca no assunto de navegação, que seria a preocupação das pessoas logo depois, mas escreve com muita força sobre a necessidade de trazer ordem à região, que se tornará um dos objetivos da missão civilizadora de melhorar o rio.

As sugestões de Montenegro foram seguidas quando, em 1810, a região se tornou a comarca própria, que foi dividida novamente em 1820. A parte sul foi chamada de comarca do Rio S. Francisco. Em 1824 Dom Pedro I tirou a parte do sul de Pernambuco como punição pela revolução chamada Confederação do Equador. O governo deu a parte navegável provisoriamente a Minas Gerais, porém três anos após, mudou de idéia e deu esta parte à Bahia. Mesmo que tenha dado à Bahia, foi só até o tempo em que se organizaram as províncias do Império (LACERDA, 1964; SOBRINHO, 1950). Apesar deste jogo do território, as pessoas que moravam ao longo do rio continuavam a chamar a margem oeste do rio, o lado pernambucano, e a margem leste, o lado baiano (BURTON 1869).

Durante este período, a idéia de aproveitar os rios como redes de transporte foi lançada por autoridades nas cidades litorâneas. Como disse acima, em 1807 o desembargador da Bahia sugeriu a construção de um canal do rio S. Francisco até o mar (SILVA, 1847). Em 1826, o deputado Romualdo Antonio de Seixas, que também foi arcebispo da

Bahia, recomendou com insistência o estabelecimento das estradas e canais como todos os países modernos já haviam feito (MORAES, 1869).

Na década de 1830, viajantes começaram a explorar o rio e o governo imperial, depois de 1840, começou a encomendar pesquisas com o objetivo específico de abrir o rio para navegação a vapor. Entre 1835 e 1838, os pernambucanos Aristides Franklin de Mornay e seu filho viajaram de Ouro Preto até a foz do São Francisco para averiguar a possibilidade de navegação a vapor.⁵ Entre 1842 e 1845 Mariano Joaquim de Sequeira, oficial de infantaria do exército fez uma descrição prática do rio e mandou o relatório ao presidente da província de Minas.⁶ Em 1847, Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira Silva (1847) ,da, Bahia publicou a primeira edição do livro que juntou informação sobre o rio, baseado na sua experiência pessoal e nos trabalhos de outros. O trabalho foi feito pelas ordens imperiais, com finalidade de desenvolver rotas de navegação ao longo do rio e para modernizar o sertão. Foi também nesta época que os primeiros contratos para navegação a vapor foram concedidos (MACHADO, 2002).

Não obstante estas viagens, a exploração sistemática do rio só começou depois do governo de conciliação, que criou a estabilidade indispensável para promover a exploração expansiva do território nacional brasileiro. A primeira expedição imperial ao rio São Francisco começou no ano de 1852. Entre 1852 e 1854, o governo imperial contratou Henrique Guilherme Fernando Halfeld, um engenheiro alemão que morava em Minas Gerais desde 1835, a fazer um levantamento sobre o rio e um recenseamento dos povoados

“ Criou um atlas que mapeou, légua por légua, o rio São Francisco que se tornou o primeiro estudo científico do rio, utilizando medidas racionais, as de léguas, ao invés de descrições aproximadas, estimativas. ”

e vilas ao longo do mesmo (HALFELD, 1854, 1860; ANDRADE, 2006). Produziu, em suas palavras, “uma descrição enfim que ministre as mais amplas, exatas e explícitas informações,” que descreveu “a posição geográfica e física desses lugares, com a sua agricultura, criação, mineração, salinas, caça, pesca, indústrias, manufaturas e comércio atual, indicando-se os resultados prováveis da execução de tão vasta empresa, qual há de tornar navegável o mencionado Rio em todo o seu longo curso”⁷. Criou um atlas que mapeou, légua por légua, o rio São Francisco que se tornou o primeiro estudo científico do rio, utilizando medidas racionais, as de léguas, ao invés de descrições aproximadas, estimativas. Ele também calculou os custos de abrir o rio para navegação a vapor, porém os custos foram enormes, uma soma que foi maior do que o orçamento da província de Minas Gerais (HALFELD, 1860). O método,

⁵ ARQUIVO Nacional, GIF1 – 41-25, doc. 11. Este documento é um relatório sobre a navegabilidade do rio São Francisco, por Carlos de Mornay, escrito ao ministério de Obras Públicas em 1866.

⁶ ARQUIVO Público Mineiro (APM), SPPP 1-45, caixa 01, doc. 17, “Descrição prática do Rio de São Francisco do Norte, por Marianno Joaquim de Sequeira.”

⁷ APM, SPPP 1-45, caixa 01, doc. 52, 21 de setembro de 1855.

“O único capítulo dedicado a um rio é sobre o rio São Francisco. Ele também incluiu, nos capítulos sobre o interior da Bahia e de Pernambuco, secções significativas sobre a bacia do rio, e as ferrovias propostas para chegarem até lá.”

e os custos calculados, de Halfeld seriam criticados por ambos Liais e Burton, que o censuraram pela falta de meridianos e outras medidas cartográficas (BURTON 1869; HARTT, 1860). No entanto, o relatório de Halfeld serviria como um mapa para quase todos os viajantes que o seguiram.

Como Montenegro, Halfeld encontrou violência nas vilas ao longo do rio. Quando parou o ajôjo para fazer medidas num arraial chamado Nossa Senhora da Conceição das Pedras de Maria da Cruz, foi cercado por trinta homens armados, que lhe disseram que ia sofrer a prisão por ter matado a mulher do subdelegado. Quando o Halfeld explicou que estava fazendo um levantamento por ordens imperiais e do presidente da província de Minas, os bandidos responderam bruscamente “que Vossa Excelência governava no Ouro Preto, e eles aqui”. Logo depois, Halfeld descobriu que o subdelegado matara a própria mulher e estava tentando colocar a culpa numa outra pessoa. Com a ajuda da tripulação, Halfeld conseguiu sair da situação sem problema, e continuou suas medidas nítidas até a foz⁸.

Este tipo de observação, porém, mostrou mais uma vez a importância e urgência de trazer civilização aos sertões.

Logo após Halfeld apresentar suas conclusões, o governo imperial contratou um outro europeu, Emmanuel Liais, para prosseguir um plano para o rio das Velhas e o São Francisco acima. Liais (1865) sugeriu que ao invés de tentar se fazer o rio navegável acima de Pirapora, era fazer uma conexão usando o rio das Velhas, que traria a rota até a coração de Minas Gerais. Ao lado do plano do Halfeld, o de Liais, que foi publicado em Paris em 1860, foi um dos mais bem conhecidos e citados nos futuros estudos. O explorador inglês, Richard BURTON (1869), comentou que foi um plano já conhecido no Europa, e na década de 1870 o engenheiro Eduardo MORAES (1869) aponta o plano de Liais como um dos dois planos viáveis para desenvolver o rio.⁹

O geólogo norteamericano Charles HARTT (1870), explorou várias partes do Brasil, incluindo o rio S. Francisco e sua bacia, como parte da expedição Thayer, chefiada por Louis Agassiz em 1865-66. O seu relatório enfocou a geologia e a geografia da região. Somente com um olhar no índice do livro de Hartt nota-se que ele viu o rio São Francisco como umas das partes mais importantes do país. O único capítulo dedicado a um rio é sobre o rio São Francisco. Ele também incluiu, nos capítulos sobre o interior da Bahia e de Pernambuco, secções significativas sobre a bacia do rio, e as ferrovias propostas para chegarem até lá.

Em 1867, o famigerado explorador e o consul inglês, capitão Richard BURTON (1869), embarcou numa

viagem ao longo dos rios das Velhas e do São Francisco, uma viagem que durou três meses. A viagem não foi oficial, e Burton fez questão de escrever que não foi contratado por nenhuma empresa nem governo para fazer relatórios favoráveis sobre a região. Seu relatório, porém, foi muito otimista, e ele escreveu com muito entusiasmo sobre o potencial para desenvolvimento da bacia do S. Francisco. Diz que “o vale e os altos e secos Geraes que existem na margem, nos dois lados, contém todos os elementos de prosperidade requeridos por qualquer império”. Sugere que uma grande variedade de espécies vegetais podem ser cultivadas, e animais criados, incluindo o camelo. Também ficou entusiasmado com a riqueza mineral e hídrica. Parece que, na visão de Burton, o potencial para desenvolvimento e progresso da bacia de São Francisco não tinha limite. Para ele, este progresso chegaria através da navegação a vapor.

Não é surpreendente que por todo o texto ele critica a natureza retrógrada das pessoas, a miscigenação racial, sua preguiça e falta de vontade, e todos os outros estereótipos normalmente colocados sobre as pessoas “não civilizadas” nos fins de século XIX. Burton também fez comentário sobre as brigas entre os clãs do sertão, e embora não ficasse no meio deles, como aconteceu com o Halfeld, comenta que as brigas contribuíram para a falta de desenvolvimento na região, comparando-as a famosa briga entre o Montagne e Capulet de Shakespeare.¹⁰

Após a Guerra do Paraguai, o interesse no desenvolvimento do rio São Francisco acelerou. O vapor Saldanha Marinho finalmente foi inaugurado em Minas Gerais em

⁸ APM, SPPP 1-45, caixa 01, doc. 32, 5 de abril de 1852.

⁹ Não obstante que Thomaz G. Paranhos Montenegro, o juiz de direito em Barra na década de 1860, comentou que o plano de Liais não foi bem conhecido nas vilas ao longo do rio (MONTENEGRO 1873).

¹⁰ Provavelmente Burton estava comentando a guerra entre a família de Militão Plácido de França Antunes e os filhos de Bernardo Guerreiro, na década de 40 na região de Pilão Arcado, que foi comentada até as câmaras nacionais. Veja KIDDY (2010), LINS (1983) e ROCHA (1983).

1871, mas desde o início as viagens eram difíceis. Por exemplo, neste mesmo ano Francisco Manoel Alves de Araujo (1876), que foi mandado pelo governo imperial na primeira viagem do Saldanha Marinho, a fazer um levantamento do rio e o comércio a bordo do mesmo vapor, tinha que esperar o rio subir para poder começar a viagem. Nos primeiros dois anos, o vapor fez somente duas viagens. A navegação a vapor do lado norte começou em 1872 com o vapor Presidente Dantas. Como o Saldanha Marinho, o vapor sempre teve problemas. Quando Theodoro Sampaio (1936) e a Comissão Hidráulica o encontrou em 1879, o mesmo não tinha viajado por três anos.

Num outro lado do desenvolvimento que acelerou depois da Guerra do Paraguai, foram as discussões na câmara dos deputados e no senado sobre o desenvolvimento no rio e o potencial para novas divisões territoriais na região. Em 1871 os deputados discutiram a extensão da Estrada de Ferro Dom Pedro II que a traria mais perto do rio. Nestes debates, José de Alencar retomou a metáfora do corpo e sangue do país. Ele proclamou que “nenhum brasileiro contestará a necessidade que temos de estabelecer no vasto território do Brasil uma rede de vias de comunicação que, a semelhança do sistema arterial do corpo humano, derramem a selva da indústria e façam circular a luz da civilização.”¹¹

Na década de setenta também foi o período em que os debates sobre o assunto de tornar o médio rio São Francisco numa província, foram realizados na câmara dos deputados e no senado. A idéia, realmente, não era nova – surgiu de vez em quando no século XIX. A primeira tentativa de se criar uma província de São Francisco foi em 1830, e foi iniciada na própria comarca de São Francisco e avançada pelo deputado Luís Cavalcanti, de Pernambuco. Ele sugeriu que a província seria criada com as terras de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Piauí, e Goiás. A pro-

“
O plano foi debatido em vários sessões em 1873. Foram três argumentos em favor de criar uma província nova – a missão civilizadora, a rede de comunicação e navegação, e a importância de manter e fortalecer a integridade nacional.
”

posta nunca foi discutida. A segunda tentativa, apresentada pela Bahia, Pernambuco, e Piauí, em 1850 foi discutida em 1857, após a comissão estatística apresentar seus dados e recomendações, mas o projeto não avançou.¹² A terceira proposta foi gerada pelo imperador D. Pedro II e chegou na câmara dos deputados em 1873.

Em 1872, o ministro do império, João Alfredo Corrêa de Oliveira, no seu relatório, sugeriu uma nova divisão das províncias.¹³ Quando fez um discurso na câmara no mesmo ano, ele proclamou que criar uma nova província no vale do São Francisco,

[...] levará a vida, o movimento e a civilização a uma extensa e afastada zona do território nacional que encerra em seu seio os germes mais pujantes de futura grandeza. Nem é difícil calcular o que pode ser em

tempos não mui distantes, uma província assentada no extenso vale de S. Francisco, cuja magnificência e fertilidade são conhecidas. . . excitação e admiração dos viajantes e de quantos o tem explorado e estudado.¹⁴

O impulso maior, porém, veio do imperador d. Pedro II quando recomendou a criação de uma nova província nas “margens férteis” do rio São Francisco na apresentação na câmara dos deputados no dia 3 de maio de 1873.¹⁵

O plano foi debatido em várias sessões em 1873. Foram três argumentos em favor de criar uma província nova – a missão civilizadora, a rede de comunicação e navegação, e a importância de manter e fortalecer a integridade nacional. Os deputados que apoiaram o plano opinaram que a nova província traria civilização às 270.000 pessoas que moravam lá, dizendo que a única razão delas serem tão preguiçosas era devido a falta de oportunidades. A nova província traria prosperidade, e atrairia colonos, estrangeiros e nacionais. As outras metas, a rede de comunicação e navegação e a importância de integração nacional também foram discutidas. Os deputados a favor do projeto compararam o rio São Francisco ao rio Mississippi, ao Volga, finalmente chamando-o “Mediterrâneo brasileiro”. Proclamaram que todas as estradas de ferro fossem destinadas a alcançar o rio São Francisco.

Os que não apoiaram a proposta disseram que a nova divisão territorial serviria somente para multiplicar o número dos burocratas e dependência do setor administrativo. Um dos deputados disse que a questão central dos países em ní-

¹¹ *Anais do Camâra dos Snrs. Deputados* 9 August 1870.

¹² ANAIS do Camâra dos Snrs. Deputados, 12 de julho de 1830, 19 de julho de 1850, 8 de agosto de 1856; 16 de junho de 1857.

¹³ CENTER for Research Libraries Global Resources Network, Relatório do Ministerio do Imperio, “Imperio 1872-1A,” 4-5..

¹⁴ ANAIS do Camâra dos Snrs. Deputados 2 de janeiro de 1873.

¹⁵ *Jornal do Commercio* 53:123 (4 May 1873).

“
No senado, houve também discussões sobre a viabilidade de criar a nova província. Os senadores de Minas Gerais se opunham a proposta fervorosamente. Um mineiro, Martinho de Campos, debateu que era intenção do governo federal de enfraquecer a província de Minas Gerais.
”

vel mundial foi a de unidade e integração nacional, e citou Itália e Alemanha como exemplos. Porém, ele opinou que a criação da nova província na bacia do São Francisco não ajudaria a manter a integridade do Brasil.¹⁶ Mas, a comissão estatística já tinha recomendado o projeto, e o ministério do império concordou. Tiveram a votação, e a proposta passou para o senado.

No senado, houve também discussões sobre a viabilidade de criar a nova província. Os senadores de Minas Gerais se opunham a proposta fervorosamente. Um mineiro, Martinho de Campos, debateu que era intenção do governo federal de enfraquecer a província de Minas Gerais. No outro lado, os senadores de Pernambuco e Bahia apoiavam a idéia. O poderoso Barão de Cotegipe, que nasceu na vila de Barra, e o lugar que provavelmente seria designado a ser a capital da província, enfatizou o ponto que o Brasil não deve deixar os mais de 200.000 moradores sem governo perto. Os beiradeiros sabiam das discussões no Rio de Janeiro, e se-

gundo Burton (1869) foram animados com a idéia, e concorreram para qual das vilas principais se tornaria a capital da província. Burton anotou que “O assunto de número 21 é falado perpetuamente, e cada cidade, vila, e arraial está preparado e resolvido a se tornar a capital”. Não obstante, a proposta não passou no senado, e passou a ser mais um sonho não realizado.¹⁷

Seis anos depois da tentativa malsucedida de criar uma província nova, o conselheiro Cansação de Sinimbu (um dos políticos mineiros que se opuseram fortemente a criação da província S. Francisco) organizou a Comissão Hidráulica para novamente viajar ao longo do rio para descobrir o que poderia ser feito para promover a navegação, comunicação, e desenvolvimento. Esta foi a viagem contada por Theodoro Sampaio que participou como engenheiro. Desta vez, o governo imperial nomeou um norte-americano, W. Milnor Roberts, a chefiar a comissão. Participou também o geólogo Orville Derby, discípulo de Charles Frederick Hartt e que se tornou um grande amigo de Theodoro Sampaio, e vários outros engenheiros brasileiros.

Ao invés das outras viagens, a comissão saiu do Rio de Janeiro no fim de Julho e viajou até a foz do rio São Francisco, e então viajou contra a corrente do mesmo até Pirapora, Minas Gerais. A rota provavelmente refletiu o otimismo do progresso que já tinha ocorrido em termos da navegação a vapor. Não obstante, a viagem durou quatro meses e meio. Sampaio (1936) diz que as obras recomendadas pelas viagens anteriores “assumiam em alguns espíritos as proporções dos empreendimentos fabulosos”. A comissão foi organizada porque as estradas de ferro estavam sendo construídas rapidamente, e no olhar dos políticos no

litoral, o tempo para completar o grande círculo de navegação já havia chegado.

A diferença de doze anos entre a viagem da comissão e a de BURTON (1869) mostrou que progresso tem feito de criar este círculo, como também mostrou os problemas e revezes das tentativas de modernização. A comissão viajou de barco a vapor, do mar até a cachoeira de Paulo Afonso, e continuou por terra até a parte ao norte da cachoeira. SAMPAIO (1936) anotou os passos iniciais da construção da estrada de ferro que ia ligar os dois trechos do rio que foram navegáveis a vapor. De lá, os membros da comissão improvisaram um ajôjo que os carregava até o lugar onde eles encontraram o vapor Presidente Dantas, acima das Cataratas de Sobradinho. O vapor, que fora praticamente abandonado nos últimos três anos, levou os engenheiros da comissão até Pirapora. Exceto a necessidade frequente de parar e apanhar combustível nas margens do rio, a comissão chegou em Pirapora sem problemas. Em Minas Gerais, eles ouviram falar que o vapor Saldanha Marinho estava funcionando e ia lhes encontrar no rio das Velhas. Se tornou um boato falso, o Saldanha Marinho ficou parado no porto fluvial, esperando concerto.

Como HALFELD (1854, 1860), LIAIS (1865), BURTON (1869), e HARTT (1870), Sampaio ficou animado com o potencial para o desenvolvimento do rio e as implicações deste desenvolvimento para o progresso do Brasil inteiro. Ele ficou, no entanto, menos entusiasmado com os ribeirinhos que moravam lá. Durante os anos 1879 até 1880 o sertão sofreu uma seca intensa e Sampaio fez um comentário devastador sobre os custos da seca.¹⁸ Em Penedo ele descreveu as pessoas do sertão que surgiram nesta cidade, que tem se

¹⁶ ANAIS da Câmara dos Deputados, 17 de maio de 1873, citação por Deputy Tristão de Alencar Araripe da Ceará.

¹⁷ ANAIS do Senado, 22 de julho de 1873.

¹⁸ No impacto da seca de 1879-80 veja GREENFIELD (2001).

tornado um “oásis no deserto” e comentou que eles pareciam “esqueletos vestidos de couro.” Através do texto, Sampaio comenta a pobreza e o mau estado das vilas, e a preguiça e falta de vontade de trabalhar das pessoas. Para Sampaio, o vale do S. Francisco era um “vasto cadinho em que todas as raças representadas na América se fundem ou se amalgam” com resultados ruins. As pessoas somente produziam a quantidade que precisavam para viver, e faltava curiosidade sobre os melhoramentos propostos para o rio, a comissão, ou qualquer coisa sobre civilização. Por exemplo, em Carinhanha, BA, Sampaio (1936) observou que “nesses sertões, o homem pobre nunca é suficientemente pobre que precise viver do salário”. Refletindo nos recursos humanos do sertão, Sampaio comentou “o Brasil, em verdade, é mais habitado do que se pensa e menos rico do que se presume”.

Sampaio também testemunha os efeitos da violência no sertão que os viajantes anteriores sofreram. Em Carinhanha, a comissão encontrou os efeitos de um verdadeira guerra entre duas facções de bandidos. O Neco, o chefe de uma das facções, deixou a população completamente apavorada por quilômetros, para cima e para baixo, especialmente na área perto da fronteira entre Bahia e Minas Gerais. Em verdade, Neco bloqueou o rio para que ninguém pudesse passar sem a sua permissão. O Milnor Roberts, chefe da comissão, decidiu tomar uma atitude neutra, e encontrou o Neco. Depois disso, a comissão foi bem tratada, mas continuou vendo os efeitos da guerra pelo resto da viagem. Quando chegou em Januária, Sampaio comentou que a população saiu apavorada, e a vila ficou vazia, somente as pessoas que foram favorecidas por Neco permaneceram. Sampaio voltou para Carinhanha para continuar a viagem à Bahia pela Chapada Diamantina. Quando chegou em Carinhanha a guerra tinha chegado até lá, e ele descreve uma noite sem sono por causa do som dos tiros e gritos nas

“*Novamente os políticos voltaram seus olhos para o rio e sonharam em modernizar o Brasil através de projetos faraônicos para o rio São Francisco. Hoje em dia, o governo brasileiro sonha um sonho que parece muito familiar, mais um sonho numa história dos sonhos que corre pelo longo e serpenteado curso do rio S. Francisco.*”

ruas, ao redor. Sampaio expressou seus sentimentos de estar num outro mundo quando escreveu “estavamos de fato num mundo estranho. Como estavas longe, oh civilização!”.

Em 1936, com oitenta anos, Sampaio (1936) escreveu com bastante otimismo que “hoje esse problema do rio São Francisco está resolvido”. Na década de 1880, os planejamentos que foram discutidos nas décadas anteriores começaram a ser realizados. Em verdade, por 1936, quando o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro republicou seu livro, alguns dos obstáculos maiores foram removidos, especialmente a catarata de Sobradinho, e a maior parte do rio foi aberta para a navegação a vapor. Os trechos mais difíceis foram ultrapassados e ligados ao litoral pelas estradas de ferro. Porém estes avanços não trouxeram civilização ao sertão, mas terminou tirando as árvores das margens causan-

do assoreamento do rio, aumentando a pobreza na região. Nas décadas de 1920 e 1930, porém, um interesse novo surgiu, que eclipsou o sonho de navegação. O rio São Francisco pode se tornar o gerador maior da eletricidade! Provavelmente não foi coincidência que foi nesta época que o rio ganhou o nome “o rio da unidade nacional” (CARDOSO 1979). Novamente os políticos voltaram seus olhos para o rio e sonharam em modernizar o Brasil através de projetos faraônicos para o rio São Francisco. Hoje em dia, o governo brasileiro sonha um sonho que parece muito familiar, mais um sonho numa história dos sonhos que corre pelo longo e serpenteado curso do rio S. Francisco.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.** London: Verso, 1991.

ANDRADE, Renata Marson Teixeira de. **The Third Bank of the Lower São Francisco River: Culture, Nature and Power in the Northeast Brazil 1853-2003,** Ph.D. tese, University of California, Berkeley, 2006.

ARAÚJO, Francisco Manoel Alvares de. “Relatório da Viagem de Exploração dos Rios das Velhas e S. Francisco Feita no vapor ‘Saldanha Marinho’”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** n° 39 (1876).

BURTON, Richard F. **Explorations of the Highlands of the Brazil;** with a Full Account of the Gold and Diamond Mines, also, Canoeing Down 1,500 Miles of the Great River São Francisco, from Sabará to the Sea. New York: Greenwood Press, 1869.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história do Brasil,** 4th ed., Brasiliense 13. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

CENTER for Research Libraries Global Resources Network, **Projeto de Imagem**

gens de Publicações Oficiais Brasileiras. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>

GREENFIELD, Gerald. **The Realities of Images: Imperial Brazil and the Great Drought.** Philadelphia: The American Philosophical Society, 2001.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Relatório Concernente a Exploração do rio de S. Francisco:** desde a Cachoeira da Pirapora ate o Oceano Atlântico durante os Annos de 1852, 1853, and 1854. Santo Antonio de Parahybuna: np, 1854.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente a exploração do Rio São Francisco desde a cachoeira de Pirapora ao Oceano Atlântico.** Rio de Janeiro: Eduardo Rensberg, 1860.

HARTT, Charles Frederick. **Geology and Physical Geography of Brazil.** Boston: Fields, Osgood, and Co., 1870.

KIDDY, Elizabeth. "Militão and the Guerreiros: Local Struggles, National Discourse, and the Drive to Control the São Francisco. Paper presented at the X International Conference of the Brazilian Studies Association, 22-24 July 2010.

LACERDA, Carlos. *Desafio e promessa: O rio São Francisco.* Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.

LIAIS, Emm. **Hydrographie du haut San-Francisco et du rio das Velhas:** ou, Resultats au point de vue hydrographique d'un voyage effectue dans la province de Minas-Geraes. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1865.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco:** Uma sociedade de pastores guerreiros 3rd ed., Brasiliana 377. São Paulo: Companhia Nacional do Livro, 1983.

MACHADO, Fernando da Matta. **Navegação do rio São Francisco.** Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002.

MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda. Carta, 1805. Em SOBRINHO, Barbosa Lima. **Documentos do Arquivo Público Estadual.** Recife, np, 1950, 238-86.

MONTENEGRO, Thomaz G. Paranhos. **A província e a navegação do Rio São Francisco.** Bahia: Imprensa Econômica, 1873.

MORAES, Eduardo José de. **Navegação interior do Brasil:** Noticia dos projectos apresentados para a junção de diversas basias hydrographicas do Brasil; ou rapido esboço da futura rêde geral de suas vias navegaveis. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1869.

ROCHA, Geraldo. **O Rio S. Francisco:** Fator precípua da existência do Brasil.

3rd edition. Brasiliana 184. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

SAMPAIO, Theodoro. "O Rio São Francisco: Trechos de um diário de viagem." **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Impr. Nacional, v. 113 (1936).

SCOTT, James C. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed.** New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira. **Informação; ou descrição topographica e política do Rio de S. Francisco, escripta em virtude de ordens imperiaes e apresentada ao governo provincial da Bahia, seguida de outra informação que em 1807 dera o dezembargador João Rodrigues de Brito sobre os melhoramentos e interesses da Agricultura, comercio e indústria da mesma provincia.** Bahia: Typ. Guaycuru de Domingos Guedes Cabral, 1847.

SOBRINHO, Barbosa Lima, ed. **Documentos do Arquivo Público Estadual e da Biblioteca Pública do estado [de Pernambuco] sobre a comarca do São Francisco,** Documentos do Arquivo, vols. 4-5. Recife, np, 1950. 283-86.

WORSTER, Donald. **Rivers of Empire: Water, Aridity, and the Growth of the American West.** New York: Oxford University Press, 1985.



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano

Área de concentração

- A Dimensão Regional do Desenvolvimento
- Administração do Desenvolvimento

DESTERRITORIALIZAÇÃO SOB AS ÁGUAS DE SOBRADINHO: GANHOS E DESENGANOS

EDCARLOS MENDES¹
GUIOMAR INEZ GERMANI²

Resumo

O presente trabalho traz resultados parciais desenvolvidos na Dissertação de Mestrado que leva o mesmo título, realizada no Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Guiomar Inez Germani, que discute as consequências espaciais da construção da Barragem de Sobradinho para as populações deslocadas da área, mais especificamente no município de Remanso-BA, parte reassentada na nova sede, construída pela CHESF, parte alocada em lotes em áreas de Caatinga, e ainda um terceiro grupo, que deixou a área, em direção ao PEC da Serra do Ramalho ou para outras regiões. A história local, a memória dos atingidos e a experiência dos planejadores constituem as principais fontes do trabalho. A análise geográfica é empreendida a partir da desterritorialização das comunidades, a propósito do projeto de desenvolvimento do Estado, que demonstrou por discurso e por ações a concepção das comunidades locais como “cidadãos de segunda classe”, ou obstáculo a ser superado, ao tempo que apresentou as novas moradias, especialmente a nova cidade,

planejada, materializando um discurso modernizante, nos moldes geopolíticos da época, e oportunizado por classes sociais locais.

Palavras-Chave: Sobradinho; Remanso; Barragem.

Abstract

The presented work provides partial results from the Master's Thesis titled, held at the Institute of Geosciences of Federal University of Bahia, under the guidance of Prof. Dr. Guiomar Germani, who discusses the spatial consequences of building the dam Sobradinho for displaced populations in the area, more specifically in the municipality of Remanso-BA, part resettled at new headquarters, built by CHESF, part allocated in areas of Caatinga, and a third group, who left the area to-

ward the PEC of Serra do Ramalho, or to other regions. The local history, the memory of suffering and experience of the planners are the main sources of work. The geographical analysis is undertaken from the dis-possession of communities, concerning the development project of the state, which demonstrated by the speech and actions view local communities as “second class citizens”, or obstacle to be overcome, while building the new housing, especially the new town, planned, materializing a discourse of modernization, along the lines of that geopolitical moment, and opportunized by social class locations.

Keywords: Sobradinho; Remanso; Dam.

JEL: R58

¹ Mestrando em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFBA. Pesquisador do PROJETO GEOGRAFAR/UFBA. Correio Eletrônico: edcarlosmendes@gmail.com. geografar_ba@yahoo.com.br

² Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982) e Doutora em Geografia pela Universidad de Barcelona (1993). Professora vinculada ao corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do CNPq e líder do Grupo de Pesquisa GeografAR. (guiomar@ufba.com)

1 Introdução

Concebe-se aqui a construção da Barragem de Sobradinho entre as grandes obras públicas como resultado de uma forma de produção denominada Projetos de Grande Escala (PGE), como sugerido por Lins Ribeiro (1985). A análise destes projetos e semelhanças estruturais entre obras tão diferentes levam a um conceito, que segue um modelo de planejamento repetido em diferentes contextos históricos e geográficos. Estes processos apresentam uma lógica em três dimensões: a) Gigantismo: grande movimento de capital e mão-de-obra; b) Isolamento: Comumente estas iniciativas ocorrem em lugares distantes, desvinculados dos sistemas econômicos mais amplos; e c) Temporalidade: o PGE se inicia pelo planejamento, sustentado na racionalidade técnico-científica e legitimado por discursos ideológicos baseados em progresso e desenvolvimento.

Efetivamente, o impacto das mudanças e a força com que estas chegam às pessoas atingidas por barragens acarretam grande revolvimento social, e dá urgência ao seu entendimento, cujos estudos e preocupações atendem à demanda de um fenômeno global.

A Comissão Mundial de Barragens (*World Commission On Dams-WCD*), em relatório divulgado em 2000, estimou que entre 40 e 80 milhões de pessoas foram deslocadas compulsoriamente, em consequência da construção de grandes barragens. Dois terços destas obras (na época, apontava-se a existência de mais de 45 mil grandes barragens) foram realizadas em países do chamado terceiro mundo. A energia hidrelétrica é responsável por mais de 90% da produção total de eletricidade em 24 países, dentre eles o Brasil. No Brasil, mais de um milhão de pessoas – cerca de 300 mil famílias – foram expulsas de suas habitações em consequência de construções de grandes barragens.

Este processo coincide também com o desenvolvimento do capitalismo e seus princípios nos locais de implantação, tidos como atrasados pelos planejadores. Este processo evidencia como as populações foram afetadas pelas decisões verticais, sem participar nos ganhos, mas deixado com as perdas, que repercutem ainda.

2 Contexto

Em 1973, foram iniciadas as primeiras obras para o represamento das águas do Rio São Francisco, pela Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), que construiu a Barragem de Sobradinho, e o enchimento do reservatório criou o lago artificial, em 1977, a um custo estimado em 800 milhões de dólares. O contexto sociopolítico nacional era de um governo militar autoritário com sua política desenvolvimentista, que ignorava a possibilidade de diálogo sério com os cidadãos, aqui os atingidos pelo empreendimento, expropriados e desterritorializados.

O objetivo inicial da Barragem era regular a vazão de água no sistema em relação às outras barragens, num segundo momento surgiu a ideia de também implantar uma usina para geração de energia elétrica, proposta que afinal foi implementada. A partir dos anos 1980, a região se mostrou propícia à agricultura irrigada, principalmente à jusante da Barragem, onde surgiu um polo da atividade, centralizado nas cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. No entanto, na maior parte da área da borda do lago prevalece a agricultura artesanal familiar, praticada na vazante. O Lago cobriu uma área de 4.214 km², com a expropriação de 26 mil propriedades e deslocamento compulsório de mais de 72 mil pessoas, incluindo a realocação de quatro cidades: Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, que tiveram novas sedes construídas pela Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), a título de indenização, assim como redistri-

buição de terras em compensação por parte das propriedades rurais submersas (PEREIRA, 1987, p.11).

A problemática adormecida sob as águas do Lago de Sobradinho, aqui exposta, passa pela distinção dos interesses de classe que oportunizaram a construção de Sobradinho para capitalizar benefícios, como isso se processou, e por outro lado, o perfil e atuação dos atingidos. Para além disso,

A experiência de Sobradinho joga luz sobre os processos que mascararam a dominação de classes. No caso específico, uma dominação fundiária (desapropriação para construção de um reservatório) foi a forma pela qual o capital industrial submeteu mais uma vez a pequena produção agrícola e seus interesses, utilizando-se dos aparelhos do estado (DUQUÊ, 1984, p.37)

Considerando que o jogo de classes se processou em função de interesses espaciais, dos quais depende o controle de recursos diversos, é importante distinguir os discursos que revelam as territorialidades, para desnudar os conflitos, e seus desdobramentos, em dominações ou resistências, dimensões conceituais e concretas que se interpenetram. Esforço e sacrifício são eufemismos comuns para a exploração material e simbólica que se fez dos pobres.

3 Recorte e formação especial

Em busca de sistematizar melhor o estudo, é necessário compreender as periodizações que configuram o objeto, assim como a área geográfica que se toma para análise. No presente trabalho se considera como recorte espacial o município de Remanso, cuja antiga sede foi a maior aglomeração urbana atingida, situada no centro da área do Lago a ser formado. A análise do fenômeno abrange o período entre 1970 e 2009, cujo início antecede as primeiras obras e abrange o desenrolar de algumas problemáticas até os dias atuais.

Assim, para uma explicação mais ampla é preciso historicizar o recorte, como lecionou Milton Santos:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1979, p. 9 e 10)

A trajetória da sociedade desta região coincide de forma marcante com as tensões entre as coisas do lugar e as que chegam, “de fora” como se diz. Coincide com o diálogo dos habitantes com os recursos naturais no jogo da sua sobrevivência. Mas a formação do espaço e a relação que os habitantes mantêm com sua terra coincidem, sobretudo, com os conflitos das mudanças no exercício de poder de uma classe de privilegiados se impondo sobre sucessivas gerações socialmente desarticuladas.

A variação no uso dos meios de produção, periodizados em ciclos econômicos, monopolizados por oligarquias esquematizadas em fases políticas, cujos expoentes ostentam nomes e discursos pomposos, mas que representam apenas máscaras que identificam tipos singulares de domínio, mas ocultam a responsabilidade por problemas históricos visíveis ainda hoje e cuja superação apresenta grandes desafios.

Este raciocínio remete ainda a outras reflexões. Esta modalidade de dominação imposta por estranhos a partir dos interesses do grande capital refere-se à ambiguidade exposta por Duqué, (1984, p. 31-38) para a qual em Sobradinho se produz uma riqueza que não beneficia àqueles que são prejudicados. Fica a impressão, embasada no testemunho histórico, de que a região se presta somente à exploração exógena e indiferente. Este sentimento é visível na atitude

de das pessoas “do lugar” para com os estranhos, até os dias atuais.

Fazendo um percurso histórico desde os princípios da ocupação portuguesa, Germani (2006) demonstra a evolução do acesso à terra no Brasil, mas também expõe como as estruturas de dominação se transmitem ao longo do tempo, e como conseguem se manter no controle dos meios de produção e ainda regular o acesso ao bem-estar social, embora seja desmedida a cota de sacrifício a ser cobrada, sempre que necessário. Esta desigualdade é profunda e marca o estado das coisas quando os empreendimentos modernizantes chegam à região.

Efetivamente, até o fim dos anos 1970, a única via regular de circulação de pessoas, produtos e informações do Baixo Médio São Francisco era a navegação fluvial. Este isolamento geográfico da região é determinante para a sua formação, permitindo, por exemplo, a percepção de ausência ou fraqueza do Estado enquanto mediador social ou planejador regular, deixando os eventos ao sabor dos mais fortes “do lugar”.

Em alguns momentos, escapa em registros a real percepção que o *outsider* tinha das consequências deste isolamento e da formação do caatingueiro da região. Um relatório técnico da HIDROSERVICE, empresa contratada para gerenciar o processo de mudança, citado por Siqueira, expõe de forma constrangedora a visão do estranho sobre o habitante da região, dispensando maiores explicações:

A relativa situação de isolamento em que vive a população, as suas precárias condições de vida e de trabalho não lhes permitem aberturas no seu mundo mental, nem tão pouco a aquisição de técnicas sociais, que a equipe convenientemente para se adaptar a novos ambientes. Falta-lhes ainda qualquer qualificação profissional que lhe possibilite o engajamento em outras áreas

onde prevaleça um sistema de divisão do trabalho mais moderno e complexo. (HIDROSERVICE apud SIQUEIRA, 1992, p. 3).

Este discurso sugere também, implicitamente, a “missão redentora” que a Barragem de Sobradinho assume em relação ao povo da região, e o menosprezo pelo patrimônio histórico do mesmo.

4 Estabelecendo parâmetros: conceitos basilares

O cerne das questões que perpassam este estudo é a compreensão do espaço, tornado em território, sua expropriação, e algumas idéias subjacentes, uma vez que a construção teórica em desenvolvimento é uma superposição de conceitos, paradigmas e princípios, que evidenciará a singularidade objetiva, um fato novo a ser assim explicitado.

A relação do morador com seu espaço antes apropriado, agora tirado, a propósito do exercício de poder e estratégia de desenvolvimento, exige um aprofundamento teórico. Remover uma pessoa do seu *habitat* é, conseqüentemente, tomá-la as bases da reprodução da vida. Agir assim a pretexto do progresso carrega um discurso a ser analisado, notadamente se visto em perspectiva trinta anos depois. Um olhar panorâmico sobre diversas linhas teóricas e paradigmáticas permite distinguir elementos e aspectos desta dinâmica própria, caracterizando-a melhor, compreendendo-a com mais riqueza.

A desterritorialização resulta então na perda do lugar de reprodução social, a partir da fonte de recursos, quando os indivíduos tornam-se não apenas sujeitos marginais aos processos que os impuseram a tais condições, mas sujeitos desterritorializados. Nesse sentido, a desterritorialização se enquadra “como perda de referenciais espaciais, concretos sob o domínio das relações imateriais” (HAESBAERT, 2002, p. 56).



Figura 1: Capela semi-inundada em 1977. Foto de Luciano Andrade.

Fonte: Revista Veja, 4 de abril de 1979, p. 50

Assumindo que o espaço é tempo acumulado, notamos também sua temporalidade. Desterritorializar implica em romper a ligação temporal do homem com o chão, mas também impingir um novo ritmo de vida. Não é possível repetir as condições historicamente formadas com o território em um novo sítio. Como recompor as experiências? Como reconstruir a vinculação com o simbólico? Experiências como a religiosidade, tão arraigadas ao seu templo – espaço sagrado – como na Figura 1, não podem ser refeitas.

O homem é o tempo que ele vive. O tempo está no espaço. Não é possível descolar a violência desse processo.

5 O campo: área a ser “limpa”

O Lago de Sobradinho submergiu 350 km de margens férteis do rio, além das ilhas onde também se praticava a agricultura, numa estimativa de que, da área total inundada, 40% era agriculturável, deslocando cerca de 15 mil camponeses nos quatro municípios atingidos (PEREIRA, 1987).

A primeira atividade econômica predominante – a pecuária – com pouca demanda de mão-de-obra, e utilização de grandes áreas, delineou

o perfil do homem da região e sua relação com os recursos naturais. O homem daquelas paragens era solitário, condicionado a percorrer os ermos da Caatinga, sem grandes interações humanas ou econômicas, inclusive com baixo consumo de itens manufaturados, utilizando produtos derivados do gado para quase todos os usos que se fizessem necessários, com pouca intervenção na paisagem.

Ainda a pesca, enquanto estabelece relação de dependência entre rio e homem, na sua singeleza artesanal, que não extraía além da capacidade de produção natural, e não oferecia risco ao equilíbrio do ecossistema.

O baixo adensamento populacional, mesmo nas poucas aglomerações da região, favorecia uma grande interação de todas as comunidades com a vida rural, visível nas relações, na economia, na cultura. Pode-se notar que o mundo rural prevalecia no cotidiano das pessoas. Na região do Sertão do São Francisco, nos anos 1960, as atividades agropecuárias e extrativas ocupavam 74,32% da população (ANDRADE, 1983, p. 25).

A agricultura é, desde os primórdios, majoritariamente vinculada à subsistência, como atividade

“ *A fantástica transformação de um rio estreito num reservatório de grandes proporções altera o regime das águas, que antes eram areadas e rápidas, agora lentas ou estanques, com maior decantação, novas configurações de calha, nova...* ”

complementar à criação, pesca, ou à venda da mão-de-obra para terceiros. O produto das roças geralmente servia para abastecer a própria despensa da casa, e quando havia algum excedente, poderia ser trocado por outro produto com vizinhos, ou vendido na cidade, para a aquisição dos poucos produtos industrializados que se faziam necessários no campo até os anos 1970. Costumava-se comprar na cidade poucos itens: tecidos, querosene, ferramentas, medicamentos ou algum outro implemento eventualmente necessário, mas percebe-se que não havia o nível de dependência do campo em relação à cidade que hoje se observa.

Verificando a transformação decorrente da construção da barragem, no aspecto ambiental, parte-se do senso comum e da observação, colhidos na intuição daqueles que lidam diretamente com a natureza: pescadores e caatingueiros. A fantástica transformação de um rio estreito num reservatório de grandes proporções altera o regime das águas, que antes eram areadas e rápidas, agora lentas ou estanques, com maior decantação, novas configurações de calha, nova composição, tudo isso diretamente ligado à vida dos pei-

“ Em relação às indenizações, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), demonstrou por suas ações que não acreditava na capacidade da população humilde, e considerada ignorante, de opinar sobre suas vidas e destinos, e idealizou um sistema... ”

xes, suas dinâmicas e mesmo as relações entre espécies ou proliferação de novas espécies, observando-se ainda em anos mais recentes a implantação de peixes oriundos de outras regiões, como Tilápia, Tucunaré, Tambaqui, que impõem novas dinâmicas entre espécies e novas demandas na atividade pesqueira. Efetivamente, o pequeno pescador se torna hoje refém do “atravessador”, o negociante que compra o peixe para revenda em outras localidades, num esquema comercial elaborado, que exige razoável investimento, sendo, portanto, acessível somente para poucos, os mesmos que amealham a maior parte do lucro. Entre estes, há ainda os donos de embarcações, que possuem todo o equipamento de pesca e absorvem dos pescadores apenas a mão-de-obra, reduzindo seu valor, tornando-os uma classe hoje bastante empobrecida, situação agravada pela atual escassez de pescado.

Durante o processo de desocupação da área, as opções oferecidas aos camponeses resumiam-se em: a) mudar-se para o assentamento na Serra do Ramalho, distante (700 km)

e diferente da região, que se mostrou um suplício para os que tentaram, de modo que a grande maioria das famílias o rejeitou; b) operação caatingueiro: mudança para a área de Caatinga com ajuda de custo, e c) a chamada solução própria: migração induzida por uma ajuda de custo para onde a família quisesse (PEREIRA, 1987, p. 11).

Perdeu-se a possibilidade de plantar nas margens férteis naturais do rio, agora submersas, e torna-se uma aventura plantar na borda que se forma no lago, pois não há um cronograma de cheia e baixa divulgado para os ribeirinhos. Em contraste aos 9 mil empregos gerados durante a construção da barragem (especializados, vindos “de fora”) refere-se a perda de 15 mil empregos locais nas atividades tradicionais (DUQUÉ, 1980, p. 280).

Em relação às indenizações, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), demonstrou por suas ações que não acreditava na capacidade da população humilde, e considerada ignorante, de opinar sobre suas vidas e destinos, e idealizou um sistema de compensações a baixo custo, considerando como devolutas as terras que não estivessem tituladas e indenizando apenas as benfeitorias, para baratear o custo da obra (ANDRADE, 1983, p.97).

De modo geral, os deslocados pela construção da barragem, no início dos anos 1980, tinham muito a reclamar, pois muitas promessas não haviam sido cumpridas, e surgiam problemas não previstos pelos planejadores.

As demandas dos atingidos por Sobradinho aos poucos são divulgadas, por sindicatos, igreja, imprensa, e as notícias da problemática começam a se propagar pelo país, gerando algumas expressões de crítica e protesto.

Em março de 1980 é publicada uma nota da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, denunciando a calamidade ecológica que a construção da barragem ocasionou na região:

Os problemas que hoje ocorrem na região tem suas causas ligadas, por um lado, ao desmatamento, principalmente nas nascentes e margens dos rios da bacia hidrográfica do São Francisco, o que determinou a erosão dos solos com o consequente assoreamento dos rios, ou seja, a diminuição da profundidade de seu leito pelo acúmulo de areia e a diminuição da vazão para 17% da original.

As enchentes destruíram grandes áreas agriculturáveis, principalmente das ilhas fluviais, de grande fertilidade.

O processo tende a agravar-se com a devastação das últimas matas da área através da ocupação rápida da região com tecnologia intensiva de capital.

A tudo isso junta-se outro fato inquietante, ainda não explicado, que é o de extensas áreas agriculturáveis e cidades permanecerem inundadas após haver cessado as chuvas. (BOLETIM... março de 1980).

Em maio de 1980, um documento assinado conjuntamente pelos sindicatos de trabalhadores rurais das cidades atingidas aponta as dificuldades e clama por soluções. Na carta, encaminhada à CHESF e ao governo estadual, lista-se as promessas não cumpridas:

a) Cheques e indenizações não pagas, ou mal pagas, sob falsas medições;

b) Foram construídas algumas casas na zona rural e algumas vilas. As casas não receberam acabamento (reboco), provocando grande transtorno com a proliferação de insetos, principalmente barbeiro, e as doenças decorrentes disso;

c) Falta de água tratada nas vilas;

d) Compensação pelas lavouras perdidas, prometida àqueles que abandonaram o campo, deixando sua atividade, e vieram para a cidade sem nenhuma qualificação ou meio de sobreviver;

e) Casas de farinha, prometidas aos que permaneceram na zona rural, mas não entregues, deixando os colonos sem condições de beneficiar a mandioca, obrigados a pagar aluguel em casas de farinha de terceiros;

“*Os planejadores, no desenvolver do seu trabalho, também evidenciaram os valores que os motivavam, e a cidade, além de funcional, apresenta-se como materialização de um discurso.*”

f) Má distribuição dos lotes rurais, sem acompanhamento posterior, favorecendo a grilagem;

g) Falta de prédios públicos: escolas, igrejas, hospitais, falta de cemitérios e estradas, entre outros.

Algumas poucas reivindicações foram atendidas, mas a grande maioria dos problemas jamais foi contemplada pela executora, ficando as comunidades à sorte, esquecidos e empobrecidos, em nome do progresso.

O Censo Agropecuário de 1980 reflete a desigualdade fundiária em Remanso, após a mudança, pois 68,9 % das propriedades rurais possuem

área até 10 hectares, ocupando 6,8 % da área total, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 hectares (6,7 % do total) ocupam 74,3% da área total do município (SILIPRANDI, 1988).

6 A CIDADE COMO DISCURSO

Os modos de produção tornam-se concretos numa base historicamente determinada [...] as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção (SANTOS, 1997, p. 5)

A velha Remanso era uma pequena vila com 6 mil habitantes, em sua maioria com atividades no campo, mas com antiga tradição pesqueira. Também aparecem nos relatos atividades autônomas, em pequeno número, e um comércio beneficiado pela posição de entreposto das navegações fluviais, quando as estradas eram escassas e os automóveis incapazes de rompê-las (CHESF, 1974). Com a mudança, uma gama de trabalhadores chega à região, principalmente motivados pela grande atividade na construção civil, uma boa quantidade de funcionários públicos dos novos órgãos que passam a ter escritórios locais, e ainda uma multidão de pescadores,

atraídos pela propaganda da pesca farta e lucrativa no gigantesco lago. A nova cidade já registra, no censo de 1980, mais de 18 mil habitantes.

O reassentamento da população urbana de Remanso é parte de um projeto maior, mas sua execução acaba também servindo a outros propósitos. O desenvolvimentismo acredita que a obra ou o projeto tem “papel civilizador”, “modernizador”, ao tomar as populações atingidas do nada ou pouco que são suas vidas e resgatá-las para uma vida acreditada como melhor.

Os planejadores, no desenvolver do seu trabalho, também evidenciaram os valores que os motivavam, e a cidade, além de funcional, apresenta-se como materialização de um discurso.

Conforme resgate de relatos de moradores da velha cidade, havia uma enorme integração entre a vida rural e a cidade, com constante troca de produtos, relações, e laços afetivos mais estreitos, de modo que os dois universos dialogavam com mais proximidade. Animais circulavam nas vias da velha cidade, e era corriqueiro o uso de pequenos plantios em terrenos da área urbana. A feira, o comércio, a pesca e demais atividades econômicas funcionavam como elo entre o pequeno produtor rural e o mercado consumidor na cidade, em pequenos volumes, mas em constância sazonal. Este modo de relacionamento coincide com um padrão de influência do mundo rural sobre a formação do espaço da cidade, vias de circulação, cultura, atividades econômicas, entre outras.

A mudança da cidade reconfigura o espaço urbano para adequar-se a novas lógicas, em que a atividade pesqueira e o cais são distanciados do centro da cidade. A nova rodovia interliga a nova cidade com a cidade maior, inundando o mercado local com produtos industrializados a baixo custo, e o crescimento demográfico rápido estilhaça os valores do mundo rural ainda presentes nos moradores da cidade planejada.



Figura 2: Vista da Nova cidade.

Fonte: www.flogao.com.br/remansobahia, acesso em 16/05/2008

No caso de Remanso, a antiga cidade, cujo modelo de crescimento seguiu o padrão comum, partindo de um centro comercial-social-religioso de contorno irregular, onde a elite habitava, para a periferia, não teve tempo de avançar em seu movimento de expansão, sofrendo a decomposição do processo, e tendo na nova sede a imposição da nova lógica. Agora existe a cidade-tabuleiro-de-xadrez, como se vê na **Figura 2**, onde já não há vinculação entre lugares, mas um traçado reto que a tudo nivela, mascarando junto com o processo histórico, as segregações de bairros e classes.

A disciplinação das vias circulatórias, assim como a composição das funções dispondo as coisas nos seus lugares apropriados, descontaminando a cidade de sua desordem anterior, num processo orientado por ideias assépticas, como diz Relph:

Um tipo de mentalidade que vê apenas desordem onde existe uma ordem intrincada e singular: o mesmo tipo de mentalidade que só vê desordem na vida das ruas da cidade e anseia por eliminá-la, uniformizá-la, torná-la suburbana (RELPH, 1990, p.87).

Na imensa variedade de paisagens urbanas, é possível distinguir elementos formais comuns, que apontam para a evolução histórica de cada cidade, numa conformação peculiar, mas que segue padrões relativamente comuns. Um simples exercício de observação desnuda as diferenças sociais decalcadas na superfície da cidade, mas observando as edificações erigidas como partes de um projeto sincrônico, como em Remanso, esta personalidade física se dilui, na paisagem pasteurizada da cidade-coisa.

A edificação de uma cidade *ex-nihilo* subverte a lógica do processo histórico gradual que via de regra configura as cidades, em sua multiplicidade de formas, poderes e

trajetórias. Os complexos urbanos – casas, ruas, bairros – não existem isoladamente, mas possuem interconexão em suas origens e evolução, numa dimensão espaço temporal, e ainda uma relação funcional, configurada ao longo do tempo, no diálogo entre forças e poderes locais e mesmo globais.

O discurso da nova cidade rompe com a memória da anterior. Por trás das modificações nas apropriações e expropriações dos espaços, existiam registros documentais, que formavam um acervo cartorário e legal historiograficamente essencial para o resgate da evolução dos lugares na cidade. A pesquisa histórica poderia desvendar as relações

implícitas nos fluxos de poder pela leitura deste acervo. No entanto, com a criação da nova cidade, todo o conjunto de documentos produzidos ao longo de séculos versando sobre a posse das frações de terra torna-se inutilizada como registro, ao tempo que é tomado um solo bruto a ser parcelado e documentado, de forma homogênea e sincrônica, lançando ao esquecimento toda a jurisprudência anterior. Outro problema tange à precariedade da documentação oferecida aos transferidos, cuja documentação definitiva somente depois pôde ser pleiteada, e há ainda hoje dificuldades de ordem burocrática na efetivação da posse legal destes imóveis.



Figura 3 : Igreja Católica na Velha cidade, ao centro, no Capão de Cima, e o Capão de Baixo ao fundo.

Data e autoria desconhecidas

“ Em relação às quadras, prevaleceu a denominação por números. Mas esta denominação é estática, quase inquestionável. A quadra 02 não sofre ameaça de um dia tornar-se 03 ou ter sua identidade questionada. São unidades determinadas e deterministas. ”

As cidades possuem a característica da dinâmica territorial. Os bairros não são estáticos, mas apresentam reconfigurações ao longo do tempo, com expansões, retrações e estagnações, numa experiência pluritemporal peculiar.

A realocização da cidade, e seu consequente redimensionamento em plano ortogonal firmemente demarcado limita esta dinâmica. Durante a construção da nova cidade, discutiu-se – entre os engenheiros, evidentemente – a possibilidade de nomear as quadras e logradouros com um sistema de letras e números. A pressão das famílias mais influentes fez com que fossem homenageados seus patriarcas nos nomes das ruas. Assim, são muitas as ruas da cidade com nomes de antigos coronéis. Em relação às quadras, prevaleceu a denominação por números. Mas esta denominação é estática, quase inquestionável. A quadra 02 não sofre ameaça de um dia

tornar-se 03 ou ter sua identidade questionada. São unidades determinadas e deterministas. Durante gerações, construiu-se um ideário acerca do viver no bairro “Capão de Cima” ou no “Centro”, ou ainda no “Capão de Baixo”, ao qual a população dava qualidades distintas. Outrossim, a própria designação das quadras já é um ataque à identidade local. Na velha cidade, havia apenas duas divisões, separadas por um espaço baldio, notado na Figura 3, denominadas “Capão de Cima” (a área central, do comércio e porto), e “Capão de Baixo” (residências). Apesar de variações regionais, para os moradores do lugar, capão é uma área aberta na Caatinga, com vegetação baixa. É um toponímico típico da Caatinga, algo que fala às pessoas do lugar, dá-lhes um sentido, ao tempo que territorializa sua experiência enquanto morador da cidade. Quadras são formalmente quadras em qualquer lugar.



Figura 4: Porto da Velha Remanso.
Data imprecisa, autoria desconhecida.

Na velha cidade, houve uma expansão espacial a partir de um pequeno centro comercial próximo à Igreja Católica, praça e mercado, ligados ao porto. O porto fluvial, visto na Figura 4, era o verdadeiro centro da cidade, por onde os produtos entravam e saíam da cidade, que funcionava como entreposto comercial de grande importância, ligando os Estados do Piauí e Maranhão ao circuito fluvial de comércio do São Francisco.

Estas atividades materializavam então a estrutura social vigente. Na nova cidade, o rio dista 3 km do centro na época de cheia e 8 km durante a baixa do lago, demonstrando como a pesca deixa a centralidade na vida das pessoas e se periferiza com o advento das novidades.

7 Resultado: produção do espaço no contexto local

Chega-se enfim a um centro nevrálgico da questão. A decomposição das estruturas de significação, identidade territorial, tomada nos termos expostos, remete a uma consequência social enorme: o desmantelamento da ordem sócio-cultural, com o estilhaçamento das redes e sua recomposição arbitrária, na esteira da reterritorialização forçada.

Neste sentido, a contribuição de Vainer e Araújo (1992) permitem seguir o raciocínio, ao afirmarem que os projetos de instalação de hidrelétricas, seja de grandes ou pequenos empreendimentos, enquanto as políticas governamentais estiverem destinadas à infra-estrutura do capital industrial e do capital financeiro, dentro do modo de produção capitalista, as regiões e localidades participarão apenas como receptoras do empreendimento e das políticas já elaboradas e aprovadas, para o “bem da nação”.

O paradoxo que emerge das baragens é que a “recepção” do projeto se aplica somente às perdas impostas aos atingidos, enquanto os ganhos são escamoteados e acessíveis a poucos. Deste modo é que a

“Andrade (1973) explicita a formação do espaço nordestino, e especificamente da região sob análise, a partir da ocupação processada ainda no período colonial, nos movimentos de avanço da pecuária ao longo dos rios, partindo do litoral...”

maioria das comunidades da borda do Lago de Sobradinho somente teve acesso à energia elétrica três décadas após a mudança, por ocasião do Programa Federal de Eletrificação Rural “Luz Para Todos”, e o acesso à água tratada ainda é um luxo para poucos.

Partindo do pressuposto de que as relações sociais ocorrem no espaço, mas também a partir do espaço produzido, chega-se à necessidade de entendimento dessa espacialidade vivida, como também das estruturas que são socialmente criadas. Assim, busca-se tanto uma compreensão ampla dos elementos – concretos ou abstratos – como suas interpenetrações. Esta complexidade revela espaços socialmente configurados, cujas práticas estão vinculadas à sua forma de uso. A redefinição das formas espaciais seguem fluxos paralelos aos processos sociais, numa transformação bem mais ampla da realidade.

Andrade (1973) explicita a formação do espaço nordestino, e especificamente da região sob análise, a partir da ocupação processada ainda no período colonial, nos movimentos de avanço da pecuária ao longo dos rios, partindo do litoral em direção ao interior, e em especi-

al no Rio São Francisco, apelidado também de “rio dos currais”, em cujas margens surgiram vários núcleos de povoamento. É interessante notar que este modo de vida tem influência profunda na formação das estruturas sociais da região, baseadas na organização fundiária, o que tem desdobramentos até os dias atuais. Com efeito, a detenção do poder latifundiário possibilitou fenômenos sociais como o coronelismo, e mesmo com o término do seu ciclo “clássico”, a persistência dos seus herdeiros no centro decisório, migrando em seguida para a política, onde se nota ainda hoje a forte presença e proeminência das famílias “tradicionais” da região, abaladas somente em tempos recentes, com o avanço da democracia. A desfaçatez com que estas famílias abastadas praticam a grilagem, por gerações sucessivas, mostra o desequilíbrio das forças sociais na região e expõe algumas raízes profundas da formação do espaço.

Fazendo uma análise da economia da região, no período anterior à construção da Barragem de Sobradinho, Sandroni (1980) destaca as atividades comuns praticadas pelo campesinato – agricultura e pesca – em caráter de subsistência, cujo pequeno e irregular excedente era vendido ou trocado por itens não produzidos localmente. O plantio em vazante era prática corriqueira, e o crime de pequeno porte era acessível aos mais pobres.

No entanto, com a construção da hidrelétrica de Sobradinho e o enchimento do respectivo reservatório, esse processo foi bruscamente interrompido, atingindo profundamente e desorganizando as bases produtivas. [...] o empobrecimento foi geral [...] (SANDRONI, p. 35, 1980).

Muitas peças publicitárias foram pagas nos meios de comunicação para “esclarecer”, sobretudo as pessoas de outras regiões (centros de decisões) acerca dessa ideologia. Para o engenheiro Norman Barbosa

Costa, chefe do departamento de implantação de reservatórios da estatal

O sacrifício imposto à população dificilmente seria recompensado. Ao lado do apego justificado à terra e ao rio, se impunha uma longa preparação visando à adaptação ao novo habitat. Isto envolveria a reestruturação da atividade econômica predominante e, ao mesmo tempo, a mudança de hábitos e costumes. Seria a passagem de uma agricultura de subsistência para uma atividade agrícola racionalizada pela ligação que, por suas peculiaridades, estaria voltada para o mercado. Seria o desenvolvimento da pesca em escala comercial, exigindo a preparação da mão-de-obra. Seria a capacitação das administrações municipais para operação e manutenção dos equipamentos sociais implantados (CHESF, 1982).

Um dos pressupostos desta lógica era a ideia de que o país precisava crescer economicamente, aumentando sua produtividade, com o incremento de indústrias de base e o consequente fornecimento de energia para sua manutenção. A urgência deste propósito ditava o tom das ações e sua incontestabilidade.

A crescente demanda por energia elétrica ao longo da implantação da indústria no Brasil leva os governos a buscar o aumento de sua geração. Nos anos 1970, a ampliação da oferta de energia era urgente, e considerando o modelo em uso naquele momento, a energia hidrelétrica se apresentava como opção viável.

A construção das Usinas Hidrelétricas não é, portanto, um projeto isolado, mas segue no sentido de linhas geopolíticas bem definidas naquele período. Não se trata apenas de apropriação de recursos naturais, mas a implantação de um “estágio mais avançado de civilização”. A análise sociológica de Catullo (2006) sobre cidades deslocadas em decorrência da construção de barragens demonstra a profundidade da transformação imposta, a violência de seus meios e a vileza dos seus fins. Um epicentro da resistência, D. José Rodrigues, na época bispo de

Juazeiro, levantou-se como voz de crítica e contestação ao processo, denunciando os problemas provocados no percurso, que:

É o progresso do sistema capitalista, provocando grandes ajuntamentos, 20.000, 30.000 pessoas. Terminada a obra, os técnicos partem para outra e o povo fica na miséria e na fome, porque não houve planejamento para sua absorção ou destinação (LOBO, 1984, p. 81).

Passadas três décadas, a persistência da pobreza, da seca, do alheamento político, e sobretudo o cerceamento aos meios produtivos e ao progresso trazido pelas transformações — males tão comuns como antigos entre o povo da região — clamam por resposta, numa sensação de que o futuro passou pela terra... mas não ficou.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOLETIM CAMINHAR JUNTOS. Números 22-32. Juazeiro-BA. 1980.

CHESF - COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Sobradinho**: novos horizontes para o sertanejo. Revista Veja. São Paulo, Número 637, Páginas 112-113, 30 de junho 1982.

CHESF - COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Plano Diretor Urbano da Nova Sede Municipal de Remanso**. Salvador, fotocopiado. 1974.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento**: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Londres, 2000.

DUQUÉ, Ghislaine. A experiência de Sobradinho: Problemas fundiários e colocados pelas grandes barragens. **Cartões do CEAS**, nº 91. Salvador: maio/junho de 1984. pp. 30 a 38.

GERMANI, Guiomar I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **Revista GeoTextos**, vol. 2, n. 2, Salvador: EDUFBA, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Contexto, 2002.

LINS RIBEIRO, Gustavo. **Projectos de gran escala**: hacia um marco conceptual para el análisis de uma forma de producción temporária. Tese de Mestrado em Antropologia. Universidade de Brasília. 1985.

LOBO, Luiz. **Nordestinos**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.

PEREIRA, Rosa Maria Viana. **O papel da igreja na resistencia camponesa de Sobradinho**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: Universidade Federal da Bahia- UFBA, 1987.

SANDRONI, Paulo. **Questão Agrária e camponato**: a funcionalidade da Pequena produção mercantil. São Paulo: Polis, 1980.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**: Ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Os sindicatos dos trabalhadores rurais face as intervenções do estado na área de Sobradinho 1971/1987**: o caso de Remanso e Pilão Arcado. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Campina Grande: UFPB, 1988.

SIQUEIRA, Ruben. **Do que as águas não cobriram – um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho**. João Pessoa, UFPB / Dissertação de Mestrado de Ciências Sociais, 1992.

VAINER, Carlos B. & ARAUJO, Frederico G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

CULTURAS REGIONAIS NO RIO SÃO FRANCISCO: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DO SAMBA DE VÉIO

NATALIA COIMBRA DE SÁ¹
REGINA CELESTE DE ALMEIDA SOUZA²

Resumo

O presente artigo discute a necessidade de se pensar o desenvolvimento das comunidades no contexto contemporâneo através de uma abordagem cultural. As sociedades estão envolvidas em redes que são, cada vez mais, fundamentais para o entendimento das transformações sociais pelas quais estamos passando. Não é mais possível pensar a respeito das questões econômicas ou políticas sem levar em consideração o poder simbólico e seus mecanismos de funcionamento. As discussões sobre as afirmações das identidades locais e suas estratégias para inserir-se em redes sociais e de comunicação globalizadas e, dessa forma, relacionar-se com o mundo, são fundamentais para potencializar o desenvolvimento de regiões periféricas, criando alternativas sustentáveis. Serão indicadas abordagens teóricas importantes que devem ser levadas em consideração pelos agentes locais e regionais para uma reflexão sobre a inserção de suas localidades através da cultura em redes nacionais e internacionais. Esta discussão será apresentada à luz de uma análise sobre o Samba de Véio, uma manifestação cultural popular

existente na região do Rio São Francisco.

Palavras-chave: Samba de Véio; Rio São Francisco; Desenvolvimento; Cultura Local; Cultura Global.

Abstract

This article discusses the necessity of considering the development of communities in the contemporary context through a cultural approach. The societies are involved in networks that are increasingly critical to the understanding of social transformations we are going through. It is no longer possible to think about economics or politics without considering symbolic power and its operating mechanisms. Discussions on local identities affirmation and their strategies to take part of social net-

works and globalized communication and, thus, travel the world are key to boosting the development of remote areas, creating sustainable alternatives. Through analysis of some theories of culture that address these issues we will highlight important insights that should be taken into consideration by local and regional actors who aim to include their localities in national and international networks. This discussion will be presented through the analysis of Samba de Véio, a popular cultural manifestation in the region of Rio San Francisco.

Keywords: Samba de Véio; São Francisco River; Development; Local Culture; Global Culture.

JEL: O1; O15

¹ Doutoranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (Pós-Cultura/UFBA). Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (PPDRU/UNIFACS). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Membro do Grupo de Pesquisa Espetáculos Culturais e Sociedade (ECUS-UFBA/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS-UNIFACS/CNPq). E-mail: natalia.coimbra@gmail.com

² Doutora em Geografia pela Universidade de Rouen (França). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (PPDRU/UNIFACS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS-UNIFACS/CNPq). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Rio São Francisco: Cultura, Identidade, Desenvolvimento (UNIFACS/Companheiros das Américas/Albright College). E-mail: regina.souza@unifacs.br

Introdução

Desde 2007 o Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS) está direcionado ao estudo da interface entre os recursos hídricos e a atividade turística, numa abordagem pioneira, que conta com pouca literatura disponível e escassez de informações em dados estatísticos e cartográficos em nível local. Os olhares de vários profissionais sobre uma temática, tornam-se bastante significativos, tendo em vista a importância do saber multidisciplinar para se pensar uma área tão complexa como a que foi escolhida: o Rio São Francisco.

Durante as pesquisas realizadas ao longo dos três últimos anos, em diversas etapas, foram trabalhados pela equipe: a compreensão histórica do processo de desenvolvimento, a dinâmica da divisão político-administrativa, os problemas sócio-ambientais em nível regional, os aspectos físicos e os traços culturais significativos que serviram para o estabelecimento de um referencial conceitual básico³.

Em 2009, foi iniciada uma nova linha de estudos relacionada ao Rio São Francisco, consequência de um desdobramento dos resultados obtidos nas primeiras etapas de pesquisa. A equipe formada pela UNIFACS, Companheiros das Américas – Comitê Bahia/Pennsylvania e Albright College (EUA) buscou estudar a cultura local e regional nos municípios de Juazeiro/Petrolina e Barra/Xique-Xique diante das transformações verificadas no Vale Sanfranciscano nos últimos cinquenta anos.

Nesta etapa, com duração de um ano, foram realizadas discussões teóricas sobre identidade, cultura, desenvolvimento, território, pobreza; identificados os movimentos sociais nos municípios selecionados; analisadas as principais mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais

que ocorreram nestes municípios selecionados; identificadas ações governamentais e não governamentais que contribuem para novas dinâmicas do desenvolvimento; e investigados os avanços e conquistas sustentados pelo saber tradicional e as dificuldades enfrentadas para sua inserção em outras atividades econômicas.

Neste cenário foi possível observar questões culturais fundamentais para uma discussão, muito atual, que perpassa a relação entre as culturas locais e globais, as artes tradicionais, populares, midiáticas e contemporâneas. E de que forma este contexto está associado às possibilidades de desenvolvimento integrado e sustentável. Devido à sua importância, destaca-se no presente artigo as contribuições que as discussões sobre estes temas podem trazer para o Samba de Véio, importante manifestação cultural da região.

O Rio São Francisco e suas culturas

O Vale do São Francisco caracteriza-se por uma grande diversidade cultural, devido à multiplicidade de grupos humanos que aí se estabeleceram, durante o processo de ocupação e formação territorial. Este fato foi observado, dentre outros, por Theodoro Sampaio (1905), quando da Expedição Hidráulica de 1879, da qual ele participou e que foi marco referencial das pesquisas sobre o Rio São Francisco

Em 2001, um grupo de estudiosos de Minas Gerais liderado pelo professor Márcio Santos, e contando com o apoio de diversas instituições, dentre as quais a FEDERA-MINAS, o IBAMA, a Petrobrás, o Governo de Pernambuco, o IEPHA-MG, entre outros, retomou a idéia de Expedição pelo Rio São Francisco, realizando uma nova viagem denominada de Expedição Engenheiro Halfeld, em homenagem a Guilher-

me Halfeld que, a serviço do Imperador D. Pedro II, realizou no século XIX uma viagem de estudos pelo rio, produzindo um extensivo trabalho cartográfico de todas as localidades visitadas. O produto final resultou em um Atlas que é igualmente uma referência para estudos sobre o Vale Sanfranciscano.

De acordo com o documento produzido, esta nova expedição teve como objetivo principal realizar pesquisa e documentação dos bens de valor histórico, artístico, cultural e natural existentes ao longo do rio e no seu entorno e a mobilização das populações ribeirinhas em defesa das águas do São Francisco e do rico patrimônio presente nos núcleos urbanos que se distribuem às margens do rio. Todo o material coletado deveria ser encaminhado através de relatórios e dossiês à Organização das Nações Unidas, a Ciência e a Cultura – UNESCO, com a proposta de se declararem patrimônio cultural da humanidade os bens históricos, artísticos, culturais e naturais do rio São Francisco.

A riqueza cultural manifestada através da religiosidade, de ritos, lendas, mitos, superstições, do artesanato variado, da culinária regional, das danças, da música instrumental ou percussiva, dos diversos saberes e fazeres, deve ser encarada como patrimônio imaterial de grupos que aí sobrevivem como os quilombolas, grupos indígenas, pescadores, lavadeiras, nordestinos de várias procedências, diversos estrangeiros, brasileiros de outras paragens, etc. Este patrimônio vem sofrendo transformações com o tempo agregando, por exemplo, novas tecnologias, novos sons ou expressões corporais, mas, também, resistindo a pressões de vários tipos.

Dentro do repertório elencado pela Expedição Engenheiro Halfeld, no entanto, não foi encontrado nenhum relato sobre uma manifestação

³ Para maiores detalhes sobre as atividades de pesquisa e extensão realizadas durante todo o projeto ver: Souza, R.C. A.; Kiddy, E. e Caldas, A. S. (2009).

“ Os homens formavam a banda de tocadores, enquanto as mulheres eram as sambadeiras, com vestidos coloridos e saias muito rodadas. Foram observadas algumas semelhanças e diferenças com o Samba de Roda dançado no... ”

com características bem marcantes, chamada Samba de Véio, que foi observada durante uma das visitas de campo realizadas pela equipe da UNIFACS.

Essa dança é executada nas ilhas Massangano e Rodeadouro, muito próximas às cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, de onde distam cerca de 15km. No dia em que a equipe de pesquisa presenciou a apresentação, esta estava sendo executada por um grupo de aproximadamente 30 pessoas, sendo 10 homens e 20 mulheres adultos, de idades variadas. Os homens formavam a banda de tocadores, enquanto as mulheres eram as sambadeiras, com vestidos coloridos e saias muito rodadas. Foram observadas algumas semelhanças e diferenças com o Samba de Roda dançado no Recôncavo Baiano, como a roda e a umbigada, no entanto, num ritmo mais acelerado, mas também com muita alegria. Os instrumentos, no entanto, pareciam originais e se diferenciavam bastante. A impressão positiva a respeito da riqueza cultural presente na apresentação do Samba de Véio e a relativa ausência de fontes de pesquisa despertou o desejo de conhecer melhor esta manifestação cultural.

Considerando-se que esta dança não havia sido registrada nem divulgada no referido levantamen-

to e, de acordo com relatos, por estar passando atualmente por dificuldades financeiras, corre ainda o risco de desaparecer, dada a falta de motivação das novas gerações para continuar praticando a tradição. Considerando que esta cultura não deve ser perdida, mas divulgada, julgamos de grande relevância um estudo acadêmico, profundo e que venha resultar não só em benefícios para a comunidade local, mas que seja um resgate desse importante patrimônio imaterial podendo integrar o mapeamento cultural do Estado da Bahia. Para isso propõe-se, a seguir, lançar novas perspectivas de análise sobre o Samba de Véio, como uma forma de empoderar os membros do grupo para participar de estratégias de desenvolvimento regional.

O Samba de Véio

Este artigo busca sinalizar possibilidades de pesquisas futuras a partir de um contato inicial com o grupo de Samba de Véio da Ilha de Massangano feito por membros da equipe de pesquisa do Rio São Francisco da UNIFACS.

Uma das dificuldades para a aproximação ao tema é a quase inexistência de referencial bibliográfico e documental sobre esta dança. Os poucos relatos disponíveis são encontrados pela internet, em sites de notícias e blogs de jornalismo e cultura, feitos por pessoas que obtiveram informações através de entrevistas e conversas informais. Praticamente não há relatórios ou documento oficiais por parte de instituições públicas locais ou de órgãos de pesquisa. Portanto, inicialmente será apresentado uma breve revisão das descrições sobre esta manifestação que encontram-se disponíveis online e levantadas as potencialidades para análise, mesmo quando estas requeiram uma posterior (e já prevista)

pesquisa de campo específica, a ser realizada através de observação participante e análise de história oral.

Segundo Moreira (2009) o Samba de Véio faz parte do Reisado, ciclo natalino religioso do mês de dezembro e que culmina na primeira semana de janeiro. E de acordo com o site da Prefeitura Municipal de Petrolina (2010):

[...] é uma das manifestações culturais mais antigas da Ilha do Massangano. É de origem indígena com influência africana, uma história de mais de 100 anos, como contam os moradores mais antigos. Esta manifestação folclórica, denominada Samba de Véio pelos ilhéus, constitui-se num frenético sapatear. É formada uma roda e quem vai para o meio improvisa um sapateado diferente que contagia a todos que estão em sua volta. Os casais vão entrando para o centro da roda, sambam, pulam, riem muito e dão a famosa umbigada e, desta forma todos participam. Afastada da roda, uma fogueira é acesa para aquecer o couro do animal que cobre a parte superior de um tamborete - assento de madeira que é o instrumento de percussão responsável pela marcação da coreografia dançada pelos ilhéus. Os instrumentos utilizados são: tambores, triângulos, cavaquinho, atabaque, ganzá e pandeiro. As letras versam sobre o dia a dia dos moradores da ilha, embora as estrofes das canções não variem, há permissão para o improviso seguindo a sugestão dos versos, a pessoa que se encontra no centro aplica, em outra, uma umbigada e o canto prossegue. Depois que todos os participantes tiverem passado pelo meio da roda, nova canção será entoada. Para recuperar o fôlego, uma garrafa de cachaça é passada de mão em mão e vira atração, quando equilibrada na cabeça por um dos sambistas no centro da roda. A Associação Cultural Josefa Isabel dos Santos do Samba de Véio da Ilha do Massangano foi fundada no dia 14 de fevereiro de 2001, e é uma sociedade civil sem fins lucrativos⁴.

⁴ Fonte: Site Oficial da Prefeitura Municipal de Petrolina (Pernambuco). Disponível no endereço: <<http://www.petrolina.pe.gov.br/2010/turismo.php>> Acesso em: 11 Out. 2010

Antigamente, tratava-se basicamente um folguedo de mulheres e de velhos, dançado depois que as crianças iam dormir – até por conta da bebida – mas que está se transformando aos poucos. Não é mais só um samba de velhos, pois jovens e crianças também já participam do samba que é dançado na ilha, assim como das apresentações urbanas, feitas pelo grupo de dança específico, assim constituído. Moreira (2009) relata que há uma sensação generalizada de gosto pelo sucesso e de orgulho de pertencer ao grupo.

Além do reconhecimento da prefeitura sobre a manifestação como sendo um importante atrativo turístico-cultural, houve um reconhecimento oficial desde 2008 quando foi criado o Ponto de Cultura Espaço Artístico e Cultural do Samba de Véio na Ilha de Massangano pela Comissão Permanente de Licitação e Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (CPL/FUNDARPE)⁵. Sobre a descrição da proposta apresentada está declarado no Site Pernambuco Nação Cultural do Governo do Estado:

[...] Samba de Véio da Ilha do Massangano (localizada a 15 km de Petrolina) tem origem indígena e africana e conta com mais de 40 componentes, tanto homens como mulheres, que apresentam sua dança característica durante as festividades locais. Todos os brincantes são moradores da própria comunidade e vivem basicamente da pesca e da agricultura familiar, ameaçada pelo assoreamento do Rio São Francisco. [...] O centro irá funcionar desenvolvendo atividades nas áreas de arte e cultura, realizando oficinas formativas para estimular a empregabilidade dos ilhéus e elaborando banco de dados a partir do acervo cultural existente. Área de Atuação: Sertão do São Francisco⁶.

As tradições culturais da Ilha de Massangano, incluindo o Samba de Véio, foram tema do documentário “Um Toque de Liberdade” exibido na série Documento Nordeste da TV Universitária de Pernambuco e diri-

“ De acordo com Luís Osete (2008) que escreveu uma matéria para o Portal de Cultura Overmundo a partir de uma observação participante, há um grande contraste entre a vida pacata e tranqüila da ilha com o ritmo frenético da dança. ”

gido por Bráulio Brillante e Luiz Lourenço que durante quarto dias captaram não apenas a riqueza da paisagem natural, mas também o cotidiano da população local.

Segundo o *press release* do programa:

Ali, há dois séculos atrás, negros e índios deram início ao povoado de Massangano, onde hoje seus netos e bisnetos preservam uma das mais belas tradições culturais dos ribeirinhos: a dança do “samba de véio” - expressão usada pelos ilhéus, que teria se originado no século XIX, com os descendentes caboclos que se fixaram nessa região. [...] Isolado dos grandes centros, o vilarejo é praticamente desconhecido dos turistas. Isso porque, na ilha, não existem bares ou restaurantes badalados, nem pousadas, hotéis ou qualquer infra-estrutura⁷.

A equipe gravou com antigos mestres do samba, como *Seu João* de

Maria (92 anos) e *Seu Zé* de Helena (90 anos). E também conseguiram depoimentos de Adelino Manoel de Souza (66 anos) ou *Doutô* Calumbi como ficou conhecido pela comunidade, um dos mais respeitados puxadores de samba da ilha e o único que compunha as letras das músicas. Além disso, estudiosos como a baiana Maria Isabel Pontes e o pernambucano Benedito Bernardo Alves Filho, pesquisadores da cultura popular, também colaboraram com o programa abordando a origem histórica da tradição do Samba de Véio e a ocupação da ilha.

De acordo com Luís Osete (2008) que escreveu uma matéria para o Portal de Cultura Overmundo a partir de uma observação participante, há um grande contraste entre a vida pacata e tranqüila da ilha com o ritmo frenético da dança.

Todo o ritual se inicia com a formação de uma roda, ao som dos cantos (com voz solo e em coro), palmas, pandeiros, triângulos e, como principal instrumento de percussão e um dos elementos de identidade, tamboretas feitos de couro de bode, que durante o dia têm a função primordial de ser assento. Quem vai para o meio da roda sempre improvisa o sapateado, contagiando as pessoas em redor. [...] Quando os movimentos de quem ocupa o centro da roda vão se extenuando, entre os dez e vinte segundos de dança, a pessoa é substituída por outra através de um convite curioso: a umbigada. Na roda do samba não existe platéia (OSETE, 2008).

Ainda segundo entrevistas colhidas por este autor, membros do grupo relatam que viajam muito para dançar com o grupo, principalmente da região de Petrolina e Juazeiro até Recife e Salvador. Mas o Samba de Véio é uma atividade paralela para a maioria dos dançarinos, uma

⁵ Fonte: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/02/extrato-de-resultado-concurso-dos-120-pontos-de-cultura.pdf>> Acesso em: 11 Out. 2010

⁶ Fonte: <<http://www.nacaocultural.pe.gov.br/descricao-do-ponto-de-cultura-samba-de-veio>> Acesso em: 11 Out. 2010.

⁷ Fonte: <http://www.pernambuco.com/diario/2001/09/17/revistatv7_0.html> Acesso em: 11 Out. 2010

vez que muitos trabalham em projetos de irrigação próximos à ilha que empregam boa parte de cerca de seus 1.200 habitantes no plantio e colheita de mangas e uvas. Os ilhéus são grandes responsáveis pelo reconhecimento de maiores produtores de manga e uva do país dado ao Pólo Agroindustrial de Petrolina - Juazeiro. Mas também há os que plantam hortaliças para vender na feira, trabalhando diariamente em sua própria roça, ou quem saia aos domingos e feriados para vender lanches ou acarajés na vizinha ilha do Rodeadouro (ou Rodeador, como também é conhecida)⁸.

Teias referenciais

Para pensar a potencialidade dos elementos da cultura sanfranciscana presentes no Samba de Véio partiu-se da mesma posição teórico-conceitual defendida por Natalia Coimbra de Sá (2007) em sua dissertação de mestrado, orientada pela professora Regina Celeste de Almeida Souza (coordenadora desta pesquisa), onde a autora discutiu o papel das festas populares religiosas da Bahia e sua relação com as políticas públicas voltadas para o turismo cultural como vetor de desenvolvimento do Estado.

As alterações nos processos de produção cultural têm um caráter histórico e irreversível, mantendo um fluxo contínuo que irá alterando-se de acordo com os novos contextos políticos, econômicos e sociais. Para Jenkins (2008), nunca houve um limite claro entre a cultura comercial emergente e a cultura popular residual, como alguns insistiram em defender: a cultura comercial invadiu a cultura popular e cultura popular invadiu a cultura comercial.

Desta forma, acredita-se que é importante que o Samba de Véio do Massangano procure uma inserção na indústria cultural, como pode ser observado inicialmente com a gravação e lançamento de um CD do grupo⁹ e com as freqüentes apresentações em eventos culturais da região

e até mesmo nacionalmente. Uma alternativa interessante seria buscar inscrever o grupo, através da associação, em eventos de *world music* como acontece com outros grupos de samba da região Nordeste e que, normalmente, despertam muito interesse em audiências internacionais. Pode ser citado, como exemplo, o Samba Chula de São Brás (BA) que foi selecionado para um *showcase* no WOMEX 2010 – World Music Expo¹⁰ um importante evento cultural em Copenhagen (Dinamarca).

Segundo Canclini (2003, p. 215) “é possível construir uma nova perspectiva de análise do tradicional-popular levando em conta suas interações com a cultura de elite e com as indústrias culturais”. Para este autor: o desenvolvimento moderno não suprime as culturas populares tradicionais; as culturas camponesas e tradicionais já não representam a parte majoritária da cultura popular; o popular não se concentra nos objetos; o popular não é monopólio dos setores populares; o popular não é vivido pelos sujeitos populares como complacência melancólica para com as tradições; a preservação pura das tradições não é sempre o melhor recurso popular para se reproduzir e reelaborar sua situação. A partir desta perspectiva, o Samba de Véio pode ser pensado como uma dança originária da região que deve procurar formas de integração com as novos elementos e ferramentas para transitar nas redes midiáticas, e turísticas, como

uma forma de empoderamento para que este grupo que a prática seja também um importante agente de desenvolvimento local.

Em relação à discussão entre tradição autêntica, não-autêntica ou inventada, que no discurso do turismo normalmente está associada à valorização da autenticidade da cultura local, concorda-se com Hobsbawm e Ranger (1997) em que todas as tradições são inventadas, independente de serem novas ou antigas e, na verdade a questão da autenticidade é uma busca por legitimação histórica.

Como defende Bhabha (1998) em relação ao discurso naturalizado, unificador, da nação, dos povos ou da tradição popular autêntica, que ele chama de mitos incrustados da particularidade da cultura, pois não podem ter referências imediatas: “A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição” (BHABHA, 1998, p. 241). Esses discursos sobre autenticidade normalmente são utilizados para deslegitimar manifestações culturais e caracterizá-las como superiores ou inferiores a outras ou essencializá-las. No entanto, este tipo de julgamento de valor não deve ser utilizado para se referir às culturas, uma vez que não há uma melhor ou pior que outra. A população deve vivenciar suas culturas com alegria, isso que importa.

⁸ Vale destacar que também no Portal Overmundo, a autora Gabriela Cruz escreveu o artigo “Samba de Véio do Rodeadouro – Juazeiro – Bahia” em 2007 relatando uma pesquisa de campo que realizou nesta outra localidade sobre uma manifestação cultural com características parecidas. Por enquanto, em nossas pesquisas não ficou demonstrado claramente se poderiam existir outros grupos de Samba de Véio na região de Petrolina/Juazeiro, o que pode ser o caso. No entanto, este estudo propõe investigar estas questões, inclusive, para documentar os diversos grupos culturais existentes. Fonte: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/samba-de-veio-do-rodeadouro-juazeiro-bahia>> Acesso em: 11 Out. 2010.

⁹ O CD está disponível para venda online através do site <<http://mp3.mondomix.com/sambadoveiodailhadomassangano>> Acesso em: 11 Out. 2010.

¹⁰ Fonte: <http://www.womex.com/virtual/plataforma_de/samba_chula_de_sao> Acesso em: 11 Out. 2010.

Castells (2002) defende em sua obra que, do ponto de vista de atores sociais, o que entende por identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou um conjunto deles que estejam inter-relacionados e que prevalecem sobre outras fontes de significado. Trata-se de um processo coletivo de construção e escolhas. Além disso, tanto para um indivíduo como para uma coletividade existirão identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade sempre será fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social.

No que se refere à relação entre global e local com o conceito de identidade, pode-se resumir, a partir de Hall (2001) que no atual momento, em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas sim suspensas, em transição, entre diferentes posições. Essas identidades retiram seus recursos, simultaneamente, de diferentes tradições culturais de tempos e espaços diferentes e, portanto, são o produto desses complexos cruzamentos e hibridismos culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado.

De acordo com Sovik, “a identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (SOVIK, 2003, p. 15).

As culturas estão em constante fluxo e, por isso, em vez de pensar apenas em identidades – mesmo que levado em conta que estas são mutantes, fluidas constantemente renegociadas – é importante levar em consideração também as noções de estratégias e táticas, conforme Certeau (1994). As pessoas se relacionam com a vida cotidiana através de estratégias e táticas. As estratégias são conceitos, parâmetros, modelos abstratos e estáticos; o lugar do poder, capaz de produzir, mapear e impor, e que compõem as situações nas quais vivemos. As táticas são as apropriações, os usos, manipulações e alterações que dão

dinamicidade a tudo que fazemos de acordo ou em cima dos modelos que existem e já nos são dados social e culturalmente; trata-se da arte do fraco, do anônimo, do destituído de poder. São elas que introduzem movimentos e transformações nesse sistema já existente e pré-determinado.

Bauman (2003, 2005) chama a atenção para a sedução de se pensar na mobilidade e acesso irrestritos que seriam permitidos pela “modernidade líquida”, uma vez que esta contrasta com as dificuldades daqueles que ainda vivem marginalizados e não podem escapar à dimensão local. No entanto, apesar de concordar que acesso, mobilidade e inserção no mundo globalizado ainda não são permitidos a todas as populações do mundo, estas limitações podem ser desafiadas, contestadas e negociadas de diversas formas.

Sá e Mattos (2010) discutem em um trabalho recente a relação entre cultura e participação popular a partir do argumento de Jenkins (2008) de que o contexto atual nos permite pensar os processos contemporâneos de uma forma em que as performances, as artes e os espetáculos mantêm alguma ligação com a cultura popular participativa, ao mesmo tempo que não vem para substituir a cultura massiva, mas para acrescentá-la novas nuances. A cultura participatória na era da convergência também incentiva a ampla participação, a criatividade e as trocas em ambientes interativos.

A cultura da convergência é altamente produtiva: algumas idéias propagam de cima para baixo, começando com a mídia comercial e sendo adotadas e apropriadas por uma gama de diferentes públicos, ao se espalharem para fora e através da cultura. Outras surgem de baixo para cima a partir de vários locais da cultura participativa e são puxados para o *mainstream*, se as indústrias midiáticas virem alguma maneira de lucrar com isso. O poder da mídia popular é que ela diversifica,

o poder dos meios de radiodifusão é que eles ampliam. É por isso que deve haver uma preocupação com o fluxo entre os dois: expandir o potencial para participação representa uma maior oportunidade para a diversidade cultural. Se forem jogados fora os poderes da radiodifusão, ter-se-á apenas fragmentação cultural. O poder da participação não vem de destruir a cultura comercial, mas de escrever sobre ela, modificá-la, alterá-la, expandindo-a, acrescentando uma maior diversidade de perspectivas, e depois recirculando-a, alimentando-a de volta para a mídia de massa. Se pensado nesses termos, a participação se torna um importante direito político (JENKINS, 2008).

[...] nossos espetáculos serão participativos: sonhos que o público possa moldar e dar forma. Eles vão ser ativos: espetáculos que só funcionam se as pessoas ajudarem a criá-los. Serão abertos: montando palcos para fazer perguntas e deixando silêncios para formular respostas. E eles serão transparentes: sonhos que sabemos que são sonhos, mas que ainda têm poder de atrair e inspirar. E, finalmente, os espetáculos que nós criamos não vão encobrir ou substituir a realidade e a verdade, mas que representá-las e amplificá-las. (DUNCOMBE, 2007 *apud* JENKINS, 2008, p. 284)

Essa inserção é uma alternativa importante de ganhos sócio econômicos para o Samba de Véio. Através de sua arte e apresentações podem inserir-se, simultaneamente na indústria cultural e turística, fazendo parte de um projeto integrado de desenvolvimento que leve em consideração não apenas ferramentas de marketing turístico impostas de cima para baixo, mas também a efetiva participação do grupo nas decisões a serem tomadas. Ao mesmo tempo, ao partir desta premissa, a população local irá ter benefícios também na sua auto-estima, gerando interesse das novas gerações para que a dança continue a ser praticada na região.

Para não concluir

A contemporaneidade apresenta-se como resultado dos processos de globalização da economia, mundialização da cultura, indeterminação e novas territorialidades, nos quais o tempo e o espaço se tornam cada vez mais fragmentados e fluidos. Esse cenário não existe apenas de forma abstrata num espaço global, pois o global só se materializa no local, num espaço determinado, onde vivem pessoas que se organizam em comunidades específicas.

Obviamente nem todos os lugares refletem esse contexto da mesma forma, daí a impossibilidade de se pensar uma homogeneização cultural, econômica, política ou social. Ao contrário, as diferenças aparecem e se reafirmam com mais força diante do contato com o outro.

A flexibilização do capitalismo, a evolução dos meios de transportes, das novas tecnologias da informação e comunicação, as novas organizações de sociabilidade em redes que permitem uma conexão mais rápida e fácil entre pessoas de lugares distantes e distintos, ao invés de pasteurizar a cultura, pelo contrário, tendem a destacar as diferenças. Apesar de algumas manifestações ou produtos culturais passarem a contar com uma maior penetração nos mercados globais, são as características singulares que tendem a ser valorizadas cada vez mais. O ser humano se coloca em contato com o outro por desejar a busca do diferente. Isso é válido tanto para o turismo quanto para a economia da cultura.

Acredita-se que, através de uma pesquisa de campo etnográfica – que buscará, através da coleta de narrativas e utilizando a história oral, verificar as dinâmicas e experiências próprias do grupo do Samba de Vêio do Massangano – será possível ir muito além da breve descrição aqui apresentada. Poderá ser verificado como cada um de seus membros se relacionam com os as-

pectos geográficos, históricos, sociais, culturais e tecnológicos existentes na localidade e de que forma eles podem agir para tornarem-se agentes efetivos do desenvolvimento da sua região.

Referências

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CRUZ, G. Samba de Vêio do Rodeadouro – Juazeiro – Bahia. In: **Overmundo**. 2007. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/samba-de-veio-do-rodeadouro-juazeiro-bahia>> Acesso: 11 Out. 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JENKINS, H. **Convergence culture: where old and new media collide**. New York, London: New York University Press, 2008.

MOREIRA, E. G. Samba de Vêio da Ilha do Massangano em Petrolina, PE: no ritmo do espetáculo. In: **Folclore 343**.

Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Pesquisas Sociais, Núcleo de Estudos Folclóricos Souto Maior. Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/micro_343_-_samba_de_veio.pdf> Acesso: 11 Out. 2010.

OSETE, L. O Samba de Vêio na terceira margem do rio... In: **Overmundo**. 2008. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/o-samba-de-veio-na-terceira-margem-do-rio-1>> Acesso: 11 Out. 2010.

SÁ, N. C. de. **Cultura e turismo na contemporaneidade: as festas populares religiosas baianas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Universidade Salvador (UNIFACS)

SÁ, N. C. de; MATTOS, “Cultura participatória e festivais internacionais de música e arte: os exemplos de Glastonbury (Reino Unido), Coachella (Estados Unidos) e Starts With You (Brasil)”. In: BOCCIA, L. V.; SÁ, N. C. (Eds.). **Pulsões Audiovisivas. ECUS – Cadernos de Pesquisa**. Vol. 2. Salvador: UFBA, 2010. (No prelo).

SAMPAIO, T. **O Rio São Francisco: trechos de um diário de viagem**. (1ª Ed. 1905). Rio de Janeiro: Livraria J. Leite. 458 p. il. 1936.

SANTOS, M. **Expedição Engenheiro Halfeld**. Relatório de Pesquisa de Campo. Dezembro, 2001. Disponível em: <<http://www.terrazul.org.br/Caminho1/RELATORIO2.pdf>> Acesso: 11 Out. 2010.

SOUZA, R.C. A.; KIDDY, E.; CALDAS, A. S. **Projeto de Pesquisa Rio São Francisco: Cultura, Identidade, Desenvolvimento**. UNIFACS/Companheiros das Américas/Albright College, 2009.

SOVIK, Liv. Apresentação: para ler Stuart Hall. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. pp. 09-22.

EDUCAÇÃO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

MARIA DAS GRAÇAS SODRÉ FRAGA MAIA¹

Resumo

O objetivo principal dessa pesquisa é contribuir para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional e para a mobilização da responsabilidade social do empresariado local e regional. Dada a importância da educação para a qualidade do desempenho dos recursos humanos, procurou-se levantar informações sobre a escolaridade da população do Vale do São Francisco, principalmente em relação aos municípios de Barra, Xique-Xique, Juazeiro e Petrolina, buscando relacionar esses dados com a renda, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dentre outros. Vários são os desafios para essa região: grande parte da população ainda é analfabeta ou com baixa escolaridade (reduzido o número de séries concluídas); os que vivem no campo têm dificuldades de acesso à escola; a transposição impacta na educação, pela dificuldade causada pelo reassentamento; é reduzido o número de matrículas no ensino superior; inexistente interesse das empresas em investir nas pessoas; há necessidade de maior conscientização sobre o potencial na região e da importância do associativismo com o objetivo de garantir o interesse dos associados e da melhoria da qualidade técnica, social e profissional dos mesmos.

Palavras-chave: Educação; Desenvolvimento regional; Pobreza.

Abstract

The main objective of this research was to contribute to the establishment of public policies for regional development and mobilization of social responsibility of local and regional business community. Given the importance of the education for the quality of human resources performance, we tried to gather information about the schooling of the population of Vale do São Francisco, especially around the counties of Barra, Xique-Xique, Juazeiro and Petrolina, etc. There are several challenges for this region: most of the population is still illiterate or with low education (reduced the number of grades completed), those who lives in countryside have access difficulties to school; the transposition impacts on the education, because of the difficulty caused by resettlement; is reduced the number of registrations for higher education; non-existent interest of companies to invest in

people, there is a need for greater awareness of the potential in the region and the importance of associations in order to ensure the interests of members and improving the technical, social and professional quality of them.

Keywords: Education; Regional development; Poverty.

JEL: I12; I21

Introdução

Esse estudo faz parte do Projeto Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento, com foco nos municípios de Juazeiro/Petrolina e Barra/Xique-Xique, o qual constatou que mudanças na região, a partir do século XX, em função da Barragem de Sobradinho e da agricultura irrigada.

Branco e Vainsencher (2001) afirmam que a localização do Semiárido irrigado é um elemento que contribui de forma “significativa para o fomento do setor produtivo” da região. Nesse contexto, o êxodo das populações das zonas rurais de

¹ Doutora em Geografia – Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional. Membro do Grupo de Pesquisas em Turismo e meio Ambiente - GPTURIS da Universidade Salvador - UNIFACS. E-mail: graca.maia@unifacs.br

“ *Também não havia interesse das empresas em investir na educação formal das pessoas envolvidas no processo produtivo,* ”

sequeiro², principalmente para Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), possibilita a abundância de mão-de-obra no referido setor. Essa região de clima seco e água de boa qualidade representa para essa população, oriunda de regiões assoladas pela seca, um “oásis no deserto”. Todas as condições desse pólo são extremamente favoráveis para a fruticultura, o que possibilitou atingir um padrão de qualidade internacional de produção, possibilitando a exportação, principalmente da uva e da manga, para a Europa e Estados Unidos.

Com a implantação da agricultura irrigada, quando foram introduzidas novas culturas associadas a técnicas cada vez mais sofisticadas, houve uma pressão para uma melhor formação das pessoas da região.

No entanto, um número considerável de pessoas é analfabeto ou só consegue assinar o próprio nome, daí não reunir condições de utilizar novas técnicas nem ocupar postos mais elevados nas empresas. Também não havia interesse das empresas em investir na educação formal das pessoas envolvidas no processo produtivo, uma vez que o seu objetivo, em grande parte, estava reduzido à produção de frutas de boa qualidade que lhes permitia auferir parcelas de lucro cada vez maiores. De acordo com Branco e Vainsencher (2001),

Os empresários, por sua vez, enfatizaram que a(o)s trabalhadora(e)s possuíam níveis muito baixos de educação e de conhecimen-

tos. É que as empresas não tinham interesse em conscientizá-lo(a)s sobre assuntos adicionais que não os relacionados, exclusivamente, às suas atividades produtivas: interessava-lhes, somente, o desenvolvimento da própria produção, e ponto final.

Analfabetismo e Renda

Embora o número de analfabetos no Brasil venha reduzindo ao longo

dos anos, (saímos de 65,3% em 1900 para 13,6% em 2000), conforme apresentado na Tabela 1, o seu número ainda é significativo. Principalmente quando se consideram as discrepâncias regionais (Estados e municípios mais ricos, população urbana com número menor de pessoas nessa condição) e o conceito de analfabeto funcional, mais utilizado no mundo e que inclui todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas.

Tabela 1 – Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais Brasil - 1900/2000³

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total	Analfabeta	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: Mapa do Analfabetismo no Brasil (INEP)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda considera alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”, base dos dados disponibilizada para os estudos. Se for considerado esse referencial, o número de analfabetos é muito superior ao apresentado (vide Tabela 2).

Se fosse aplicado o referido conceito, a situação da população dos municípios do Vale do São Francisco seria bem pior, uma vez que, em alguns deles, o número médio de séries concluídas da população com idade superior a 15 anos é inferior a quatro, a exemplo de Pilão Arcado (2,13), Sento Sé (3,26) e Remanso (3,7).

O Brasil é um país com uma das maiores concentrações de renda do mundo. De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil, “a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que aquela dos 20% mais pobres”. Dados comprovam que a educação e a distribuição de renda são ações que caminham juntas, conforme pode ser comprovado nos municípios estudados (Tabela 2).

² Áreas localizadas no Semiárido, não irrigadas e afetadas pela seca. A população dessa região subsiste de uma “incipiente agricultura familiar” e, por não terem outra alternativa, migram para outras cidades em função dos grandes períodos de estiagem.

³ Aí não estão incluídos os analfabetos funcionais, o que elevaria esses percentuais.

Tabela 2 – Taxa de analfabetismo versus Rendimento médio familiar, 2000

Unidades da Federação/Município	Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos ou mais	Analfabetos Funcionais	Nº médio de séries concluídas da população de 15 anos ou mais	Rendimento Domiciliar				
				Até 1 SM	Mais de 1 até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Brasil	13,6	27,8	6,23	30,5	20,1	10,6	5,6	1,9
Nordeste	26,2	42,5	4,88	38,7	29,7	17,6	9,0	3,1
Bahia	23,1	42,5	4,88	35,0	26,8	15,9	8,1	2,6
Pernambuco	24,5	37,5	5,37	38,9	28,4	16,1	8,6	3,0
Barra	35,1	61,2	3,26	45,5	34,1	24,6	11,0	1,9
Casa Nova	32,3	58,4	3,22	35,7	34,9	27,8	15,7	14,1
Juazeiro	20,5	35,5	5,47	30,8	22,8	14,5	8,2	3,7
Pilão Arcado	40,5	74,6	2,13	41,9	44,8	24,9	17,9	0,0
Remanso	33,2	55,1	3,7	41,1	34,6	20,8	12,8	4,3
Sento Sé	33,6	59,1	3,26	39,3	33,4	19,5	13,5	3,8
Xique-Xique	29,3	52,0	3,81	38,5	28,8	16,7	11,3	1,1
Petrolina	17,7	31,8	5,85	30,6	21,5	12,7	8,4	3,4

Fonte: Mapa do Analfabetismo no Brasil, 2000.

“ De acordo com dados obtidos junto à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em 2005, o índice de analfabetismo na região do Vale do São Francisco ainda era muito alto. ”

Assim, se tomarmos como base o país, com uma taxa média de analfabetismo de 13,6%, (27,8% de analfabetismo funcional), mais de 50% da população tem um rendimento domiciliar de até 3 Salários Mínimos (SM). No Nordeste, com 26,2% de analfabetos (42,5% de analfabetismo funcional), essa situação é mais grave: 68% da população têm um rendimento de até 3 SM. Entretanto,

nessa mesma região, 3,1% da população tem um rendimento médio superior a 10 SM, acima da média nacional que é de 1,9%, demonstrando uma maior concentração de renda.

Com relação aos municípios estudados, a maior média de anos de estudos ocorre em Petrolina (5,85), seguido de Juazeiro (5,47) e Xique-Xique (3,81), cidades onde estão localizadas as Instituições de Ensino Superior da região, conforme Quadro 1. São as três cidades com o menor índice de analfabetismo também, 17,7%; 20,5% e 29,3%, respectivamente. A população de Pilão Arcado é a que apresenta o menor número de séries concluídas (2,13), a maior taxa de analfabetismo (40,5%) e também a maior parcela da população com rendimento domiciliar de até 1 SM (41,9%), sendo que 86,7% recebem até 3 SM, comprovando a relação entre educação e renda. A

cidade de Barra, que detém a segunda maior taxa de analfabetismo dos municípios analisados (35,1%), possui 45,5% da população recebendo até 1 SM e 79,6% até 3 SM.

De acordo com dados obtidos junto à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em 2005, o índice de analfabetismo na região do Vale do São Francisco ainda era muito alto. Constata-se uma relação entre essa taxa e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁴ que no Município de Pilão Arcado é o menor (0,546), demonstrando que o nível de escolaridade (incluindo o número de séries concluídas) impacta nos índices econômicos e sociais. Em contrapartida, o maior IDH dentre os municípios analisados, fica com Petrolina (0,748), seguido de Juazeiro (0,683), sendo o de Petrolina superior ao dos Estados da Bahia e Pernambuco, conforme Tabela 3.

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara o grau de pobreza, alfabetização, esperança de vida, além de outros fatores. Seu cálculo vai de 0 (zero) a 1 (um), e quanto mais próximo da unidade, mais desenvolvido é considerado o país.

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo X IDH no Brasil, Bahia, Pernambuco e Municípios

Unidades da Federação/ Município	Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais	Número médio de séries concluídas da população de 15 anos ou mais	IDH
Brasil	13,6	6,23	0,764
Nordeste	26,2	4,88	-
Bahia	23,1	4,88	0,693
Pernambuco	24,5	5,37	0,692
Barra	35,1	3,26	0,586
Casa Nova	32,3	3,22	0,611
Juazeiro	20,5	5,47	0,683
Pilão Arcado	40,5	2,13	0,546
Remanso	33,2	3,7	0,615
Sento Sé	33,6	3,26	0,603
Xique-Xique	29,3	3,81	0,580
Petrolina	17,7	5,85	0,748

Fonte: Mapa do analfabetismo no Brasil, 2000.

Pode-se ainda constatar, pela análise dos dados do Mapa do Analfabetismo no Brasil e desconsiderando a faixa etária, que a situação do analfabetismo da população rural (do país e área estudada), é ainda pior que a da urbana. No caso de Barra, por exemplo, o índice de analfabetismo da população urbana atinge 20,5% e a rural, 48,4% e Remanso 23,3% e 47,3%, respectivamente. O maior índice de Analfabetismo da população urbana, dentre os municípios estudados, é o de Sento Sé (27,5%) e com relação à população rural, o Município de Barra com 48,4%.

Além da necessidade de melhoria desse índice de escolaridade, é importante a qualificação técnica adequada, principalmente para a sociedade baiana rural, conforme se pode comprovar no Relatório Final do Projeto de Cooperação Técnica IICA/PRONAF (2003).

Há uma indiscutível carência de qualificação, tanto para empresários como para trabalhadores, especialmente em atividades em que há substituição significativa de tecnologias. Há um fosso entre a educação formal básica e as neces-

sidades de conhecimentos técnicos dos produtores. À parte de que há programas informativos dos meios de comunicação, especialmente de televisão, faltam meios técnicos ao alcance da sociedade rural. Cabe desenvolver um projeto destinado a facilitar acesso a informações técnicas de nível médio para consulta.

Portanto, os não-alfabetizados baianos representavam quase o dobro da taxa brasileira. Para Frauches e Fagundes (2007, p. 24), “No campo da alfabetização, o MEC pouco atuou”.

De acordo com dados do IBGE relativos ao período de 2006-2007, o número médio de anos de estudos da população brasileira era de 6,8, um pouco melhor que o apresentado na Tabela 3. Embora tenha havido crescimento no número médio de anos de estudos da população ativa, esse indicador ainda é muito baixo. O que se verifica é a manutenção das desigualdades, uma vez que o Nordeste ainda apresenta a menor taxa de permanência nas escolas, em comparação com as demais regiões do Brasil - 5,6 anos - inferior até à da Região Norte que é de 6,2 anos. Portanto, os

“ Se forem comparados os percentuais de pessoas ocupadas de 2006 para 2007, verifica-se que enquanto a proporção dos empregados... ”

alunos não completam, em média, o ensino fundamental. A maior taxa de permanência nas escolas pertence à Região Sudeste (7,5 anos), seguida da Região Sul (7,2 anos).

Educação e Inserção no Mercado de Trabalho

Embora o Vale Sanfranciscano seja uma região com forte vocação agrícola, há uma tendência de as empresas utilizarem tecnologias cada vez mais avançadas, o que exige recursos humanos mais qualificados, como ocorre com os demais setores da economia.

Sabe-se que as possibilidades de inserção no mercado de trabalho crescem em função do número de anos de estudo, principalmente para aqueles que têm mais de 11 anos de estudo, conforme pode ser verificado na Tabela 4 (participação essa que vem aumentando ao longo dos anos). A referida Tabela demonstra o percentual de pessoas ocupadas em 6 (seis) regiões metropolitanas, com base no número de anos de estudo (IBGE, 2007) e o maior percentual de empregabilidade para aqueles que cursam um maior número de anos, comportamento semelhante para as diversas regiões do país.

Se forem comparados os percentuais de pessoas ocupadas de 2006 para 2007, verifica-se que enquanto a proporção dos empregados com mais de 11 anos de estudo aumenta, a com até 7 anos diminui, tendência que vem sendo confirmada se forem observados os anos anteriores.

Tabela 4: Distribuição das pessoas ocupadas por regiões metropolitanas e anos de estudo em 2007

Ano	Total	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	P Alegre
Sem instrução e com menos de 1 ano de estudo							
2003	3,0	4,9	3,5	2,5	3,2	2,9	2,0
2004	2,8	4,5	3,8	2,3	2,8	2,6	1,7
2005	2,4	3,9	3,0	2,0	2,5	2,4	1,4
2006	2,4	3,6	2,5	2,0	2,6	2,3	1,3
2007	2,1	3,1	2,3	2,0	2,1	2,0	1,3
1 a 3 anos de estudo							
2003	6,3	7,5	7,3	6,1	6,2	6,2	6,3
2004	5,9	7,1	6,6	5,8	5,8	5,6	5,7
2005	5,6	6,7	6,8	5,2	5,6	5,4	5,0
2006	5,3	6,3	6,0	4,8	5,5	5,1	4,7
2007	4,8	5,4	5,5	4,5	4,8	4,7	4,6
4 a 7 anos de estudo							
2003	24,7	25,5	21,9	28,7	24,2	23,6	28,2
2004	24,0	24,0	21,0	27,5	23,7	23,2	27,4
2005	23,1	23,3	21,1	26,1	22,6	22,3	26,0
2006	22,0	23,2	20,4	24,6	21,8	21,0	25,2
2007	21,2	21,9	19,0	23,9	21,1	20,2	24,4
8 a 10 anos de estudo							
2003	19,1	16,7	18,8	19,2	20,1	18,8	19,3
2004	18,6	16,5	18,0	18,8	20,0	18,1	19,2
2005	18,4	16,1	17,8	19,4	19,7	17,6	19,8
2006	18,1	15,9	18,1	19,3	19,2	17,1	19,7
2007	17,9	15,9	18,2	19,0	18,7	17,1	19,9
11 anos ou mais de estudo							
2003	46,7	44,9	48,3	43,2	46,3	48,4	43,9
2004	48,5	47,5	50,4	45,3	47,7	50,2	45,7
2005	50,3	49,8	51,1	47,1	49,5	52,2	47,5
2006	52,1	50,4	52,9	49,1	50,9	54,3	48,7
2007	53,9	53,1	54,9	50,5	53,2	55,9	49,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Mensal de Emprego

A Educação Básica

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Censo 2008), as matrículas no ensino regular da educação fundamental são ofertadas, principalmente, pela administração municipal (61,%), seguida pela rede estadual, que oferece 39% do total. Em relação a 2006, houve uma redução de 5,2% na quantidade de matrículas. Embora essa queda tenha sido

verificada em função da alteração na data de coleta de dados, a maior queda ocorreu no Nordeste (7,6%), destacando-se os Estados da Paraíba (11,1%), Pernambuco e Bahia (8,4% em ambos).

Ao analisarmos os dados da Tabela 5 verificamos que, no Brasil, 39% das matrículas são realizadas na rede estadual, enquanto que em Petrolina; 65% delas estão concentradas na mesma rede, seguida de Juazeiro com 26%, ao contrário do

que ocorre com os demais municípios sendo que em Barra, por exemplo, somente 5% das matrículas são da rede estadual. Além disso, no Brasil, a maior parte das matrículas está concentrada na área urbana (82%), o que também ocorre em cidades de maior concentração industrial, ao contrário do município de Barra que tem 64% das suas matrículas concentradas na área rural, seguida de Xique-Xique (37%) e Juazeiro (30%).

Tabela 5 – Matrícula no Ensino (Regular) Fundamental 2008

Matrículas país e Municípios do Vale São Francisco	Ensino Fundamental								
	Estadual Urbana	%	Estadual Rural	%	Municipal Urbana	%	Municipal Rural	%	Total
Brasil	10.336.137	37	564.773	2	12.791.976	45	4.465.332	16	28.158.218
Petrolina	21.572	50	6.474	15	6.226	15	8.640	20	42.912
Barra	742	5	0	0	4.465	31	9.398	64	14.605
Xique-Xique	1.528	12	0	0	6.424	51	4.657	37	12.609
Juazeiro	9.028	26	0	0	14.787	43	10.390	30	34.205
Casa Nova	1.576	10	0	0	4.075	27	9.439	63	15.090
Sento Sé	829	10	130	2	2.259	28	4.915	60	8.133
Remanso	1.681	24	0	0	2.058	29	3.354	47	7.093
Pilão Arcado	495	5	0	0	2.035	22	6.526	72	9.056

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2008

Esses dados demonstram a necessidade de maior atenção dos poderes públicos para as escolas localizadas nas áreas rurais, normalmente com dificuldades de acesso, estradas precárias, reduzido interesse de atração de professores experientes, enfim, de baixa condição para a manutenção de uma infra-estrutura que atenda às necessidades para a qualidade do ensino. Na visão de Edneusa F. de Souza, Coordenadora de Educação do IRPAA, em entrevista concedida em 2009,

[...] o campo tem as piores escolas. Os professores que têm mais dificuldade vão para o campo, os que têm menos formação [...]. A cadeira quebrada tem que ir para o interior. Essa outra concepção de quem está no campo é pobre, que não dispõe de outros elementos que tem no urbano, como se lá também não tivessem potenciais [...].

Por essas e outras razões, quantos não precisam sair da área rural ou enviar seus filhos para estudar em outros municípios até mesmo estados diferentes, com a expectativa de melhorar as condições de vida da família, principalmente no momento de cursar o ensino médio: “[...]_o sertanejo vende a sua fazendinha, o seu sítio, a sua rocinha,

a sua casa. Se desloca para os grandes centros urbanos, vai inchar as periferias. Vai viver na miséria, aí sim, já não tem mais terra, já não tem mais casa.” “De dono passa a ser empregado”, conclui a entrevistada.

Nesse grau de ensino, verifica-se que as matrículas estão concentradas

no ensino médio regular(Tabela 6), sendo que embora a média brasileira seja de somente 14% no ensino médio integrado à educação profissional, a Bahia e os municípios de Salvador e Xique-Xique extrapolam esse indicador (18%, 27% e 15% respectivamente).

Tabela 6 – Matrículas no Ensino Médio (Estadual e Municipal), 2008

Matrículas país e Municípios do Vale São Francisco	Ensino Regular		EJA presencial		Educação Especial		Total Médio e integrado à Educação Profissional
	Médio	%	Médio e Integrado à Educação	%	Médio e Integrado à Educação		
Brasil	7.297.807	86	1.189.495	14	2.794		8.490.096
Bahia	601.297	82	130.172	18	68		731.537
Salvador	108.469	73	39.695	27	2		148.166
Barra	2.051	100	0	0	0		2.051
Xique-Xique	2.334	85	416	15	0		2.750
Juazeiro	10.620	86	1.657	13	1		12.278
Pernambuco	385.073	93	31.143	7	11		416.227
Recife	71.385	93	5.655	7	3		77.043
Petrolina	13.062	87	1.976	13	4		15.042

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2008

Considerando-se que nos municípios do semiárido há grande parcela da população no meio rural e formada de pequenos agricultores, até para melhorar desempenho nesta mesma atividade, há necessidade de focalizar, principalmente nessas localidades, nas suas necessidades específicas.

Em um dos capítulos da sua tese, Oliveira (2005, p. 81) trata das “Pedagogias alternativas de educação para o meio rural: A Contribuição do Terceiro Setor” trazendo experiências nascidas fora do ambiente acadêmico e do siste-

ma oficial de ensino para atender aos interesses dessa população rural no sentido de “construir uma identidade para as escolas do campo”. Dada a importância de algumas Organizações Não Governamentais (ONG) na educação e formação de parte da população do semiárido, como forma de: promover o conhecimento e a cidadania, capacitar as pessoas para o trabalho, estimular a organização comunitária, etc., a autora destaca as atividades do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) (no Município de Valente), que desenvolvem ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar com impacto no desenvolvimento local sustentável.

O IRPAA, fundado em 1990 e com sede em Juazeiro, nasceu de uma preocupação com a questão do Semiárido brasileiro. A sua proposta é fazer uma reflexão sobre como combater a seca, que é um fenômeno natural, e como conviver com ela e com o Semiárido, respeitando através dos projetos que desenvolve as características físicas do local, a sua cultura e a sua gente. Conforme uma das entrevistas, o referido Instituto contribui para que as pessoas possam “Conviver com o Semiárido, na perspectiva de desenvolvimento humano sustentável, [...] melhor conhecer a região, construir conhecimento e maneiras para viver bem nesse lugar”. O Instituto, destaca, ressalta as potencialidades locais e ensina a convivência com a diversidade climática da região, situação contrária à divulgada pela mídia, que demonstra falta de conhecimento da região, quando lhe atribui características como um lugar seco, de fome, de miséria e sem possibilidade de vida.

Dentre os projetos coordenados pelo IRPPA, “Em cada Saber um Jeito de Ser”, voltado para a educação de jovens e adultos do Semiárido, é resultado de uma parceria com as prefeituras dos municípios e a Natura Cosméticos. Nele são utiliza-

dos módulos que abordam temas do cotidiano, estimulando uma reflexão crítica da realidade da comunidade.

Portanto a ação dessas ONGs, na qual se inclui a ação Pastoral, contribui para a manutenção das pessoas no campo e com melhor qualidade de vida, pois como afirma Oliveira (2005, p.254): “[...] nos Municípios de Juazeiro e Uauá a maioria das escolas rurais tendem a ser a típica escola urbana tradicional, com objetivos alheios à sua realidade, produzindo-se uma disfuncionalidade com o seu meio, decorrente do modelo educativo que serve mais à cidade do que ao campo”. Daí reforça a importância de construir, conforme afirma um dos entrevistados, um currículo contextualizado: “[...] que dialogue com a realidade local, que não se feche [...]”.

Considerando que a educação objetiva a formação de pessoas com capacidade

“[...] para compreender o mundo nas suas várias nuances sem contudo perder aquilo que lhe é identificador, a profissionalização dos agricultores requer uma imprescindível revolução na qualidade, utilidade e aplicabilidade dos conteúdos educativos, porque para o seu desenvolvimento o campo

necessita de líderes que transformem a realidade produtiva em qualidade de vida”. (OLIVEIRA, 2005, p. 255)

Isso implica na importância na formação de professores que se preocupem com a realidade na qual serão inseridos.

Além dos problemas citados, considerando as avaliações realizadas no ensino fundamental (rede pública) ou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), verifica-se que ainda há um grande percurso para a melhoria do ensino regular no país. Esses resultados refletem no ensino superior e na qualidade dos nossos professores, criando um círculo vicioso. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Tabela 7, considerando a pontuação de 0 a 10, a educação do país não consegue atingir a média (5). Se considerarmos alguns municípios do Vale do São Francisco, a exemplo de Xique-Xique, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, os resultados da 8ª série, em 2009, não atingiram 30% da prova. O mesmo ocorreu com os estudantes da 4ª série dos municípios de Casa Nova e Pilão Arcado que obtiveram a média de 2,7 e 2,2, respectivamente, inferior à nacional de 4,6.

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Rede Pública, 2009

Unidades da Federação /Municípios	4 série		8 série	
	2007	2009	2007	2009
Brasil	4,2	4,6	3,8	4,0
Pernambuco	3,6	4,1	2,9	3,4
Petrolina	3,5	3,9	3,1	3,6
Bahia	3,4	3,8	3,0	3,1
Juazeiro	3,3	3,5	2,9	3,1
Barra	3,1	3,6	2,8	3,0
Xique-Xique	3,2	4,1	2,8	2,7
Casa Nova	2,4	2,7	2,4	2,5
Sento Sé	3,2	3,3	2,9	2,6
Remanso	3,0	3,0	3,0	3,0
Pilão Arcado	2,3	2,2	3,1	2,4

Fonte: Ministério da Educação, 2009

No Ensino Médio a situação não é diferente. Os dados do ENEM (2009) publicados pelo MEC demonstram que, enquanto a maior média do país ocorreu em São Paulo (749,7), Recife apresentou as suas médias entre o intervalo de 387,96 a 629,09 e Salvador entre 405,91 a 681,47. Uma das escolas da capital baiana ficou entre as nove melhores do país. As escolas da cidade de Petrolina tiveram o desempenho entre 445,36 a 531,57; Juazeiro entre 436,90 e 557,50 e Xique-Xique, 421,36 (só uma escola foi apresentada). O Município de Barra ficou sem resultado. Portanto, há necessidade de providências dos setores público e privado para reverter o quadro de baixo desempenho tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, o que dificulta a inserção desses jovens na sociedade atual. Um planejamento mais flexível e adequa-

do que parta do conhecimento prévio dos estudantes pelo professor, e a reavaliação da progressão imediata dos estudantes que não tenham obtido um bom resultado do aprendizado, pode representar alternativas para o baixo desempenho dos estudantes. Esse quadro é explicado pela UNESCO (2010) em função da insuficiência em alguns pontos: “oferta educacional de qualidade; financiamento e gestão educacional dos sistemas e das escolas; currículos e propostas pedagógicas e valorização; formação e condições de trabalho dos profissionais da educação”.

Buscar ampliar a oferta da educação profissional que atenda as necessidades socioeconômicas da região e da educação não formal, uma vez que a educação ocorre em outros espaços que não somente a sala de aula, pode contribuir para a qualifi-

cação e melhoria das condições de vida da população e do local onde ela está inserida. Essa educação não formal é não curricular, é oferecida através de cursos e encontros e pode ocorrer nas próprias escolas, nas comunidades, associações de moradores etc.

A Educação Superior

Com relação ao ensino superior, a meta do Plano Nacional de Educação é de atingir pelo menos 30% dos jovens entre 18 a 24 anos até 2011. Entretanto, apenas 12,1% dos jovens brasileiros nessa faixa etária estão matriculados nesse nível de ensino. (INEP Censo 2007).

Na Região do Vale do São Francisco foram identificadas **duas Instituições privadas e cinco campi de três universidades públicas, oferecendo diversos cursos, conforme relacionados no Quadro 1.**

Município	Instituição	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa	Cursos oferecidos
Juazeiro	Faculdade São Francisco de Juazeiro - FASJ	Faculdade	Privada	Administração Comunicação Social (PP)
	Universidade estadual da Bahia - UNEB	Universidade (Campus Juazeiro)	Pública - Estadual	Agronomia Comunicação Social - Jornalismo Direito Pedagogia
	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	Universidade (Campus Juazeiro)	Pública - Federal	Engenharia Agrícola e Ambiental Engenharia Civil Engenharia da Computação Engenharia de Produção Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica
Petrolina	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina	Faculdade	Pública - Municipal	Administração, Ciências Contábeis Ciência da Computação Comércio Exterior Direito Economia Secretariado Executivo Turismo.
	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	Universidade (Campus Petrolina)	Pública - Federal	Administração Enfermagem Medicina Psicologia Medicina Veterinária Zootecnia
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina CEFET Petrolina		Pública - Federal	Tecnologia em Vitivinicultura e Enologia Licenciatura em Química Tecnologia em Fruticultura Irrigada Licenciatura em Física Tecnologia em Alimentos de Origem Vegetal
	Universidade de Pernambuco	Universidade (Campus Petrolina)	Pública - Estadual	Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Português/ Inglês, Licenciatura Plena em Ciências nas Habilitações Matemática e Biologia Licenciatura Plena em História Licenciatura Plena em Geografia. Pedagogia
Xique-Xique	Universidade Estadual da Bahia - UNEB	Universidade	Pública	Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (D/N)

Quadro 1 – IES localizadas no Vale do São Francisco

Fonte: INEP (2008). UNEB (2008), UNIVASF (2008), FASETE (2008), UNEB (2008), Universidade de Pernambuco (2009).

De acordo com o Censo 2006, das 2.270 Instituições de Ensino Superior (IES) (248 públicas e 2.022 privadas), 48,15% estão concentradas na Região Sudeste (São Paulo com 23,8% das IES do país), e apenas 18,1% na Região Nordeste. O Sudeste, Região mais rica do país, também concentra 43,9% das IES públicas (248 no total), enquanto o Nordeste concentra 25,4% delas. O mesmo ocorre com relação ao número de cursos: do total (22.101), 46,8% estão no Sudeste e 17,8% no Nordeste. Se considerarmos as IES nos municípios estudados, pode-se identificar uma em Juazeiro e três na cidade de Petrolina.

A Região Sudeste concentra 42,3% da população brasileira, seguida do Nordeste com 28% e o Sul com 14% (tabela 8). Entretanto, se analisarmos as matrículas no ensino

superior, 49,9% delas estão na Região Sudeste (mais que proporcional à sua população) ficando a região Nordeste com 17% e a Sul com 18,3% (mais que proporcional à sua população). Aí já se pode notar a grande distorção no Nordeste: 28% da população contra 17% das matrículas. Isso pode explicar o porquê, de acordo com a tabela 4, a Região Metropolitana de São Paulo apresenta a maior proporção de pessoas ocupadas com mais de 11 anos de estudo, dentre as principais regiões metropolitanas do país (quase 60% da população ocupada apresentavam, em 2007, uma média superior a 11 anos de estudo). Na Bahia a distorção população X matrículas no ensino superior, é mais acentuada que em Pernambuco pois, tendo 7,7% da população do país, detém apenas 4,5% das matrículas no ensino supe-

rior, enquanto em Pernambuco a participação é de 4,6% e 3,1%, respectivamente. A situação não é diferente da região e estados do país, se analisarmos os municípios do Vale do São Francisco em relação às capitais dos estados aos quais pertencem: com 18,1% da população, Recife apresenta uma participação de 56,4% das matrículas enquanto Petrolina, com 3,2% da população do estado, tem apenas 0,51% das matrículas no ensino superior; na Bahia, Salvador tem 20,5% da população do estado e 54% das matrículas no ensino superior. Se analisarmos todos os municípios baianos estudados, verifica-se que todos têm um percentual de população superior ao de matrículas no ensino superior, principalmente com relação aos municípios de Casa Nova, Sento Sé, Barra e Xique-Xique.

Tabela 8 – População segundo as grandes regiões, unidades da Federação e Municípios analisados.

Grandes regiões/ Unidade da Federação/ Municípios	População 2007	População %	Matrículas	Matrículas %	PIB per capita 2006
BRASIL	183.987.291	100,0	4.676.646	100,0	12.688
NORTE	14.623.316	8,0	280.554	6,0	7.989
NORDESTE	51.534.406	28,0	796.140	17,0	6.029
Pernambuco	8.485.386	4,6	146.232	3,1	6.528
Petrolina	268.339	3,2(1)	7.407	0,51(4)	6.814
Recife	1.533.580	18,1(1)	82.541	56,4(4)	12.091
Bahia	14.080.654	7,7	208.370	4,5	6.922
Casa Nova	62.862	0,4(1)	100	0,05 (4)	4.354
Juazeiro	230.538	1,6(1)	1.598	0,8(4)	6.306
Sento Sé	36.517	0,3(1)	83	0,04(4)	3.237
Barra	47.755	0,3(1)	96	0,05(4)	2.149
Xique-Xique	45.700	0,3(1)	252	0,12(4)	2.398
Salvador	2.892.625	20,5(1)	112.524	54,0(4)	8.870
SUDESTE	77.873.120	42,3	2.333.514	49,9	16.912
MG	19.273.506	10,5	487.789	10,4	11.028
S P	39.825.570	21,6	1.268.976	27,1	19.548
SUL	26.733.595	14,5	854.831	18,3	14.162
C. OESTE	13.222.854	7,2	411.607	8,8	15.552

Fonte: Censo da Educação Superior 2006; IBGE 2006 e 2007

(1) Cálculo em relação à população do Estado

(2) Cálculo em relação ao número de IES do Estado

Os impactos dos dados relativos à educação podem ser verificados no PIB per capita, principal indicador de como a riqueza da atividade econômica de um país atende ao montante da sua população e não pode ser confundido com indicador de desenvolvimento. Embora não deva ser analisado isoladamente (há necessidade de análise de variados indicadores sociais e de distribuição de renda, para se auferir o grau de desenvolvimento de um país ou estado), o referido índice demonstra que o Estado de São Paulo, apresenta o melhor desempenho, se comparado com os demais estados da federação. É o segundo maior PIB per capita do país, atrás apenas do Distrito Federal (37.600), concentra 21,6% da população brasileira e 27,1% das matrículas no ensino superior. Análise semelhante pode ser feita levando-se em consideração os estados de Pernambuco (PIB per capita 6.528) e Bahia (PIB per capita 6.922), cujas capitais apresentam resultado melhor que os municípios do Vale do São Francisco, respectivamente 12.091 e 8.870. A proporção das matrículas no ensino superior é melhor em Recife que em Salvador, assim como o PIB per capita. Considerando os municípios analisados, o maior PIB per capita fica com Petrolina 6.814, seguido de Juazeiro 6.306. São os municípios com o maior número de matrículas em relação à população e onde se encontra o maior número de IES conforme apresentado no Quadro 1.

Com relação ao ensino superior na modalidade a distância, (EAD), de acordo com dados do INEP (2007), comparando os resultados de 2003 a 2006, houve um crescimento significativo: aumento de 571% no número de cursos e de 315% no número de matrículas. Enquanto em 2005, os alunos EAD representavam 2,6% do total de estudantes, em 2006 esse percentual atingiu 4,4%. Essa modalidade permitirá uma maior facilidade de acesso por parte da população das diversas cidades que não dispõe de uma IES.

Na Bahia, portanto, a formação de recursos humanos ainda é preocupante em todas as etapas, pelas razões apresentadas, o que dificulta o desenvolvimento do Estado, principalmente porque as empresas, a cada dia, vêm exigindo, em suas seleções de pessoal, cada vez maior qualificação.

Como na atual economia há necessidade de formação de recursos humanos mais ampla, inclusive com a assimilação de novos saberes e desenvolvimento de habilidades específicas, como indicam estudos de Burnier (2004), o governo volta para a definição de novas políticas de ciência e tecnologia que visem apoiar investimentos em pesquisas “de ponta” (que exigirá profissionais qualificados), buscando resultados inovadores que possam contribuir tanto para a melhoria da qualidade de vida da população quanto para o aumento da eficiência e competitividade do setor produtivo.

Deste modo, esta pesquisa visa apontar algumas propostas que contribuam para a definição de políticas que possam promover o desenvolvimento da região através da educação.

Conclusões

De acordo com dados da pesquisa realizada, para incrementar o número de matrículas no ensino fundamental e médio, é necessário empreender vários mecanismos para ingresso e permanência das crianças e jovens na escola, dentre os quais: promover consciência coletiva quanto à importância da escola para todos (alguns locais com escolas somente para as primeiras séries do ensino fundamental); ampliar as possibilidades de acesso (estradas...) para evitar o isolamento das regiões; ampliar a qualificação dos professores e o conhecimento específico da realidade do semiárido; promover o conhecimento contextualizado com base na situação de vida da população; respeitar a pluralidade e diversidade em todos os níveis da educação; disponibilizar material didático

e de qualidade; melhorar a qualidade da educação no campo (professores, infraestrutura adequada etc.); estímulo à redução do analfabetismo em números absolutos dentre outros.

Além disso, é de fundamental importância ampliar a oferta da educação profissional seja por meio da identificação do potencial dos municípios para oferecer educação compatível com as necessidades da sociedade local, seja através da promoção do cooperativismo (Ex: mulheres catadoras de umbus), aliando o ensino com a utilização de novas tecnologias, dentre outros.

Para estimular o ingresso e permanência dos jovens no ensino superior é importante melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio, facilitando o acesso ao ensino superior; identificar a demanda local para funções em grau superior; promover a diversidade de idéias e a reflexão crítica nos cursos oferecidos pelas universidades e faculdades; ampliar a escuta e a integração das universidades com a comunidade, no sentido de identificar as suas necessidades para orientar os currículos dos seus cursos (“trabalho com direito ambiental, mas não vi essa disciplina no meu curso”, afirmou uma das pessoas ouvidas); estimular as universidades a se envolverem com os aspectos técnicos e pesquisas, sem perder de vista as implicações das ações e estudos nos aspectos sociais; ampliar recursos para a universidade pública que está no interior do Estado e tem possibilidade de interiorizar o ensino presencial, dentre outros.

O estímulo ao empreendedorismo e ao associativismo, como forma de desenvolver atividades para as quais possuam habilidades para, assim, obter melhores resultados, recorrendo inclusive a capacitações (cursos, oficinas etc.), divulgação de informações e oportunidades. Essa ação também possibilita a fixação do sertanejo no campo ou das pessoas nos pequenos municípios, com melhoria da qualidade de vida seja através de uma produção mais qua-

lificada, venda direta dos produtos pelos pequenos produtores ou reduzindo o número de “atravessadores”, dentre outros.

É também muito importante ampliar a contratação e/ou manutenção de pessoal cada vez mais qualificada pelas empresas locais, o que estimula o acesso ao ensino superior, buscando uma maior contribuição delas e/ou outros organismos para a educação.

Deve-se também buscar reduzir o fosso entre a educação formal e a necessidade de conhecimentos técnicos, possibilitando suprir a sociedade rural de meios técnicos. Além disso, pode-se destacar a importância de valorizar o magistério através da melhoria salarial dos profissionais da educação e a garantia do seu aperfeiçoamento e formação continuada, como forma de possibilitar a contratação e/ou manutenção de pessoal cada vez mais qualificado; estimular parcerias entre as universidades, comunidade e as instituições de educação formal e não formal; criar escolas técnicas com base na vocação regional; e, também; ampliar recursos para a conscientização da necessidade de preservação do meio ambiente principalmente por aqueles que poluem a água com agrotóxicos ou aqueles que o destroem para produzir (“a caatinga foi toda consumida em lenha e carvão”) ⁵.

O ponto de partida para alterar esse quadro de alto grau de analfabetismo e a baixa permanência dos jovens na escola é a garantia do direito à educação para todos e a melhoria da sua qualidade de forma a impactar nos indicadores sociais e econômicos da região.

Referências

- _____. **Pesquisa mensal de emprego:** retro. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1078>. Acesso em: 18 set. 2008.
- _____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** síntese de indicadores. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese/tab3_3.pdf>. Acesso em: 20 set. 2008.
- _____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2003-2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2006/default.shtm>>. Acesso em: 27 jun. 2009.
- IICA - INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Relatório Final do Projeto de Cooperação Técnica IICA/PRONAF.** Análise regional da Bahia rural. Salvador: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003.
- INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2006.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br/censo/escolar/DOU_final_2006.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.
- _____. **Censo escolar da educação básica de 2008.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br/censo/escolar/DOU_final_2008.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.
- _____. **Educação a distância cresce mais ainda entre os cursos superiores.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news07_01.htm>. Acesso em: 28 nov. 2008.
- _____. **Sinopse estatística da educação básica de 2007.** Brasília, 2008 Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>.
- gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news08_08.htm> Acesso em: 28 nov. 2008.
- MAIA, Maria das Graças Sodré Fraga. **A integração Universidade/empresa como fator de desenvolvimento regional: um estudo da Região Metropolitana de Salvador.** 2005. Tese (Doutorado)- Universidade de Barcelona, 2005.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. **Censo Escolar 2005.** Matrículas por município, dependência administrativa e nível/modalidade Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2009.
- PRETTO NETO, Dary; SORONDO, Fabrício Borges. **A nova metodologia de cálculo do PIB: Brasil a 10ª Economia Mundial – e o desenvolvimento econômico?** Brasília: COFECON, 2007. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br>>. Acesso em: 28 jun. 2009.
- UNEB – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.uneb.br>> Acesso em: 28 jun. 2009.
- UNESCO. Qualidade educacional no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/education-in-brazil/education-quality-in-brazil/>>, Acesso em: 17 set. 2010.
- UNIVASF - UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. [Site oficial]. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/>. Acesso em: 30 out. 2008.
- UPE - Universidade de Pernambuco. [Site oficial]. Disponível em <http://www.upe.br/>. Acesso em: 20 jun. 2009.

⁵ Afirmação do Sr. João Lopes de Souza Ribeiro, ribeirinho de 90 anos no II Workshop Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento – um olhar do ribeirinho sobre as mudanças no seu modo de vida, realizado em Juazeiro – Bahia, em agosto de 2010.

HISTÓRIAS, CONTOS, LENDAS E TRADIÇÕES DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SÃO FRANCISCO

DEBORA SAFIRA ANDRADE¹

Resumo

Este texto apresenta as lendas, tradições e histórias que povoam o imaginário da população que vive às margens do rio São Francisco, à luz do relatório técnico de pesquisa de campo do historiador Márcio Santos, que participou da Expedição Halfed, realizada entre 14 de outubro e 18 de novembro de 2001, percorrendo aproximadamente 85% da extensão do rio São Francisco. Essa expedição foi uma das principais ações promovidas pela Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial, que teve como objetivo central, elaborar um dossiê para enviar à UNESCO, a fim de ser reconhecido como patrimônio cultural da humanidade o acervo histórico, artístico e natural do entorno deste rio. Ainda traz a contribuição de alguns artigos publicados na edição especial da revista *on line* Jangada Brasil – *Velho Chico: Tradições, Lendas e História do rio São Francisco* – e estudos de Zanoni Neves sobre os remeiros. Por fim, elenca o patrimônio cultural imaterial, apresentado pelos autores acima referidos.

Palavras-chave: Rio São Francisco; População Ribeirinha, Patrimônio Cultural Imaterial

Abstract

Such a text presents legends, traditions and histories which make part the imaginary of the population that live near São Francisco river based on Marcio's Santos field research technical report who participated of Halfed Expedition occurred between October 14th to November 18th in 2001 by involving about 85% of extension of São Francisco river. Such an expedition was one of the principal actions promoted by Campaign of Rio São Francisco as worldwide Patrimony which had as a principal aim to elaborate dossier in order to send to UNESCO and to be recognized its historical, artistic and natural property as the mankind cultural patrimony. It also gives a contribution of some articles published in a special edition of *Jangada Brasil* magazine which is available on-line – *Velho Chico: Traditions, legends and histories of São Francisco river* – as well as Zanoni's Neves studies about the remeiros. Finally, it involves the immaterial cultural patrimony which is presented by the authors cited above.

Keywords: São Francisco River; Ribeirinha population; Intangible Cultural Heritage

JEL: I12; I21

Introdução

O presente artigo objetiva apresentar a riqueza cultural que se traduz em lendas, contos e tradições das comunidades ribeirinhas e, ao mesmo tempo, constituem o patrimônio cultural imaterial destes. Para tanto, se embasa no conceito de patrimônio cultural imaterial elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Assim, está estruturado da seguinte forma: na segunda seção, apresenta uma breve evolução do conceito de patrimônio e as discussões sobre o conceito de patrimônio cultural imaterial, realizadas pela UNESCO e as instituições não governamentais, vinculadas a este organismo multilateral de cooperação internacional. Deste modo, revela os significativos avanços e como esse conceito é fruto da percepção que

¹ Mestre em Análise Regional, pela UNIFACS. Bacharel em Turismo pela UNIFACS. E-mail: deborasafira@gmail.com

“
**Na Renascença,
 esse conceito
 amplia-se e passa a
 se identificar com o
 passado histórico,
 que apresenta suas
 especificidades, e
 que se difere do
 presente por
 representar outra
 época, idealizada
 como sendo aquela
 de grandes relações
 humanas.**

”

cada época tem a respeito de que, para que e porque preservar; na terceira seção, aborda a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial - Expedição Halfeld, realizada em duas etapas que teve como objetivo central obter o reconhecimento do rio São Francisco como Patrimônio Mundial; na quarta seção, é elencada a lista do patrimônio cultural imaterial do rio São Francisco produzida durante a primeira etapa da Campanha Halfeld, por Márcio Santos e também conta com a contribuição de Zanoni Neves e outros autores que foram publicados numa edição especial da revista *on line* Jangada do Brasil; na quinta seção, as considerações finais são tecidas.

Patrimônio Cultural

A palavra patrimônio é oriunda do latim *patrimonium*², que significa aquilo que provém dos pais. De acordo com o dicionário, patrimônio são bens que possuímos ou os bens que herdamos de nossos pais (HERNÁNDEZ; TRESSERAS³, 2001). Camargo (2002, p. 21) faz a seguinte observação “[...] do termo vigente do

direito de sucessão das estirpes, os descendentes são herdeiros dos bens do pai, cujos bens materiais constituem o patrimônio”. Essa palavra, na Idade Média, foi associada à idéia de algo que se respeita que é sagrado. Na Renascença, esse conceito amplia-se e passa a se identificar com o passado histórico, que apresenta suas especificidades, e que se difere do presente por representar outra época, idealizada como sendo aquela de grandes relações humanas. Deste modo, peças, objetos, artefatos, esculturas e monumentos das antigas civilizações egípcia, grega e romana tornaram-se ícones

Nesse período também, o patrimônio passa a ter um interesse histórico e artístico, procura-se recuperar e conservar os bens do passado. Inicia-se um processo de valorização do que é antigo, pela identificação com as civilizações grega, romana e egípcia, em especial. Tal percepção influenciou a educação oferecida aos jovens da aristocracia, que cultuavam e veneravam o passado. Estes se deslocavam para lugares onde se encontrava o patrimônio monumental de civilizações antigas para se educarem em uma forma anterior de turismo denominado *Grand Tour*, a qual precedeu, entre os séculos XVI e XVIII, a organização das viagens encetadas por Thomas Cook, em 1841, considerado o começo do turismo moderno (DIAS, 2006).

Contudo, as primeiras preocupações com a definição de políticas para a salvaguarda dos bens que conformam o patrimônio cultural remontam ao final do século XVIII, mais especificamente a Revolução Francesa⁴, quando se desenvolveu outra sensibilidade em relação aos monumentos destinados a invocar a

memória e a impedir o esquecimento dos feitos do passado (Zanirato e Ribeiro, 2006).

Nesse sentido, Camargo (2002) esclarece que a constituição de um padrão de preservação, conduzido como política do Estado apareceu nesse período, e apenas se tornou consistente, na própria França, transcorridos 60 anos da queda da Bastilha. “É fundamental que possamos conhecê-lo, pois é o modelo pelo qual se estruturou a política de preservação federal no Brasil na terceira década do século XX” (CAMARGO, 2002, p. 19).

Ainda, segundo este autor, com a queda do regime monárquico os bens que pertenciam ao rei, passaram para o Estado, bem como as propriedades do Clero e da Igreja. Se o sacerdócio não chegou a ser extinto, determinou-se, todavia, que os padres e o alto clero jurassem obediência à constituição e tendo em vista a existência de uma Igreja Nacional, as relações de dependência a Roma eram eliminadas. Por fim, ao lado das propriedades monárquicas e eclesiásticas, juntaram-se os bens dos emigrados⁵.

Camargo (2002) observa que à constituição do Estado republicano adiciona-se um atributo nacional. Isso representou uma inovação e, ao mesmo tempo, uma construção. Levando em conta a existência desses bens, e a concepção de Estado Nacional, constituem-se então os Bens Nacionais. Cabe ressaltar que uma parte desses bens foi vendida a particulares. Ainda hoje é possível encontrar mobílias e outras peças em residências inglesas. Nem as bebidas que pertenciam às adegas da coroa francesa foram poupadas. Os revolucionários viviam apertados pelas necessidades de dinheiro diante da

² DIAS, 2002 citando PATRIMÔNIO. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2.151.

³ Tradução livre da autora

⁴ Camargo explica que a Revolução Francesa é tradicionalmente considerada entre os acontecimentos de julho de 1789, mas ela atinge até 1799 diversas etapas que foram caracterizadas por profundas turbulências.

⁵ Os aristocratas que abandonaram a França revolucionária.

retaliação que as monarquias europeias impuseram à França Camargo (2002) acrescenta

Se as destruições e reutilizações inadequadas não cessam (abadias transformadas em manufaturas têxteis, de porcelana, de papéis), é em contrapartida, inventado o conceito de *patrimônio nacional*. Do termo vigente do direito da sucessão das estirpes, os descendentes são herdeiros dos bens do pai, cujos bens materiais constituem o patrimônio. E, ao conjunto de bens, legado ou patrimônio herdado do pai, acrescentou-se o qualificativo de nacional. Ou seja, os cidadãos, com a Revolução Francesa, eram livres e iguais perante a lei (Liberdade/Igualdade) e, nascidos, no país, são todos irmãos (Fraternidade) e herdeiros do mesmo pai, o Estado Nacional. (CAMARGO, 2002, p. 20-21).

Então, as obras e os monumentos deverão manifestar e testemunhar o “gênio do povo francês” através do tempo. Os monumentos seriam uma espécie de materialização da identidade nacional e, por meio deles os cidadãos se reconheceriam como franceses. Camargo (2002) observa que essa idéia assim estruturada foi difundida e outros países adotaram o modelo do patrimônio nacional francês, embora o tenham adaptado às suas próprias realidades históricas. Este também foi o modelo para a constituição do patrimônio brasileiro. Deste modo “é possível afirmar que este é, igualmente, o arcabouço para o Patrimônio da Humanidade” (CAMARGO, 2002, p.).

Dias (2006) explica que a elaboração de um arcabouço normativo-institucional nos Estados-nação, no decorrer das últimas décadas, relacionado ao patrimônio cultural, procede, em parte, dos acordos internacionais concernentes a cultura e constituídos pela iniciativa das agências multilaterais de cooperação internacional, como a UNESCO. Assim,

Entre as muitas funções e prerrogativas da UNESCO, apresenta relevância especial à missão de assegura-

rar a conservação e a proteção do patrimônio cultural universal, o que, desde a sua criação, foi pouco contestado em âmbito internacional, de modo que seu papel como gestora mundial dos recursos culturais é plenamente aceito (DIAS, 2006, p. 107).

É importante frisar que a UNESCO mantém uma estreita relação com algumas ONGs, e que isso é previsto em seu documento constitutivo. Entre as organizações que contribuem de caráter permanente com a UNESCO na esfera cultural e que apresentam um vínculo institucional com a organização destaca-se, entre outras, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Icomos⁶

Em 1972, a UNESCO adotou a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural que incitava os países a reconhecerem, a inventariarem e a protegerem “os bens únicos e irrepetíveis de valor universal”⁷. (UNESCO, 1972 apud Dias, 2006, p.114). Ao mesmo tempo, apresentou um marco legal, administrativo e financeiro de cooperação internacional, que deu origem à Lista do Patrimônio Mundial, a qual congrega localidades e lugares de todo o mundo que apresentam significado relevante para a história mundial.

Essa convenção é considerada um dos mais importantes documentos sobre o tema, por ter constituído diretrizes que foram seguidas por vários países e por ter servido para a elaboração de diversas normas nacionais e locais.

O processo de inclusão de um bem na lista se após ser identificado, estudado e reconhecido o valor excep-

cional e universal do patrimônio, cuja inclusão na lista torna-o uma referência material, não das histórias nacionais, mas da história do ser humano em toda a sua capacidade, riqueza e diversidade. A partir de então, a responsabilidade por sua proteção e a garantia de sua boa conservação é compartilhada entre os estados e a UNESCO. Esta terá, então, a responsabilidade de coordenar e de canalizar a cooperação internacional e os Estados. Há um fundo mundial do patrimônio destinado a contribuir na conservação dos bens do patrimônio da humanidade (DIAS, 2006, p.115).

Em março de 1999, a UNESCO organizou, em Turim, na Itália, um evento internacional denominada *Patrimônio Cultural Imaterial: Definições Operacionais*, que determinou três critérios sobre o tema:

- A cooperação internacional sobre o patrimônio intangível deve estar fundamentada sobre os direitos humanos reconhecidos universalmente, sobre os princípios de equidade e de sustentabilidade, bem como sobre o respeito a todas as culturas;
- A participação ativa dos atores e dos criadores da cultura em todas as etapas da identificação dos projetos, de destinação de recursos, de planejamento e de execução de políticas e programas destinados à salvaguarda do patrimônio intangível;
- A compreensão do patrimônio centrada sobre os indivíduos e sobre os processos sociais (DIAS, 2006, p.129).

Sendo assim, recomendou ações de proteção em algumas áreas, em especial: o patrimônio cultural oral, as línguas, as artes cênicas e as festividades, os ritos e práticas sociais, as cosmologias, os sistemas de co-

⁶ Uma das mais importantes e ativas organizações não-governamentais da área de patrimônio cultural, responsável pela realização de vários encontros mundiais que estabeleceram normas e condutas a serem seguidas no setor. Criada em 1963, em Varsóvia, com a adoção da Carta de Veneza, de 1964, sobre conservação e restauração de monumentos e sítios.

⁷ UNESCO. Convenção sobre Proteção de Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Actas de La 17ª Conferência General Paris 17 de out. 21 de Nov. 1972.

nhecimento, as crenças e práticas relacionadas com a natureza. Nessa reunião, definiu-se patrimônio cultural imaterial como⁸

Os processos assimilados pelos povos, junto com os conhecimentos, as competências e a criatividade que os alimenta e que eles desenvolvem, os produtos que criam e os recursos, espaços e demais aspectos do contexto social e natural necessários para que perdurem além de dar às comunidades vivas uma sensação de continuidade em relação às gerações anteriores, esses são importantes para a identidade cultural e para a salvaguarda da diversidade cultural e a criatividade da humanidade (BERMÚDEZ, 2004 apud DIAS, 2006).

A definição acima referida de patrimônio cultural imaterial foi aprimorada pela Divisão de Patrimônio Cultural da UNESCO – Unidade de Patrimônio Intangível – que, em 22 de outubro de 1999, anunciava que o patrimônio cultural era

O conjunto de formas de cultura tradicional e popular ou folclórica, ou seja, as obras coletivas que emanam de uma cultura e se baseiam na tradição. Essas tradições são transmitidas oralmente ou mediante gestos e se modificam com o decorrer do tempo através de um processo de recriação coletiva. Estão incluídas nelas as tradições orais, os costumes, as línguas, a música, os bailes, as festas, a medicina tradicional e a farmacopéia, as artes culinárias e todas as habilidades especiais relacionadas com os aspectos materiais da cultura, tais como as ferramentas e o habitat (BERMÚDEZ, 2004 apud DIAS, 2006, p.130).

Em 2003, a UNESCO publicava no artigo 2º da Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

[As] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu

patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003 apud CAVALCANTI, 2008, p.11-12).

Cavalcanti (2008) lembra que o conceito do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil incorpora essa formulação como revela o Decreto nº 3.551

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. Essa definição bem indica o entrelaçamento das expressões culturais com as dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras, que articulam estas múltiplas expressões como processos culturais vivos e capazes de referenciar a construção de identidades sociais (CAVALCANTI, 2008, p.12).

Ainda a mesma autora, citando o IPHAN (2006), comenta que a Resolução nº 1, de 30 de agosto de 2006 complementa o Decreto acima referido

A Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 (IPHAN, 2006), que complementa o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, opera claramente com uma definição processual do Patrimônio Cultural Imaterial,

entendendo por bem cultural de natureza imaterial “as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”;e ainda “toma-se tradição no seu sentido etimológico de ‘dizer através do tempo’, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado” (CAVALCANTI, 2008, p.12).

Nessa breve abordagem da evolução do conceito do patrimônio cultural, verificou-se que este é um conceito construído socialmente e reflete a percepção de cada sociedade a respeito de que, para que e porque preservar.

Mas, é a partir da criação da UNESCO, nos meados do século XX, que se inicia um processo de transformação na percepção do que é patrimônio cultural nacional, regional, local, intensificado a partir da década de 1970, com “a inclusão de bens patrimoniais identificados com grupos marginalizados ao longo da história entre os quais: judeus, etnias, indígenas, imigrantes, anarquistas, operários, quilombolas, etnias negras, ciganos etc.” (DIAS, 2006, p. 84).

Assim, essa instituição ao longo do tempo vem conquistando um papel relevante nas discussões e reflexões realizadas no âmbito internacional, e os seus documentos constituem-se uma referência para que diversos países elaborem suas normas nacionais e locais, inclusive o Brasil, no qual através da Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial, torna-se possível verificar, na próxima seção, a incorporação do conceito de patrimônio imaterial elaborado pela UNESCO.

⁸ BERMÚDEZ, Sari. El patrimonio inmaterial, espejo de la diversidad. In DIRECCIÓN GENERAL DE CULTURAS POPULARES E INDÍGENAS-DGCP. Diálogos em lá acción, primeira etapa. México, 2004. p.137-143, p. 137 citado por DAIS, 2006, p. 130

“ *A Expedição Halfeld se deu em duas etapas: a primeira, entre 14 de outubro e 18 de novembro de 2001, durante 35 dias, onde percorreu os trechos do Médio, Submédio e Baixo São Francisco, assim, “[...] visitou 45 municípios de cinco estados, indo de Pirapora, em Minas, a Piaçabuçu, em Alagoas, onde o Velho Chico ...* ”

Campanha Rio São Francisco para o Patrimônio Mundial: Expedição Engenheiro Halfeld

Em junho de 2001, em Pirapora, cidade mineira, foi anunciada a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial, que teve como idealizadores o empresário Artur Lopes Filho, na ocasião era o presidente da Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais (Federa-minas), e o jornalista Américo Antunes, ex-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, atual presidente da Instituição Terrazul de Cultura e Meio Ambiente⁹ e coordenador de difusão e projetos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (FCGT, 2009)¹⁰.

A Expedição Halfeld é considerada o marco histórico de uma ampla campanha que teve com objetivo central a pesquisa e a documentação dos bens de valor histórico, artístico, cultural e natural existente ao longo do rio e no seu entorno e também à mobilização e sensibi-

lização das comunidades ribeirinhas em prol das águas do São Francisco e do patrimônio existente nos centros urbanos espalhados às margens do rio, tendo em vista o reconhecimento do Rio São Francisco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Como visto na seção anterior, esse título é conferido pela UNESCO depois de um exaustivo processo de mobilização, levantamento e avaliação, no qual participam, as comunidades locais, técnicos nacionais, o poder público e também os avaliadores e demais instâncias de deliberação da própria instituição. Além do grande significado simbólico, o reconhecimento de patrimônio mundial conduz naturalmente ao fortalecimento das condições de proteção do bem, facilita o aporte de financiamento, visibilidade internacional, assim estimulando o turismo para a região (SANTOS, 2001).

Vale esclarecer que a expedição recebeu este nome em homenagem ao engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, que realizou o primeiro estudo técnico sobre o rio, a pedido de D. Pedro II. (SANTOS, 2001).

A Expedição Halfeld se deu em duas etapas: a primeira, entre 14 de outubro e 18 de novembro de 2001, durante 35 dias, onde percorreu os trechos do Médio, Submédio e Baixo São Francisco, assim, “[...] visitou 45 municípios de cinco estados, indo de Pirapora, em Minas, a Piaçabuçu, em Alagoas, onde o Velho Chico encontra o mar (INSTITUTO... 2010).

A segunda etapa aconteceu entre 28 de junho e 11 de julho de 2002,

quando foi percorrida a região do Alto São Francisco, localizada entre os municípios mineiros de São Roque de Minas, onde está a nascente do rio, e Pirapora. Santos (2002) lembra que grande parte dessa etapa se deu por terra, ao contrário da primeira, em função das péssimas condições de navegação do Alto do São Francisco, sobretudo, entre a nascente e a cidade de Iguatama e também pelo fato de muitas cidades estarem afastadas das margens dos rios, mas, alguns trechos relevantes do rio foram percorridos e devidamente documentados.

Essa Campanha foi realizada pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil e executada pela Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – contando com o apoio de diversas instituições públicas, dentre elas a Petrobras, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Governo de Pernambuco e o Ministério da Integração Nacional (SANTOS, 2001).

Também este autor ressalta que a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Cultural da Humanidade e os seus desdobramentos, inclusive a elaboração do seu relatório de pesquisa de campo, inserem-se no espaço maior da luta pela preservação do rio e do seu entorno. Todos os que participaram da Expedição Engenheiro Halfeld empenharam-se em colaborar, cada um, à sua maneira e na medida das suas possibilidades, para a revitalização do Rio São

⁹ O Instituto Terrazul de Cultura, Comunicação e Meio Ambiente (TERRAZUL) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, voltada para a concepção e a execução de projetos multidisciplinares envolvendo estas áreas do conhecimento e o turismo. A entidade foi fundada em 2002 com a união de diversos jornalistas, produtores culturais, publicitários, historiadores e estudantes com reconhecida experiência na realização de projetos nestas áreas e que encontraram na Terrazul o espaço propício para a potencialização de seus trabalhos (INSTITUTO TERRAZUL, 2010).

¹⁰ Fundação Cultural Geneval Tourinho. (FCGT) Mobilização para transformar “Velho Chico” em patrimônio da humanidade. 30/03/2009; Disponível em: http://www.fcgt.com.br/index.php/site/cedoc_doc/0/986/986. Acesso: 08/07/2010.

Francisco e para a valorização do patrimônio cultural e natural do seu entorno.

Antes de passar para a próxima seção, torna-se importante esclarecer alguns aspectos sobre a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial, com o intuito precípua de mostrar, ainda que brevemente, porque essa Campanha não avançou. Isso só foi possível graças à entrevista concedida por Antunes a autora deste artigo, em 20 de setembro de 2010, por e-mail, na qual ele forneceu informações valiosas sobre o que ocorreu depois da Expedição Halfeld. Como se pode conferir a seguir.

O entrevistado esclarece que após a Expedição Halfeld foi elaborado um relatório de viagem, reunindo ampla documentação (textos sobre os bens culturais e naturais, imagens, fotografias, mapas etc), que conferia a viabilidade da candidatura do rio São Francisco à lista de Patrimônio Nacional na categoria Paisagem Cultural¹¹ – entregue aos Ministérios da Cultura e Meio Ambiente. Estes ministérios instituíram uma portaria constituindo um grupo de trabalho designado Caminho do Sertão, mas esse GP reuniu-se apenas duas vezes, sendo assim, o processo não avançou.

Antunes (2010) destaca outras ações da Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial, como a edição do Museu Virtual reunindo o trabalho da Expedição Halfeld, pelo Ministério Público de Minas Gerais, e as tentativas fracassadas de se rearticular o movimento, devido à falta de apoio do Ministério do Meio Ambiente.

Sobre a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial não avançar o entrevistado atribui a dois fatores:

O primeiro, a resistência de alguns setores públicos e privados à possibilidade de uma proteção em larga escala do rio São Francisco, da nascente à foz. O segundo, uma incompreensão conceitual sobre do que se trata uma “paisagem cultural”, só esclarecida recentemente,

em 2009, com a adoção pelo IPHAN de uma nova categoria de proteção aos bens culturais, denominada “chancela da paisagem cultural¹²” (ANTUNES, 2010).

E, finalmente, sobre a retomada da Campanha do rio São Francisco Patrimônio Mundial, anunciada em Januária/MG, em outubro de 2009 que foi divulgada pelos jornais *on line*, O Norte¹³ e o FCGT, o entrevistado revela não ter sido convidado para este evento, por isso não pode se manifestar a esse respeito. Contudo, antecipa que o IPHAN, do qual é coordenador de difusão e projetos, recentemente inventariou uma grande parte dos bens culturais e naturais das cidades da calha do rio que não tinha ainda acervos tombados. Estes inventários, assim como os anteriores produzidos na Expedição Halfeld, serão discutidos junto às instituições do governo e da sociedade, tendo em vista, elaborar a proposta de chancela do roteiro cultural do rio São Francisco. “Aliás, este é agora o primeiro passo para qualquer pleito futuro junto à UNESCO” (ANTUNES, 2010).

Patrimônio Cultural Imaterial das comunidades ribeirinhas do São Francisco

Lins (1983) revela que a religião do vale do São Francisco é o catolicismo. Mas observa se tratar de um catolicismo *sui generis*, recheado de superstições, que envolve relações de compadrismo entre os fiéis e os santos, até a prática de retirar, às escondidas, as imagens dos altares para fazer chover ou tentar outras

graças e favores. Não adianta os padres se oporem aos roubos de santos para forçar a realização de um milagre. O ribeirinho continua subtraindo imagens nas igrejas e oratórios particulares.

Este autor também afirma que o candomblé não exerce qualquer influência no beiradeiro.

Lá os feiticeiros não desfrutam de nenhum crédito. Há, sim, os mandingueiros, caibras velhos que vivem de benzer feridos, receitar “garrafadas” de sumo de ervas medicinais e fechar, com rezas, o corpo das pessoas. Mas não há o “despacho”, presente aos espíritos, nem tampouco batuques e danças rituais. Mesmo os negros não dão crédito ao candomblé, ali. A religião na beirada é uma mistura do catolicismo com os restos dos pavores seculares do gentio politeísta. O beiradeiro tem fé em Deus, reza o *Creio em Deus Padre*, mas não perde contato com as divindades telúricas da ribeira, como o caboclo-d’água, o minhocão, que, assim como protegem, podem fazer mal. Mas as suas relações com o caboclo-d’água e o minhocão não são íntimas: o beiradeiro não morre de amores por eles, mas, por via das dúvidas e para evitar aborrecimentos, tira-lhes o chapéu. A verdade é que quem manda no vale é mesmo o Bom Jesus da Lapa. Nele o beiradeiro deposita todas as suas esperanças. Depois do Bom Jesus da Lapa, os santos de maior devoção na ribeira são: Santo Antônio, Santa Teresinha, São João Batista e São Gonçalo. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro também é muito adorada, tanto na cidade como pela gente da caatinga e das vazantes. (LINS, 1983, apud JANGADA BRASIL, 2008).

¹¹ Conceito utilizado pela UNESCO desde a Convenção de 1972 que visa o reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2007/11/12/conferencia-internacional-sobre-paisagens-historicas/>. Acesso: 18/09/2009.

¹² O IPHAN publicou, no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2009, a Portaria 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira – porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Disponível em <http://www.defender.org.br/iphan-publica-portaria-sobre-chancela-de-paisagem-cultural-brasileira>. Acesso: 19/09/2010.

¹³ O NORTE.NET. Minas assume projeto para Rio São Francisco ser Patrimônio da Humanidade. 06/10/2009. Disponível em: <http://www.onorte.net/>. Acesso: 01/07/2010.

Santos (2001) no seu relatório técnico revela que a riqueza cultural das comunidades ribeirinhas foi considerada uma das áreas mais importantes do trabalho de campo realizado durante a Expedição Engenheiro Halfeld, foram registrados vários bens identificados como patrimônio oral e imaterial, como se pode verificar a seguir, e a estas, acrescentaram-se outras contribuições, como a do antropólogo Zanoni Neves e outros autores, reunidos numa edição especial da revista *on line* Jangada do Brasil intitulada: *Velho Chico: Tradições, Lendas e História do rio São Francisco*

Mas, antes, vale conferir um trecho da matéria publicada pelo jornal Diário de São Paulo, em 1976, sobre esse tema: “O São Francisco corta uma região povoada de lendas bizarras, de estórias de jagunçada e superstições. E os contadores reves-tem o que narram de cores tão reais que muita gente sente-se arrepiada ante tais contos”. (DIÁRIO..., 1976).

Cânticos religiosos – Várzea da Palma, MG, distrito de Guaicuí

Na vila de Guaicuí, Santos (2001) relata que a equipe da Campanha Halfeld presenciou na Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas, um grupo de mulheres ensaiando cânticos religiosos para missa que aconteceria no domingo seguinte. A equipe impressionou-se com o tom de voz agudo gutural e lamentoso, peculiar aos cantos femininos do interior brasileiro. O ritmo monótono e repetitivo, assim como o olhar vago das fiéis, expressava um estado de abstração e alheamento, típico dos ritos religiosos tradicionais;

Casos de banditismo no sertão – Fazenda Baluarte, proximidades da foz do rio Jequitaiá

No trajeto entre Guaicuí e Ibiaí, Lúcio Barreto, armador da barca Luminar, contou para Márcio Santos que a propriedade que se avistava na margem direita, era a Fazenda Baluarte, que pertencera a seu tio Rotílio Manduca. Segundo Lúcio, esse ho-

mem, falecido há mais de 50 anos, era um poderoso proprietário de terras na região, chefe de muitos capangas e envolvido em confrontos políticos. Ele construiu, nessa propriedade, um túnel que unia a fazenda ao rio, assim, possibilitando uma rápida fuga dos seus capangas em barcos, quando perseguido pela polícia ou até mesmo por outros capangas. Numa das igrejas de Bom Jesus da Lapa haveria uma parede perfurada de balas, resultado de tiroteio entre os capangas de Rotílio e capangas inimigos. A razão da morte do chefe político teria sido uma surra que seus capangas deram num morador de Bom Jesus da Lapa. Quando este se recuperou, embarcou na mesma gaiola em que Rotílio viajava e no interior do barco o apunhalou pelas costas. O escritor Guimarães Rosa teria conhecido o chefe político e se inspirado nele para construir o personagem Zé Bebelo, uma das figuras principais do romance *Grande Sertão: Veredas*. A história de Rotílio Manduca, conforme informações finais de Lúcio Barreto foi exibida em minissérie e em documentário de televisão.

Benzedor – Ibiaí, MG

Minervino Pereira da Silva é um dos benzedores mais conhecidos na região, fornecia ervas e raízes para as pessoas que o procuravam. Também benzia as pessoas, com toques de mão e sinais característicos. É dele o triste prognóstico de que “a cama dos peixes vai se tornar a cama dos bois”.

Cavallhada de Brejo do Amparo – Januária, MG

A cavallhada de Brejo do Amparo acontece uma vez por ano em frente a Igreja Nossa Senhora do Amparo. Trata-se da representação de uma luta entre dois grupos de oito cavaleiros cada um, sendo um grupo cristão e o outro mouro. O grupo cristão veste-se de trajes azuis e o mouro de vermelho, todos enfeitados com flores nos chapéus, lenços e capas.

“ O material utilizado é barro preparado a partir da terra, que é matéria-prima tanto para o corpo das peças como para as tintas com que elas são decoradas. As peças são moldadas com as mãos à medida que giram sobre uma base movida a energia elétrica. Uma pequena peça conhecida como “lisador” ou ... ”

Mulheres do Candéal – Cônego Marinho, MG

A equipe da campanha Halfeld tomou conhecimento dos trabalhos em cerâmica das mulheres que moram na vila do Candéal em Cônego Marinho, quando da visita ao Centro de Cultura e Turismo de Januária, o qual, em uma das salas abriga a exposição “Impressões no Barro”. Assim a equipe resolveu conhecer *in loco* o trabalho das artesãs (SANTOS, 2001).

As peças de cerâmica são produzidas num galpão, no qual são fabricados vasos, pratos, xícaras, pires, tigelas, cumbucas, filtros, cuias e objetos decorativos, como réplicas de aves e bules. O material utilizado é barro preparado a partir da terra, que é matéria-prima tanto para o corpo das peças como para as tintas com que elas são decoradas. As peças são moldadas com as mãos à medida que giram sobre uma base movida a energia elétrica. Uma pequena peça conhecida como “lisador” ou “mucunã” é utilizada para o alisamento das peças.

Romarias católicas – Bom Jesus da Lapa, BA

Lins (1983) relata que durante o ano inteiro, romeiros caminham a pé, muitas vezes descalços, pelas margens do rio, rumo à Lapa para agradecer ao Bom Jesus as graças recebidas. Não obstante, a grande romaria ocorre em seis de agosto, quando milhares de fiéis convergem ao santuário, uma gruta no sopé de um morro coberto de bromélias. No mês de agosto, mês da festa do Bom Jesus, amplia o número de romeiros que buscam a gruta milagrosa em procissões diárias margeando o rio. Muitos desses grupos vão entoando *benditos*, o que empresta ao espetáculo uma beleza singular.

Para Santos (2001) as romarias de Bom Jesus da Lapa é umas das mais ricas manifestações de cultura popular tradicional do interior brasileiro. Esse universo de profunda crença religiosa constitui típico bem cultural imaterial do entorno do rio São Francisco.

Banda de pífaros – Bom Jesus da Lapa, BA

Trata-se de banda local que se apresenta principalmente durante a Folia de Reis (SANTOS, 2001).

Banda local – Paratinga, BA

De acordo com Santos (2001), a tradicional Filarmônica 13 de Junho é considerada uma das principais filarmônicas da Bahia, foi criada em 1902. Participa sempre das festas de Santo Antônio, do Divino, de Nossa Senhora da Conceição, de São Sebastião, das procissões, das festas de aniversário, dos batizados, das formaturas, das cerimônias oficiais e demais eventos.

Banda de pífaros – Paratinga, BA

Conforme Santos (2001), o grupo Zabumba Alecrim, é constituído por pessoas da zona rural e da periferia da cidade, a maioria lavradores e pescadores. Esse grupo representa as raízes africanas da cidade. O repertório é transmitido oralmente de geração para geração.

“
*São produzidos
belos trabalhos
artesanais em tecido
nos estilos redendê e
ponto em cruz.
A oficina Companhia
de Bordados das
Artesãs de
Entremontes, conta
com 52 artesãs
(SANTOS, 2001).*”

Folia de Reis do Boi – Paratinga, BA

Ocorre no dia seis de janeiro a festa dos Santos Reis, como é comum em outras regiões do Brasil, o grupo se apresenta no interior das residências, na frente da casa, sendo convidado a entrar pelo proprietário, cantando no interior da residência, se despede e passa para a casa seguinte, o que culmina numa grande festa pública. A Festa de Santo Antônio também atrai milhares de pessoas (SANTOS, 2001).

Imagem religiosa na margem do rio – proximidades de Morpará, BA

Santos (2001) comenta que as imagens de santos colocadas em pequenas capelas ou nos morros às margens do rio revelam a forte relação do homem com o rio. Na margem esquerda do rio, localiza-se a Gruta de Santa Luzia, protetora dos pescadores.

Artesanato – Petrolina, PE

Na Oficina do Artesão Mestre Quincas são confeccionadas carrancas, imagens sacras, sandálias, bolsas, cintos, lençóis, almofadas e outros produtos. Há peças de cerâmica esculpidas pela artesã Ana das Carrancas (SANTOS, 2001).

Canto local – Piranhas, AL

Santos (2001) relata que o cantor e violinista Evandro Carvalho apresentou-se voluntariamente para a equipe da Campanha Halfeld. Seu canto alegre e informal expressa à riqueza da cultura popular no Baixo São Francisco. A música escolhida é uma exaltação ao rio:

Ele veio lá da Serra da Canastra
Se arrastando feito cobra pelo chão
De Pirapora passou em Pilão Arcado
Em Petrolina irrigou a região
Desceu direto

Foi parar em Paulo Afonso
Abraçou a cachoeira
Fez aquela alegria
E no encontro das pedras da cachoeira

Onde junta as duas águas
Transformou-se em energia.
O rio São Francisco vem descendo devagar
Sai da Serra da Canastra e vai bater no meio do mar.

Feira popular – Canindé do São Francisco, SE

Aos sábados realiza-se a grande feira popular de Canindé do São Francisco. As mercadorias oferecidas são: artigos de couro de bode, como sandálias, bolsas e cintos, peixes e crustáceos pescados no rio, temperos e ervas medicinais coletados nas matas de caatinga, redes, porcos, aves (SANTOS, 2001).

Artesanato – Piranhas, AL, localidade de Entremontes

São produzidos belos trabalhos artesanais em tecido nos estilos redendê e ponto em cruz. A oficina Companhia de Bordados das Artesãs de Entremontes, conta com 52 artesãs (SANTOS, 2001).

Procissão – Piaçabuçu, AL

Segundo Santos (2001) o dia da visita da equipe Campanha Halfeld a Piaçabuçu coincidiu com a chegada da procissão que trazia da cidade de Feliz Deserto a imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens. A imagem permanece dois meses em Piaçabuçu, retornando depois ao lugar de origem.

Artesanato – Penedo, AL, localidade de Marituba do Peixe

A equipe visitou a Associação dos Trançados de Marituba do Peixe, onde são confeccionados por mulheres dessa localidade, com exclusividade, artigos em palha de ouricurizeiro, árvore típica da região, como bolsas, esteiras, tapetes, cintos, chapéus e outros objetos de uso e de decoração. Algumas das palhas são pintadas com tinta colorida, para embelezar (SANTOS, 2001).

Encontro de bandas – Penedo, AL

De acordo com Santos (2001), o último dia de trabalho da Expedição, parte da equipe assistiu o I Encontro de Bandas de Música do Baixo São Francisco que contou com a participação das seguintes bandas: Musical Penedense, Lyra Traipuense, Musical Guarany de Pão de Açúcar, Euterpe São Benedito de Piaçabuçu, Carlos Gomes de Marechal Deodoro e Academia de Polícia de Arapiraca.

Carrancas

As carrancas de proa das barcas do rio São Francisco, manifestação máxima de arte plástica rudimentar do povo daquela região, é o que mais desperta a atenção de quem visita pela primeira vez o grande rio. Os remeiros acreditam que elas servem de mascote contra os elementos maus, principalmente para afugentar o negro d'água (SOUZA, 1983).

Minhocão

Outro ser místico do rio que os ribeirinhos descrevem como mau, responsável por naufrágios e queda de barreiras, o Minhocão, destrói às casas e roças dos camponeses e vira a canoa dos pescadores (NEVES, 2003).

Caboclo d'água ou nego d'água

Criatura fantástica que mora no fundo do rio e costuma aparecer de noite, surpreendendo as embarcações e levando para a morte o remeiro desprevenido. Neves (2003)

“ Segundo Neves (2003) no decorrer de dois séculos, os remeiros contribuíram para a formação e o desenvolvimento do sistema econômico regional. Devido a sua importância social, foram citados por viajantes e técnicos em seus relatos sobre a região. ”

explica que estes são personagens distintos de variantes de um mesmo mito, também conhecido como Compadre e são descritos da seguinte maneira: de cor preta ou melado, baixos, atarracados, de cabeça pelada (NEVES, 2003). Souza (1953) relatou que o remeiro dorme sobre a tolda da barca ou em esteiras de palha de carnaúba nas praias do rio, não muito perto d'água, para não ser atacado pelo negro d'água.

Remeiros

Segundo Neves (2003) no decorrer de dois séculos, os remeiros contribuíram para a formação e o desenvolvimento do sistema econômico regional. Devido a sua importância social, foram citados por viajantes e técnicos em seus relatos sobre a região. No entanto, o trabalho, as crenças, a posição social destes podem ser conhecidos por intermédio também da literatura de ficção; estão presentes no conto e nos romances regionalistas, no Médio São Francisco alguns termos e expressões eram empregados pela sociedade para discriminá-los, como: porco d'água, pé pubo, piau, pé de prancha, burro

d'água, bicho d'água, contudo, apesar da discriminação social e estigma que sofriam, muito contribuíram na integração das regiões: Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste se forem levados em conta os aspectos socioeconômicos e culturais, que será melhor explorado em outra oportunidade devido a falta de espaço neste artigo, mas é evidente a contribuição destes para a transmissão de “crenças e narrativas populares ao longo das margens do rio São Francisco: mitos, contos, lendas e milagres do Bom Jesus. Assim foram autores na formação do sistema mágico-religioso, ressaltamos o papel não menos importante das migrações.” (NEVES, 2003, p.199-200).

Oswaldo Souza em março de 1953 relata no decorrer da sua viagem no rio São Francisco que ainda é possível verificar “um tipo quase desconhecido da paisagem humana daquela região – o remeiro, segregado social cuja vida é uma obscura epopéia.

Este autor reforça a discriminação social e estigmas sofridos pelos remeiros quando observa

“Indivíduo bem humorado, gosta de chasquear, principalmente quando se excede um pouco na Januária... é apelidado de ‘burro d'água’ pelos barranqueiros, expressão pejorativa criada pela antipatia que nascida dos gracejos e xingamentos que o remeiro lhes dirige quando passa, em viagem, pela margens do rio.” (SOUZA, 1953).

Souza (1953) teve a oportunidade de ouvir as toadas típicas dos remeiros que no decurso da jornada de trabalho, remavam entoando cantigas para espairar e renovar as forças, entretanto, este autor, naquela ocasião, afirmava que essa tradição já era bem rara no rio São Francisco.

Por fim, este autor conclui o seu artigo, lamentando, que infelizmente é mais uma bela tradição que tende a desaparecer, como tantas outras.

Neves (2003) ainda cita outros seres, pouco destacados na literatu-

ra, que povoavam o imaginário dos remeiros e dos ribeirinhos, como: a Mãe d'Água, o Cavalo d'Água, o Cachorrinho d'Água. Assim como, os mitos da zona rural: o Romãozinho, Pé-de-Garrafa etc. A lenda da Cobra-de-Asas contada e recontada pelos romeiros de Bom Jesus da Lapa (BA), é urbana, mas amplamente difundida na região. Outros mitos presentes na tradição oral dos ribeirinhos não eram específicos do Médio São Francisco: o Lobisomem e a Mula-Sem-Cabeça.

Considerações finais

Como visto, o conceito de patrimônio cultural imaterial é resultado de um longo processo de reflexões e discussões realizadas mundo afora, promovidas pela UNESCO e instituições não governamentais vinculadas a este organismo multilateral de cooperação internacional, que serve para embasar normas, nacionais e locais em diferentes países, inclusive, o Brasil, assim, constituindo-se uma referência universal.

Deste modo, a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial é um exemplo do que se afirmou no parágrafo anterior, pois essa Campanha, através da Expedição Halfeld, promoveu um amplo levantamento dos bens de valor histórico, artístico e cultural, ao longo do rio e seu entorno, bem como sensibilizou e mobilizou as comunidades ribeirinhas em prol das águas e do rico patrimônio espalhados nos centros urbanos que margeiam o rio.

Essa Campanha não avançou como deveria, devido a dois fatores: primeiro, a oposição de alguns setores públicos e privados à possível proteção, em larga escala, do Rio São Francisco, da nascente à foz; segundo: a confusão conceitual acerca de paisagem cultural apenas elucidada em 2009, quando o IPHAN adota uma nova categoria de proteção aos bens culturais, designada "chancela da paisagem cultural".

Por fim, foi elencado o rico acervo cultural das comunidades ribeirinhas, ou seja, as histórias, contos,

lendas que constituem o patrimônio imaterial do rio São Francisco.

Referências

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Aleph, 2002.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. Rio São Francisco, Tradição, misticismo e folclore embelezam suas margens, colorindo a vida da população sertaneja 30 de abril de 1976. In Jangada Brasil: Edição Especial: Velho Chico - tradições, lendas e histórias do Rio São Francisco. Disponível em: <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/dezembro119/es1191213.asp>. Acesso: 08/07/2010.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiro de Castro. **Patrimônio Imaterial no Brasil: Legislação e Políticas Estaduais**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. Disponível em: Acesso: 18/09/2010

DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades**. Saraiva.SP. 2006.

Fundação Cultural Geneval Tourinho. (FCGT) **Mobilização para transformar o "Velho Chico" em patrimônio da humanidade**. 30/03/2009; Disponível em: http://www.fcgt.com.br/index.php/site/cedoc_doc/0/986/986. Acesso: 08/07/2010.

INSTITUTO TERRAZUL DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE. **Expedição Halfeld – 1ª Etapa – Descrição**. Disponível em: <http://www.terrazul.org.br/Caminho1/Expedicao.php>. Acesso: 01/07/2010

HERNÁNDEZ. Josep Ballart; TRESSERRAS, Jordi Juan i. **Gestión del patrimonio cultural**. Ariel S.Barcelona. 2001.

LINS, Wilson. O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros. São Paulo. Companhia Edit-

ra Nacional, 1983, p.114-121) In Jangada Brasil: Edição Especial: Velho Chico - tradições, lendas e histórias do Rio São Francisco Dezembro de 2008 – Ano XI – nº 119. Disponível: <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/dezembro119/es1191205.asp> Acesso: 08/07/2010.

LUNA, Jayme Nogueira. **Uma mitologia das Carrancas do Vale do São Francisco**. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibetextoautor.php?user=jayrus> Acesso: 08/07/2010.

NEVES, ZANONI. "Os Remeiros do São Francisco na Literatura" em: Revista de Antropologia. São Paulo, vol. 46, n.1, 2003; Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid Acesso: 01/07/2010.

O NORTE.NET. **Minas assume projeto para Rio São Francisco ser patrimônio da humanidade**. Disponível em: <http://www.onorte.net/> Acesso: 01/07/2010.

SANTOS, MÁRCIO. **Expedição Engenheiro Halfeld – Relatório de Pesquisa de Campo**. Dezembro, 2001. Disponível em <http://www.terrazul.org.br/Caminho1/RELATORIO2.pdf> Acesso: 01/07/2010

SANTOS, MÁRCIO. **Expedição Engenheiro Halfeld Etapa Alta São Francisco – Relatório de Pesquisa de Campo**. Agosto de 2002. Disponível em <http://www.terrazul.org.br/Caminho1/RELATORIO2.pdf> Acesso: 09/07/2010.

SOUZA, Oswaldo de. **Os remeiros do rio São Francisco**. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de março de 1953. In Jangada Brasil: Edição Especial: Velho Chico - tradições, lendas e histórias do Rio São Francisco Dezembro de 2008 – Ano XI – nº 119. Disponível: <http://www.jangada-brasil.com.br/revista/dezembro119/es1191201.asp>; Acesso: 08/07/2010.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ENERGIAS RENOVÁVEIS NO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO, BAHIA – PRIMEIRO ATO: MUNICÍPIOS DE BARRA E XIQUE-XIQUE¹.

MARIA CÂNDIDA ARRAIS DE MIRANDA MOUSINHO²

Resumo

O artigo aborda a questão do desenvolvimento no âmbito da inserção de novas tecnologias na área de energias renováveis nos municípios de Xique-Xique e Barra localizados no semiárido Nordeste, mais precisamente no Médio São Francisco. Este trabalho é um dos produtos da pesquisa intitulada 'Opará: energias renováveis e desenvolvimento regional' integrante do 'Projeto Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento' o qual estuda o vale do mencionado rio, especialmente dentro dos domínios do Estado da Bahia.

Palavras-chave: Energia Renovável. Desenvolvimento. Governança. 'Programa Luz para Todos'.

Abstract

This article tackles the issue of development related to the insertion of renewable energy new technologies in the municipalities of Xique-Xique and Barra, both located in the Brazilian Northeast semi-arid region, precisely in the middle region of the Sao Francisco river. This work is also a part of the research project entitled 'Opará: renewable energies and regional development', which is a product of

the 'Rio Sao Francisco Project: culture, identity and development', which carries out a study about the valley of this river, especially within the boundaries of the State of Bahia

Keywords: Renewable Energy. Development. Governance. 'Luz para Todos' Program

JEL: 01; 013

1 Introdução

O desenvolvimento regional é sinônimo da dinâmica espacial apresentada por meio de forças antagônicas traduzidas pelas diversas formas de desigualdades.

É notório que a globalização modificou as noções de tempo e de es-

paço, no entanto, ainda são evidentes as regiões com distintas fases de desenvolvimento: janelas das 'gritantes' diferenças regionais do planeta – uma complexa teia que ressalta a relação intrínseca entre desigualdade e complexidade. Esta última entendida como o pano de fundo dinâmico composto pelas relações ambientais e sociais e entre estas e as demais atividades oriundas dos processos produtivos. A complexidade é o 'tecido', é onde o 'desenvolvimento' acontece, como define Morin:

a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nos-

¹ Agradecimentos especiais ao prefeito Xique-Xique Sr. Reinaldo Braga Filho e ao seu assessor Edson, ao técnico Sr. Emanuel Borges, ao Bispo Dom Luiz Cappio, aos dois pilotos Cássio Fraga e Everaldo Odek, a Sra. Maria de Souza Brito, ao chefe do gabinete do prefeito de Barra Sr. Sócrates, Secretário de Meio Ambiente de Barra Sr. Mauro, Sr. Xavier e um especial agradecimento a toda a comunidade dos municípios de Xique-Xique e Barra pelo acolhimento tão gentil. Também a comunidade de Juazeiro e Petrolina. Agradecimento a professora Maria das Graças Sodré Fraga Maia e particularmente a toda equipe em nome das coordenadoras do Projeto professoras Regina Souza e Elizabeth Kiddy presenças fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

² Formada em Turismo, mestre em Análise Regional e estudiosa das áreas de Meio Ambiente, Governança Global e Energia. Coordenadora de Projetos da EDS-Sustenergy/Programa Energia Limpa USAID, membro voluntário dos Companheiros das Américas Bahia/Pensilvânia e do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (CNPq/Unifacs).

so mundo fenomenal. Mas, então a complexidade apresenta-se com os traços inquietantes da confusão, do inextricável, da *desordem*, da ambigüidade, da *incerteza* (MORIN, 1991, p. 17-19).

A América Latina, sem dúvida, é o lugar onde claramente se pode vislumbrar essa intrincada teia de desigualdades. Recentemente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontou a região da América Latina e Caribe como a mais desigual do mundo, reunindo os quinze países mais díspares em relação a ricos e pobres (BRASIL ALEMANHA NEWS, 2010). O Brasil, mesmo apresentando melhorias em relação à qualidade de vida de sua população apresentou-se como terceiro país mais desigual da supracitada região, segundo a mesma pesquisa.

No caso particular do Brasil, vários fatores contribuíram, ao longo da história, para intensificar as diferenças regionais:

A herança colonial e escravista, as formas históricas de ocupação do território, a dimensão geográfica, as desigualdades naturais, a lógica econômica, as forças polarizadoras e a orientação da política econômica consolidaram um quadro de grandes diferenças econômicas e sociais entre as regiões brasileiras e fortes desequilíbrios no ordenamento do território (DINIZ, 2006).

Ainda no caso brasileiro, a dispersão não integrada da economia formou um “arquipélago” econômico e populacional do território que decorreu da busca e da identificação de oportunidades produtivas voltadas para inserção no comércio internacional, tanto na fase colonial quanto na fase de país independente e primário-exportador (DINIZ, 2006).

No caso do Nordeste, seja como complemento ou suporte às atividades exportadoras, seja como alternativa à decadência produtiva do setor exportador e a dificuldade de diversificação produtiva, foram criadas amplas economias de subsistência e a manutenção e ampliação da

população baseados em economias de subsistência contribuiriam para o menor nível de desenvolvimento dessas regiões para que, em etapas posteriores, essas regiões passassem a ser a fonte de grandes movimentos migratórios para as regiões do país, que lograram uma melhor expansão econômica (DINIZ, 2006).

O fato é que são inúmeros os desafios para entender e mitigar as desigualdades regionais no Brasil, processo que afeta a coesão territorial do país. Além disso, atualmente, as desigualdades não são mais vistas como produtos gerados exclusivamente a partir da falta de determinados recursos naturais e/ou climáticos como o caso do semiárido do Nordeste brasileiro em comparação a outras regiões. Nesse contexto, considerando aspectos históricos assim como os investimentos realizados dentro de uma conjuntura globalizada, o vale do rio São Francisco aparece como um lugar repleto de possibilidades.

2 Breves constatações sobre o Vale do Rio São Francisco

O São Francisco é o maior rio genuinamente brasileiro, pois ele nasce e desemboca sob a jurisdição deste país. O vale desse rio abrange uma área que, fazendo uma comparação em extensão territorial, é maior do que a da Áustria, Portugal, Itália e da Grécia juntos. Com seus 2.700 km de extensão, o São Francisco percorre cinco Estados: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Todavia, não são apenas a sua extensão e o fato de ele ter sua nascente e foz dentro das fronteiras brasileiras que o faz tão singular. O “Velho Chico”³ tem peculiaridades muito distintas, contraditórias e conciliadoras.

A bacia do Rio São Francisco abrange mais de quinhentos municípios do total dos Estados por onde passa. A Bahia ocupa segunda posi-

ção em número de municípios banhados pelo rio (115) depois do Estado de Minas Gerais. Dos 639.219,4 km² do referido vale, 62,5% pertencem à região Nordeste, 56,8% estão incluídos no Polígono das Secas e 52,6% no semiárido, por tanto, pode-se dizer que, falar de questões pertinentes ao Nordeste, ao polígono das secas e ao semiárido é o mesmo que tratar das questões do Vale do São Francisco (VALE DO SÃO FRANCISCO, 2009a).

Apesar de o São Francisco ser um rio perene e de ter capacidade hídrica para a construção de diversas barragens, de no seu vale atualmente estarem presentes muitas instituições federais de renome internacional e muitas empresas exportadoras de frutas além de muitas entidades de ensino superior reconhecidas nacionalmente, essa região ainda é reconhecida por elevados índices de pobreza.

Diante de uma situação em que ainda coexistem a má distribuição de renda, o analfabetismo, a degradação ambiental, a falta de água em algumas localidades e outros problemas relacionados, por exemplo, a saúde, a moradia e a educação, o Vale Sanfranciscano continua sendo contemplado como uma região pobre que necessita de políticas promotoras de desenvolvimento.

O São Francisco convive pacificamente com o maior bioma da região, a Caatinga, que dá impressão inverossímil de uma intensa aridez inóspita. O clima semiárido deixa a região na maior parte do ano sem chuvas. O que parece uma adversidade para aqueles que vislumbram o vale deste rio sem olhá-lo com atenção, no entanto, torna a região peculiar e, como em muitas regiões do mundo que tem fatores climáticos e ambientais que podem ser encarados como uma barreira ao desenvolvimento, o homem aparece,

³ Título dado ao rio São Francisco pelo ilustre baiano Rui Barbosa.

nesse contexto, como mais uma prova de vida e de luta pela sobrevivência.

O vale do rio São Francisco, particularmente pela sua abrangência espacial, é composto por uma população heterogênea tanto em termos econômicos quanto sociais. É relevante ponderar que as diversidades de biomas, de culturas e as disparidades econômicas presentes nesse vale não se sobrepõem ao forte vínculo da população dessa região com o rio, transparecendo uma forte identidade social entendida aqui por exprimir:

[...] a resultante das diversas interações entre o indivíduo e seu ambiente social, próximo ou distante. A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (CUCHE, 1999, p. 177).

Cabe ainda, na mesma linha de raciocínio, versar que “a identidade não é algo que encontremos, ou que tenhamos de uma vez e para sempre. Identidade é um processo” (SARUP, 1996, p. 28). Dessa maneira, a sociedade sanfranciscana vive um processo dinâmico de mudança, todavia é interessante sublinhar que as transformações são realizadas mediante um processo integrado de percepção social única sob o prisma de uma realidade complexa.

A questão de identidade da população com o rio São Francisco remonta, evidentemente, a muitos fatos históricos. Ainda no século do descobrimento do Brasil, o São Francisco já começara a ser explorado na sua foz, particularmente porque a Caatinga e as tribos indígenas da época não permitiam fácil acesso do colonizador ao interior, o que contribuiu para que esta parte ficasse por mais tempo “intocada”.

No século XVIII uma carta régia rezava a proibição de “quaisquer

comunicações daquela parte dos sertões baianos com as minas dos paulistas nos sertões mineiros” bem como severas punições aos que infligissem a ordem da régia (Vicente Licínio Cardoso *apud* VALE DO SÃO FRANCISCO, 2009b). O isolamento foi prejudicial como afirmou Lacerda em sua citação abaixo, mas por outro lado, serviu para fortalecer a sociedade sanfranciscana ou seus próprios valores, lendas, mitos, crenças e, até mesmo, seu próprio vocabulário (VALE DO SÃO FRANCISCO, 2009b):

Atravessa a região o século XIX em melancólico torpor, apenas sacudida pela curiosidade de alguns naturalistas botânicos e geógrafos que a visitaram, e pelo estrelejar das brigas de bandos adversos, facções medievais, como guelfos e gibelinos de gibão encourado, perpetuando rixas familiares, generalizando, com encontros intermitentes, as questões domésticas dos senhores do rio” (LACERDA *apud* VALE DO SÃO FRANCISCO, 2009b).

No processo da análise territorial do espaço estudado diversas indagações poderiam ser feitas, dentre elas, talvez, aquela que se refira ao ponto de partida para qualquer pesquisa: quem é a sociedade sanfranciscana? Quem são essas pessoas que passaram (e continuam passando) por tantos conflitos, transformações, adaptações e hoje estão inseridas nesse contexto globalizado?

A análise do rio São Francisco dentro dos mais variados campos de estudo não é uma atividade recente e a complexidade da região faz com que as pesquisas não se encerrem. Tema de muitos discursos políticos, responsável pela promoção de muitas entidades e pessoas, alvo da literatura nacional, curiosidade dos aventureiros, sobrevivência do sertanejo, o rio São Francisco corre man-

so, talvez evidenciando que as diferenças, as lutas, a altivez dos discursos políticos, a degradação de suas margens, fez dele, antes de tudo, um forte ⁴, um símbolo de resistência como os próprios habitantes da região.

Desde o século XIX, estudos mais detalhados sobre a região sanfranciscana, especialmente sobre as possibilidades da navegação no rio São Francisco, começaram a ser feitos, com destaque para os trabalhos do francês Emmanuel Liais, do alemão Henrique Halfeld e do brasileiro Teodoro Sampaio encomendados pelo Império brasileiro. No entanto, foi somente a partir da segunda metade do século XX que investimentos, especificamente de ordem federal, contribuíram para dar contornos mais “modernos” a região, dentro do modelo “desenvolvimentista” adotado pelo país.

Dessa forma, os investimentos na construção de barragens e hidrelétricas foram os mais significativos. Em 1945 foi criada a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – a Chesf, por iniciativa do ministro da agricultura Apolonio Sales (Governo Vargas). Em 1948 começou a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso I, localizada na Bahia, no município que deu nome a usina, a qual iniciou suas atividades em 1954.

Nos anos de 1961 e 1967 entraram em operação, respectivamente, as usinas Paulo Afonso IIA e IIB. Em 1977, entrou em operação a hidrelétrica Apolonio Sales e em 1979, a usina hidrelétrica de Sobradinho – detentora do segundo maior lago artificial do mundo, outro “produto” das águas do São Francisco – iniciou suas atividades. Nesse mesmo ano, iniciou-se o funcionamento da Paulo Afonso IV, a mais moderna do complexo de geração de energia em Paulo Afonso, Bahia.

⁴ Em alusão a frase “o sertanejo é antes de tudo um forte” que está presente na obra literária “Os Sertões” de autoria de Euclides da Cunha. Obra polêmica já que em alguns trechos o autor ressalta a mestiçagem como algo negativo e preconceituoso, uma vez que se refere à uma raça superior de colonização.

A partir da década de oitenta, mais duas hidrelétricas entraram em funcionamento utilizando o potencial das águas do São Francisco: em 1988, a hidrelétrica Luiz Gonzaga (Itaparica) e em 1994 a hidrelétrica de Xingó, a maior e mais moderna da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) que sozinha, possui 30% da capacidade de geração de energia da Chesf.

Essas construções não somente mudaram a paisagem local. Se por um lado o Governo afirmava a necessidade desses investimentos na região, muitos segmentos da população não apreciaram as transformações ocorridas, pois tiveram suas vidas totalmente modificadas através da mudança de território, particularmente considerando o caso de Sobradinho.

Ao se tratar de investimentos na região, um nome não pode ser olvidado: Delmiro Gouveia, que dotado de ideais nacionalistas, obteve do Governo diversos incentivos para montar sua fábrica de linhas que fazia frente a então “linhas correntes” importadas da Inglaterra. Em 1913 ele inaugurou a primeira hidroelétrica do Brasil com uma potência de 1500 HP.

A gratidão nacional, tão pródiga para o estrangeiro que visita o Brasil, está em falta para com o filho benemérito, que consagrou toda a sua existência em proveito da população sertaneja, realizando tranquilamente a maior obra de que se pode orgulhar um homem só, no interior do país. (Plínio Cavalcanti, *apud* SEBRAE, 2001).

A história sobre exploração e investimentos no vale sanfranciscano certamente não é nova: desde século XVII a Câmara dos Deputados já discutia ‘fervorosamente’ a necessidade de se investir na área e também tratava de outras questões políticas⁵. Todavia, apesar de não serem recentes as contendas sobre a região, sua população ainda sofre com muitas das questões já então discutidas há quatro séculos.

Embora não se possa contestar a grandiosidade do rio São Francisco, parece um contrassenso afirmar que a população que vive à sua margem (ou no seu vale) sofre atualmente com escassez de água. Esse problema se deve a vários fatores como o clima, a degradação ambiental, a falta de políticas eficientes e/ou a implementação delas, além de considerar que:

O sertão nordestino é uma das regiões semi-áridas mais povoadas do mundo. A diferença entre a Caatinga e áreas com as mesmas características em outros países é que, nessas outras regiões, as populações costumam concentrar-se onde existe água. No Brasil, entretanto, o homem está presente em toda a parte, tentando garantir a sua sobrevivência na luta contra o clima (WWF, 2008).

A escassez de água (ou eficiente distribuição) é um dos motivos-chave da pobreza local. Esse problema atinge também os pequenos proprietários, já que a seca não favorece o uso da terra para o desenvolvimento de determinadas culturas ou para a criação de animais.

De acordo com Santos (2006, p. 38) a irrigação, reconhecida como elemento importante no combate à pobreza e a seca da região, é dificultada pela falta de energia para mover bombas, máquinas e equipamentos relacionados. Mesmo com a presença das usinas na região, questões como a logística, relação custo-benefício e divergentes interesses não propiciaram que a energia atendes-se a todos de maneira igual.

Salienta-se ainda que, o lapso de energia contribui não somente para

o aumento dos índices de pobreza relacionados à agricultura e pecuária mais também para àqueles ligados a comunicação, educação, habitação, tecnologia e saúde.

3 Energia Renovável no Médio São Francisco: uma percepção inicial.

A energia sempre foi uma questão de muita relevância e, no cenário atual, assume, no bojo das discussões multilaterais, um papel central. As fontes de energia são as principais ativadoras (e condutoras) do desenvolvimento, uma vez que estão inseridas direta e indiretamente nas atividades humanas (MOUSINHO, 2008). Nesse contexto, uma das constatações feitas pelo WEHAB Working Group, deve ser ressaltada: “energia, em si não é uma necessidade humana básica – ela é crucial para o cumprimento de todas as necessidades” (WEHAB Working Group, tradução própria, 2002, p.7)⁶.

Assim, considerando a relevância dos recursos energéticos e da sua utilidade para a sociedade e levando em conta os problemas que envolvem os atuais sistemas de produção: a grande dependência do petróleo e do carvão bem como o crescimento da demanda por energia⁷ (ambos ilustrados na Figura 1) e, além disso, os problemas ambientais e econômicos causados pelo uso indevido de recursos naturais, torna-se crucial tanto o entendimento da questão energética em si quanto o aumento de investimentos na área de energias renováveis – o que implicará, inclusive, na democratização dessas tecnologias.

⁵ Annaes da Câmara dos Deputados XVII (Biblioteca Pública da Bahia).

⁶ Trecho original: “energy, itself is not a basic human need, it is a critical for the fulfillment of all needs”.

⁷ Segundo o *World Energy Outlook* (tradução própria, 2006, p. 65) a demanda por energia é projetada para um aumento de 53% entre os anos de 2004 e 2030. Trecho original: “the demand for energy is projected to increase by 53% between the years of 2004 and 2030.”

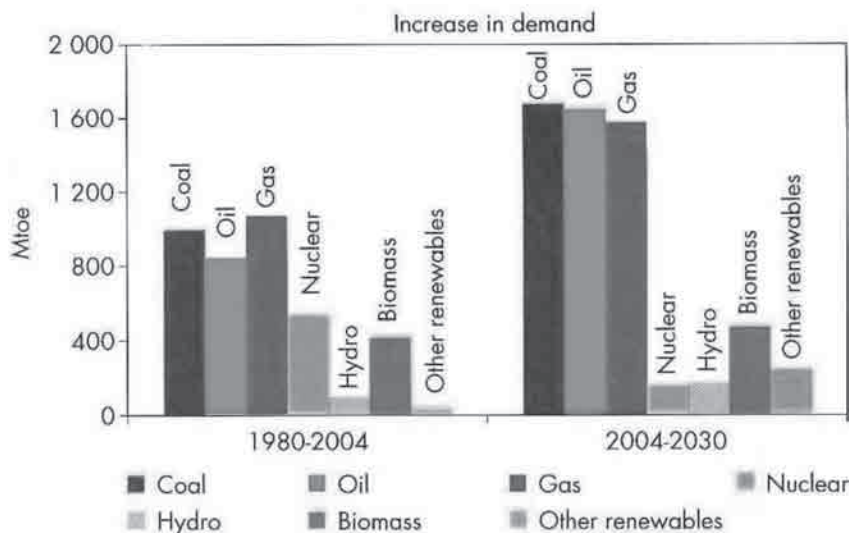


Figura 1 – Crescimento da Demanda pelos Recursos Energéticos.

Fonte: WEO, 2006, p. 67. Adaptação Maria Cândida Mousinho, 2010.

Diante da atual conjuntura mundial, a região do vale do rio São Francisco não pode ficar à margem desse processo, especialmente considerando a globalização como fundamentada na integração de mercados e culturas e, também como afirma Negri e Hardt (2001), em um espaço onde as relações de poder se dão mais pelas vias cultural e econômica do que pelo uso da força.

Pela sua própria natureza, o vale do São Francisco é uma área com potencial diverso de exploração de recursos energéticos renováveis. As usinas hidrelétricas, presentes na região, são exemplos de energia limpa, contudo, e particularmente, devido às crises do petróleo e de alimentos e ao aquecimento global somadas à necessidade do povo sanfranciscano, os investimentos na área de renováveis devem ser diversificados, já que a promoção de outras fontes de energias⁸ na conjuntura regional e global é um fator preponderante para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Portanto, pensar em formas de energia convencionais não é a melhor ou a mais viável alternativa para se alcançar toda a extensão do vale sanfranciscano, até mesmo pela dis-

persão populacional como ratifica Santos (2006) fazendo uma abordagem para o semiárido, mas que se ajusta perfeitamente as condições de todo o vale do São Francisco:

Pela presença de características como alta dispersão geográfica e baixo consumo por unidade, a eletrificação rural em áreas remotas é inviabilizada, sendo necessário o uso de fonte energética que se adeque às condições específicas que tal demanda impõe (SANTOS, 2006, p.38).

Dessa maneira, as energias renováveis surgem também como uma possibilidade de promover o desenvolvimento local/regional⁹: o uso de modalidades alternativas de energia, como a solar e eólica, pode

“
 No que concerne à energia solar, a aplicabilidade desta no semiárido se dá por um conjunto de fatores como: a) presença de radiação solar abundante na região, insumo essencial para a geração energética; b) reunir as condições... ”

contribuir para a região sanfranciscana tanto através da iluminação elétrica pública ou residencial para localidades distantes dos centros urbanos quanto para ser utilizada nas diversas atividades produtivas *i.e.* agricultura e pecuária além de contribuir para mitigar outras necessidades da população como a falta de mão-de-obra especializada.

No que concerne à energia solar, a aplicabilidade desta no semiárido se dá por um conjunto de fatores como: a) presença de radiação solar abundante na região, insumo essencial para a geração energética; b) reunir as condições específicas para o atendimento elétrico nas zonas rurais da região; c) ser descentralizada, apresentar modularidade e custos relativamente baixos se compa-

⁸ Lê-se eólica, solar e biocombustíveis.

⁹ Desenvolvimento nesse projeto é visto da mesma forma que Sérgio Molina e Sergio Rodríguez (MOUSINHO, 2005 apud MOLINA; RODRÍGUEZ, 2001, p. 26-31). Segundo os autores no quadro da relação de dominação-dependência das sociedades, os termos “crescimento” e “desenvolvimento” deixam de ser sinônimos. “Crescimento econômico” é medido em termos reais, já que o aumento na produção é expresso em termos quantitativos, não se levando em consideração aspectos sociais. “Desenvolvimento econômico” também leva em conta a qualidade de vida, que implica, entre outras coisas, a qualidade do meio ambiente. O crescimento econômico consolida a dependência e o desenvolvimento econômico deve reduzi-la.

“ Desde 2008 a pesquisa intitulada “Opará¹⁰: energias renováveis e desenvolvimento regional”¹¹ vêm sendo realizada com o enfoque nos municípios baianos de Xique-Xique e Barra. A investigação tem por objeto estudar como a implantação de energias ... ”

rados à implantação convencional; d) ser uma alternativa para amenizar o problema das secas a partir do bombeamento de água para consumo humano, de animais e irrigação; e) gerar impactos positivos para a população tanto em relação aos usos produtivos como para fins de iluminação (SANTOS, 2006, p.41).

Ademais, essas fontes de energia têm baixos níveis de elementos poluentes o que implica em impactos ambientais menos relevantes sendo que também ajudam a promover na sociedade local a transformação de hábitos, mediante o conhecimento dos processos que envolvem essas tecnologias, incluindo-as no processo da globalização tecnológica e ambiental.

3.1 Barra e Xique-Xique

Barra e Xique-Xique são municípios localizados na região do Médio São Francisco que ficam a cerca de seiscentos quilômetros da capital baiana. Cada um deles tem pouco mais de quarenta e cinco mil habitantes e suas economias são baseadas na pesca, agricultura e comércio, sendo Xique-Xique, entre as duas, a cidade mais dinâmica. São municí-

pios vizinhos e integrados, separados geograficamente pelo rio São Francisco, assim como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Um olhar leigo, porém atento, logo após visitar essas cidades, faria imediatamente uma análise comparando Xique-Xique à Petrolina e Juazeiro à Barra.

Desde 2008 a pesquisa intitulada “Opará¹⁰: energias renováveis e desenvolvimento regional”¹¹ vêm sendo realizada com o enfoque nos municípios baianos de Xique-Xique e Barra. A investigação tem por objeto estudar como a implantação de energias renováveis¹² nesses espaços vem sendo promovida e qual a sua relação com o desenvolvimento regional. Os objetivos da referendada pesquisa são:

- a) Identificar se existe política de promoção de energia renovável na região estudada;
- b) Verificar se há fontes de energias renováveis já instaladas na região e identificá-las;
- c) Analisar a relação entre a implantação dessas tecnologias na região e o desenvolvimento regional, observando as Metas do Milênio estabelecidas pelas Nações Unidas;
- d) Identificar os principais problemas relacionados ao desenvolvimento dessas tecnologias na região;
- e) Verificar a relação: educação/ energias renováveis;
- f) Identificar possibilidades de criação de redes para o desenvolvimento de projetos nessa área.

Os procedimentos metodológicos mais importantes durante o processo de investigação foram às visitas técnicas e as entrevistas. O levantamento do referencial teórico também permitiu identificar previ-

amente se havia política de incentivo de fontes de energia não convencionais na região bem como identificar a priori quais seriam essas fontes.

Na área que compreende os municípios de Barra e Xique-Xique os investimentos no campo das energias renováveis são incipientes. Apesar de existir sondagens de empresas pertencentes a outras regiões – que não a Nordeste, sobre possibilidades de desenvolvimento de projetos nas áreas de energia eólica, solar e biocombustíveis¹³, a iniciativa que efetivamente há, está pautada em uma política do governo federal que vem sendo cumprida por meio do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos).

Lançado no ano de 2003, o programa ‘Luz para Todos’, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia) tem por meta levar energia elétrica a localidades de difícil acesso buscando acabar com a exclusão elétrica no Brasil. Portanto, pode-se afirmar que, fundamentalmente, o público-alvo do programa é composto pela população residente em meio rural.

Segundo a executora do supracitado programa no Estado baiano, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), foram definidos critérios fundamentais para estabelecer quais as áreas prioritárias a serem atingidas pelo ‘Luz para Todos’ e, teriam preferência de atendimento, àquelas localidades que abrangessem o maior número dessas exigências (COELBA, 2010).

¹⁰ Nome dado ao rio São Francisco pelos índios tupis-guaranis que significa “rio-mar”.

¹¹ Esta pesquisa é parte do Projeto Rio São Francisco: identidade, cultura e desenvolvimento realizado pelo Programa Companheiros das Américas Comitê Bahia-Pensilvânia, Universidade Salvador e Albright College.

¹² Eólica, solar e biocombustíveis.

¹³ Segundo entrevistas concedidas a pesquisadora por dois moradores locais e três autoridades públicas municipais dos municípios de Barra e Xique-Xique.

A elegibilidade dos municípios de Xique-Xique e Barra se deve ao fato de eles contemplarem a maior parte desses critérios: a existência das áreas de proteção ambiental – APAs (Lagoa de Itaparica e Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco); a presença da agricultura familiar e do artesanato como importantes fontes de renda; baixo índice de desenvolvimento humano: Xique-Xique 0,580 na 365ª no *ranking* estadual e Barra 0,585 na 350ª posição (SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006); atividades de extrativismo, realizadas por comunidades tradicionais nas ilhas situadas entre os dois municípios, bem como a questão das escolas públicas e dos postos de saúde nessas localidades sem atendimento elétrico; a necessidade do investimento em energia que ajude a fomentar o desenvolvimento local, dentre outros.

A obrigatoriedade da universalização do serviço público de energia elétrica¹⁴ e a possibilidades de altos custos de atendimento em função da maior distância das redes (COELBA, 2010) fizeram com que as executoras passassem a empregar os sistemas fotovoltaicos domiciliares (SFD) como parte do seu programa de eletrificação.

De março de 2004 a outubro de 2010 foram instalados, no município de Barra, 242 kits de placa solar em quatro comunidades e uma ilha e, no município de Xique-Xique, 683 kits em trinta e uma comunidades, sendo trinta delas em ilhas (COELBA, 2010). A Coelba terceiriza o serviço de instalação das placas a outra empresa sediada na cidade de Xique-Xique que também está apta a resolver possíveis problemas que a comunidade possa ter com essa ‘nova’ tecnologia.

O referido kit é constituído de um painel sobre o telhado, uma caixa onde estão localizadas as baterias, um controlador de carga, três luminárias e duas tomadas. Em algumas construções públicas ou domiciliares a caixa onde se encontram as baterias fica suspensa cerca de 1 metro

“*Diante de muitas outras manifestações e expressões ocorridas durante as viagens de campo, as citações supracitadas, ambas, respectivamente das comunidades da Ilha de Guaxinim e Passagem podem traduzir, entre outras.*”

do chão por conta de possíveis alagamentos do rio São Francisco. Com o kit é possível instalar três lâmpadas, um televisor colorido de quatorze polegadas, uma antena parabólica e um rádio AM/FM de pequeno porte (Visitas técnicas, 2008).

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (2010) o mapa da exclusão elétrica no país revelou que as famílias sem acesso à energia estavam majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (como a região de Xique-Xique e Barra) e que essas famílias eram de baixa renda e cerca de 90% delas teriam renda inferior a três salários-mínimos e 80% viviam no meio rural.

Ora, versar sobre desenvolvimento é pensar em segurança, saúde, educação, habitação, lazer, alimentação, demografia, ecologia, comunicação, tecnologia, política... Temas que perpassam na área energética. Afinal, a energia está pre-

sente em todos os campos: é multidisciplinar e necessária além de manter o padrão de vida (mesmo os mais diferentes) e as engrenagens da economia dentro do contexto de competitividade global.

Nas viagens técnicas realizadas durante a pesquisa, foi possível acompanhar as etapas de instalação dos painéis solares desde o momento de sua colocação. Também visitas as primeiras e as mais recentes comunidades contempladas com esse tipo de distribuição elétrica foram feitas, onde puderam ser constatadas diversas transformações vislumbradas ‘pós-instalação’ das referendadas placas na região. De maneira sintética, dois cidadãos locais expressam as mudanças vivenciadas:

A gente pode estudar e brincar de noite agora com a luz (comentário de uma das crianças durante a pesquisa de campo, 2008).

Trabalhamos à noite enquanto conversamos e aumenta a nossa renda (frase dita por uma das artesãs durante a visita ao seu lugar de trabalho, 2008).

Diante de muitas outras manifestações e expressões ocorridas durante as viagens de campo, as citações supracitadas, ambas, respectivamente das comunidades da Ilha de Guaxinim e Passagem podem traduzir, entre outras, várias implicações sociais: aumento da interação na sociedade local, melhor rendimento escolar, continuidade de tradições mediante a história oral, além de outras decorrências diretas sobre o desenvolvimento desse espaço territorial.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são parte de um projeto das Nações Unidas no qual 191 países-membros dessa organização se comprometeram a atingir, até o ano de 2015, metas das oito forças-tarefas estabelecidas. No Bra-

¹⁴ Ver Lei 10.438/02 e Lei 10.762/03.

“ Em relação ao ensino básico, as escolas com placas solares mudaram até mesmo algumas metodologias: pode-se estudar à noite com maior flexibilidade de horário ‘pós-aula’ formal e as crianças usam os recursos audiovisuais ... ”

sil, elas são conhecidas como “8 Jeitos de Mudar o Mundo”; são elas: Erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Ainda longe de cumprir tais metas até 2015, muitos dos problemas na região de Xique-Xique e Barra, com a chegada da energia elétrica através das placas solares, começaram a ser mitigados, apesar de não existirem estatísticas formais ligadas diretamente a essa questão, todavia, sobretudo a observação do espaço, as entrevistas com residentes e com os profissionais da própria região envolvidos nesse processo, trazem exemplos dessa transformação.

Em relação ao ensino básico, as escolas com placas solares mudaram até mesmo algumas metodologias: pode-se estudar à noite com maior flexibilidade de horário ‘pós-aula’ formal e as crianças usam os recursos audiovisuais como novas formas de aprendizado como pôde ser visualizado nas ilhas do Guaxinim e

do Miradouro em Xique-Xique. Além disso, salienta-se que o suprimento de energia (mesmo o básico) contribui diretamente para diminuir a tendência da migração da população residente em centros periféricos para as sedes municipais à procura de melhores condições relacionadas ao campo educacional.

Quanto à promoção da igualdade entre os sexos e maior autonomia das mulheres, pode-se citar o caso do artesanato, especialmente na comunidade de Passagem em Barra, localidade em que a maioria das mulheres trabalha na produção de artesanato de barro: a exemplo dos utensílios domésticos como cuscuzeiros, moringas e painéis – as quais podem ser levadas diretamente ao fogo. Todos os artefatos apresentam detalhes em pintura desenvolvidos pelas artesãs.

A geração de energia solar, segundo as próprias artesãs, em entrevista concedida em sua casa de produção, fez com que a renda obtida por elas com a venda de produtos aumentasse, pois agora podem trabalhar à noite; contudo, os custos de transporte no que tange ao escoamento da produção é algo que as inquieta diante da meta de venda que elas almejam ter.

No que se refere à saúde, particularmente, pode-se citar a relação entre as energias geradas a partir de painéis solares e uma das formas mais primitivas de gerar luz: o candeeiro – o qual gera fumaça altamente poluente que causara diversos problemas respiratórios notadamente em crianças e idosos. O técnico Emanuel Borges atestou:

A energia solar veio trazer uma melhoria de vida para os ribeirinhos, pois a noite eles usavam velas ou candeeiros abastecidos por óleo diesel e eram prejudicados pela fumaça que prejudicavam a saúde dos moradores e, essa energia segundo eles foi a ‘bença de Deus’. (Entrevista, 2010).

Quando a luz não era gerada pelo óleo diesel ou querosene a necessi-

dade de energia passava a ser suprida pela retirada de madeira nos poucos remanescentes locais.

Ressalta-se ainda que, uma das metas dos Objetivos do Milênio é buscar a garantia da sustentabilidade ambiental. Dessa forma e em relação ao programa ‘Luz para Todos’ e a implantação de energias renováveis, no espaço analisado, percebe-se, *inicialmente*, que não se faz, entre os beneficiados pelo programa e os demais partícipes desse processo, nenhuma relação imediata entre os painéis solares e a importância deles no contexto ambiental.

Evidencia-se, nesse sentido, que no sítio oficial do ‘Luz para Todos’ o objetivo do governo é:

[...] utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar (MME, 2010).

Para Karlsson (2007) a maioria dos grandes projetos ligados a questão energética tem refletido a abordagem da vertente econômica com uma pequena atenção social ou ambiental para esta questão.

Apesar da curiosidade das comunidades pesquisadas, a conscientização coletiva quanto ao que sejam energias renováveis e sua ligação com as questões ambientais (e.g.: tipologia, menor índice de poluição gerado, aquecimento global, dentre outras), ainda é elementar.

4 Conclusão

A história do homem é também a do desenvolvimento dos usos dos recursos energéticos. A questão energética atualmente vem assumindo notória visibilidade e é peça fundamental em praticamente todos os discursos dos líderes globais, principalmente devido à conjuntura internacional.

Os investimentos na área de energias renováveis significam mais que impactos econômicos positivos locais: são sinônimos de acessibilidade

“
**Deve-se salientar
 que a importância de
 se buscar melhorar os
 padrões de consumo
 como maneira de
 atingir eficiência
 energética é chave
 para o entendimento
 perfeito desse
 processo nas suas
 variadas esferas de
 conhecimento
 e prática.**
 ”

de, de interação e integração a rede de mercados global, de democratização e de melhorias em sistemas básicos de saúde e educação de regiões como as de Barra e Xique-Xique no semiárido sanfranciscano. Ademais, há implicações ambientais positivas tendo em vista o cenário e as projeções referentes ao aquecimento global.

Deve-se salientar que a importância de se buscar melhorar os padrões de consumo como maneira de atingir eficiência energética é chave para o entendimento perfeito desse processo nas suas variadas esferas de conhecimento e prática.

Nessa teia complexa de interesses, nessa trama de desigualdades regionais, as energias renováveis aparecem como elemento irrefutável quando o foco é desenvolvimento e seus congruentes prismas.

Referências

Brasil é o 3o país mais desigual da América Latina. **Brasil Alemanha News**. Disponível em: <http://www.brasilalemanhanews.com.br/Noticia.aspx?id=545> acesso em: agosto, 2010.

COELBA. **Luz para Todos**. Disponível em: http://www.coelba.com.br/aplicacoes/menu_secundario/luz_para_todos/index.asp Acesso em: Outubro, 2010.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica espacial e ordenamento do território**. Cepal: 2006, 52 p.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **World Energy Outlook**. 2006. 596p.

KARLSSON, Sylvia I. **Governing Earth Symptoms or the Earth System?** 2007. 27

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa de Eletrificação Rural. Disponível em: http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp. Acesso em: Outubro, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

MOLINA, Sérgio E.; RODRÍGUEZ, Sérgio A. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

MOUSINHO, Maria Cândida A. de M. Governance and Energy. **Palestra** proferida no evento: "Social Challenges of the Global Change" organizado pelo *International Human Dimension Programme on Global Environmental Change*/Universidade das Nações Unidas (UNU). Alemanha, Abril de 2009.

MOUSINHO, Maria Cândida A. de M. **Recursos Energéticos e Governança**. Revista de Administração de Empresas do Centro Universitário Unicuritiba, 7a Ed, 2009.

MOUSINHO, Maria Cândida A. de M. Médio São Francisco: energias e

desenvolvimento e interseções com demais questões culturais. **Relatório da visita técnica aos municípios de Xique-Xique e Barra**. 2008, 29 páginas.

NEGRI, Antonio; HARDT Michael. **Império**. Record: 2001, 501 p.

SANTOS, Nícia M. da S. Energia solar para a irrigação no semi-árido baiano: o caso da Associação dos Produtores e Horticultores do Açude do Rio do Peixe, Capim Grosso (BA). Bahia **Análise e Dados**, Salvador, v. 16, n. 1 p. 37-50, Junho, 2006.

SARUP, M. **Identity, culture and the postmodern world**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA. **Estimativa da População 2006 e IDH dos Municípios por Território de Identidade**. SEAGRI, 2006.

SEBRAE. **Delmiro Gouveia: o empreendedor**. Alagoas: Sebrae, 2001.

VALE DO SÃO FRANCISCO. **Aspectos Macroeconômicos**. Disponível em: <http://www.valedosao francisco.com.br/Municipios/AspectosMacroeconomicos.asp> Acesso em: Agosto, 2009a.

VALE DO SÃO FRANCISCO. **Cultura e História**. Disponível em: <http://www.valedosao francisco.com.br/Cultura/Historia.asp> Acesso em: Agosto, 2009b.

WEHAB Working Group. **A Framework for Action on Energy**. World Summit on Sustainable Development, Johannesburg, 2002.

WWF Brasil. **Ameaças**. Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/biomas/bioma_caatinga/bioma_caatinga_ameacas/index.cfm. Acesso em: Abril 2010.

AÇÃO PASTORAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

VERALUCIA ALCANTARA BORGES DOS SANTOS¹

Resumo

Este artigo tem por finalidade abordar a ação pastoral no semiárido nordestino, a partir da construção da Barragem de Sobradinho e os impactos econômico, social, cultural e ambiental que afetaram as comunidades ribeirinhas, considerando as transformações sociopolíticas da Igreja Católica, sobretudo, a partir do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais de Puebla e Medellín que fez surgir um novo modelo pastoral tendo como foco a opção pelos pobres. A participação efetiva de alguns integrantes da ala progressista junto as comunidades empobrecidas deu-lhes a possibilidade de transformação da sua realidade. Destacou-se nesse trabalho a atuação das dioceses de Juazeiro e Barra com o trabalho dos bispos Dom José Rodrigues e Dom Luis Cappio. Ambos assumiram a opção pelos pobres como lema das suas vidas, ao dedicarem o serviço pastoral na organização comunitária, na construção de um pensamento crítico da realidade para transformação social e na conscientização ecológica em defesa das águas do rio São Francisco.

Palavras-chave: religiosidade, território e identidade

Abstract

This article aims to address the pastoral action in the Semi, from the construction of the dam Sobradinho and the economic, social, and cultural environment that affect coastal communities. Considering the sociopolitical transformations of the Catholic Church, especially from the Second Vatican Council and the Episcopal Conferences of Puebla and Medellín that has conjured up a new pastoral model focusing on the “option for the poor.” Effective participation of some members of the progressive wing next to impoverished communities gave them the possibility of transforming their reality. Stood out in this work the performance of the dioceses of Juazeiro and Barra with the work of bishop Dom

Jose Rodrigues e Dom Luis Cappio. Both took the “option for the poor” as the motto of their lives, to engage in pastoral service community organization in building a critical reality for social transformation and ecological awareness in defense of the river San Francisco.

Keys words: Religiosity, territory, identity

JEL: I3; I31

Introdução

Pensar no Semiárido nordestino é pensar de forma complexa, inter-relacionando as dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas. É pensar na diversidade, na pluralidade de signos e sons. É pensar, sobretudo, como homens e mulheres perseveraram na luta constante com a aridez da terra, com a escassez

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Bacharel em Turismo ambos pela Universidade Salvador - Unifacs, Membro do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente/PPDRU/Unifacs e Membro do Projeto de pesquisa RIO SÃO FRANCISCO: cultura, identidade e desenvolvimento. Este artigo é fruto da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU/UNIFACS defendida em junho/2010 com orientação do Prof^º. Dra. Regina Celeste Almeida. Souza E-mail. veraalcantara1@hotmail.com

“ O processo de (des) territorialização marcado por indenizações, doações de títulos de lotes, etc., refletiu na organização das comunidades tradicionais ribeirinhas na tentativa de reafirmar sua identidade, seus valores e suas crenças, tendo como elemento simbólico a... ”

d'água, com o sol escaldante, com a ínfima perspectiva de trabalho, com uma educação precária, saneamento básico mínimo, às vezes inexistentes, que dão condições mínimas de sobrevivência.

É neste cenário que a religiosidade configura-se como instrumento de conforto para minimizar o sofrimento e instrumento de transformação social. A ação das pastorais sociais é um exemplo prático desta religiosidade que se difundiu a partir do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais de Puebla e Medellín que fizeram surgir um novo modelo pastoral tendo como foco a opção pelos pobres.

Religião significa religar-se com o que é Divino e a religiosidade significa a experiência de transformação através do sagrado, encontro com a suprema Espiritualidade, pois é através dela e dá sua prática que se tem a experiência da sua ação concreta. A experiência religiosa seja individual ou coletiva revela o ser humano como protagonista do conhecimento simbólico e da prática social da religião. Ele não apenas está

no universo de fatos, mas, sobretudo no ambiente simbólico. A religião, portanto, é a materialização desses significados que é indissociável a experiência humana e da busca incessante da sua própria existência. É esse sentido, que se conduziu o estudo sobre as águas do rio São Francisco seus significados e simbologias, como elemento vital para as comunidades ribeirinhas que lutaram e lutam por dias melhores e tem a religiosidade como um dos instrumentos para libertação das amarras da injustiça.

Este artigo irá abordar a atuação das dioceses de Juazeiro e Barra com o trabalho dos bispos Dom José Rodrigues e Dom Luis Cappio. Ambos assumiram a opção pelos pobres como lema das suas vidas, ao dedicarem o serviço pastoral na organização comunitária, na construção de um pensamento crítico da realidade para transformação social e na conscientização ecológica em defesa das águas do rio São Francisco.

As águas do rio São Francisco carregadas de significados e simbologias, revelam a sua complexidade através da grandiosidade da sua extensão territorial, pela inter-relação entre os cinco estados brasileiros², ligados pelas suas águas, mas que configuram diferentes vales identitários que refletem a compreensão e importância deste rio não somente para as regiões que são banhadas por suas águas, mas para todo o país. Sobretudo o rio, tem vital importância para as comunidades ribeirinhas que o personificam, o tratam com a intimidade de um ente querido, lhe chamam de Amigo, Pai, Mãe, de Velho, dos Currais; de onde tudo emana, seu trabalho, seu sustento, seu conforto espiritual, espaço sagrado de manifestação da fé. Para as comunidades ribeirinhas, estas águas representam vida, purificação e renovação; são a força, a resistência e a identidade de uma gente que

lutou e luta por dias melhores e tem a religiosidade como um dos instrumentos para libertação das amarras da injustiça.

A construção das barragens, sobretudo a de Sobradinho, foi um divisor de águas para a região sub-médio São Francisco, inundando quatro cidades³, distritos e povoados que caracterizou a desterritorialização cerca de 70 mil pessoas, bem como, uma nova territorialização nos novos municípios que foram criados. A intensa luta pela preservação do rio, as discussões em favor do meio ambiente, em combate ao assoreamento das suas margens, contra a poluição e principalmente em favor do ribeirinho que necessita das águas como provedor do seu trabalho, do seu alimento e da sua fé, revela a importância do rio as comunidades ribeirinhas.

O processo de (des) territorialização marcado por indenizações, doações de títulos de lotes, etc., refletiu na organização das comunidades tradicionais ribeirinhas na tentativa de reafirmar sua identidade, seus valores e suas crenças, tendo como elemento simbólico a religiosidade. Naquele momento, a participação efetiva de D. José Rodrigues, Bispo da diocese de Juazeiro, em favor dos pobres, determinou o processo de organização comunitária através das pastorais sociais, recebendo o apoio irrestrito das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, na Comissão Pastoral da Terra - CPT, no Conselho Pastoral de Pescadores - CPP, diversos movimentos pastorais, ligados a Igreja Católica, o engajamento de religiosos e leigos no entendimento da religião como uma prática diária de oração e ação a partir da construção do pensamento crítico da sua realidade.

É sabido que os impactos causados às cidades, povoados e distritos das áreas inundadas foram imensuráveis, entretanto, foram considera-

² Bahia, Pernambuco, Minas, Sergipe e Alagoas

³ Remanso, Sento Sé, Casa Nova e Pilão Arcado

dos os impactos causados com a construção da barragem de Sobradinho nas cidades de Juazeiro (BA) à jusante 40 km da barragem, bem como, o município de Barra (BA) situado à montante da referida barragem, as comunidades ribeirinhas, que na sua maioria trabalhavam em regime da agricultura familiar orientada vazante do rio, combinando a agricultura de vazante e sequeiro.

A pesca e a navegação, atividades também fundamentais para os ribeirinhos nessa região era intensa, diversos vapores transportavam mercadorias e pessoas, dinamizando a economia dessas localidades. Com o represamento das águas e a mudança na dinâmica do rio, este cenário foi modificado. Assim como em outros momentos da história, os saberes tradicionais deram lugar à modernidade, a incertezas, a novas possibilidades e a um novo enfrentamento da realidade.

Além da drástica mudança da vida cotidiana daqueles que tinham nas águas do rio São Francisco o sustento, o alento para as suas mazelas e a fé como conforto espiritual, teve como desdobramento desta ação governamental, o reflexo direto nas comunidades, por terem sido colocadas a margem do processo de planejamento do projeto, sem muitas alternativas, deixaram para traz seu rio, seus mortos, seu criatório, sua plantação, seu modo de vida. A elas somente foram dadas 03 alternativas, o deslocamento para o projeto de Colonização da Serra do Ramalho, em Bom Jesus da Lapa, distante 600 km de Sobradinho; a "Operação Caatinga", nome dado ao projeto de reassentamento na borda do lago e para os que desejavam deixar a região, a compra de uma passagem, só de ida, para o destino escolhido.

Outro aspecto, considerado, é que além das opções dadas, os ribeirinhos, tiveram que lidar também com outras consequências da construção da barragem, a exemplo da chegada de milhares de pessoas oriundas de todas as partes do Brasil, principalmente de áreas pobres

“
*Neste contexto,
o papel das dioceses
de Juazeiro e Barra
com o trabalho dos
bispos Dom José
Rodrigues e
Dom Luis Cappio
foram fundamentais
ao dedicarem
esforços para o
serviço pastoral...*
”

do Nordeste, em busca do sonho do emprego na construção, aumentaram substancialmente o número daqueles que tinham no rio São Francisco, a referência e o estímulo para a transformação de suas vidas, no entanto, a precarização das condições de trabalho ali oferecidas, transformou-os de operários da construção em novos favelados. Estes, como os ribeirinhos, tiveram na religião o alento para as mazelas e o sofrimento e a angústia do sonho transformado em uma dura realidade.

Neste contexto, o papel das dioceses de Juazeiro e Barra com o trabalho dos bispos Dom José Rodrigues e Dom Luis Cappio foram fundamentais ao dedicarem esforços para o serviço pastoral na organização comunitária, para a construção de um pensamento crítico da realidade para transformação social e na

conscientização ecológica em defesa das águas do rio São Francisco.

A libertação dos pobres e excluídos

A história da Igreja Católica no Brasil remete ao período colonial com a chegada dos Jesuítas na catequização dos índios. Ao longo do tempo diversos acontecimentos determinaram a participação da Igreja na sociedade. Contudo, este estudo irá ater-se as transformações ocorridas a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) que configuram um novo modo pastoral para a Igreja na América Latina e no Caribe, com base na opção pelos pobres e excluídos. Este Concílio abriu espaço para discussões e orientações políticas vinculadas a lutas sociais. Os cristãos e cristãs caminham a um novo tipo de participação consolidados na fé e na prática pastoral. A luta pela libertação, pela transformação social anunciada por Jesus Cristo na promoção de uma sociedade justa, fraterna e solidária tendo como fundamento o respeito a vida das pessoas e da natureza.

As transformações sociopolíticas que ocorreram ao longo dos anos fizeram surgir um novo modelo pastoral que tem como foco a opção pelos pobres, é que surge a Teologia da Libertação⁴ que representava as inovações intelectuais disseminadas pelos teólogos de esquerda ou da ala progressista, ansiosos por uma maior inserção da Igreja Católica nos meios populares e as Comunidades Eclesiais de Base-CEBs⁵.

⁴ Reflexão teológica, que pensa no compromisso político concreto de cristão, em sua situação geopolítica da periferia e em sua situação social de intelectual orgânico, das classes oprimidas ou de participante nos riscos da libertação dessas classes. (DUSSEL, 1981, p.181-2).

⁵ As CEBs são grupos formados por leigos, sob a influência da teologia da Libertação. Idealizado pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales. Tem como propósito cristão à luta por justiça social e participação na vida política do país, associadas a movimentos de reivindicação social e a partidos políticos de esquerda. O ex-frade Leonardo Boff é considerado um dos principais teóricos sobre o tema. Segundo dados do Instituto de estudos da Religião (ser)/200, existem cerca de 70 mil núcleos de Comunidades Eclesiásticas de Base no Brasil.

As pastorais sociais configuram a relevância do engajamento em lutas populares e o processo de cidadania nas comunidades, conectando-as com os movimentos populares a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem relação direta com o MST; a Pastoral da Saúde com os Conselhos de Saúde; a Pastoral Operária está ligada a luta sindical e à economia Solidária; a Pastoral do Negro trabalha conjuntamente com a luta dos negros/as; a Pastoral da Mulher Marginalizada articula-se com luta das mulheres e se liga à Marcha Mundial das Mulheres; a Pastoral da Criança participa dos conselhos da criança e do adolescente e do Conselho tutelar; a Pastoral da Fé e Política com os Partidos políticos ligados à luta popular.

Dentro desse contexto da opção pelos pobres é que se destacam, no semiárido nordestino, as dioceses de Juazeiro e Barra, nas pessoas de D. Jose Rodrigues e Dom Luis Cappio, respectivamente, que fizeram a opção pelos mais pobres lema das suas vidas. Ao primeiro, foi dada a dura missão de apoiar as comunidades ribeirinhas no período da construção da barragem de Sobradinho; continuou sua missão no processo pós-barragem a reivindicar pela melhoria da qualidade de vida daqueles que tinham no rio a esperança de dias melhores. Ao segundo, coube a missão de lutar em prol das comunidades ribeirinhas e das águas do rio essência da vida de um povo.

A Diocese de Juazeiro, foi criada em 21 de julho de 1962, é formada por 9 municípios, são eles: Casa Nova, Campo Alegre de Lourdes, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. Esse território compreende 14 paróquias, sendo 6 em Juazeiro e 8 no interior, possui 8 pastorais, a saber: pastoral da criança, pastoral da mulher, pastoral da saúde, pastoral da comunicação, pastoral dos pescadores, pastoral da terra, esta última, criada com o objetivo de apoiar os trabalhadores atingidos pela Barra-

gem de Sobradinho, aos posseiros na resistência da terra e aos projetos de irrigação, que começavam a ser implantados na Região.

A Diocese de Barra foi fundada no dia 20 de outubro de 1913. É composta por onze municípios Barra, Buritirama, Ibotirama, Muquem do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Ipupiara, Brotas de Macaúbas, Gentio do Ouro, Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia, Morpará e doze paróquias e oito pastorais (pastoral da família, pastoral da juventude, pastoral da pessoa idosa, pastoral do dizimo, pastoral do menor, pastoral da terra).

As dificuldades que são atribuídas a natureza sobre o Semiárido é um discurso permanente que busca responsabilizar o atraso regional e a condição periférica da região. Este discurso está no imaginário coletivo nacional que estabelece a natureza a parcela pela condenação, sofrimento e pobreza do território. A partir dessa retórica reivindica-se recursos públicos e elaboração de projetos para atender as demandas sociais e políticas que utilizam desse imaginário coletivo a justificativa para seus interesses.

Este cenário foi também reproduzido para diversas intervenções que foram realizadas ao longo das águas do Rio São Francisco, como as construções de barragens ou a implantação de grandes projetos de irrigação. Nessa abordagem, a religião passa a ter um apelo amenizador das dores e sofrimentos daqueles que foram colocados a margem desse processo e foram inevitavelmente impactados, a conviver com as consequências destas ações.

A construção da Barragem de Sobradinho caracteriza-se por seu impacto econômico, mas, sobretudo, o social, o cultural e ambiental que afetou as comunidades ribeirinhas que tinham no rio como a sua fonte de renda, conforme depoimento de Dom Luis Cappio que descreve a tristeza dos ribeirinhos no momento do adeus a seus ancestrais, a igreja, a seu lugar: podia-se ver

“... o pessoal ir ao cemitério para dar adeus a seus ancestrais porque a água ia cobrir e nunca mais eles iam poder visitar seus ancestrais. O pessoal ir para as igrejas se despedir da sua igreja, porque a água ia chegar e tomar conta de tudo. (...) ir se despedir da sua casa onde nasceu da rua...”

“o pessoal ir ao cemitério para dar adeus a seus ancestrais porque a água ia cobrir e nunca mais eles iam poder visitar seus ancestrais. O pessoal ir para as igrejas se despedir da sua igreja, porque a água ia chegar e tomar conta de tudo. (...) ir se despedir da sua casa onde nasceu da rua em que viveu, da cidade que morou a vida inteira. O prejuízo humano, social, cultural sem preço”. (BATTISTEL; COMANDAROBIA, 1999, p. 33)

A desterritorialização de milhares de famílias, sem consulta prévia, refletiu numa onda de violência, baixas indenizações, falta de perspectiva de trabalho, sobretudo, numa imposição desenfreada do Estado em nome do milagre econômico; milagre este que a comunidade ribeirinha jamais o viu. Conforme ratifica D. Paulo Cardoso da Silva, Bispo de Petrolina

Houve um processo brutal com a construção da Barragem de Sobradinho que foi o deslocamento de milhares de pessoas dos municípios que foram inundados para o município de Serra do Ramalho. A construção da barragem atraiu milhares de pessoas em busca de tra-

balho e de uma vida melhor, cada um carregando consigo seus valores e suas crenças. No entanto, este processo de migração trouxe também, desesperança, descrença, uma vez que o objetivo não foi alcançado ou se foi não atingiu o nível de satisfação desejada. Nesse sentido, crescia as mazelas, aumento dos bolsões de pobreza. Esse momento favoreceu a proliferação de novas religiões. (SILVA, 2009 p. 14)

Neste processo de desterritorialização, a Igreja Católica, que naquele momento passava pelo Concílio de Vaticano II, viu a oportunidade de por em prática a preferência pelos mais pobres. Aquele período teve como marco a chegada de Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro que desenvolveu ações inovadoras na região com a promoção de uma Igreja mais progressista, através das pastorais sociais e com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e de leigos, vindos de diversas regiões do país

A desestruturação familiar, em decorrência do alcoolismo, foi um dos impactos marcantes para a comunidade ribeirinha que se viu inconformada com a perda de tudo que conseguiu ao longo do tempo.

Quando os pais de família viam a situação de suas casas, a situação em sua família, perdendo seu gado, perdendo tudo o que tinha na vida, que construiu ao longo de tantos anos, o desespero era muito grande. Então o consumo de cachaça era altíssimo, os pais de família viviam embriagados. Então, além do sofrimento da calamidade, a calamidade humana! Pela embriaguez, principalmente pelos pais de família e que era um sofrimento ainda maior para as esposas. Além de sofrer a perda de tudo, a situação das crianças, né, por causa dos perigos que a enchente oferecia, também aturar os maridos bêbados era um tormento. (BATTISTEL; COMANDAROBA, 1999 p. 33)

As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs ajudaram a organizar grupos e formação de lideranças que passaram a ter uma interferência no processo político-social da região e

nas lutas de diretrizes populares: na luta da terra, pela água, todo processo de construção de cisternas, a resistência da terra, acompanhamento da realocação das pessoas da Barragem de Sobradinho, dentre outras. Nesse contexto, foram efetivadas as pastorais sociais que influenciaram em uma religião mais crítica do modelo de sociedade, das injustiças e de uma igreja mais distante. Entretanto, esta ala progressista da Igreja sofreu e sofre a partir das demandas dos conservadores ao Vaticano, já conduzidas durante o papado de João Paulo II e fortalecidas no papado de Bento XVI.

O Bispo dos Excluídos: D. José Rodrigues (1975/2005)

Dom Jose Rodrigues, nasceu em 25 de março de 1926, em Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. De família simples e religiosa, seu pai, Joselino Rodrigues de Souza, trabalhador de uma fábrica de manteiga, transportava o leite no lombo de um burro até a fábrica, para ser desnatado, sua mãe, Maria Geralda de Souza, trabalhava como empregada doméstica. Além dele, a família era composta por mais 03 irmãos e 04 irmãs.

A sua trajetória religiosa iniciou-se ainda na infância como coroinha e depois como sacristão da paróquia da cidade de Serra Azul em São Paulo. O contato com os missionários redentoristas, efetivou a sua trajetória religiosa, quando ainda menino, aos dez anos de idade, recebeu o convite de um dos missionários, Pe. Vitor Coelho de Almeida, para ingressar na Ordem⁶. Seguiu para o Seminário Santo Afonso no Estado de São Paulo, onde está situado o

santuário de Nossa Senhora Aparecida, sob os cuidados dos Redentoristas desde 1894.

Após doze anos e meio de estudos, ordenado padre, celebrou sua primeira missa em Cajuru, Estado de São Paulo, seguiu os estudos por mais um ano, quando foi nomeado professor de português no Seminário Santo Afonso, dedicando-se a esta tarefa de 1952 a 1966. No ano seguinte, fez especialização em Catequese e Pastoral, na Europa, com duração de um ano. Ao retornar para o Brasil seguiu para o estado de Goiás para realizar Santas Missões, essência da Ordem Redentorista.

Em 1970, foi eleito Provincial dos Redentoristas em Brasília, ocupando a função por cinco anos. Nesse período, 03 fatos marcantes determinaram sua vida neste período, a compra da Rádio Difusora de Goiânia, possibilitando um importante trabalho de conscientização; a revisão dos trabalhos pelos Redentoristas de todo o mundo que decidiram retomar o objetivo original da ordem que é pregar o evangelho para os pobres e abandonados e a reestruturação das paróquias dos bairros pobres de Goiânia.

Foi nomeado bispo no dia 12 de dezembro de 1974 e sua ordenação foi realizada no dia 09 de fevereiro de 1975. Na semana seguinte seguiu para a diocese a que tinha sido designado, até então, completamente desconhecida. Dois dias após a sua chegada, visitou pela primeira vez o canteiro de obras de Sobradinho, dando início naquela região a sua trajetória de luta em favor dos menos favorecidos. “Eu vinha de uma

⁶ O nome da Ordem vem da palavra em latim “redemptor” e significa Salvador ou redentor, cujo nome oficial é Congregação do Santíssimo Redentor” criada em 1732 por Afonso de Ligório no reino de Nápoles. A predileção pelos pobres, artesãos, soldados decadentes e mendigos fez de Padre Afonso e outros quatro padres a fundarem a “Congregação do Santíssimo Salvador” transformada posteriormente numa Ordem Religiosa reconhecida por Roma. “A Ordem tem como missão religiosa trazer Deus para perto dos homens. (...) indo principalmente para áreas de maior necessidade, onde costuma faltar atendimento, trazendo o evangelho para aqueles que sempre são prejudicados, prioritariamente para os mais pobres”

família pobre, me juntei aos redentoristas, que como lema da sua Ordem tem a “dedicação aos pobres”, eu realizei missões, e finalmente, como ultima gota d’água, encontrei a barragem de Sobradinho”. (PATER, 1996, p. 35). Quando chegou a Sobradinho as obras da barragem já haviam começado, naquele momento, a população ribeirinha encontrava-se preocupada com o seu destino e solicitava orientação

Comecei a visitar cidades e vilarejos que iriam desaparecer debaixo das águas da barragem. Em toda parte ouvi os lamentos das pessoas, que pediam uma ajuda, uma orientação ao novo bispo. O pagamento das indenizações já tinha começado, mas as quantias eram ridículas. A história do povo oprimido de Israel se repetia: “*Os filhos de Israel gemiam sob o fardo da escravidão e suplicavam. Do fundo da sua servidão seus lamentos chegaram a Deus.* (Ex. 2,23) Não hesitei por nenhum momento e fiquei do lado dos oprimidos. (PATER, 1996, p. 35)

D. Jose Rodrigues realizou trabalho pastoral com as comunidades afetadas com a barragem e se defrontou com a dura realidade cotidiana ao realizar suas tarefas pastorais: com os colonos que viviam na área dos projetos de irrigação; com os pequenos proprietários rurais que eram ameaçados pelos grileiros; com as prostitutas que vendiam o corpo para sobreviver; com os jovens sem perspectiva de futuro; com os pescadores que se sentiam ameaçados com a construção da barragem.

Promoveu a criação de Pastorais Sociais (da Terra, da Criança, da Juventude do Meio Popular, da Mulher Marginalizada, da Saúde, dos Pescadores, Carcerária); o Setor Diocesano da Comunicação Audiovisual, com uma Biblioteca com 45.000 volumes, equipamentos de produção de rádio e televisão, jornalismo impresso, uma locadora com 2.000 títulos de vídeos para escolas e professores além de 3 programas de rádio semanais. Foi o criador do projeto Cister-

nas Caseiras (para armazenar água de chuva. (GTN, 2008). Sua atuação pastoral era muitas vezes entendida como uma atuação mais política que religiosa .

O apoio incondicional aos pobres quem tinha como objetivo “ajudá-los a criar uma consciência crítica e ser capaz, por si mesmo, de avaliar pessoas e acontecimentos, descobrir as razões e os motivos de tudo isso que acontece” gerou desconforto a elite de Juazeiro que via na pessoa de D. José Rodrigues uma ameaça aos propósitos de desenvolvimentismo com a construção da barragem. Em contrapartida, D. José tinha na diocese composta por 12 paróquias, 18 padres, 25 freiras, 15 agentes pastorais, 30 agentes leigos, 700 catequistas em um total de 600 comunidades de base, colaboradores voluntários da diocese e de outros países, a exemplo da Alemanha, que juntos formavam uma frente em favor do povo ribeirinho numa posição incondicional contra uma política que desprezava o homem:

Posição incondicional a favor das vítimas de uma política, que despreza o homem – foi essa a decisão conseqüente do Bispo, que precisou decidir-se a respeito da situação que tinha encontrado. E exatamente isso o faz representante de uma Igreja popular e uma esperança para os oprimidos e ao mesmo tempo inimigo daqueles que tiram proveito próprio desses projetos faraônicos. (PATER, 1996, p. 11)

A mobilização em favor dos ribeirinhos colocou-o em meio a situações embaraçosas e a difamações envolvendo a sua imagem, culminando com o arrombamento da sua casa. A cada ação de enfrentamento aos ditames da época e a favor dos ribeirinhos, os ataques aumentavam, teve como marco a publicação de um folheto em favor das eleições em 1982, onde ressaltou o PT como alternativa para os empobrecidos,

Este folheto nasceu da nossa realidade e por isso fala da nossa reali-

dade. Ele define o que é política, descreve a história do Brasil e mostra como foi sempre só uma pequena elite a fazer política. Cada vez que o povo se levanta, foi derrotado. O folheto descreve também os partidos políticos, seu líderes e seus programas. (PATER, 1996, p. 100)

Nesse sentido, a diocese de Juazeiro seguiu o seu trabalho de orientação segundo o documento de Puebla que tem como premissa a obrigação de ajudar o povo a se organizar para que possa viver sua fé e ganhar forças para reivindicar seus direitos. Esta formação cidadã e política permitiram discutir o modelo capitalista que favorece a um pequeno grupo de privilegiados. A posição crítica despertou reações contrárias como relata Dom Jose Rodrigues a sua decisão de ficar ao lado dos pobres ao assumir a diocese de Juazeiro em 1975.

Quando assumi a diocese de Juazeiro no ano de 1975, coloquei-me logo, decididamente, ao lado dos pobres, ao lado das pessoas desesperadas, que face à construção da barragem de Sobradinho, não sabiam como enfrentar seus problemas de sobrevivência. Em determinado momento as pessoas chegaram a acreditar que o bispo poderia solucionar todos os problemas delas. O povo brasileiro, principalmente no Nordeste, sempre teve uma queda para colocar seu destino na mão de alguma liderança. Mas eu me recusei de propósito a solucionar problemas individuais. Assim cresceu a consciência no povo que ele só consegue alguma coisa se organizando em comunidades. Eles reconheceram que só eles mesmos são responsáveis pela solução dos seus próprios problemas. Eu só posso, juntamente com os padres, as irmãs e os agentes pastorais, colaborar na luta ao lado deles. Nós ajudamos onde for preciso, trazendo informações e a luz do evangelho para suas moradas. Estou convencido que nós religiosos – se nosso objetivo é a libertação dos dependentes - temos de levar as pessoas a assumirem seu próprio destino e torná-las, assim, agentes da própria história. (PATER, 1996 p. 112/113)

Como afirma Dom José Rodrigues a opção de trabalhar, “Não para o povo e sim com o povo, temos de trabalhar” (PATER, 1996 p. 113) conforme mostra o relato descrito a seguir, que o trabalho segue 03 passos: a doação de dinheiro, o estímulo a disposição e capacidade das pessoas e a ajuda para a organização:

Já que nossa região é extremamente pobre, nos damos dinheiro para a alimentação, remédios, material escolar, passagens, reconstrução de casas, etc. esses donativos tornam a pessoa que as recebe um objeto passivo, para o qual nós fazemos algo. Assim chegamos ao segundo passo; reconhecemos que só donativos não resolvem o problema. Reconhecemos a necessidade de um apoio duradouro. Tentamos então estimular as disposições e capacidades das pessoas. Daí o lema: “Não dar o peixe e sim a vara de pescar; não dar o alimento e sim a enxada.” Colocamos ferramentas à disposição para que as pessoas possam trabalhar e se sustentar sozinhas. Mas tivemos de constatar que ainda não é suficiente estimular o pobre. O que adianta a vara ou a rede para o pescador se a indústria pesqueira assume o lago de Sobradinho? O que adianta dar enxadas aos lavradores, se existem no Brasil doze milhões de lavradores sem acesso à terra? Por conseguinte, demos o terceiro passo. Nós os ajudamos a se organizarem, para que eles possam se libertar de tudo que os oprime e explora. Eles devem se tornar sujeito e não objeto.

(PATER, 1996 p. 114)

De fato, o trabalho consistia na construção de uma conscientização crítica que possibilitasse avaliar pessoas e acontecimentos, entender as razões dos acontecimentos. A formação possibilitou entender que a pobreza da região, do Brasil, na América Latina e no Terceiro Mundo, não surgiu espontaneamente. Conforme descrito pelo Papa João Paulo II, na Conferência de Puebla “essa extrema pobreza foi causada por um sistema político-econômico, que faz os ricos ficarem cada vez mais ricos às custas dos pobres, que

ficam cada vez mais pobres”. (PATER, 1996 p. 91). O documento de Puebla que sintetizava a conferência recomendava que é importante o povo se organizar, para que ele possa viver seu credo e reclamar seus direitos.

Este trabalho de conscientização das comunidades gerou um embate com as forças políticas locais e nacionais que via nesta ação pastoral uma ameaça, uma vez, que a organização comunitária permitia o entendimento da realidade. “Quando os opressores notam que estão perdendo sua influência, quando, por exemplo, as pessoas nas eleições não querem mais seguir o voto de cabresto. Eles reagem com violência. Nesse contexto, nós temos de ver também as calúnias, perseguições e ameaças de morte feitas a mim e a meus colaboradores”. (PATER, 1996 p. 115).

Após a construção da barragem, Dom José Rodrigues, continuou o seu trabalho pastoral de organização comunitária estando à frente de diversos movimentos contra a implementação de vários projetos agro-industriais e de construção de barragens na região que evidenciavam a exploração compulsória dos empobrecidos, seja nas condições exploratórias de trabalho, seja a poluição das águas do rio através do uso de pesticidas e herbicidas, seja pelo deslocamento compulsório das suas terras, seja pelo enfrentamento a uma nova realidade que não lhes permitia muitas vezes sobreviver com dignidade. Este enfrentamento gerou sucessivas situações difamatórias envolvendo a pessoa do bispo e daqueles que o apoiavam diretamente.

Durante trinta anos Dom José Rodrigues, dedicou serviços aos excluídos da diocese de Juazeiro, Em 04/06/2003, foi oficialmente desligado das funções administrativas do cargo. Hoje aos 84 anos, reside em Goiânia no município de Trindade, no Santuário Basílica do Divino Pai Eterno administrado pelos Missionários Redentoristas que cuidam do Santuário Velho onde anunciam o

Evangelho para os fiéis, atendem confissões e realizam batizados.

Dom Luis Cappio a voz do Rio São Francisco (1975 aos dias atuais)

Dom Luis Cappio utilizando a força da religiosidade e do poder da Igreja Católica sintetiza o papel de resistência tornando-se símbolo da preservação socioambiental, do embate contra a institucionalização política e dos interesses privados. “O rio é o eixo, o centro, a artéria da vida do povo. Passei a me sentir visceralmente integrado a esse povo e a esse rio, numa missão franciscana, espiritual e ecológica”. (VIAN, 2008 p. 07)

Nascido em Guaratinguetá, em 04 de outubro de 1946, dia de São Francisco, ainda frade militou na Pastoral Operária em São Paulo. Seguiu para o Semiárido, em 1974, em peregrinação, só com a roupa do corpo e sandálias nos pés, em busca de conforto espiritual e a serviço dos mais pobres. Anos mais tarde, ordenou-se bispo e assumiu a diocese do município de Barra.

Tendo como modelo São Francisco de Assis no seguimento de Jesus e o fato de ter nascido no dia em que a Igreja Católica celebra este santo, motivos que o fizeram viver às margens do rio São Francisco. Desde então, tem realizado trabalhos de evangelização em favor das suas águas. Entre os anos de 1992 e 1993, realizou uma peregrinação da nascente até a foz do Rio São Francisco.

A importância do diálogo com as populações surgiu com a idéia da peregrinação. E a idéia principal foi fazer o rio todo, a preparação da peregrinação durou dois anos. Ela iniciou no dia 04 de outubro de 1992, saímos da nascente, visitamos 400 comunidades em 100 municípios e este trajeto foi feito de barco, caminhão, ônibus e a pé. (CAPPIO, 2009 p. 13)

Esta experiência caracterizou-se numa missão ecológica e religiosa. A religiosidade foi instrumento de evangelização ambiental como for-

“ O segundo momento, aconteceu no município de Sobradinho, Bahia, em resposta a retomada do projeto de transposição em 2007 pelo governo federal. ”

ma de conscientizar a população sobre a necessidade de preservação do Rio São Francisco. “o rio é muito mais do que um acidente geográfico, gera vida para milhões de pessoas, é responsável pela vida de milhões de pessoas. O rio e os seus afluentes (a bacia) são geradores de vida.” (CAPPPIO, 2009 p. 13). Naquele momento, defrontou-se com a degradação ambiental e social do rio, com a dificuldade dos ribeirinhos que tinham no rio a fonte de sua sobrevivência, pela pesca, pela navegação e pelo assoreamento do rio em consequência do desmatamento, a poluição urbana, a irrigação, as barragens e hidrelétricas que impedem os ciclos naturais do rio.

A personificação das águas do Rio São Francisco e a sacralidade das suas águas são vistas por Dom Luis como:

“Descobri que o rio é o pai e a mãe do povo, bebe, pesca, molha a terra, é quem determina a condição de vida dos ribeirinhos. Essa relação afetiva do povo com o rio de manhã cedo quando as mulheres vão pegar água elas se lavam - num ato sagrado para pedir proteção do rio, os pescadores rezam “O rio é um ente, algo que diz respeito à vida deles”. (CAPPPIO, ED/2009 p. 13)

A sua missão evangelizadora teve visibilidade mundial, quando nos anos de 2005 e 2007 realizou duas greves de fome, denominado por ele de jejum⁷, em protesto ao projeto do governo federal de transposição do Rio São Francisco. O primei-

ro momento, aconteceu na cidade de Cabrobó, estado de Pernambuco. A ação tinha como propósito protestar em favor da revitalização⁸ do rio e contra o projeto de transposição⁹ do Rio. Esta manifestação ganhou o apoio de diversas organizações e movimentos sociais. O jejum foi interrompido após negociação onde foi selado acordo que garantia a paralização da transposição. Contudo, caso o acordo não fosse cumprido, o protesto seria retomado.

O segundo momento, aconteceu no município de Sobradinho, Bahia, em resposta a retomada do projeto de transposição em 2007 pelo governo federal.

Escolhi Sobradinho como palco do meu segundo jejum e oração, pelo modo autoritário como foi construída a barragem que passou a ser o coração artificial do rio São Francisco. Expulsaram 72 mil ribeirinhos e destruíram áreas férteis. A transposição segue a mesma lógica e modelo de Sobradinho. E por aí vão todos os grandes projetos nacionais atualmente em pauta, pela concessão de florestas e de águas para empresas privadas. Assim, vão sendo entregues nossas riquezas à exploração capitalista global, com desprezo aos grandes desafios ecológicos que ameaçam a vida do planeta e a própria espécie humana. (MOREIRA, 2008 p. 20)

Naquele momento, uniram-se a ele diversos movimentos sociais contrários à transposição, além de diversas representações da sociedade civil e organizada a exemplo das diversas entidades da sociedade, como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Serviço Paz e Justiça na América Latina – SERPAJ - AL e da Igreja Católico no Brasil, como as pastorais sociais e a cúpula da CNBB, entidades ecumênicas como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC e movimentos sociais como o MST, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento de Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, dentre outros.

Os movimentos sociais trabalhavam para articular a infraestrutura básica em torno do gesto do freij, como cuidar da segurança do espaço, disponibilizar barracas para receber as romarias e os diversos apoios que foram se multiplicando dentro e fora do país. A fragilidade da sua saúde o fez findar o jejum após um mês de duração.

Mesmo sendo uma prática comum no mundo religioso, em religiões cristãs ou não, a sua ação repercutiu negativamente ao utilizar a expressão “greve de fome”. “Não

⁷ Abstinência ou abstenção total ou parcial de alimentação em determinados dias, por penitência ou prescrição religiosa ou médica.

⁸ O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF prevê duas captações (Eixo Norte e Eixo Leste) no rio São Francisco, localizadas a jusante da barragem da UHE Sobradinho, com o objetivo de complementar a oferta hídrica local de bacias situadas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, para atendimento a demandas hídricas de múltiplos usos da água. A captação do Eixo Norte está prevista para ser implantada no Município de Cabrobó (PE), na calha do rio São Francisco, enquanto a captação do Eixo Leste, no Município de Floresta (PE), no reservatório da UHE Itaparica. (MIN, 2009)

⁹ Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) é coordenado pela Secretaria- Executiva do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Integração Nacional. Com prazo de execução de 20 anos, suas ações estão inseridas no Programa de revitalização de bacias hidrográficas com vulnerabilidade ambiental do Plano Plurianual (PPA 2004/2007) e será complementado por outras ações previstas em vários programas federais do PPA. As ações de revitalização são executadas de acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente – Lei nº. 6.938/81, Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº. 9.433/97 e a Política Nacional de Saneamento – Lei nº. 11.445/07. (MIN, 2009)

gosto da expressão, mas tive que a usar para mexer com a opinião pública". Gesto que expõe sua própria vida como ele declarou "Quando a razão se extingue a loucura é o caminho" (..) "Meu jejum e oração não é mera greve de fome, não sou suicida nem adepto da eutanásia, mas a vida do rio e de todo o sertão nordestino vale meu sacrifício, se tiver que consumá-lo (CAPPPIO, 2009 p. 14).

Este fato gerou discussões dentro da Igreja Católica que tem como princípio a defesa da dignidade humana e da plenitude da vida em todos os seus aspectos. A ala conservadora da Igreja, incluindo o Papa Bento XVI, tentou de diversas formas coibir a ação. Em resposta, ao apelo da Igreja D. Luis fundamentou-se na Carta de São João capítulo 10 versículo 10

"Estou te dizendo que eu, você, e todos os humanos precisamos de Jesus Cristo para nos guiar e ser o nosso Salvador, porque só **Ele veio da parte de Deus para nos dar vida e vida feliz com abundância**". (BÍBLIA..., 1990, p. 1307).

Este enfrentamento demarcou o embate entre o governo federal e D. Luis. Este fato foi minimizado pela mídia, mesmo assim, vários protestos tomaram corpo em todo o país e vários grupos aderiram ao jejum e a oração em solidariedade.

Simbolicamente, D. Luis configurou-se na representação do poder religioso, em país institucionalmente laico, e que mesmo não tendo conseguido impedir o processo de transposição do Rio São Francisco, revelou para o mundo através das duas greves de fome e do trabalho diário em favor das águas deste rio e dos ribeirinhos, o poder da religião no embate político, econômico consolidado na discussão contra a transposição e em favor a revitalização. A religiosidade passou a ser instrumento catequético em defesa do rio, através dela, os ribeirinhos passaram a compreender a importância da preservação ambiental e da mobilização social que deram legitimidade ao trabalho realizado por ele.

Considerar sua atitude, insana ou louvável não está em questão e sim o fato da mobilização através da religiosidade no Vale Sanfranciscano em favor do rio. A discussão da transposição ou revitalização revela a dimensão político, econômica, social e religiosa com grandes interesses subjacentes, seja pelo governo federal ou de Dom Luis e sua representatividade enquanto igreja, e que não chegam ao alcance da população, muito menos dos ribeirinhos, agentes diretamente impactados.

Conclusão

A ação pastoral aqui representada pelos bispos Dom José Rodrigues e Dom Luis Cappio demonstram a importância da religiosidade como instrumento transformador dessas comunidades empobrecidas seja no passado, seja no presente na busca incessante da melhoria de vida e de libertação das amarras da injustiça imposta pela dura realidade.

A religiosidade promoveu uma capacidade de acreditar e de ter esperança através da organização das comunidades, da formação de pastorais sociais que deram suporte seja para o fortalecimento espiritual, seja para a construção de uma consciência crítica da realidade, bem como, a construção de uma conscientização ecológica em defesa das águas do rio São Francisco..

Estes exemplos de organização comunitária nestes municípios através das dioceses e do trabalho dos seus dirigentes demonstram que com a participação comunitária pode transformar a vida dessas comunidades, muito embora, não tenha conseguido impedir a construção da barragem de sobradinho, de receber indenizações pela desterritorialização das suas terras, até hoje reivindicada, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e de até mesmo não impedir a transposição do Rio São Francisco, mas pode fortalecer o espírito de comunhão, de luta e resistência dessa gente forte,

Referências

BATTISTEL, Arlindo Itacir; COMANDARROBA, Joana – **Barra um retrato do Brasil**. Edições EST, Porto Alegre, 1999.

BÍBLIA SAGRADA - Edição Pastoral. Editora Paulus. São Paulo, 1990.

CAPPPIO, Dom Luis. **Relatório de Viagem 2 Barra/Xique-Xique**. Entrevista concedida a Veralucia Alcantara. Barra. janeiro/2009.

GTN. Grupo Tortura Nunca Mais - disponível em www.gtnjuridico@alternex.com.br acesso em 20/04/2010.

PATER, Siegfried. **O Bispo dos Excluídos: Dom José Rodrigues**. Copyright. Fundação Aloysio Penna – Editora Fonte Viva, 1996.

MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF**. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/>. Acesso em: 25 ago.2009

_____. **Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF)** Disponível em <http://www.integracao.gov.br/>. Acesso em: 25 ago.2009

MOREIRA, Gilvander Luís (Org.) **Dom Cappio: rio e povo**. Centro de Estudos Bíblicos. São Leopoldo – RS, 2008.

SILVA, D. Paulo Cardoso da. **Relatório de Viagem 2 a Juazeiro/Petrolina**, Entrevista concedida a Veralucia Alcantara Petrolina. Maio/2009.

VIAN, Dom Itamar. **Uma vida pela vida: o jejum de Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM em defesa do Rio São Francisco e de seu povo** – Porto Alegre, ESTEF, 2008

(DES) CAMINHOS DA PESCA ARTESANAL NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

LÚCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA¹
JACKELINE MARIA SOUZA²

Resumo

Este estudo teve por objetivo investigar as representações sociais dos pescadores e seus filhos em relação à pesca artesanal no Rio São Francisco e as perspectivas de continuidade da atividade como profissão, a fim de sugerir alternativas que viabilizem a pesca como atividade produtiva geradora de trabalho e renda com preservação do meio ambiente. Foi desenvolvido na região do sub-médio São Francisco, nos municípios de Juazeiro, Sobradinho, Santana do Sobrado, Casa Nova e Remanso no Estado da Bahia. A pesquisa foi de abordagem qualitativa com enfoque teórico-metodológico nas representações sociais. A análise buscou a subjetividade como instrumento de conhecimento e as representações sociais como eixo condutor. Para tanto, adotou-se como orientação metodológica a entrevista semi-estruturada, contendo na primeira parte itens referentes à identificação sócio-demográfica dos participantes e na segunda parte questões norteadoras, estruturadas de acordo com o referencial teórico adotado. As abordagens tiveram como enfoque principal o significado da pesca e a sua continuidade pelos jovens. Para

registro dos dados, utilizou-se gravação com consentimento dos participantes, transcritas na íntegra. Uma vez recortados os elementos dos conteúdos, foram eles processados a partir dos resultados obtidos, foram feitas as interpretações, bem como a sua compreensão diante do contexto, à luz da Teoria das Representações Sociais.

Palavras-chave: Representações sociais; Populações tradicionais; Pesca artesanal.

Abstract

This study aimed to investigate the social representations of fishermen and their children in relation to artisanal fisheries in Rio São Francisco and the prospects for continuity of activity as a profession, to suggest alternatives that allow for fishing as productive activity generates employment and income with preservation of the environment. It was developed in the sub-average São Francisco, in the municipalities of Juazeiro, Sobradinho, Santana do Sobrado, Casa Nova and Remanso in the State of Bahia. The research

was qualitative approach with theoretical and methodological approach in the social representations. The analysis sought to subjectivity as an instrument of knowledge and social representations as the axis driver. To this end, adopted as the methodological guidance semi-structured, in the first part containing items relating to the identification of socio-demographic and participants in the second part guiding questions structured according to the theoretical reference adopted. The approaches had the main focus of the significance of fishing and its continuity by young people. To record data, is used in recording with consent of participants, transcribed in full. Once cut the elements of content, the data were processed. From the results, the interpretations were made, and their understanding before the context in the light of the Theory of Social Representations.

Keywords: social representations, populations traditional, artisanal fisheries

JEL: Q1; Q2; Q22

¹ Profa.Dra.Adjunta III da UNIVASF

² Bolsista de Iniciação Científica do CNPq

1 Introdução

À medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades e desejos crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos. Quando se trata de discutir a questão ambiental sempre se explicita o peso que realmente tem essas relações de mercado, de grupos de interesses, na determinação das condições do meio ambiente, o que dá margem a muitas interpretações. É preocupante, no entanto, a forma como os recursos naturais e culturais brasileiros vêm sendo tratados. Poucos produtores conhecem ou dão valor a esse conhecimento do ambiente em que atuam.

Muitas vezes, para utilizar um recurso natural, perde-se outro de maior valor, como tem sido o caso da irrigação, que tem contribuído para a devastação da mata ciliar do Rio São Francisco e da poluição de suas águas com agrotóxicos, rareando a fauna antes ali abundante. Os pescadores artesanais são geralmente os perdedores em todas essas disputas, com poucas possibilidades de escolherem o próprio destino e construírem a sua história.

O Rio São Francisco tem uma tradição de pesca artesanal de pequeno porte. No entanto, agroindústrias e hidrelétricas várias ao longo do seu curso, poluição, desmatamentos têm afetado profundamente populações de peixes que levaram a um declínio na captura, conflitos na regulamentação da pesca e alocação de recursos, além de muitas dificuldades nas comunidades de pescadores.

Trata-se do quinto maior rio da América do Sul, surgindo na alta floresta atlântica no estado de Minas Gerais e fluindo por quase três mil quilômetros em direção ao Atlântico, é a terceira bacia hidrográfica do Brasil. Drena uma área de 640.000 Km² e ocupa 8% do território nacional, envolvendo os Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Goiás e o Distrito Federal.

Desde a nascente, a bacia do São Francisco vem sofrendo degradações com sérios impactos sobre as águas.

Nos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Remanso, Sento Sé, Santana do Sobrado e Sobradinho onde o estudo foi realizado, o uso intensivo de fertilizantes e defensivos agrícolas tem sido determinante para a poluição das suas águas, com impactos negativos direto nos recursos pesqueiros.

Na década de 50, foram ali identificadas 152 espécies de peixes nativos da bacia (ALMEIDA, 1971). Entre as espécies nativas mais importantes nos rios e lagoas naturais da bacia destacam-se as migradoras, curimatã-pacu *Prochilodus marginatus*, dourado *Salminus brasiliensis*, surubim *Pseudoplatystoma corruscans*, matrinxã *Brycon lundii*, mandi-amarelo *Pimelodus maculatus*, mandi-açu *Duopalatinus emarginatus*, pirá *Conostome conirostris* e piau-verdadeiro *Leporinus elongatus*, e as sedentárias, pacamã *Lophiosilurus alexandri*, piau-branco *Schizodon knerii*, traíra *Hoplias malabaricus*, corvinas *Pachyurus francisci* e *P. squamipinnis*, piranha-vermelha *Pygocentrus nattereri* e piranha-preta *Serrasalmus piraya*.

Os surubins eram famosos pelo tamanho que atingiam, mais de 100 kg, embora esses peixes não sejam vistos pelos pescadores na região há mais de oito anos. Vale ressaltar que muitas espécies de outras bacias hidrográficas, ou mesmo espécies exóticas, já foram introduzidas na bacia, quando do povoamento de seus reservatórios e açudes. Entre elas, encontram-se os tucunarés *Cichla spp* e a pescada *Plagioscion sp.*, introduzidos em Sobradinho pelo DNOCS no final da década de 70, além de diversas outras espécies introduzidas no sistema a partir de experimentos de cultivo como carpas, tilápias, tambaqui *Colossoma macropomum*, pacu-caranha *Piaractus mesopotamicus*, apaiari *Astronotus ocellatus* e o bagre-africano *Clarias lazera*, com impactos às vezes negativos para as populações nativas de peixes (ALMEIDA, 1971). Do confronto inevitável entre o modelo de desenvolvimento econômico vigente, que valoriza o aumento de riqueza em detrimento da conservação

dos recursos naturais e a necessidade vital de conservação do meio ambiente, surge a discussão sobre como viabilizar o crescimento econômico das comunidades, explorando os recursos naturais de forma racional, e não predatória. Assim, é fundamental a sociedade impor regras ao crescimento, a exploração e à distribuição dos recursos de modo a garantir a qualidade de vida daqueles que deles dependem e dos que vivem no espaço do entorno em que são extraídos ou processados.

Esta é uma das tarefas que a Universidade pode e deve cumprir, por ser um dos seus principais pressupostos à formação do cidadão coletivo, crítico e construtivo, empenhado em projetos solidários, na compreensão de que, na convivência entre homem e meio ambiente, a preservação de um não implica na exclusão do outro.

Investigar as representações sociais do coletivo de pescadores artesanais possibilitou identificar os conhecimentos que essa população construiu a respeito de seu ambiente. Diegues (1996), ao discorrer sobre os conhecimentos e as práticas das populações tradicionais, afirma que “[...] nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações [...], pois é com base nelas que eles agem sobre o mundo”.

Deste modo, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.

Ao tratar do assunto, Moscovici (1981) propõe a superação dos modelos que consideram as representações como meras variáveis mediadoras entre o estímulo e a resposta, para considerá-las como variáveis independentes, que estão na origem não só das respostas comportamentais, mas também da forma como são percebidos os estímulos. Só o olhar interdisciplinar, substanciado em

múltiplos conhecimentos e perspectivas de leitura da realidade tornou possível apreender as múltiplas facetas do fenômeno das representações sociais entre os jovens pescadores no Rio São Francisco, especialmente por se tratar de um local de enormes transformações sociais, econômicas e culturais.

2 Metodologia

A população estudada foi constituída por pescadores artesanais e seus filhos que praticam essa mesma atividade econômica e que residem nos municípios de Juazeiro, Sobradinho, Santana do Sobrado, Casa Nova e Remanso no Estado da Bahia, todos localizados na região do sub-médio São Francisco, que engloba uma planície de inundação formada pelo Lago de Sobradinho.

A importância dessa região encontra-se na ampla heterogeneidade de habitats e no fato de abrigar rica diversidade de formas animais e vegetais. Entretanto, Almeida (1971) tem chamado a atenção para os estoques pesqueiros e sua diminuição a cada ano, salientando que esses desempenham papel decisivo sobre a área social e econômica, mais especificamente sobre os destinos das populações de pescadores artesanais que subsistem nesse trecho do rio São Francisco.

Segundo o autor, os pescadores da região não se dedicavam originalmente à pesca como atividade profissional, mas tiravam sua subsistência fundamentalmente do trato com a terra. São pessoas que, anteriormente às transformações econômicas ocorridas na região, tais como a mecanização da terra e a absorção das pequenas propriedades pelos latifúndios, dedicavam-se à agricultura, como meeiros ou arrendatários. Mesmo tendo chegado à região como trabalhadores em terras alheias, o trabalho lhes permitia uma autonomia e identidade cultural. Hoje, entretanto, conclui o autor que não apenas a forma inicial de subsistência ligada a terra, como também a pesca e todo aquele estilo de vida e

ainda aquela cultura tradicional tendem a ser inviabilizadas na região.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa com enfoque teórico-metodológico nas representações sociais, colocando como tarefa principal a compreensão da realidade humana vivida socialmente.

Na interpretação da vida social dos pescadores e dos seus descendentes face à precarização do trabalho, procurou-se desenvolver um processo de interação pesquisador/pesquisado com valorização do encontro, do diálogo e da representação. Os atores, com as suas histórias de vida, foram inseridos num contexto sociocultural, visando apreender o seu entendimento sobre a degradação ambiental para entender as formas como elaboram e convivem com essa problemática no seu cotidiano.

Para tanto, percorreu-se o seguinte caminho metodológico: entrevista semi-estruturada, contendo na primeira parte itens referentes à identificação sócio-demográfica dos participantes e na segunda parte, questões norteadoras estruturadas de acordo com o referencial teórico adotado. As questões norteadoras tiveram como enfoque principal o significado da pesca e a sua continuidade pelos jovens. Para registro dos dados utilizou-se a gravação com consentimento dos participantes, transcritas na íntegra. A partir dos resultados obtidos, foram feitas

interpretações, bem como a compreensão diante do contexto, à luz da teoria escolhida.

3 O contexto

Do universo pesquisado, um total de 152 entrevistas, ficou evidenciado que a pesca ainda se constitui uma prática masculina. Como tal atividade demanda um período fora de casa para cumprir a jornada de colocar a rede e esperar que o peixe fogue a isca, explica-se a baixa participação das mulheres, dado que, historicamente, tem sido delas, especialmente no sertão, a responsabilidade pelo cuidado com os filhos menores e a casa.

Os códigos de ética que embasam as relações conjugais nas regiões pesquisadas condicionam as atividades profissionais femininas ao ambiente doméstico e, quando muito, àquelas que são realizadas conjuntamente com a família e/ou que lhes possibilitam retornar ao final do dia para casa, a fim de que uma outra jornada de trabalho seja iniciada para assegurar a comodidade do grupo familiar: preparo da comida, limpeza da casa, lavagem da roupa suja, busca de água para consumo doméstico, compra de alimentos, etc.

Nesse contexto, a sua participação na atividade pesqueira se dá de forma indireta, através da confecção e reparo de redes, tratamento e salga do pescado para comercialização, conforme Fig. 1.



Figura 01 – Mulheres confeccionando redes de pesca no município de Remanso - BA.
Fonte: O Autor.

Quanto à pretensão de permanecer na atividade pesqueira, os dois grupos pesquisados (pescadores idosos e filhos de pescadores) apresentaram pretensões distintas. Os mais velhos, que já exercem a profissão há muito tempo, dizem do seu orgulho em ser pescadores, mas informam a sua decepção com a atividade, em virtude do esgotamento do Rio São Francisco. A totalidade dos pesquisados diz estar tendo dificuldade para reproduzir as suas famílias, inclusive com o próprio pescador, porque a cada pescaria menos peixes são conseguidos. E também por não saberem fazer outra coisa, não podem mudar de profissão com o avanço da idade.

A gravidade dessa situação é que isso impacta negativamente na nutrição dos mais jovens e dos mais idosos, fragilizando a sua saúde e favorecendo o surgimento de inúmeras doenças. A alimentação das famílias ribeirinhas com pescado sempre foi a tradição, porque os seus rendimentos mesmo em tempos mais alvissareiros jamais permitiram a aquisição de carnes bovina, caprina, suína e de aves no cotidiano. A fonte de proteína diária sempre foi o peixe. Com a sua escassez, essa fonte rareia, modificando o quadro nutricional na região.

Os filhos dos pescadores, bem como os pescadores mais jovens, não desejam continuar na atividade, alegando a impossibilidade de manterem as suas famílias com a pesca, a despeito de algumas vantagens, como a fácil comercialização do produto e a autonomia, pois todos trabalham para si. Tomam o exemplo dos seus pais, afirmando o estado de pobreza absoluta em que vivem, pela ausência de espécies antes existentes e hoje já desaparecidas no rio. Por ter acompanhado o pai na sua jornada, a grande maioria dos jovens não se preparou para o exercício de outras profissões. Alguns são analfabetos e a grande maioria possui baixa escolaridade com pouca informação sobre o que o mercado demanda dos empregados.

Para os mais idosos, a expectativa de virem a ter uma aposentadoria no futuro, garantindo, assim, a tranqüilidade na velhice, é o principal motivo para a permanência na pesca. Mas a grande insatisfação é a baixa renda obtida com a atividade, já que as espécies mais valorizadas como Surubim, Dourado, Pirá, Matrinhã, Pocomon, Mandim, Curvina e Piranha já não são mais encontradas. São as espécies exóticas, trazidas de outras regiões como, Tambaqui, Tucunaré, Tilápia e Pescada, as que melhor se adaptaram às condições climáticas e de temperatura das águas do Rio São Francisco, as que possibilitam aos pescadores maior renda. As espécies Curimatá, Traira e Cari, embora sejam encontradas em maior quantidade, não possuem valor de mercado, sendo comercializadas entre 0,25 e 0,80 para os atravessadores.

Dentre as razões já apontadas para o despovoamento das espécies nativas no São Francisco, o uso da malha miúda aparece como preocupante. Embora tal equipamento seja proibido por lei, pescadores ainda se utilizam desse recurso, pescando peixes pequenos e descartando os menores, numa visível agressão ao meio ambiente e à vida animal, num desrespeito as leis vigentes.



Figura 02 – Peixes descartados da malha miúda

Fonte: O Autor.

A construção de barragens que mudaram o curso do rio e impediram a passagem de peixes para a reprodução, bem como o assoreamento decorrente da poluição, são também observações importantes feitas pelos pescadores para justificar a atual situação do rio, com consequências diretas nas suas vidas. Alguns acreditam que os peixes aprendem a ouvir a voz dos homens, a se prevenir dos perigos e a desenvolverem mecanismos de sobrevivência, escondendo-se para não serem mortos. Outros afirmam que a irrigação reduz o volume de água no lago de Sobradinho, já agravado pela escassez de chuvas, matando os peixes por falta de oxigênio.

A estrutura dos barcos por eles utilizados, sem compartimentos para armazenamento e conservação do pescado obriga-os a entregar diariamente o produto conseguido ao atravessador, sem qualquer possibilidade de barganha. Apenas 14% dos pescadores entrevistados conseguem vender o pescado nas feiras livres e mercados diretamente ao consumidor, conseguindo melhores preços, o que merece uma reflexão a respeito da função das colônias de pescadores.

O que fazem estas instituições pelos seus associados? Quais as políticas de apoio ao pescador são por elas implementadas? Indagados sobre isso, 95,4% dos entrevistados consideraram importante a sua existência, embora tenham dificuldade em justificar o que elas fazem. Apenas 4,6% as consideram completamente desnecessárias, já que nenhum benefício prático pode ser verificado através delas. E 72% dos pescadores jamais fizeram um curso para aperfeiçoamento da sua atividade profissional, tampouco acreditam que o Estado possa se preocupar em melhorar a sua qualidade de vida.

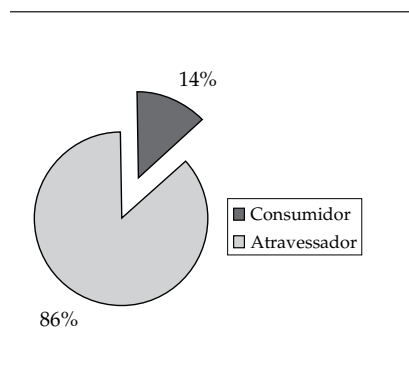


Figura 3 – Forma de Comercialização do Pescado.

Fonte: O Autor.

Enquanto profissionais influenciados diretamente pelas mudanças sofridas no meio ambiente, os pescadores foram questionados em relação a transposição do Rio São Francisco. Evidenciou-se que 76% dos mesmos são contra tal projeto, sob a alegação de que “o rio está morrendo” e chamando atenção para a necessidade da sua revitalização.

4 Conclusões

Os resultados apontados nesse estudo demonstram a fragilidade da pesca artesanal entre os ribeirinhos dos municípios pesquisados, dada a baixa expectativa dos mais idosos em relação a sua continuidade e a desmotivação dos mais jovens em aderirem a uma profissão cuja remuneração financeira e reconhecimento social não se apresentam como atrativos.

A gravidade dessa situação é que a pesca artesanal na região do submédio São Francisco sempre se constituiu num componente nutricional importante para suas populações, cuja ingestão de proteína animal tem no pescado a sua principal fonte.

A degradação ambiental do Rio São Francisco tem agravado a situação de pobreza das populações ribeirinhas, considerando que desde a década de 60 com o advento da agricultura irrigada na região, as suas águas passaram a receber resíduos químicos poluentes que comprometem a sua qualidade tanto para o homem como para os peixes, reduzindo as espécies nativas em mais de 50%.

As tentativas de repovoamento das águas do São Francisco com populações exóticas não tem representado os resultados desejados, tendo em vista serem elas na maioria das vezes predadores das espécies nativas e não agradarem ao paladar dos ribeirinhos, o que significa menor renda para os pescadores.

A falta de infraestrutura em câmaras frias e freezers para armazenamento do pescado coloca os pescadores nas mãos dos atravessadores, que lhes pagam preços muito abaixo do mínimo necessário para uma vida com dignidade. A colônia, que é a organização representativa dos seus interesses, apresenta-se desaparelhada para reivindicar junto aos órgãos públicos o apoio necessário em capacitação, política pública, financiamento e comercialização.

Necessário se faz, portanto, que os órgãos governamentais ampliem as políticas voltadas para o incentivo a pesca artesanal, com financiamentos de juros baixos que possibilitem a esse grupo de pescadores melhor se aparelhar para as demandas presentes comprando equipamentos modernos, implementando tecnologias para industrialização do pescado, além de um amplo programa de educação ambiental que

os oriente quanto a preservação dos seus recursos naturais, com vistas à sua sustentabilidade.

Referências

ALMEIDA, Manuel José de. **O drama do São Francisco**. Gráfica do Senado Federal: Brasília, 1971.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, Hucitec, 1996.

FRANÇA, Maria Cristina; TREVISOL, Joviles Vitorio. Os professores do ensino fundamental de Pouso Redondo (SC) e a educação ambiental: cartografando as representações sociais. In: **Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental**, Ribeirão Preto, 2005.

HOGAN, D.J. & VIEIRA, P. F. (Org). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1992.

JODELET, D. Representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In: **Psicología Social** (S. Moscovici, org.), pp. 469-494, Barcelona: Paídos, 1985.

_____. Représentations sociales: un domain en expansion. In: **Les Représentation Sociales** (D. Jodelet, org.), pp. 31-61, Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

MOSCOVICI, S. *Social Representations, Social Cognition*. Ed. J. Forgas: London, Academic Press, 1981.

OLIVEIRA, Lucia Marisy S.R. de. **Educação Rural: A Lógica Subjacente das Relações Intersetoriais**. Gráfica Franciscana. Petrolina – Pe, 2005.

PADILHA, M.I.C.S. **Representações sociais: aspectos teórico – metodológicos**. Passo Fundo – RS: Universidade Passo Fundo, 2001.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2002.

A GASTRONOMIA COMO MARCA IDENTITÁRIA DA CULTURA SANFRANCISCANA¹

PATRÍCIA GUERRA AZEVEDO²

Resumo

Os hábitos alimentares podem ser considerados patrimônio imaterial de um povo. Através da alimentação é possível visualizar e sentir tradições que não são ditas. A alimentação é também memória, opera muito fortemente no imaginário de cada pessoa e está associada aos sentidos: odor, visão, sabor e audição. Destacam-se como hábitos alimentares as diferenças, as semelhanças, as crenças e a classe social. O bode assado, o surubim em diversas modalidades, hoje tão divulgados em restaurantes do país, são marcas identitárias da região em estudo que passa por transformações com a introdução de novos produtos e hábitos a exemplo do vinho em substituição da cachaça ou mesmo da cerveja, do tucunaré (peixe vindo da Amazônia), da tilápia, espécie vinda do Japão, da pizza ou mesmo da comida a quilo. São novos hábitos, novas identidades que podem ou não preservar saberes e sabores passados por gerações.

Palavras-chave: Patrimônio imaterial; Gastronomia; Identidade.

Abstract

Eating habits may be considered intangible heritage. Through the power you can see and feel the traditions that are not spoken. Food is also memory, operates very strongly in the imagination of each person and is linked to the senses: smell, sight, taste and hearing. Highlights dietary differences, similarities, beliefs and social class. The goat roast, surubim in several modalities, as reported today in restaurants in the country, are identity marks of the study area that go through processing with the introduction of new products and habits like the wine instead of rum or beer, of peacock bass (fish coming from Amazonia), tilapia, a species from Japan, pizza or even the food by the pound. Are

new habits, new identities that may or may not preserve knowledge and flavors passed down for generations.

Keywords: Intangible heritage; Gastronomy; Identity.

JEL: R1; R11

Introdução

Esse artigo pretende mostrar como os fatores sociais, ambientais, econômicos e culturais influenciam na inserção de novos hábitos alimentares e como a gastronomia vem evoluindo e modificando a vida das pessoas, a sua identidade, os seus costumes.

A cozinha de um povo constitui um traço marcante de sua cultura, pois resulta das características físicas do local onde ele vive, da sua formação étnica e de suas crenças religiosas e políticas. Toda cozinha tem

¹ Parte integrante do Projeto Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento, resultante do Convênio entre a UNIFACS, o Albright College (EUA) e os Companheiros das Américas, Comitê Bahia-Pensylvania.

² Graduada em Gastronomia do Centro Universitário da Bahia – FIB / Estácio (12/2009).

“ *A história da Gastronomia é uma sucessão de trocas, conflitos, desavenças e reconciliações entre a cozinha comum e a arte de cozinhar. A evolução da culinária está ligada à variação de clima, a maior ou menor colheita, ao tempo de guerra ou de paz, pois tudo isso interfere na vida das pessoas e conseqüentemente, nos alimentos...* ”

a marca do passado, da história, da sociedade, do povo, da nação à qual pertence. Cozinhar é uma ação cultural que nos liga ao que fomos, somos e seremos.

A tradição está no saber do povo, está ligada à terra, ao lugar onde ele vive, à “exploração” dos produtos da região e das estações; a criação está relacionada à invenção, à renovação e às experimentações. Mas na gastronomia, tanto quem cozinha como quem come deve saber combinar tradição e criação.

Cozinhar é uma arte na qual, a alquimia dos ingredientes tende a resultar no melhor sabor original e que não pode ser vista simplesmente como uma mistura deles, é preciso saber combiná-los.

A Gastronomia tem como principal preocupação proporcionar o máximo de prazer a quem come, permitindo ao comensal identificar as características organolépticas (aparência, aroma, cor, sabor, textu-

ra) e diríamos, a quem prepara também. Não comemos apenas para saciar a fome, mas para termos prazer.

A pesquisa sobre os municípios de Juazeiro/Petrolina e Barra/Xique-Xique teve como enfoque a alimentação e sua importância na sobrevivência da população, que pode ser revelada através das diferentes condições sociais, econômicas e culturais das pessoas e como objetivo resgatar ou buscar a identidade cultural daquela população, levando-se em consideração seus costumes e heranças. Constatou-se que problemas socioambientais e econômicos vêm afetando estas áreas fazendo com que as famílias percam suas raízes, bem como a inserção de novos hábitos alimentares tem modificado a sua cultura e conseqüentemente fazendo-os buscar alternativas de sobrevivência.

Gastronomia – Conceitos e evolução

Apesar de a culinária brasileira ter sido influenciada por tantos povos, é inegável que os hábitos alimentares brasileiros se embasaram, primordialmente, na interação de três povos – o índio, o português e o africano. A esse respeito (Lima, 1999), diz ser “[...] na cozinha que a presença dos índios, negros e portugueses despertam o deleite e o prazer da mistura [...]”. A mesa brasileira é composta pelas tradições indígenas, pelas iguarias africanas e pela suculência portuguesa (FAGLIARI, 2005).

Além dos portugueses, africanos e indígenas, outros povos também deixaram suas marcas na culinária brasileira. Cada povo chegou ao Brasil com expectativas diversas e em situações financeiras diferentes. Assim, pode-se dizer que cada corrente imigratória apresentava características próprias e que as influências deixadas para a cultura brasileira, assim como a manutenção de suas tradições, foram induzidas por tais características (FAGLIARI, 2005).

Dentre os imigrantes, é possível afirmar que os italianos foram aque-

les que mais influenciaram os hábitos alimentares brasileiros. A cozinha italiana foi a única cozinha imigrante – além da negra e da portuguesa – aceita e assimilada em todo o Brasil. A maior herança deixada pelos italianos foi no campo das massas, as quais foram adaptadas ao gosto brasileiro, tornando-se muito popular no país (FAGLIARI, 2005).

A história da Gastronomia é uma sucessão de trocas, conflitos, desavenças e reconciliações entre a cozinha comum e a arte de cozinhar. A evolução da culinária está ligada à variação de clima, a maior ou menor colheita, ao tempo de guerra ou de paz, pois tudo isso interfere na vida das pessoas e conseqüentemente, nos alimentos que elas têm à sua disposição.

Cultivar a terra e dela tirar o sustento foi uma das descobertas mais importantes do homem pré-histórico, e que muito tempo depois, foi confirmado por Pero Vaz de Caminha ao aportar em Porto Seguro-BA, e pisar no seu solo, sentiu a terra fértil sendo o fato relatado ao rei de Portugal em sua carta que dizia “*A terra é plana e chã e, em tal maneira graciosa que, em se querendo, dar-se-á nela tudo*” (ORNELLAS, 2003).

A caça também era praticada, mas de forma precária; os caçadores tinham que percorrer longas distâncias à procura do extremamente necessário à alimentação e com o aumento de caçadores também veio a escassez de alimentos, o que fez com que procurassem outra forma para sobreviver. Foi quando perceberam que as sementes plantadas germinavam e davam origem a novas plantas que serviam para alimentá-los. Com isso, passou-se a observar a influência dos fenômenos meteorológicos sobre a terra, o sol, a lua e as estrelas, e também sobre a estação chuvosa ou de enchente, quando semear e quando colher.

O sertanejo nordestino aprendeu a sobreviver a períodos difíceis, desenvolvendo técnicas para armazenar alimentos que pudessem ser consumidos sem muitos recursos; foi a

partir daí que passaram a usar o sal como conservante. Vale salientar que os índios não utilizavam o sal para cozinhar, só faziam uso no preparo de um molho especial que só era acrescentado ao alimento no momento em que iam comer e que eles o obtinham pela retenção da água do mar e outros pela queimada da terra salitrosa. O sal do mar não foi um dos primeiros a ser utilizado e sim de ardósias argilosas, que eram lambidas pelos animais, denunciando assim a sua existência aos caçadores. Foi nas primeiras décadas do século XIX que Saint-Hilaire provou o sal do Rio São Francisco, por onde viajara por mais de cem léguas (ORNELLAS, 2003).

A pesca também era o principal meio de alimentação e sobrevivência. Herança deixada pelos índios, o peixe é ainda hoje uma das marcas do Nordeste; povo de uma cultura heróica, resistente às variações da natureza, estiagens ou furturas do litoral com praias infinitas.

Podemos considerar a cultura alimentar de um povo como patrimônio imaterial, que inserida de bens pode agregar significados à sua identidade cultural, preservando as suas raízes, heranças, saberes e sabores passados por gerações e que poderão fazer parte de novas histórias, de novos hábitos.

Ingredientes que inevitavelmente são descobertos, testados e incorporados aos pratos tradicionais dando a eles uma nova roupagem, poderão se tornar patrimônio material, desde que sejam registrados e que sirvam de fonte para novas gerações, com significado e importância para a sociedade.

Com o surgimento da globalização, as informações e produtos chegaram ao alcance de todos de forma cada vez mais rápida, permitindo participar ao mundo o dia-a-dia da gastronomia. Todos podem ter conhecimento de outras culturas culinárias e produtos de diferentes regiões, dando opções ao consumidor de alimentação, cultura e, sobretudo, prazer.

“ A gastronomia como patrimônio local está sendo incorporada aos novos produtos turísticos orientados a determinados nichos de mercado, permitindo incorporar os atores da própria comunidade na elaboração desses produtos, assistindo ao desenvolvimento sustentável da atividade. ”

Com o passar dos tempos a arte de comer foi se aprimorando e o conhecimento sobre a culinária e os exageros gastronômicos acerca da utilização excessiva de condimentos e a falta de preocupação com o seu valor nutritivo, se expandindo.

O hábito alimentar não é apenas biológico, é também social e cultural, pois possui um significado para cada sociedade e para cada cultura. É fator que diferencia a cultura, uma vez que a identidade é transmitida pelas pessoas também através do alimento, que reflete as preferências, as aversões, identificações e discriminações.

Através da alimentação, é possível visualizar e sentir tradições que não são ditas. A alimentação é também memória, opera muito fortemente no imaginário de cada pessoa, e está associada aos sentidos: odor, a visão, o sabor e até a audição. Destaca as diferenças, as semelhanças, as crenças e a classe social a que se pertence, por carregar as marcas de cada cultura.

A cultura de um país está integrada à alma do povo, como a sua

gastronomia, seu patrimônio, seus valores, costumes, história, agricultura, religião, aspectos históricos e geográficos. Desta forma a cultura de um lugar e sua comida típica estão intimamente ligadas (CÓRNER, 2003).

A gastronomia como patrimônio local está sendo incorporada aos novos produtos turísticos orientados a determinados nichos de mercado, permitindo incorporar os atores da própria comunidade na elaboração desses produtos, assistindo ao desenvolvimento sustentável da atividade. Assim, faz parte da nova demanda por parte dos turistas de elementos culturais.

A Gastronomia e o Turismo caminham juntos, pois não se pode pensar em turismo, sem prever entre outros itens, a alimentação, onde o viajante não pode abster-se dela, e desta forma, sempre tende a experimentar a cozinha local, fazendo com que aquela culinária se torne conhecida, atraindo mais turistas e consequentemente ampliando a renda daqueles que direta ou indiretamente sobrevivem do ramo de alimentação, e ainda levando-se em consideração, o potencial de crescimento das regiões estudadas.

O desenvolvimento do turismo cultural é promovido devido à sua capacidade de gerar receita e empregos no lugar em que se desenvolve. Devido ao fato de que raras vezes seja o agente motivador principal de um deslocamento turístico, recorre-se geralmente à criação de rotas temáticas e culturais que permitem integrar em um produto os elementos que individualmente não atraem interesse suficiente ou contam com certas dificuldades de promoção ou comercialização, tornando possível um produto final de maior valor que a soma das partes, incrementando assim seus benefícios econômicos e sociais, (SCHLUTER, 2003).

Desta forma a sua utilização como valor agregado a diversas manifestações culturais oferece a potencialidade de desenvolver a região, através do contato entre turis-

tas e membros da comunidade realizando com respeito e interesse mútuo, planejando as políticas públicas necessárias, bem como um acompanhamento desse crescimento com aproveitamento racional e sustentável do patrimônio cultural.

Mesmo com toda influência recebida de colonizadores e imigrantes que passaram pelo nosso território, as singularidades gastronômicas das regiões brasileiras se desenvolveram de acordo com as circunstâncias aqui encontradas e a influência que recebeu dos povos durante a colonização. “Todos os grupos humanos têm uma fisionomia alimentar. Pode ampliar-se, mas conserva os traços essenciais característicos” (CASCUDO, 2004, p. 373).

O conhecimento das origens gastronômicas possibilita o resgate de ritos e rituais,

de preparação e comensalidade, inerentes à cultura local, possibilitando a continuidade das tradições e valorizando diferenças em um mundo globalizado onde cresce cada vez mais o interesse pela gastronomia tradicional.

As cozinhas regionais são grandes motivadoras e inspiradoras da criação artística e a tematização dos restaurantes constitui um diferencial de atratividade. A construção dessa tematização pode ser proveitosa se os envolvidos tiverem conhecimento das tradições locais e do significado dos elementos culturais que a compõem.

A gastronomia no Vale do São Francisco

A pesquisa realizada nos municípios de Juazeiro/Petrolina e Xique-Xique/Barra, indica que a pesca é ainda a base alimentar de uma grande parte da população ribeirinha do São Francisco, a despeito da redução de algumas espécies tradicionais como o surubim ou mesmo a piranha. Segundo depoimentos de pescadores antigos, o surubim diminuiu em quantidade e em tamanho. Já as novas espécies que foram introduzidas depois da construção da Bar-

ragem de Sobradinho, tais como a tilápia, o tucunaré ou o curimatã estão com boa aceitação no mercado. O tucunaré frito, por exemplo, é bem difundido e considerado de muito bom paladar. Algumas comunidades, porém, são mais resistentes e não absorvem de imediato as “modernidades” é o caso da cidade de Barra, onde a espécie de peixe “tilápia” criada em cativeiro está sendo utilizada na merenda escolar ou em abrigos de idosos, porque são doados pelo governo e estão em fase experimental.

Nos quatro municípios estudados, tomamos conhecimento de diversas receitas do surubim preparado em moqueca, especialidade em Xique-Xique e o surubim ao molho de maracujá verde (do mato), bastante apreciado na cidade de Barra, sendo acompanhado pelo pirão com maracujá verde, ou seja, o próprio caldo da moqueca do surubim é uma iguaria do Sr. Odilon³.

A pesca artesanal é ainda uma atividade bem difundida na região e para muitos pescadores, a única fonte de sobrevivência. Em Xique-Xique, que se localiza à montante da Barragem de Sobradinho, no chamado Marco Zero, dispõe de um grande banco pesqueiro. Parte substancial dessa produção é comercializada através de frigoríficos para famosos restaurantes de Salvador, São Paulo e Belo Horizonte. Entretanto a pesca poderia ser ainda mais expressiva, se uma grande quantidade de pessoas não cometesse a chamada “pesca predatória”, utilizando malhas finas proibidas pelo IBAMA na época da piracema⁴. O desrespeito a legislação faz com que se pesque o peixe em fase de crescimento, não devolvendo ao rio os menores para que possam se desenvolver e re-

“*Além do peixe, a carne de bode é outro sustentáculo da gastronomia regional. É tradicionalmente apreciada tanto cozida como assada, sendo que em Petrolina foi construído pela Prefeitura Municipal um centro gastronômico...*”

produzir, levando ao desaparecimento de diversas espécies.

Além do peixe, a carne de bode é outro sustentáculo da gastronomia regional. É tradicionalmente apreciada tanto cozida como assada, sendo que em Petrolina foi construído pela Prefeitura Municipal um centro gastronômico chamado Bodódromo, para difundir essa especialidade regional. Todavia, tem-se observado nos últimos anos uma tendência de se usar o “cordeiro”, carne mais tenra e que agrada mais o paladar dos novos moradores e de turistas que visitam a cidade. (SOUZA; CALDAS, 2008).

Com a carne de bode também se prepara kafta⁵ e pizza. Isso sem falar dos espetos especialmente montados com o coração desse animal além dos cortes especializados como a picanha, o filé mignon e o carpaccio de bode. De todas as novidades, a

³ Sr. Odilon é um pescador de 65 anos, que gosta bastante de cozinhar. Prometeu-nos esta sua especialidade quando voltássemos à Barra. A promessa foi cumprida e a receita plenamente aprovada.

⁴ Período de reprodução dos peixes; sendo a pesca proibida para comercialização. Somente pode ser feita com anzol e para consumo da família em até 5kg.

⁵ Kafta é uma iguaria da cozinha árabe, preparada com carne moída (nesse caso a de bode), cebola e especiarias (árabes), envolvidas num palito de churrasco e depois grelhado.

mais recente é o bode marinado e cozido ao vinho e ervas. Para beber, em vez de cerveja, é comum ver nas mesas baldes com garrafas de cabernet sauvignon e syrah ao gelo. De entrada, degustam-se queijos finos de cabra, como o do tipo bursin, temperado com alho, orégano, pimenta calabresa ou outras especiarias. “Tenho o melhor negócio do mundo”, afirma o dono do restaurante, Isaías Mororó, 41 anos – um ex-cobrador de ônibus que montou, em dez anos, um verdadeiro império do bode... Hoje Isaías recebe diariamente 600 pessoas no restaurante, consumindo 400 animais mensais. É visto como o “rei do bode”, uma celebridade. Com o maior fluxo de turistas exigentes, aumenta a sofisticação e a qualidade dessa carne, mais saudável que a de gado⁶.

Domina como ninguém os segredos para dar um novo valor ao tradicional ícone sertanejo como iguaria. Não é fácil lidar com a carne desse animal. Tanto assim que a preferência dos restaurantes é pelo uso de um primo mais macio do bode – o carneiro. Mas a graça para o turista é contar que comeu bode. Gherman de Araújo, pesquisador da Embrapa, brinca: “O carneiro é que morre e o bode é que leva a fama”. Mais que isso, significa lucros. De fato, o marketing do bode é bastante forte para o turismo no sertão, ainda mais agora, quando ganha um toque de sofisticação com a chegada do vinho. As possibilidades são inúmeras, a ponto de pesquisadores da Embrapa estudarem o uso das sementes e cascas de uva que sobram na produção da bebida para alimentar os caprinos, tornando-os mais saudáveis e saborosos. Bode e vinho dependem cada vez mais um do outro. É um casamento, abençoado pelo turismo, que tem tudo para ser duradouro e feliz⁷.

Esses municípios têm outra riqueza gastronômica que são as frutas, advindas da irrigação, principalmente em Juazeiro e Petrolina, destacando-se as uvas, o melão, a melancia e mesmo o coco e a cana-de-

açúcar, dentre outras. No entanto, frutas tradicionais da Caatinga com o umbu ou o maracujá do mato bastante apreciado pela população local atualmente estão sendo beneficiados e transformados em doces ou geléias e exportados para a Europa, através da Cooperativa de Mulheres de Curaçá, Uauá e Canudos, a COOPERCUC (SOUZA; CALDAS, 2008). Isso tem trazido uma renda adicional à população e aumentado o número de pessoas envolvidas nessa atividade.

Em Barra, pode-se notar muitas plantações de buriti, cana e manga ao longo do percurso da Zona rural, chamada de “brejo”, justamente por ser muito úmida e não necessitar de irrigação, é que as frutas são abundantes, destacando-se a manga que é exportada.

Dentre alguns “brejos” visitados podemos citar o “Brejo do Saco” que produz a rapadura e o “Brejo São Gonçalo” onde se produz cachaça, ambos de forma artesanal, sendo a última produzida utilizando moinho movido com tração animal. Parte da cachaça produzida é consumida na região e a outra transportada em vasilhames plásticos, comercializada em várias regiões, em garrafas de água mineral e refrigerante, sem identificação, sem rotulagem, sem as informações básicas, principalmente a sua origem.

Já na feira livre de Xique-Xique também encontramos grande variedade de frutas, verduras, vindas de Juazeiro tais como o melão, a melancia, a manga, dentre outras ou mesmo procedentes dos Brejos de Barra (segundo informação de um feirante, o Sr. Apolônio); existe também

por lá uma quantidade considerável de restaurantes com cardápios bastante variados; além da “Casa do Norte”, onde entrevistamos o seu dono, o Sr. Aroldo, natural de Irecê e que mora na região há três anos; comercializa vários produtos, dentre os quais: “manteiga de gado”, requeijão, doces diversos, biscoitos variados (“avoador”), condimentos e especiarias como o açafraão da terra, óleo de pequi e canela em pau; é o único na região que comercializa esses produtos que são de Pernambuco (tempero e raiz), Jacobina (manteiga, doces, biscoito) e dos Brejos (óleo de buriti e de pequi); possui também um restaurante que só serve churrasco.

Vale ressaltar que na feira livre de Barra encontramos diversos produtos sendo comercializados, a exemplo dos doces de frutas, do melão, doce de abóbora, da rapadura, da rapadura com amendoim e outros ingredientes, do doce de buriti, do buriti desidratado, donde se pode extrair um óleo que é utilizado como cicatrizante, óleo de pequi, etc. sem esquecer dos peixes.

De uma forma geral nas feiras, além dos odores de pratos tradicionais pode-se observar também muita descontração e muita satisfação por parte dos comensais. Às vezes, observa-se troca de receitas entre os clientes e os donos dos pequenos restaurantes ou entre os clientes e as cozinheiras, o que torna o ambiente bastante amical e descontraído.

Na revisão da literatura podemos observar em Pearson (1972) que a “dieta alimentar” dos barranqueiros, barqueiros e outros ribeirinhos do Vale Sanfranciscano, consistia de

⁶ Disponível em http://revistahost.uol.com.br/publisherpreview.php?edicao=0808&id_mat=1649 “Em Cena: Quando o vinho encontra o bode. Região às margens do São Francisco atrai vinícolas e cria opções de turismo que abrem uma nova realidade econômica para o sertão”. Sergio Adeodato. Acesso em 26 abr. 2009.

⁷ Disponível em http://revistahost.uol.com.br/publisherpreview.php?edicao=0808&id_mat=1649 “Em Cena: Quando o vinho encontra o bode. Região às margens do São Francisco atrai vinícolas e cria opções de turismo que abrem uma nova realidade econômica para o sertão”. Sergio Adeodato. Acesso em 26 abr. 2009.

farinha de mandioca, carne seca e às vezes feijão e rapadura, além de peixes, moluscos e crustáceos que eram fornecidos em fatura pelo rio e pelo mar, pois residiam às suas margens ou próximos a elas, era bem diferente da outra parte da população que pudemos assim chamar elite, que se alimentava de verduras e frutas européias cultivadas nas pequenas hortas existentes em suas casas, pois residiam nas partes onde a terra era mais molhada e fértil.

Ainda segundo o mesmo autor, os primeiros colonos europeus e africanos a se estabelecerem nas áreas semi-áridas do Vale, precedidos pelos ameríndios levavam uma existência bastante precária. Os que viviam nas fazendas de criação dispunham de carne e leite exclusivamente para a fabricação de requeijão e queijo e esses produtos eram de qualidade inferior. Naquela época se plantava pouca mandioca, pois achavam que o solo não era fértil. Mais tarde, ao descobrirem a fertilidade do solo, aumentaram a plantação e iniciaram o plantio de feijão e cana-de-açúcar.

Enologia

A produção de vinho no Brasil está relacionada com a chegada da imigração italiana que trouxe seus hábitos e cultura para várias regiões do país influenciando nossos costumes e divulgando suas tradições fazendo crescer o interesse turístico por algumas cidades localizadas no Rio Grande do Sul devido à sua forte descendência italiana, além de estarem na maior região vinícola do país. Passear pelos vinhedos, participar da colheita da uva, conhecer de perto o preparo do vinho; esse já foi um sonho distante para muita gente. Um roteiro que, até alguns anos, só seria possível na Europa ou no sul do Brasil, está se consolidando no Nordeste, na região baiana do Vale do São Francisco, segundo pólo produtor do vinho nacional.

O Vale do São Francisco abrange uma grande área que se estende por cinco estados brasileiros. A região refere-se a uma parte específica do Vale, o Submédio São Francisco, for-

mado por áreas dos estados da Bahia e de Pernambuco⁸.

A caatinga predomina em quase toda a área. Em razão da pouca chuva o Vale do São Francisco é considerado uma das melhores regiões do mundo para o plantio de uvas. A irrigação com as águas do Rio São Francisco e o clima ímpar fazem do Vale do São Francisco a única região do mundo onde as videiras produzem duas safras e meia por ano⁹.

O pólo vitivinícola do Vale do São Francisco é responsável por 95% da uva de mesa cultivada no Brasil. Nos últimos anos, investimentos maciços em pesquisa e tecnologia têm permitido à região consolidar-se como importante pólo produtor também de vinhos. A região já responde por 15% do vinho fino elaborado no país. Os principais municípios produtores são Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, em Pernambuco, e Casa Nova, na Bahia (Anuário Brasileiro da Uva e do Vinho, 2006)¹⁰.

Embora existam registros de cultivo de videiras nos estados da Bahia e Pernambuco, já no século XVI, por ocasião da colonização pelos europeus, o desenvolvimento da viticultura na região do Vale do São Francisco inicia, segundo Falcade (2005), na década de 1960, graças aos projetos governamentais que incentivavam a implantação da agricultura irrigada na região do semi-árido nordestino. O cultivo de uvas para vinificação iniciou-se em 1978, com a chegada de Jorge Garziera, enólogo gaúcho, que se mudou para o Nordeste com o objetivo de implantar um projeto de produção de uvas na Fazenda Milano, onde se criou a Vitivinícola Vale do São Francisco, que produz os vinhos Botticelli¹¹.

“Nós temos um produto turístico de excelente qualidade que é o vinho e a comida dos Lagos do São

Francisco, que se harmonizam perfeitamente. A carne de bode pode ser degustada com o vinho de uva Shiraz e o surubim com o espumante produzido na região. Quem gosta de vinho gosta de uma boa comida!”, explica a presidente da Bahiatursa, Emília Salvador Silva.

Em Petrolina, o consumo de vinho aumentou 400% em dois anos – prova de que, aos poucos, a bebida cria novos hábitos na terra de Lampião e seu bando de cangaceiros. Há exemplos de charme, o restaurante Maria Bonita alia a culinária portuguesa à degustação das boas marcas regionais, sob orientação de *sommeliers*. Mas o novo costume se expressa com mais força no maior e mais popular pólo gastronômico da cidade: o Bodódromo. Atrativo turístico de Petrolina, o local abriga dez restaurantes especializados no preparo de pratos à base do tradicional quadrúpede nordestino. Mais de 6 mil animais são abatidos por mês para abastecer as cozinhas. Podem ser cozidos junto com cabeça e miúdos no preparo da tradicional buchada. E também podem ser assados na brasa e servidos no espeto com feijão-de-corda, farofa e mandioca.

O roteiro no semi-árido é uma opção ao tradicional turismo de sol e mar do Nordeste. “Além de gerar riquezas com a vinda de turistas, é a melhor maneira de divulgar os vinhos da região e atrair novos mercados compradores”, analisa Nivaldo Carvalho, presidente da Associação Integrada de Turismo do Vale do São Francisco. Diante desse potencial, com verba de R\$ 3 milhões foi elaborado um roteiro turístico envolvendo oito municípios da região, como melhorias urbanas, reforma da orla fluvial e das estradas, formatação de atrativos e plano para comercializar o novo produto.

⁸ Disponível em <http://www.pesquisaemtransportes.net.br/turismoemanalise/index.php/turismoemanalise/article/viewFile/72/72>. Acesso em 14 set. 2010.

⁹ Disponível em <http://www.pesquisaemtransportes.net.br/turismoemanalise/index.php/turismoemanalise/article/viewFile/72/72>. Acesso em 14 set. 2010.

¹⁰ Disponível em <http://www.pesquisaemtransportes.net.br/turismoemanalise/index.php/turismoemanalise/article/viewFile/72/72>. Acesso em 14 set. 2010.

¹¹ Disponível em <http://www.pesquisaemtransportes.net.br/turismoemanalise/index.php/turismoemanalise/article/viewFile/72/72>. Acesso em 14 set. 2010.

Como pólo de fruticultura irrigada, responsável por 80% das exportações brasileiras de uva e manga, a cidade de Petrolina e seu entorno despontam como uma ilha de riqueza em meio à Caatinga. O município atrai feiras e eventos técnicos sobre o tema e, durante todo o ano, recebe executivos e outros profissionais que chegam para negociar insumos agrícolas e frutas. Nas últimas décadas, atraídos por esse progresso, empreendedores migraram do Sul e do Sudeste com suas famílias em busca de oportunidades de negócio nesse mercado emergente. O comércio cresceu, universidades foram inauguradas para fixar os jovens na região, elegantes edifícios ocuparam a orla fluvial da cidade – e o turismo tem o poder de fazer esse progresso decolar¹².

O Enoturismo “É um processo lento, mas que terá resultados”, explica Vinícius de Santana, secretário de Desenvolvimento Estratégico, Cultura e Turismo de Petrolina, estimando receber cinco mil turistas por mês para a rota do vinho em pleno sertão. Entre os atrativos, destaca-se a enoteca com auditório e museu sobre a história da bebida, inaugurado em 2009, no município de Lagoa Grande, a 54 quilômetros de Petrolina. O lugar, antes pobre e sem perspectivas, promove feiras sobre uva e vinho e aposta no enoturismo como uma redenção. O distrito de Vermelhos, onde era alto o índice de miséria e violência, ganhou saneamento, asfalto e escola. Desemprego praticamente não existe¹³.

Expectativa confirmada, por um dos dez guias de turismo que recebem os visitantes na Vinícola Garziera (Victor Coelho Santos, 20 anos), pioneira no enoturismo regional. Em duas horas de roteiro, o jovem mostra os parreirais, os tanques de fermentação e o setor de engarrafamento e embalagem. Depois, leva os grupos até a sala de degustação, climatizada com o frio da montanha, para provar diferentes vinhos acompanhados por canapés e – não podia deixar de ser – queijos finos de ca-

bra. O Guia de turismo, anteriormente citado, explana um pouco sobre a enologia e ainda incentiva a comercialização: “Nossos vinhos são mais aromáticos e frutados”. Garrafas podem ser adquiridas na loja da vinícola como lembrança de um “milagre”, proporcionado pelo visionário Jorge Garziera, ao levar de Garibaldi (RS) para o semi-árido nordestino as tradições italianas de sua família. Hoje o enoturismo representa 20% do faturamento da empresa, que triplicou nos últimos dois anos. Para 2009, planeja-se investir R\$ 1 milhão para melhorar os serviços, com chalés e até teleférico sobre os parreirais¹⁴.

“Qualquer semelhança com a fria Serra Gaúcha não é mera coincidência. Há dez anos, essa região recebia cinco mil turistas por ano e, agora, são 130 mil. “Se tudo der certo, o São Francisco poderá seguir os mesmos passos”, compara Henrique Benedetti, responsável pela Fazenda Ouro Verde. Adquirida em sociedade com a empresa Lovara/ Miolo no município de Casa Nova, próxima ao lago de Sobradinho, possui uma área de 700 hectares, da qual 150 são de parreirais que se abrem aos turistas, com esquema de visitação e pr edio para degustação e vendas de varejo. Inaugura em outubro daquele ano, com investimento de R\$ 1 milhão, a nova atração entrou para a agenda de promoção turística da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa). No outro lado do Velho Chico, o governo pernambucano começou a promover o enoturismo dentro do programa “Pernambuco Conhece Pernambuco”, voltado para o turismo regional¹⁵.

A Fazenda Ouro Verde está situada na zona intertropical do planeta, na macro-região geográfica nordeste do Brasil, no estado da Bahia, numa porção intermediária do Rio São Francisco, conhecida como submédio do São Francisco e é uma das novas regiões vitivinícolas brasileiras produtoras de vinhos finos. Caracteriza-se por estar em altitudes ao redor de 350 metros, em áreas com paisagem típica da caatinga do sertão nordestino e com uma viticultura localizada em áreas planas¹⁶.

A Fazenda Ouro Verde é um dos primeiros projetos de vitivinicultura do Vale do São Francisco, idealizado pelo sr. Mamoru Yamamoto. E já existia uma vinícola, com mais de 20 anos, a qual foi totalmente reformada e ampliada para atender a atual demanda. Hoje trabalha com capacidade operacional de um milhão de litros por ano, e prevê para 2012, quatro milhões de litros por ano. Da mesma forma que em outras regiões, também na Fazenda Ouro Verde, os vinhos elaborados no empreendimento estarão associados a Região do Vale do São Francisco, suas ilhas, gastronomia, frutas exóticas. O folclore local, o sol, o calor, as belezas do nordeste brasileiro, que se traduzem em produtos típicos da região¹⁷.

Considerações finais

O binômio sol e mar fez com que o Nordeste brasileiro fosse reconhecido em todo o mundo, assim como os seus valores turísticos e culturais. A gastronomia nordestina, por exemplo, pode representar um papel importante como vetor para o desenvolvimento e crescimento das re-

¹² Disponível em http://revistahost.uol.com.br/publisher/preview.php?edicao=0808&id_mat=1649 Matéria de Sergio Adeodato. Acesso em 26 abr. 2009.

¹³ Disponível em http://revistahost.uol.com.br/publisher/preview.php?edicao=0808&id_mat=1649 acesso em 26 de abril de 2009.

¹⁴ Disponível em http://revistahost.uol.com.br/publisher/preview.php?edicao=0808&id_mat=1649 acesso em 26 de abril de 2009.

¹⁵ Disponível em http://revistahost.uol.com.br/publisher/preview.php?edicao=0808&id_mat=1649 acesso em 26 de abril de 2009.

¹⁶ Disponível em https://miolo.locaweb.com.br/site/PT/content/terroir/vale_do_sao_francisco_regiao.php Acesso em 01 mar. 2009

¹⁷ Disponível em https://miolo.locaweb.com.br/site/PT/content/terroir/vale_do_sao_francisco_regiao.php Acesso em 01 mar. 2009

giões estudadas (Xique-Xique/Barra e Juazeiro/Petrolina). Esse artigo é o resultado de pesquisas e estudos que tiveram como objetivo resgatar e/ou desvendar a identidade cultural daquelas populações levando-se em consideração seus costumes e heranças, e como os problemas socioambientais e econômicos vinham afetando aquelas áreas fazendo com que as famílias perdessem suas raízes. Identificar o que a região oferecia e ainda pode oferecer como meio de sustento daquelas famílias, bem como iguarias peculiares à região e como a inserção de novos hábitos alimentares tinha modificado a sua cultura e conseqüentemente fazendo-os buscar alternativas de sobrevivência.

De acordo com Furtado (2004), as pessoas buscam novos conhecimentos, querem experimentar novos sabores, vivenciar outras culturas e a gastronomia pode ser o motivo principal, ou o inicial, para se conhecer determinado local [...] (TURyDES, 2008)¹⁸.

O que não seria diferente nessas regiões, que precisam de um pouco mais de atenção dos seus governantes, que precisam ser mais “exploradas” pelo potencial que elas têm, mostradas ao mundo, seja pela sua história, pelo artesanato, pela religiosidade, pelo surubim ou pelo bode, pela sua culinária regional.

Enfocando a gastronomia típica que se traduz como a arte de comer bem, e se relaciona com o turismo e com a história de um povo. Sendo assim, a gastronomia nordestina é caracterizada como tropical, colorida, suculenta, diversificada, altamente nutricional e sempre saborosa, considerada como uma das melhores e mais variadas do mundo.

Terra das moquecas de frutos do mar, banhadas no azeite de dendê nativo e temperadas num bom molho de pimenta malagueta; do acarajé e do abará vendidos pelas baianas em pontos determinados pelos orixás; dos folclóricos vatapá e caruru; de culinária que transbor-

dou do sertão para a beira mar, com a carne-do-sol com pirão de leite. O feijão verde com manteiga de garrafa e o bode assado, entre tantos outros; dos doces que tornam qualquer regime absolutamente impraticável, a Bahia moderna, não mais a de Dona Flor, abriga também a culinária de várias regiões do país e do mundo, (BARROCO, 2008 apud SPINOLA, 2006).

A confirmação da fama da gastronomia nordestina pode ser conferida em eventos gastronômicos, a exemplo do “Nordeste Bahia Gourmet” 3ª edição, que pela 2ª vez consecutiva (apenas com o nome modificado, antes *Bahia Gourmet*) terá como ingredientes-chave na preparação dos seus pratos, os produtos nordestinos, desafio lançado aos chefes mais renomados no mundo da cozinha globalizada.

Esse trabalho é apenas uma pequena contribuição para o despertar desse tema tão vasto e que pode ser explorado de diversas formas, tendo como sustentação, acima de tudo, a sua história, as suas raízes, mas com o enfoque num futuro melhor para toda a população.

Referências

AZEVEDO, Patrícia Guerra. A Gastronomia como marca identitária da cultura sanfranciscana. **Relatório de pesquisa**. De 15 a 18/11/2008 e de 21 a 25/06/2009 em Xique-Xique/Barra.

BARROCO, Lize Maria Soares Y BARROCO, Helio Estrela. A importância da gastronomia como patrimônio cultural, no turismo baiano in **TURyDES**, v. 1, n. 2 (marzo/março 2008). Disponível em <http://www.eumed.net/rev/turydes/02/sbb.htm> Acesso em 12 jul. 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2004.

CÓRNER, D. Martin Rodrigues. La gastronomia española como

patrimônio cultural. In.: **Gastronomia y turismo** (Coord. Jose Manoel G. Gandara e Regina G. Scgulüter). Argentina: CIET, 2003.

FAGLIARI, Gabriela Scuta. Turismo e Alimentação no Brasil: Cozinha Brasileira In: **Turismo e alimentação: Análises Introdutórias**. Cap. 5, São Paulo: Rocca, 2005.

ORNELLAS, Lieselotte Hoeschl. **A alimentação através dos tempos**. Florianópolis: UFSC, 2003.

RADEL, Guilherme. **A cozinha sertaneja da Bahia: as origens, a evolução e as receitas da cozinha sertaneja baiana**. Salvador: Embrapa, Faz Cultura, Governo do Estado: 2002.

SENAC. DN. **A história da gastronomia**. Maria Leonor de Macedo Soares Leal. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.

SCHLUTER, Regina G. **Gastronomia e turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

SAVARIN, Brillat – **A fisiologia do gosto**; Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Amélia Barreto de. **A alimentação no Planalto da Conquista no período de 1930 a 1950**. Vitória da Conquista: Universidade do Sudoeste da Bahia, 1996.

SOUZA, R. C. A.; CALDAS, A. S. **Viaagem ao São Francisco**. Série Expedições - 1. Salvador: Unifacs, 2009.

ZANINI, Talise Valduga e ROCHA, Jefferson Marçal da. O Enoturismo no Brasil: um estudo comparativo entre as regiões vinícolas do Vale dos Vinhedos (RS) e do Vale do São Francisco (BA/PE) In: **Turismo em Análise**. v. 21, n. 1, abril 2010. <http://www.pesquisaemtransportes.net.br/turismoem-analise/index.php/turismoem-analise/article/viewFile/72/72>. Acesso em 14 set. 2010.

RIBEIRINHOS DE JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE): UM OLHAR SOBRE A RIQUEZA DO ARTESANATO LOCAL

CHELLY COSTA SOUZA¹

NAIRA BRANDÃO²

DANIEL CARLOS P. DE OLIVEIRA³

BRUNO FREITAS NEIVA⁴

Resumo

O Vale do São Francisco apresenta um patrimônio natural e cultural diversificado. Tal diversidade está relacionada às diferentes manifestações culturais existentes na região, o que acaba gerando uma inter-relação com a sociedade, o trabalho e o meio ambiente. O artesanato produzido na região representa uma marca identitária da cultura dessas comunidades. As carrancas - artesanato típico local - por exemplo, apesar de já terem passado por transformações e ter tido uma maior representatividade no passado, continuam a expressar a cultura popular regional. Diante desse cenário, se insere o presente artigo, cujo foco de estudo se refere à produção artesanal feita nas cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), situado no submédio São Francisco. Embora a produção artesanal seja uma forma de sobrevivência de muitas comunidades brasileiras, em tais localidades, essa produção ainda acontece de forma incipiente, sem de fato contribuir para a geração de emprego e renda, acontecendo como forma de subsistência. A abordagem aqui apresentada foi realizada atra-

vés de levantamento bibliográfico. Como conclusão parcial, a pesquisa indicou que o artesanato se configura como importante expressão da cultura local e significa um meio de manutenção e preservação da arte, além de ter o potencial de ser um vetor de transformações para a comunidade a partir da geração de emprego e renda. Entretanto, para que isso aconteça é necessário maior atenção por parte do poder público no sentido de implementar políticas

públicas efetivas que contemplem os ribeirinhos. É importante destacar que esse estudo se encontra inserido no Projeto de Pesquisa Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU - Universidade Salvador – UNIFACS.

Palavras-chave: Vale do São Francisco; Artesanato; Carrancas. Juazeiro (BA); Petrolina (PE).

¹ Mestre em Análise Regional e Bacharel em Turismo pela Universidade Salvador (UNIFACS). Membro do GPTURIS (Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador — PPDRU e Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Curso Técnico em Turismo e Hotelaria – Campus Uruçuca/Bahia. E-mail: chellycsouza@yahoo.com.br.

² Bacharel em Turismo pela Universidade Salvador (UNIFACS). Ex-bolsista de Iniciação Científica e Membro do GPTURIS (Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador — PPDRU. E-mail: nairabrandao@gmail.com

³ Especialista em Docência do Ensino Superior e Geógrafo com formação pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Curso Técnico em Turismo e Hotelaria – Campus Uruçuca/Bahia. E-mail: dancarlos81@yahoo.com.br

⁴ Bacharelado em Economia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB. Membro do GPTURIS (Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU da Universidade Salvador. E-mail: bruno_freitas_neiva@hotmail.com

Resumen

El Vale do São Francisco presenta un patrimonio natural y cultural diversificado. Esta diversidad está relacionada a las diferentes manifestaciones culturales existentes en la región, lo que acaba generando una interrelación con la sociedad, el trabajo y el medio ambiente. La artesanía producida en la región representa una marca identitaria de la cultura de esas comunidades. Las gárgolas (artesanía típica de la localidad) por ejemplo, a pesar de haber pasado por los cambios y tener una mayor representatividad en el pasado, siguen expresando la cultura popular regional. Delante de este escenario, se encuentra el presente artículo, cuyo estudio se refiere a la producción artesanal producida en las ciudades de Juazeiro (BA) y Petrolina (PE), situado en el submédio y el bajo São Francisco. Mientras la producción artesanal es una forma de sobrevivencia de muchas comunidades brasileñas en tales localidades esa producción todavía ocurre de manera incipiente, sin de hecho contribuir para la generación de empleo y renta, ocurriendo como forma de subsistencia. El abordaje aquí presentado ha sido realizado a través de recolección bibliográfica. Como conclusión parcial, la pesquisa ha indicado que la artesanía se configura como importante expresión de la cultura local y significa un medio de manutención y preservación del arte, además de poseer el potencial de ser un vector de transformaciones para la comunidad a partir de la generación de empleo y renta. Mientras, para que eso ocurra es necesario mayor atención por parte del poder público en el sentido de implementar políticas públicas efectivas que contemple los ribereños. Es importante destacar que ese estudio se encuentra en fase inicial y está inserido en el Proyecto de Pesquisa Rio São Francisco: cultura, identidad y desarrollo del Programa de Posgrado en Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU - Universidade Salvador - UNIFACS.

Palabras-claves: Vale do São Francisco. Artesanía. Carrancas. Juazeiro (BA). Petrolina (PE).

JEL: R1; R11

1 Introdução

O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra (MG), na Chapada da Zagaia, no município de São Roque de Minas, na região Sudeste do Estado. Percorre 2.700 km desde as suas nascentes até sua foz, na divisa de Sergipe e Alagoas, onde apenas 1.520 km são navegáveis. Ao longo desse percurso, o rio banha cinco estados brasileiros: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Sua bacia que abrange 640 mil km² (7,5% do território nacional) alcança também o Estado de Goiás e o Distrito Federal. É a terceira maior bacia hidrográfica do Brasil e a única totalmente brasileira (BRASIL, 2004; FILHO, 2005; BAHIA, 2006).

Em toda a bacia sanfranciscana vivem cerca de 13 milhões de habitantes que representam 10% da população brasileira, beneficiando assim, cerca de 503 municípios brasileiros, dos quais 117 estão concentrados no Estado da Bahia.

O Vale do Rio São Francisco está dividido em quatro setores ou cursos: o Alto São Francisco – que segue da nascente até a cidade de Pirapora em Minas Gerais; o Médio-abrange o trecho entre a cidade de Pirapora até a cidade de Remanso na Bahia; o Sub-médio que compreende da cidade de Remanso até a cidade de Paulo Afonso (BA) e o Baixo São Francisco vai de Paulo Afonso até a Foz entre os estados de Alagoas e Sergipe. Na sua longa trajetória atravessa três grandes e importantes biomas: o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica.

Como objeto de pesquisa será adotado nesse artigo, o artesanato produzido nas cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Tais cidades se constituem no pólo das “carrancas” (tipo de artesanato esculpido em madeira ou em barro), figuras do artesanato regional, metade homem metade animal, que acompanham

antigas embarcações do São Francisco, visando protegê-las. Essas “carrancas”, como ficaram conhecidas, são produzidas, sobretudo, neste trecho do rio e expressam a identidade do vale transformando-se em símbolo da região (SOUZA; CALDAS, 2008).

O artesanato pode significar um importante instrumento de desenvolvimento, já que em determinadas regiões do país, causa impacto econômico, através da demanda do mercado, da geração de ocupação e renda e do aproveitamento dos recursos naturais de forma equilibrada. Além de gerar renda, a atividade ajuda a preservar as tradições locais e a fortalecer o sentimento de pertencimento.

Buscando compreender de que maneira a arte, mais especificamente a produção artesanal atua e pode contribuir para a promoção do desenvolvimento de uma comunidade é que está inserida a presente proposta.

Em termos metodológicos adotou-se a pesquisa exploratória de caráter bibliográfico. Em linhas gerais, esse artigo se divide da seguinte forma: Introdução; Caracterização dos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE); A História do artesanato; O artesanato no Vale do São Francisco: um olhar para as “carrancas”; O artesanato no contexto socioeconômico e as Considerações finais.

Essa divisão buscou reunir de modo claro e preciso os elementos que tratam da produção artesanal no Vale do São Francisco, de forma a privilegiar essa atividade e cultura regional.

2 Caracterização dos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE)

A cidade de Juazeiro localiza-se no norte do estado da Bahia. Está situada a 500 km da capital baiana Salvador. Faz divisa com o estado de Pernambuco e também é considerada a quarta maior cidade do estado da Bahia. O acesso a partir de Salva-

“ *Petrolina tem a 7ª maior economia do estado, está entre as 15 melhores renda per capita e é considerada o 5º melhor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Estado. Além disso, segundo os especialistas representa a 7ª cidade em importância para o estado.* ”

dor é efetuado pelas rodovias pavimentadas BR-324, BR-116 e BR- 407.

Atualmente é um dos grandes centros de desenvolvimento da fruticultura irrigada com destaques para os cultivos de manga, melão, melancia e uva para exportação, respondendo por 90% das exportações nacionais. Isso acontece devido a sua privilegiada localização geográfica o que, também, vem favorecendo a produção de vinhos (o que tem tornado a região do São Francisco referência por sua alta qualidade na produção).

Em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), a predominância da arte é uma realidade. As carrancas, por exemplo, significam um símbolo da região, jamais visto em outro lugar e é, a principal peça produzida na região. Esse tipo de artesanato demonstra a tradição, crenças, identidade e história das comunidades ribeirinhas. Porém, apesar do artesanato ser uma realidade na região, o que se evidencia é que essa atividade acontece como forma de subsistência, sem de fato promover mudanças para a economia da localidade.

Também é evidente nas cidades de Juazeiro e Petrolina (PE) a vocação para desenvolver o turismo de forma profissional. Particularmente, o enoturismo; o turismo cultural e o turismo rural são segmentos potenciais na região. Inclusive, nesses lugares, já estão consagrados a Rota da Uva e do Vinho, no qual tem o cultivo da uva associado a produção de vinhos de mesa e sucos com especialidades. Porém, ao abordar o campo do turismo, o mesmo ainda é explorado de forma tímida, sem de fato produzir retornos efetivos no que se refere aos fatores econômicos.

Entretanto, já há alguns investimentos por parte dos poderes públicos (Bahia e Pernambuco), no sentido de fortalecer o Enoturismo na região. A região do São Francisco apresenta uma característica peculiar que é o fato de sua safra acontecer por até duas vezes ao ano. Isso acontece por conta do clima seco e a irrigação. Esses fatores proporcionam a região, um diferencial e uma vantagem competitiva, tornando-a 2º maior produtora de vinhos do país.

Já a cidade de Petrolina (PE) situada no estado de Pernambuco e vizinha do município de Juazeiro (BA) também apresenta características similares e apresenta uma dinâmica muito grande. Em conjunto com Juazeiro, na Bahia forma o maior aglomerado urbano do semi-árido.

Petrolina tem a 7ª maior economia do estado, está entre as 15 melhores renda *per capita* e é considerada o 5º melhor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Estado. Além disso, segundo os especialistas representa a 7ª cidade em importância para o estado.

A área municipal ocupa 4.737,1 km, correspondendo a 4,81 % do Estado de Pernambuco. Petrolina, sede do município, está a 722 km da capital (Recife) e seu acesso é realizado pela BR-232/110.

As políticas de incentivo aplicadas nas últimas décadas tornaram a região um celeiro de frutas tropicais, que são exportadas para as princi-

pais regiões do país e também para a América do Norte, o continente Europeu e também o Sudeste Asiático, particularmente o Japão.

A sua situação geoeconômica é reflexo do impulso proporcionado a economia pela fruticultura irrigada, além do dinamismo do setor terciário, comércio e serviços que atende as demandas dos municípios da mesoregião.

Além da agricultura irrigada e da produção de vinhos, o município de Petrolina também se destaca pela inserção do turismo de negócios e pela produção do artesanato, onde ganha evidência a produção das carrancas, tipicamente, produzidos em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

Assim, com essas características, é notório a significância no âmbito regional que a cidade desenvolve como um pólo gerador de emprego e renda.

3 A História do artesanato

A arte é uma das manifestações culturais mais antigas. Através de suas criações, o homem expressa sua vivência, seu imaginário, seus sentimentos, dando forma ao seu pensamento. Segundo Almeida (1980, p. 54), “a necessidade de criar é inerente ao homem. Ela acontece naturalmente e não pode ser detida”. O homem ao criar, expressa a sua necessidade do agir e do ser.

Esta necessidade de expressão permite ao homem não apenas manifestar seus desejos e sonhos, mas, também, garantir sua sobrevivência. Contribuiu e contribui até hoje: primeiro, como uma forma de valorização da identidade cultural e segundo, como geração de emprego e renda.

Dentro do universo de cultura popular brasileira, o artesanato ganha destaque, pois constitui uma técnica milenar, que envolve o trabalho de milhares de comunidades tradicionais.

O conceito de arte adotado neste artigo significa “processo, técnica de artesão ou de artista-artesão, vale dizer tratamento que as criaturas

mais simples dos agrupamentos humanos dão à matéria bruta visando a um fim utilitário, comercial, artístico e recreativo” (MIRANDOLA, 1976, p. 4).

Nesse momento, se analisa o artesanato, suas características e as questões que envolvem este tema. Esta análise se realizará considerando o artesanato como forma de expressão de um povo, além de uma forma de preservar, mostrar e difundir a cultura de uma comunidade. Neste aspecto, a arte também representa a identidade das pessoas.

Falar em artesanato implica olhar o passado, examinar as tradições, avaliar a cultura e o desenvolvimento social de um povo. Ao longo da história, o artesanato serviu de embrião para o comércio, a indústria, a ciência e para o florescimento das comunidades (MOREIRA, 2001).

A história do artesanato está presente no cotidiano do ser humano desde o período neolítico – 6.000 A. C. (CHITI, 2003 apud MARINHO, 2007). Surgiu por uma necessidade do homem de sobrevivência como a de se alimentar, se proteger, se vestir e até mesmo se expressar.

No princípio, a produção era apenas para suprir as necessidades básicas e a demanda local. Posteriormente, o artesanato passa a fazer parte do mundo do trabalho, assumindo diferentes conotações, desde o período da Pré-história até os dias atuais. (CARDOSO, 2003 apud MARINHO, 2007). A partir daí, começa a surgir um mecanismo de troca de mercadorias, através do qual, a economia passa a ser estimulada e ao mesmo tempo habilidades técnicas e criativas vão sendo desenvolvidas. Nesse momento, a função do artesão ganha outra dimensão, surgindo a necessidade desse artista de dominar todo o processo produtivo que vai da elaboração da peça ao seu acabamento, incluindo a sua comercialização.

Na atualidade, os estudiosos do assunto definem artesanato como sendo um objeto, fruto de um trabalho predominantemente manual, fei-

to com a ajuda de ferramentas simples ou máquinas rudimentares, que se baseia em uma temática popular, utilizando a matéria-prima local ou regional.

Neste artigo adota-se a definição de Lima anteriormente referenciado, que se refere ao artesanato como:

[...] produtos do fazer humano em que o emprego de equipamentos e máquinas, quando e se ocorre, é subsidiário à vontade de seu criador que, para fazê-lo, utiliza basicamente as mãos. Nesse sentido, diríamos que o objeto artesanal é definido por uma dupla condição: primeiro, o fato de que seu processo de produção é em essência manual. São as mãos que executam basicamente todo o trabalho. Segundo: a liberdade do artesão para definir o ritmo da produção, a matéria-prima e a tecnologia que irá empregar a forma que pretende dar ao objeto, produto de sua criação, de seu saber, de sua cultura. (LIMA, 2005, p. 13-14).

Já Pereira [195?], pesquisador desta temática, discorre em diferentes trabalhos sobre as questões que envolvem o assunto, chamando a atenção sobre a dificuldade em conceituá-lo, pois o termo é vago e impreciso.

No cenário atual, apesar da criação de tais expressões, o autor deixa claro que, o artesanato não representa apenas estratégias de sobrevivência de grupos sociais frente ao mundo globalizado, mas significa a cultura material, a forma de conservação e preservação da arte popular de comunidades tradicionais.

Dentro das relações de mercado, é importante que o objeto artesanal não seja entendido apenas como produto e sim como um produto peculiar no qual a dimensão cultural está intrinsecamente ligada ao objeto. Ou seja, o artesanato sempre estará agregando valor cultural e social.

O valor cultural, no entendimento de Reis (2007) é composto por uma multiplicidade de fatores. Já o valor social corresponde ao valor que um determinado grupo dá a um bem. Isso pode ser verificado através das

“*De acordo com Pereira (1979), o artesanato pode ser feito em qualquer lugar e em qualquer tempo. Além disso, o artesanato tem o dom de proporcionar mais emprego e produção...*”

crenças, modo de pensar e na identidade desse povo. Para Reis (2007, p. 22), conforme o nome sugere, “o valor social que é atribuído a determinados produtos e serviços não segue necessariamente noções individuais ou institucionais, mas é influenciado pelas lentes da sociedade”.

Abordando o artesanato no campo da economia, volta-se para as vantagens que o mesmo promove, como: geração de trabalho e renda, as relações focadas na produção, distribuição, comercialização, relações de troca e numa nova dimensão de cidadania, gerando em toda a história um impacto no comportamento educacional e social das pessoas.

De acordo com Pereira (1979), o artesanato pode ser feito em qualquer lugar e em qualquer tempo. Além disso, o artesanato tem o dom de proporcionar mais emprego e produção como menos dispêndio de capital e, por esta razão, se torna um importante fator de fomento tanto social como econômico. Dessa forma, o artesanato significa uma via para o desenvolvimento de uma localidade através da demanda do mercado, da geração de ocupação de renda e do aproveitamento dos recursos naturais de forma equilibrada.

Como materialização da forma de viver de um povo, o artesanato

constitui-se também, em um objeto de pesquisa sociológica, pelo fato de ser uma técnica passada de pai para filho, ou ainda, por representar o sentimento de identidade, de pertença dos indivíduos e de herança sociocultural.

A atividade artesanal permite a continuidade dos hábitos culturais de um povo. Por isso, Lima (2005) chama a atenção para a questão que envolve a conservação da produção artesanal destacando que existe uma corrente de pensadores que preconiza a idéia da conservação do objeto nas condições em que foi produzido, por entender que ele é testemunho de um passado a ser preservado.

A atividade artesanal é bastante rica, diversificada e composta de muitas pessoas que se envolvem no processo. Em qualquer parte do Brasil, se depara com algum tipo de arte diferente, desenvolvida por um grupo de pessoas ou muitas vezes, por toda a comunidade. A diferença do artesanato em determinado território está na forma de concepção, produção dos objetos, destinação e significação, seguindo a interpretação da cultura e da história local, favorecida pela utilização de matéria-prima disponível na região. Esses artesanatos configuram realidades distintas e visões de mundo próprias dos indivíduos e das comunidades que lhes dão concretude (LIMA, 1996).

O fazer artesanal acontece para preencher a necessidade diária das pessoas, através do artesanato utilitário e como atividade econômica, da qual muitas pessoas tiram seu sustento. Rotinas como essas, fazem com que a cultura artesanal se mantenha viva e haja em certos casos, o desenvolvimento da atividade. Por isso, é importante destacar que esse setor merece uma política que seja capaz de promover mudanças para as comunidades que sobrevivem, exclusivamente, do fazer artesanal.

A Bahia, especificamente, apresenta uma riqueza artesanal, diversificada e difundida tanto na-

cional como internacionalmente. A produção do artesanato no estado apresenta tipologias que podem ser expressas de acordo com a matéria-prima empregada, técnicas de fabricação, características de consumo e escoamento das peças.

3.1 O artesanato no Vale do São Francisco: um olhar para as “carrancas”

Segundo Maynard (2009), o Vale do São Francisco é uma das regiões mais ricas deste país, no que se refere ao artesanato. Pessoas comuns que utilizam as mãos e algum instrumento como extensão dos dedos para confeccionar peças de uso decorativo e utilitário, fazem-se presentes às margens do rio.

Oficinas caseiras exibem mestres, oficiais e aprendizes nas mais diversas atividades: artigos para decoração, produção de mobiliário doméstico, instrumentos musicais, de trabalho e de transporte, objetos de lazer, imagens sacras, entre outros.

O artesanato relaciona-se com os recursos naturais existentes e decore, prioritariamente, da relação entre o homem e o meio, refletindo nesse sentido, o sistema de vida adotado pelos moradores do lugar ou região.

Na maestria de confeccionar objetos utilizando recursos naturais da região, esses artesãos, ao longo do rio, conseguem explorar e extrapolar sua criatividade a fim de desenvolver diferentes modelos de peças artesanais.

Em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), a predominância da arte é uma realidade. As carrancas, por exemplo, significam um símbolo da região, jamais visto em outro lugar. Demonstrando a tradição, crenças, identidade e história das comunidades ribeirinhas.

3.1.1 As carrancas

Juntamente com Juazeiro, Petrolina constitui o pólo das “carrancas”, figuras do artesanato regional, metade homem metade animal, que acompanhavam antigas embar-

cações do São Francisco, visando protegê-las dos maus espíritos das águas, principalmente do lendário Caboclo D’ Água, conhecido pelos ribeirinhos como Nêgo Traquino, virador de canoas.

Essas “carrancas”, como ficaram conhecidas, expressam a identidade do vale, transformando-se em símbolo regional, além de representar umas das mais expressivas manifestações da arte popular brasileira. As produções acontecem às margens do rio de forma comercial, porém tímidas, como artesanato típico.

De acordo com Moreira (2006), o termo carranca significa cara feia ou disforme e como carrancas ficaram conhecidas, também, como figuras de proa ou cabeças das barcas utilizadas na região do médio Rio São Francisco. São feitas de um único tronco de madeira e retratam apenas a cabeça e o pescoço de alguma figura mitológica.

A criação e produção das carrancas foram estudadas pelo professor e pesquisador Paulo Pardal (ex-professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Segundo o pesquisador, essas peças artesanais não são encontradas em nenhuma outra região. “Surgiram na segunda metade do século XIX, no trecho navegável do rio São Francisco, que ia de Pirapora – Minas Gerais até Juazeiro da Bahia e permaneceram até meados do século XX” (MOREIRA, 2006, p. 20).

Hoje, as carrancas já não fazem mais parte das embarcações dos pescadores locais, mas permanecem no imaginário coletivo. As carrancas produzidas em madeira ou em barro tiveram maior representatividade no passado. Entretanto, de acordo com Moreira (2006), em pleno século XXI, o consumo deste tipo de representação cultural ainda permanece, mesmo que oscilante. Na realidade, o auge das vendas de carrancas aconteceu na década de 1970, quando essa arte era produzida em larga escala como símbolo da região.

Nos dias atuais, as carrancas são confeccionadas com diversos tipos

de materiais, que vão desde a madeira até o mármore, variando igualmente o tamanho das peças. As maiores são destinadas aos acervos de museus, repartições públicas ou mesmo colecionadores individuais, e as pequenas, como *souvenir* aos turistas que visitam a região. A figura das carrancas também está presente estampada em camisetas, cinzeiros, canetas, chaveiro, entre outros.

Nessas localidades pode-se observar, também, a técnica ser transmitida de geração para geração através do aprender fazendo.

Quem visita Juazeiro e Petrolina sempre busca as lojas de artesanato da região. Porém, mesmo com a infinidade de exposições, sempre há quem busque os escultores considerados artistas notórios, como Ana Leopoldina dos Santos – a Ana das Carrancas, também conhecida como “Dama de Barro”, recentemente falecida, mas tendo a filha como substituta, e Gabriel Pereira Filho – o Biu Carranqueiro.

Além das carrancas, na cidade de Petrolina (PE), outra atração do artesanato que ganha evidência, são os trabalhos feitos por outro artista: Roque Gomes Rocha – o Roque Santeiro – que tem experiência há mais de vinte e três anos na arte de esculpir madeiras, dando forma a anjos, mulheres sensuais e imagens sacras.

Ao realizar uma análise sobre a produção artesanal nas cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), é importante mencionar dois aspectos conforme aponta Souza; Caldas (2008): o primeiro deles se refere à produção em massa desses artigos de madeira que no passado eram feitos em pequena escala, e ao longo do tempo passou por uma transformação e vieram a ser produzidos em grande quantidade como um elemento de atração turística. E, o segundo fator que merece ressalva se relaciona aos preços considerados altos para a realidade brasileira (a partir de R\$ 400,00, as peças maiores).

Nesse sentido, a fim de ajudar e apoiar os artesãos que sobrevivem

dessa arte e contribuem para a manutenção da cultura popular brasileira foi criado em Juazeiro, a Casa do Artesão no ano de 2010. Tal proposta visa contribuir para o fomento do Turismo na região. Além de Juazeiro, Petrolina também oferece aos artesãos a Oficina do Artesão, cuja proposta se assemelha ao de Juazeiro.

Embora, a produção do artesanato seja uma forma de subsistência de muitas famílias, há por parte desses artesãos, uma certa insatisfação com relação a atividade. Conforme pontua Moreira (2006) que realizou entrevista com muitos profissionais de Juazeiro e Petrolina, os mesmos relatam que os atravessadores e lojistas querem pagar um preço irrisório pelas peças (carrancas), gerando assim, uma desvalorização do profissional e, por que não dizer, da arte. Também, outra reclamação se direciona ao poder público municipal que já não incentiva tanto a produção. Falta uma maior divulgação.

A esperança por parte desses escultores acontece em dois momentos: primeiro, através da exposição em feiras e eventos e, segundo, no desenvolvimento do turismo, já que esse contribui bastante para o crescimento das vendas e auxilia na divulgação da cultural local.

No contexto atual, a agricultura irrigada vem contribuindo também, para a prática do Enoturismo. Nesse sentido, já estão acontecendo investimentos e incrementado no Vale do São Francisco, especialmente na Rota do Vinho. Além dos vinhedos, a região do “Velho Chico” é composta de inúmeros atrativos naturais e gastronômicos.

Diante do exposto, conclui-se que tais elementos só fazem contribuir para o aumento da produção artesanal. Haja vista que, com o turismo em desenvolvimento, o mesmo ajuda na preservação da arte secular. Isto é, artesanato e atividade turística caminham lado a lado. Assim, não podemos deixar de citar que, a arte produzida em Juazeiro e Petrolina significa o patrimônio, os

símbolos folclóricos e a identidade de sua região.

4 O artesanato no contexto socioeconômico

Na extensão econômica, a produção artesanal surge como um mister para a sobrevivência e como uma oportunidade para estimular o surgimento de elementos não convencionais de participação produtiva. Neste quesito, quando bem articulado, esta atividade promove a adesão de grupos e elementos ainda não absorvidos pelas correntes dominantes na geração de ocupação e renda.

De acordo com relatos de Parente (1994) citado por Carvalho (2001), o artesanato contribui para que as atividades econômicas de caráter tradicional se solidifiquem e revitalizem, compondo uma estratégia de ocupação intensiva de mão-de-obra, dinamização de mercados locais, conservação de valores culturais, regionais e nacionais, que contribuem na produção de identidades em escala internacional. Assim, o artesanato exerce função ainda como uma ferramenta de ocupação produtiva, gerando renda, firmando o homem no campo, evadindo o êxodo rural, fortalecendo a troca de culturas entre as nações e conservando o meio ambiente.

Na análise de D’Ávila (1983, p. 167), a produção artesanal significa a “junta elástica mais viável em curto prazo, a baixo custo e com as próprias mãos, de uma imensa parcela das populações dos países em desenvolvimento, como por exemplo, o Brasil”.

Além disso, D’Ávila (1983) destaca também que, no atual sistema capitalista nem o artesão nem o industrial trabalham, em primeira instância, em função de fatores sociais ou culturais, mas principalmente em função do lucro e da rentabilidade, sem os quais eles não teriam condição de manter regularidade nas suas produções.

Na verdade como argumenta o referido autor (1983, p.167) “a necessidade de sobrevivência é, na maio-

ria das vezes, mais forte que as aspirações de beleza e outros fatores transcendentais, quando as exigências primárias não são sistematicamente atendidas”.

Já Pereira (1979) explica que a produção artesanal implica em produção com menos gasto de capital, tornando-se, em um importante mecanismo de desenvolvimento social e econômico.

Todavia, embora a atividade artesanal signifique um caminho para a inclusão social e para a oportunidade de emprego de forma rápida, implicando em poucos custos, é necessário investir na sua melhoria, na melhoria das condições de trabalho e no atrelamento do artesão às informações de mercado e informações econômicas, que rodeiam o seu universo produtivo.

Desse modo, os métodos, político e econômico, que vigoram têm aplicado investimento na apropriação e difusão de tais circunstâncias tradicionais. Estas também têm sido admitidas como objetivos de promoção da inclusão produtiva, como uma maneira de responder às necessidades de estabelecer direitos de cidadania, particularmente o direito de ter parte dos benefícios da economia.

De modo geral, tais considerações, relatam o artesanato como um setor da economia que movimentam os fluxos econômicos, além de favorecer as relações sociais de uma comunidade.

5 Considerações Finais

Julga-se importante esclarecer que, considerando as limitações para a realização deste estudo e, em função da impossibilidade de realizar uma conclusão definitiva sobre a temática da produção artesanal no contexto de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), situados no Submédio São Francisco salienta-se que as notas parciais apresentadas referem-se aos resultados da Pesquisa Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento realizada através do convê-

nio assinado entre a UNIFACS, o Albright College e o Programa Companheiros das Américas Comitê Bahia / Pennsylvania.

Após a análise dos dados adicionais e das informações provenientes das pesquisas bibliográficas foi possível estabelecer algumas relações sobre a situação da produção artesanal de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

Embora a produção artesanal seja uma forma de sobrevivência de muitas comunidades brasileiras, em tais localidades, essa produção ainda acontece de forma incipiente, sem de fato contribuir para a geração de emprego e renda, acontecendo como forma de subsistência.

Também, foi evidenciado que, da mesma forma que persiste o problema de uma definição clara sobre o que venha significar o termo artesanato, um ponto salientado por Noelio Spinola (2006), que merece atenção e está presente no estado da Bahia; refere-se à falta de dados precisos e consistentes sobre o setor. Conforme aponta o autor, “falta um diagnóstico confiável e atualizado sobre esse segmento” (SPINOLA, 2006, p. 110).

O trabalho artesanal significa uma atividade intensamente ocupadora de mão-de-obra no Nordeste, representa uma ocupação secundária e complementar para quem o executa. A cadeia de atravessadores, além do mais, que se estende do produtor até o cliente, contribui para diminuir o pequeno lucro do artesão. O criador de riqueza passa a ser, então, o que menos a usufrui. Para valer a pena, do ponto vista econômico, a produção artesanal necessita se tornar uma atividade de mercado, deixando de ser, apenas, uma simples atividade de subsistência.

Assim, partindo da premissa de que todo problema traz em si uma solução e resgatando o pressuposto assumido por esta pesquisa, considera-se que a atividade artesanal reúne condições culturais e sociais capazes de contribuir para a melhoria da condição de vida das famílias que

trabalham com a produção do artesanato. Porém, para que isso se torne uma realidade, algumas medidas precisam ser tomadas a fim de reverter o quadro ora apresentado.

Primeiro, como ponto de partida é necessário uma maior articulação entre os órgãos públicos no sentido de criar políticas públicas efetivas para que os atores locais possam ser incentivados e valorizados enquanto artistas/artesãos que continuam a preservar uma arte, genuinamente, secular.

Além disso, acredita-se que o desenvolvimento de uma localidade acontece quando as relações entre o capital social, o capital humano e o capital institucional e o poder público estão articulados. Por isso, esses elementos são instrumentos que podem auxiliar na transformação e mudança de forma positiva de um local e/ou território. Além da integração de tais elementos, é necessário o incremento contínuo em capital humano através do investimento no conhecimento, o capital institucional – mediante as parcerias com outras instituições e o capital social – por meio do nível de confiança e cooperação, de modo a favorecer melhores condições tanto no aspecto econômico, mas, principalmente no âmbito social. Pois, acredita-se que o desenvolvimento se dá através do fortalecimento das capacidades das pessoas e dos recursos da comunidade.

Como visto, segundo depoimentos de muitos dos estudiosos citados neste artigo, o artesanato não pode ser apenas uma forma dos trabalhadores tirarem seu sustento, isto é, uma alternativa de sobrevivência, mas uma ‘arte’, uma ‘arte popular’, a ser preservada em suas formas mais ‘puras’. Embora em certas localidades, muitas famílias sobrevivam através desse ofício, o artesanato representa uma via para a qual o indivíduo possa preservar a sua tradição.

A partir do momento que a preservação da arte, enquanto fenômeno cultural for estimulado, as pes-

soas envolvidas terão maiores oportunidades de divulgar e resguardar sua tradição, além de se tornarem os principais promotores do seu próprio desenvolvimento, beneficiando não só a localidade da qual fazem parte, bem como, a região na qual estão inseridos.

Como as localidades apresentam o Turismo como uma atividade econômica é válido mencionar que o mesmo é um elemento que tem a potencialidade de contribuir para a preservação das culturas locais. Assim, estimular o desenvolvimento do artesanato e do turismo, principalmente nessas localidades, significam abrir possibilidades de diminuição das desigualdades sociais.

Em seus limites, este trabalho visa contribuir para a discussão de um tema relevante: a implementação de políticas públicas que reforcem a identidade cultural de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) ao invés de descaracterizá-la. Nessa perspectiva, poderá ser pensado e viabilizado o desenvolvimento da região — o que, por si só, já justifica um estudo mais aprofundado do tema em questão.

À luz das considerações precedentes, o presente artigo permitiu a seguinte reflexão: a produção artesanal, além de constituir um importante atrativo turístico para a região na qual se situa, também pode significar uma referência econômica, histórica e cultural para a comunidade local. Assim, além de gerar renda, a atividade ajuda a preservar as tradições locais e a fortalecer o sentimento de pertencimento.

Portanto, esta análise não objetiva se tornar um produto acabado, nem esgotar a discussão sobre a temática, mas a sua finalidade é se tornar um ponto de partida para novos debates e descobertas em torno da luta dos ribeirinhos de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) em atingir a sua sobrevivência e preservar a sua tradição. A partir da construção desse novo cenário, as chances de melhoria das condições de vida dessas comunidades se tornarão mais evidentes.

Referências

BAHIA. **Bacias Hidrográficas**. Edição Atualizada. Salvador: SRH, 2006.

_____. Instituto Visconde de Mauá. **Artesanato Baiano** [Salvador], 2001.

BRASIL, V. M. **Escultura popular do médio São Francisco** - As carrancas no cotidiano ribeirinho. Revista *Múltipla*, Brasília, 9(17): 75 – 84, dezembro – 2004.

CARVALHO, Heidi Cristina Buzato de. **Artesanato de Caixeta em São Sebastião – SP**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP, Piracicaba, 2001.

D'ÁVILA, José Silvestre. O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. In: RIBEIRO, Berta (Org.). **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983. p. 167 – 188.

FILHO, J. V. C. **A Dinâmica, Política, Econômica e Social do Rio São Francisco e do seu Vale**. Revista do Departamento de Geografia, 17 (2005) 83-93.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato: cinco pontos para discussão. In: **Olhares itinerantes: reflexões sobre artesanato e consumo da tradição**. São Paulo: Central Arte Sol, 2005. p. 13-26.

_____. **Louça da perfeição: a cerâmica baiana do município de Barra**. Rio de Janeiro: Funarte, CFCP, 1996. (Sala do Artista Popular, 67). Catálogo da exposição.

MARINHO, Heliana. **Artesanato: tendências do segmento e oportunidades de negócios**, 2007. Disponível em www.biblioteca.sebrae.com.br - Acesso em 12 de fevereiro de 2008.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). **Rio São Francisco**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/rio/index.asp>>. Acesso em: 14 mai. 2008.

MIRANDOLA, Norma Simão. **Arte e artesanato folclórico**. Caderno de folclore nº 10. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Culturais. Fundação Nacional de Arte, 1976.

MOREIRA, Sérgio. **Bordados em Tauá: cerâmica de Rio Real**. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2001.

MOREIRA, Elisabet Gonçalves. **Carrancas do sertão: signos de ontem e de hoje**. Petrolina: SESC/PE, 2006.

PEREIRA, Carlos José da Costa. **O artesanato na Bahia: fundamentos para o estudo da atividade artesanal em face dos fatores que o condicionam ou influenciam**. Salvador: SENAI, [195?]

_____. **Artesanato: definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho; o programa nacional de desenvolvimento do artesanato**. Brasília: MTB, 1979.153p.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri, SP: Manole, 2007.

SOUZA, Chelly Costa. **A atividade oleira artesanal como instrumento de desenvolvimento para o distrito de Maragogipinho – Bahia**. 260 f. Dissertação. (Mestrado em Análise Regional e Urbano) – Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2008.

SOUZA, Regina Celeste de Almeida; CALDAS, Alcides dos Santos. **Viagem ao São Francisco**. Salvador: UNIFACS, 2008.

SPINOLA, Carolina de Andrade. O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**. Salvador, v. 13, p. 50 – 59, 2006.

VIVES, Vera de. A beleza do cotidiano. In: RIBEIRO, Berta (Org.). **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983. p. 133 – 149.

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E
URBANO**



www.unifacs.br
ppdru@unifacs.br
Tel.: (71) 3273-8528

**MESTRADO
RECOMENDADO
PELA CAPES**

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

1. Desenvolvimento Regional
2. Desenvolvimento Urbano
3. Turismo e Meio Ambiente

OBJETIVOS

1. Adequar a formação dos profissionais à demanda de um mercado de trabalho em que é mais intensa a renovação do conhecimento científico e tecnológico.
2. Desenvolver a capacidade do profissional para apropriar-se de novos conhecimentos.
3. Desenvolver a capacidade destes profissionais para contribuir em uma solução de problemas sócio-econômicos organizacionais locais, regionais e nacionais.
4. Formar e atualizar professores, capacitando-os para o desempenho qualificado do ensino de graduação e pós-graduação.
5. Formar uma massa crítica capaz de desenvolver trabalhos científicos que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional.
6. Desenvolver a integração Universidade/Empresa incentivando a realização da pesquisa aplicada.
7. Promover o aprimoramento do processo ensino/aprendizagem do incentivo à realização de pesquisas institucionais e o aperfeiçoamento do ensino de graduação.

Os trabalhos submetidos à Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE) devem enquadrar-se na linha editorial da revista. A RDE publica artigos e resenhas, assim como reedita trabalhos clássicos e documentos históricos relacionados à temática da revista. **Os artigos e resenhas devem ser inéditos e não podem ser simultaneamente submetidos a outra(s) revista(s).**

Podem ser submetidos trabalhos redigidos em Português, Inglês, Francês, Espanhol, Italiano e Alemão. Devem ser observadas as normas e orientações indicadas a seguir.

- Entrega do Material

Os artigos não deverão ultrapassar 30 páginas com título em português e inglês, resumo e abstract e até cinco palavras chave, em português e outro idioma aceito pela revista, além da classificação segundo o Classification System for Journal Articles do Journal of Economic Literature (JEL). O resumo e o seu correspondente em outro idioma deverá ser estruturado de acordo com a NBR 6028 da ABNT em um único parágrafo com, no máximo, 250 palavras.

Deverão constar no final do artigo os dados referentes ao autor, tais como: titulação efetiva (mestrando ou doutorando não serão considerados por não serem títulos), sua atividade atual, instituição a que esteja vinculado, endereço comercial e residencial, telefones e correio eletrônico. Na editoração eletrônica existe um campo específico para estas informações que devem ser claras e precisas para todos os autores.

No caso de artigo escrito por mais de um autor a RDE considerará, para fins administrativos, automaticamente como responsável pelo artigo o primeiro autor.

Os originais devem ser enviados para o site da revista <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/about/submissions#onlineSubmissions> em via digital. Por medida de segurança outra via digital para o e-mail rde@unifacs.br

A RDE não aceita artigos enviados em cópia física.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
Secretaria da Revista de Desenvolvimento
Econômico (RDE)
Rua Dr. José Peroba 25
Edifício Civil Empresarial, Sala 601 - Stiep
41770235 – Salvador – Bahia

II – Apresentação Gráfica do Texto

1 Especificações

1.1 Papel, Espaço e Letras

- Tamanho do papel: A4
- Tamanho das letras:
 - do corpo do trabalho 12
 - do título 16
 - de subtítulos 14
- Tipo de letras:** Arial
- Espaços:** Entrelinhas: 1,5
- Superior: 3,0 cm
- Inferior: 2,0 cm
- Lateral direita: 3,0 cm
- Lateral esquerda: 3,0 cm

2 Formatação

- O texto deve ser justificado.
- Nunca separar as sílabas para evitar desconfiguração do texto ao ser aberto em outro computador.
- Usar somente a cor padrão do texto (preto).

- As páginas devem ser numeradas.
- Os gráficos, tabelas e figuras e/ ou ilustrações deverão ser fornecidos em monocromia (em preto e branco, com ou sem tons de cinza), apresentados no corpo do texto enviado e, também, em anexo, nos formatos originalmente produzidos.

3 Primeira Página do Texto

3.1 Título do artigo

Centralizado na página a 3 cm da borda superior.

3.2 Título das seções

3.3 Parágrafos

Cada parágrafo deve ter um recuo de 0,5 cm na primeira linha e nenhuma linha em branco entre eles, exceto para os subtítulos que deverão ter apenas uma linha em branco depois do parágrafo que o antecede.

III - Notas

As notas devem ser devidamente numeradas e indicadas no final do texto, antecedendo as referências.

IV - Tabelas e ilustrações

- Devem ser encaminhadas em arquivos separados. Na cópia impressa deverá ser indicado, com destaque, o local a serem inseridas.
- As Tabelas e Quadros devem seguir as normas da ABNT (padrão IBGE) e devem ser numeradas sequencialmente.
- As figuras devem ser numeradas e apresentar título e fonte.

V - Referências

Devem seguir os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 6023.

VI - Responsabilidades

É responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática, como a revisão de digitação do texto, que será publicado conforme o original recebido pela editoração. O conteúdo dos textos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

VII - Procedimentos de avaliação

Os trabalhos submetidos passarão preliminarmente pelo exame da Editora Unifacs quanto ao cumprimento integral destas normas e das demais aplicáveis pelos critérios da ABNT. Somente os aprovados serão avaliados no sistema duplo cego por pareceristas, de instituições distintas daquela a qual o(s) autor (es) está(ão) vinculado(s). **Os direitos autorais dos trabalhos aprovados são automaticamente transferidos à RDE como condição para sua publicação.** O resultado da avaliação de artigos recusados será comunicado ao autor, neste caso os originais poderão ser recebidos pessoalmente na redação da revista até um prazo de 60 dias contados da data de postagem da comunicação, após o qual serão destruídos.

Uma publicação da



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Capa:
Carrancas do São Francisco,
foto de Ricardo Zig Koch Cavalcanti /
Banco de Imagens da ANA

Diagramação, arte final:
Raimundo Cardoso



A RDE foi classificada
pelo **QUALIS** da CAPES
como **B 2**

ISSN 1516-1684